

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RODRIGO DOS SANTOS**

**EM BUSCA DE UM LAR: PRÁTICAS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES DA  
FAMÍLIA EGERT NA REGIÃO DE GUARAPUAVA-PR (1949-2016)**

**MARINGÁ  
2020**

**RODRIGO DOS SANTOS**

**EM BUSCA DE UM LAR: PRÁTICAS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES DA  
FAMÍLIA EGERT NA REGIÃO DE GUARAPUAVA-PR (1949-2016)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Política. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.

MARINGÁ  
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S237e

Santos, Rodrigo dos

Em busca de um lar : práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava-PR (1949-2016) / Rodrigo dos Santos. -- Maringá, PR, 2020.  
204 f. : il. color., figs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Imigrantes - Paraná - Práticas Culturais. 2. Imigração - Estudos culturais . 3. Imigração - Paraná. 4. Imigração - Paraná - Período pós II Guerra Mundial. I. Pelegrini, Sandra de Cássia Araújo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências

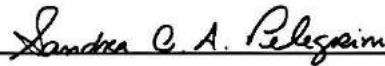
CDD 23.ed. 981.62

RODRIGO DOS SANTOS

**EM BUSCA DE UM LAR: PRÁTICAS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES DA  
FAMÍLIA EGERT NA REGIÃO DE GUARAPUAVA-PR (1949-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini  
Presidente/Orientadora



---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Roseli Terezinha Boschilia  
Membro Convidado (UFPR)



---

Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota  
Membro Corpo Docente (UEM)



---

Prof. Dr. João Paulo Pacheco Rodrigues  
Membro Corpo Docente (UEM)



---

Prof. Dr. Márcio José Pereira  
Membro Corpo Docente (UEM)

Maringá  
2020

*Aos meus pais, familiares e amigos...*

## **AGRADECIMENTOS**

A uma entidade espiritual que possibilitou as minhas práticas culturais.

Aos Egert que permitiram narrar a história da família.

A minha família, amigos e amores pela compreensão, auxílio e ausência durante a prática de escrita da tese.

A minha orientadora Dra. Sandra C. A. Pelegrini e aos docentes que compuseram a banca e que ministraram as disciplinas no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM) pela dedicação e apoio.

A secretaria do PPH/UEM, ao Museu da Imigração Ilha das Flores (MIIF) e o Centro de Documentação de Guarapuava (CEDOC/G).

Sou grato à Carolina G. Yoshida pelas correções de português; Patrícia dos Santos pela tradução do Inglês; Barbara Rzyk pela tradução do polonês; Luiz Felipe Volski Daum pelos mapas e a Marilda Alves de Campos pelas discussões sobre a temática.

Aos meus alunos, amigos e colegas da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), dos cursos de Pedagogia e História; Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Estadual de Maringá (UEM), que me deram esperanças na área educacional.

Sou muito grato pela realização deste trabalho.

*[...] Só na época da guerra, o falecido pai falava que era difícil porque ele trabalhou na guerra. E daí ele... passava por cima de defunto, gente morta, assim, era demais, demais, demais. Então ele ficou com aquela aflição depois que veio pro Brasil, né. [...]* (EGERT, 2015).

SANTOS, Rodrigo dos. **Em busca de um lar: práticas culturais e representações da família Egert na região de Guarapuava-Pr (1949-2016)**. 204f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.

## RESUMO

Essa pesquisa centra-se na discussão das práticas e representações da família Egert na região de Guarapuava-Pr (1949-2016), e para tanto analisa sua imigração em 1949 à localidade de Rio das Pedras, distrito Góes Artigas em Guarapuava-Pr. O texto divide-se em quatro seções. Na primeira, discute-se a imigração na perspectiva dos estudos culturais, o cenário europeu durante e após a II Guerra Mundial, os deslocados de guerra e os campos de acolhimento. A segunda, aborda a recepção de imigrantes no Brasil, enfatizando as práticas culturais desenvolvidas nas hospedarias de imigrantes, primeiro espaço que o deslocado adentrava no país. A terceira, apresenta a relevância cultural de Guarapuava neste cenário de imigração, e menciona os suábios do Danúbio e como eles construíram suas identidades no município. Na última seção, a imigração dos Egert é detalhada em sua trajetória, práticas e representações, destacando a salvaguarda de sua memória. Adentra-se às análises de patrimônio e oralidade, e pauta-se nas referências de Bhabha (1998), Burke (2003; 2005), Bauman (2012; 2014; 2017), Certeau (1998; 2012), Chartier (1988; 2002); Funari e Pelegrini (2009), Hall (2006; 2016), Pesavento (2008), Portelli (2016) e Sayad (1998), entre outros. Com relação às fontes, utiliza-se de uma gama delas: bibliografia, cartas e cartões postais, fotografias, periódicos e narrativas orais, oriundas de centros de documentação e arquivos públicos e privados. A partir disso, como resultado da pesquisa, observou-se que os Egert foram representados e renegociaram suas diversas práticas culturais, bem como suas identidades.

**Palavras-chave:** Estudos Culturais; Identidade; Imigração; Patrimônio Cultural; II Guerra Mundial.



SANTOS, Rodrigo dos. **In search of a home:** cultural practices and representations of the Egert family in the region of Guarapuava-Pr (1949-2016). 204p. Thesis (Doctorate in History) - State University of Maringá. Supervisor Sandra de Cássia Araújo Pelegrini.

### **ABSTRACT**

This research focuses on the discussion of the practices and representations of the Egert family in the region of Guarapuava-Pr (1949-2016), and for this analysis its immigration in 1949 to the locality of Rio das Pedras, district Góes Artigas in Guarapuava-Pr. The text is divided into four sections. The first one discusses immigration from the perspective of cultural studies, the European scenario during and after World War II, the displaced and the reception camps. The second, it addresses the reception of immigrants in Brazil, emphasizing the cultural practices developed in the hostel of immigrants, the first space that the displaced entered the country. The third, presents the cultural relevance of Guarapuava in this immigration scenario, and mentions the Danube Swabians and how they built their identities in the municipality. In the last section, the immigration of the Egert is detailed in their trajectory, practices and representations, highlighting the safeguarding of their memory. The analysis of patrimony and orality is included in the references of Bhabha (1998), Burke (2003; 2005), Bauman (2012; 2014; 2017), Certeau (1998; 2012), Chartier (1988; 2002); Funari and Pelegrini (2009), Hall (2006; 2016), Pesavento (2008), Portelli (2016) and Sayad (1998), among others. With regard to the sources, a range of them is used: bibliography, letters and postcards, photographs, periodicals and oral narratives, coming from documentation centers and public and private archives. From this, as a result of the research, it was observed that the Egert family were represented and renegotiated their various cultural practices, as well as their identities.

**Keywords:** Cultural Studies; Identity; Immigration; Cultural Heritage; World War II.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do distrito Góes Artigas - destino dos Egert .....	99
Figura 2 – Fotografia de Janina, Jozef e Henryque no campo de acolhimento de Lübeck (Alemanha) – (1945).....	136
Figura 3 – Mapa da trajetória de Kazimierz Egert no Brasil (1949-2016).....	147
Figura 4 - Fotografia de Janina Egert (1949).....	148
Figura 5 - Fotografia de Janina e Kazimierz Egert na localidade de Invernadinha (1955-1960).....	150
Figura 6 - Fotografia de Ignacy Egert (1949).....	151
Figura 7 - Fotografia de Janina e Ignacy Egert no campo de acolhimento de Lübeck (Alemanha) (1945) .....	153
Figura 8- Fotografia de parte da família Egert e os Sadowski no campo de acolhimento de Lübeck (1945) .....	155
Figura 9- Fotografia de Jozef, Henryque e Kazimierz Egert no campo de acolhimento de Lübeck (1945) .....	156
Figura 10- Fotografia de Henryque Egert (1945-1949) .....	157
Figura 11 – Fotografia de Jozef e Kazimierz Egert (1949) .....	160
Figura 12- Fotografia de Kazimierz, Danusia e Eugênio (1960-1964).....	161
Figura 13 - Fotografia de Danusia e seu esposo (1970-1973) .....	166
Figura 14 – Fotografia de Danusia Egert (1966) .....	167
Figura 15 – Fotografia de Danusia, esposo e familiares na festa de seu casamento (1970-1973).....	169
Figura 16- Fotografia da Primeira Comunhão de Halina (1970-1980).....	173
Figura 17- Carteira de Janina do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarapuava (1986).....	177
Figura 18 - Cartão de Natal recebido pelos Egert (1963).....	179
Figura 19 - Cartão de Natal recebido pelos Egert (1982).....	180
Figura 20 - Fotografia de Genowefa Juszcak (1970-1980) .....	181

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados  
BNDigital - Biblioteca Nacional Digital  
CEDOC/G - Centro de Documentação e Memória de Guarapuava  
CIC - Conselho de Imigração e Colonização  
CICM - Comitê Intergovernamental Católico para as Migrações  
CIME - Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias  
CPOIR - Comissão Preparatória para a Organização Internacional de Refugiados  
DAO - Departamento Administrativo do Oeste (do Paraná)  
DGTC - Departamento de Geografia, Terras e Colonização  
DOU - Diário Oficial da União  
IAP - Instituto Ambiental do Paraná  
INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização  
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (do Paraná)  
MIIF - Museu da Imigração Ilha das Flores  
NKVD - Comissariado do povo para assuntos internos (polícia soviética)  
OIM - Organização Internacional para Migrações  
OIR - Organização Internacional de Refugiados  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OST - *Ostarbeiter* (trabalhadores do leste europeu)  
PDs - Pessoas deslocadas  
RAF - Força Área Real  
RPC - Rede Paranaense de Comunicação  
UEM - Universidade Estadual de Maringá  
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste  
UNRRA - Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas  
URSS - União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1. A IMIGRAÇÃO NO SEGUNDO PÓS-GUERRA</b> .....	<b>19</b>
1.1 A IMIGRAÇÃO E AS CULTURAS .....	19
1.2 A II GUERRA E O PÓS-GUERRA .....	27
1.3 REPATRIAÇÃO E REASSENTAMENTO .....	50
<b>2. A IMIGRAÇÃO DO SEGUNDO PÓS-GUERRA NO BRASIL</b> .....	<b>60</b>
2.1 A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA .....	60
2.2. A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ .....	73
2.3 AS HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES: PRÁTICAS CULTURAIS E RESSIGNIFICAÇÕES .....	82
<b>3. AS “GUARAPUAVAS” DAS CULTURAS E IMIGRANTES</b> .....	<b>99</b>
3.1 AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE GUARAPUAVA .....	99
3.2 A RECEPÇÃO DE IMIGRANTES EM GUARAPUAVA .....	105
3.3 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS SUÁBIOS DO DANÚBIO .....	111
<b>4. A FAMÍLIA EGERT</b> .....	<b>132</b>
4.1 A II GUERRA MUNDIAL, O PÓS-GUERRA E A IMIGRAÇÃO AO BRASIL .....	132
4.2. AS PRÁTICAS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES DESSES IMIGRANTES .....	140
4.3 AS MENSAGENS DA CULTURA POLONESA .....	172
<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>188</b>
<b>APÊNDICE A – CARTA DE FRANCISZEK JUSZCZAK DE 11 DE JANEIRO DE 1963</b> .....	<b>202</b>
<b>APÊNDICE B – CARTA DE GIENIA JUSZCZAK DE 9 DE ABRIL DE 1983</b> .....	<b>203</b>

## INTRODUÇÃO

Os estudos culturais possibilitam questionar novos problemas, novas metodologias e abordagens para as pesquisas históricas, em uma diversidade de perspectivas que se assentam na preocupação com o simbólico e suas interpretações. Esses significados estão presentes nas mais variadas esferas da cientificidade, que desde a cultura da morte à política, perpassam as representações e práticas culturais. A singularidade dessa proposição se encontra no perceber a cultura enquanto aspecto central, especialmente no cotidiano, principal mecanismo de análise na construção desta narrativa histórica.

Como afirma Pesavento (2008), historiadores, notadamente os que se dedicam aos debates culturais perseguem verdades, mas, como são impossíveis adentram apenas na verossimilhança. Por esse ângulo, que a narrativa ora apresentada, pode ser considerada uma versão de um acontecido sobre as práticas culturais e representações da imigração do segundo pós-guerra. Para contemplar essa distinção, o passado não pode ser visto como emaranhado homogêneo de fatos, mas uma trama possível, entre tantas, que procura ser a mais fidedigna de uma época. Busca-se desenvolver uma narrativa histórica sobre as práticas culturais e representações da família Egert em Guarapuava-Pr. A pesquisa, mesmo que apresente períodos anteriores e posteriores, concentra-se na data da imigração desse grupo cultural 1949 a 2016, ano de falecimento do guardião da memória, Kazimierz Egert.

Certamente, de alguma forma, nas mais diversas temporalidades somos afetados pela imigração, pois durante algum momento da vida parte-se para um novo destino, às vezes de forma temporária, em outras, permanente<sup>1</sup>. Esse fenômeno pode ser realizado por meios de transporte cada vez mais velozes; ou pela rede mundial de computadores, uma vez que se visita vários países com cliques de um *mouse*, se está aqui e acolá, presente, e ausente em vários lugares do globo. Nesta perspectiva, a criação de memórias, identidades e práticas culturais são instantâneas, sendo realizadas de formas aligeiradas, não apenas pela rapidez, mas pela sutileza. O que em outros períodos históricos demorava meses para se

---

<sup>1</sup> As formas de migração são variadas e encontram-se disponíveis no *Glossário sobre Migração* da Organização Internacional para Migrações (OIM, 2009).

efetivar, uma viagem entre continentes, hoje ocorre em horas, ou em segundos pela *internet*.

Esta pesquisa teve seus primeiros passos no mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) com a dissertação: Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste – Guarapuava, Paraná (1946-1960) (SANTOS, 2015). O periódico representou os suábios do Danúbio, vindos em sete levas, em 1951, de campos de acolhimento na Áustria e estabelecidos no Distrito de Entre Rios em Guarapuava, após a possibilidade de imigração para o estado de Goiás. Na busca por fontes para relacionar com o periódico, deparou-se com outros grupos de imigrantes que também vieram no segundo pós-guerra e não foram representados pela imprensa periódica; na referida pesquisa não foram objeto, uma vez que o foco foi distinto.

Entre os grupos esquecidos pela historiografia encontra-se a família Egert, objeto de estudo dessa narrativa histórica, vindos em 1949 do campo de acolhimento de Lübeck, no norte da Alemanha, e passagem pelo Porto de Nápoles, sul da Itália, para trabalharem em uma serraria na localidade de Rio das Pedras, distrito Góes Artigas, atualmente divisa entre os municípios Inácio Martins<sup>2</sup> e Guarapuava, no Paraná. Eles se sobressaíram pela marcação na ficha consular de Ignacy Egert, onde se verificou o direcionamento para essa região, motivando assim o início da pesquisa. Além de que, na mesma leva vieram a esposa Janina Egert, e os quatro filhos Jozef, Henryque, Kazimierz e Boguslaw. Em solo brasileiro nasceram Danusia e Eugênio. O objetivo principal dessa tese é atrelá-los as discussões dos estudos culturais.

O processo de pesquisa no acesso ao acervo possuiu os mesmos obstáculos descritos por Malatian (2011). Para a realização do contato com os descendentes dos Egert, buscaram-se informações em vários lugares, tais como, na Central de Triagem de Óbitos de Guarapuava, bem como amigos em redes sociais a partir do mesmo sobrenome, mas que silenciavam, não achando que sua história merecesse ser reconstruída. Depois de localizados e diversas visitas, descobriu-se em posse de Kazimierz Egert um arquivo particular no formato de uma caixinha de lembranças<sup>3</sup> que foi revelado com prudência, à conta-gotas, pois havia a necessidade de

---

<sup>2</sup> Com a emancipação de Inácio Martins em 1960, o distrito Góes Artigas passou a pertencer ao novo município, porém a localidade Rio de Pedras ainda pertence a Guarapuava.

<sup>3</sup> Pereira (2008) define caixinha de lembrança como um artefato deixado de herança, contendo fotografias de uma família e objetos pessoais, colecionados ao longo da vida.

preservação de uma memória da imagem pública, excluindo as suscetíveis de conflitos. Inicialmente, apenas o trivial foi apresentado e com estrita vigilância, ele evitava mostrar imagens dos que morreram de forma trágica, mas com a diplomacia do historiador, a narrativa conseguiu construir-se.

A família Egert está relacionada ao segundo pós-guerra com um tipo específico de imigração: a dos denominados deslocados de guerra<sup>4</sup>. Segundo Judt (2008), durante o confronto se desenvolveram pela Alemanha Nazista, projetos de recrutamento de trabalhadores obrigados a realizar atividades com baixos salários ou em situações análogas à escravidão, inicialmente nos países invadidos e com a proximidade do final da guerra, essas práticas foram intensificadas em solo alemão. Depois de cessada essas ações, milhares de pessoas estavam longe de suas pátrias sem meios de regressar, especialmente pela destruição de seu patrimônio. Os aliados, para sanar essa dificuldade, criaram campos de acolhimento na Alemanha, Áustria e norte da Itália, essa era uma solução provisória para o gerenciamento da população que não tinha regressado.

De acordo com Judt (2008) o legado da II Guerra foram milhares de pessoas fora de seus lares<sup>5</sup>, composto principalmente de poloneses como os Egert, que preferiam os campos de acolhimento a voltar para suas antigas moradas, pois seus territórios haviam sido destruídos, ocupados por outros povos ou governos totalitários. Na tentativa de findar essa dificuldade, as organizações internacionais optaram por um programa de reassentamento em vários países do mundo, entre eles Argentina, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Brasil.

O conflito que resultou nos deslocados de guerra, de alguma forma envolveu todos os países do globo, conforme Sayad (1998) os fenômenos migratórios não são apenas físicos, são marcados por sentidos culturais que perpassam as noções de identidades. A migração é um fenômeno completo que deve ser analisado tanto no local de origem como de destino, problematizando suas razões. Com isso, optou-se

---

<sup>4</sup> Na linguagem internacional os imigrantes da Segunda Guerra Mundial ficaram conhecidos como *Displaced persons*. De acordo com Lobo (1950 *apud* BASTOS; SALLES, 2014) esse conceito se diferencia do refugiado, pois ele partiu espontaneamente do seu país, mesmo que por pressões políticas ou religiosas, enquanto o deslocado foi retirado à força e levado ao território alemão. No entanto, assume-se essa dificuldade de classificação e se opta pela menção em português deslocados de guerra para os grupos culturais no período anterior à imigração ao Brasil. O segundo pós-guerra é entendido como o período compreendido entre os anos 1945 e 1957.

<sup>5</sup> Os dados sobre o número de deslocados de guerra são conflitantes pela ausência de um sistema padronizado de classificação, Shephard (2012) menciona 11 milhões, Judt (2008) 17 milhões e Applebaum (2016) 20 milhões.

por discutir a imigração, contudo, sua compreensão só é possível ao adentrar a espaços do contexto, como o imediato segundo pós-guerra, as hospedarias, a política imigratória brasileira, paranaense e o cenário guarapuavano. A migração é um deslocamento de pessoas no espaço e sua escolha não é aleatória. Neste emaranhado de eventos, vieram para o Brasil aqueles que não podiam ou não queriam retornar às suas pátrias, dentre esses, os Egert, que chegaram para Guarapuava no Paraná.

Para a narrativa histórica sobre as práticas culturais e representações desse grupo imigratório, utiliza-se uma gama de fontes com os pressupostos da história cultural (BURKE, 2005), e pauta-se em uma perspectiva multidisciplinar, amparada nos conceitos de cultura, práticas culturais e representações, perpassando as noções de memórias, identidades e patrimônio cultural. Centra-se na cultura, entendida enquanto prática cultural (um conjunto de ações com significados para sujeitos e membros de um grupo), na sua pluralidade e circularidade, e com sua construção a partir da representação (CHARTIER, 1988; 2002; HALL, 2016; CERTEAU, 1998). A cultura será pensada de forma plural e abrangente, contemplando, e englobando igualmente os elementos políticos e econômicos. As fontes são oriundas de arquivos públicos e privados, acervos *online* e físicos, como cartas, fotografias, jornais, narrativas orais, registros de imigração, entre outros<sup>6</sup>; com suporte teórico-metodológico em pesquisadores, que analisaram cada tipo de fonte. Com essa documentação busca-se responder as seguintes questões: Quem eram os Egert? Por que vieram para o município de Guarapuava? Quais suas práticas culturais e representações?

A relevância desta pesquisa é contribuir com a temática da imigração e com os estudos que adentram a temática cultural, demarcando um grupo de imigrantes esquecido pela historiografia, pois conforme Shephard (2012), a imigração dos deslocados de guerra permanece em parte ignorada pelos historiadores. As suas narrativas, muitas vezes são marcadas pelo desconforto, por se tratar de um tema delicado, carregado de sentimentalismo, sendo preferíveis as abordagens de objetos que primem apenas pela II Guerra Mundial, Guerra Fria, questão Israel-Palestina e

---

<sup>6</sup> Nas citações das fontes (periódicos, entrevistas, processos, entre outros) foi preservada sua grafia original, exceto nas cartas em polonês que se encontram de forma traduzida para facilitar a leitura e no apêndice para o leitor conferir o original.



holocausto, evitando-se o segundo pós-guerra por ser considerado um entremeio entre as fases da vida dos deslocados de guerra.

Outro fator de relevância para o desenvolvimento desta pesquisa é que ao discutir o imigrante, resguardando historicidade e motivos, observa-se um fenômeno semelhante, ainda em voga nos dias atuais, especialmente nas mídias com as novas imigrações do continente africano e Oriente Médio à Europa, as rotineiras de latinos americanos aos Estados Unidos, e de haitianos, senegaleses, sírios e venezuelanos que adentram diariamente a fronteira brasileira. Bauman (2017) aponta que o medo do desconhecido, fomentado nas narrativas da mídia e dos governantes, é capaz de gerar o que o sociólogo entende ser um “pânico moral”. Isso cria a xenofobia pelo medo do outro e a função do pesquisador é contribuir efetivamente, com a desmistificação desses estigmas.

Para compreender as práticas e representações dos Egert em Guarapuava na primeira seção, detalham-se aspectos da imigração e a perspectiva dos estudos culturais, o cenário europeu e as práticas culturais desenvolvidas durante e após a II Guerra Mundial, a situação dos campos de acolhimento e o retorno dos deslocados aos países de origem ou reassentamentos em novas pátrias, como o Brasil.

Na segunda, priorizam-se as discussões das políticas públicas que fizeram com que o Brasil fosse um dos receptores de imigrantes do segundo pós-guerra, e o Paraná o segundo estado da federação em quantidade, perdendo apenas para São Paulo. Busca-se demonstrar a relevância do estado no contexto imigratório, que possibilitou a imigração dos Egert, principalmente suas práticas imigratórias. Neste item, também se enfatizam práticas culturais desenvolvidas nas hospedarias de imigrantes, primeiro espaço que o deslocado adentrava no país, a partir de narrativas orais e a ressignificação desses lugares.

A terceira apresenta a relevância cultural de Guarapuava neste cenário da imigração do pós-guerra, suas práticas e como essas várias identidades constituíram o município. Mencionam-se as várias Guarapuavas construídas pelas culturas de grupos imigratórios e nacionais. Discutem-se as práticas e representações dos suábios do Danúbio na imprensa periódica, um dos maiores grupos do segundo pós-guerra, que como os Egert foram encaminhados ao Brasil e fixados em Guarapuava.

Na última seção, a imigração dos Egert é detalhada com sua trajetória, práticas e representações; confronta-se a narrativa de Kazimierz Egert (2015)<sup>7</sup> com a de outros imigrantes que vieram no segundo pós-guerra. Além disso, outros elementos sobre a família ainda são discutidos a partir de impressos, fotografias, narrativas orais, cartas e cartões postais enviados pelos familiares que ficaram na Polônia.

---

<sup>7</sup> As entrevistas serão grafadas com o nome e/ou sobrenome seguida do seu ano de realização, com a referência completa no final desse trabalho.

# 1. A IMIGRAÇÃO NO SEGUNDO PÓS-GUERRA

## 1.1 A IMIGRAÇÃO E AS CULTURAS

Conforme Bauman (2017), o fenômeno migratório não é recente, desde os primórdios as pessoas se deslocavam no espaço por razões diversas, buscando alternativas para sobreviver e desenvolver suas práticas culturais. Neste fenômeno, o que modifica é sua frequência, a quantidade de migrantes, e sua direção, os países que vão recebê-los ou expulsá-los. No entanto, mesmo que em determinados períodos a migração se concentre com maior quantidade em uma parte do globo, e em outros se aglutine do lado inverso, de forma geral há uma pluralidade de direções e frequências. Apesar disso, quase imutáveis são os deslocamentos dos indivíduos de um espaço a outro e a necessidade de fixar residência.

Nos últimos anos inúmeras pesquisas foram realizadas sobre a imigração em suas mais variadas formas, tipos e temporalidades<sup>8</sup>. Segundo Schörner (2009), os primeiros estudos sistematizados sobre a temática são oriundos do século XIX de Ernest Ravenstein, posteriormente ampliados por Everett Lee e conhecidos como leis de imigração. Essas leis que remetiam aos fatores de atração e de expulsão de migrantes apresentavam os aspectos econômicos como predominantes para uma região atrair população e outra expulsá-la, demonstrando que os sujeitos migram por questões econômicas e os elementos políticos, sociais e culturais são inexistentes.

No Brasil, esses estudos economicistas foram desenvolvidos por Paul Singer, quase na mesma perspectiva de Ravenstein e Lee, mencionando a migração como fenômeno social com determinantes históricos e de causas econômicas (SCHÖRNER, 2009), no entanto, pensá-la apenas por esse viés é desconsiderar a decisão do imigrante e todas as consequências que isso possa ocasionar. O sujeito ao imigrar em última instância decide o seu futuro, leva em consideração uma gama de fatores, e, ao exercer seu desejo de ir para uma nova Pátria, alguns aspectos como os culturais são relevantes para a decisão. Isso é evidente no segundo pós-guerra em que os imigrantes, especialmente a família Egert possuía algumas

---

<sup>8</sup> Segundo o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre 2010 e 2019, foram publicadas 1564 dissertações e teses que abordavam a imigração. Apenas em 2019 as publicações somaram o quantitativo de 121, sendo 19 na área de história. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

alternativas, mesmo que a motivação principal tenha sido fugir da destruição causada pelo conflito ou de governos totalitários que ceifariam suas vidas, as afinidades culturais foram consideradas, quando se candidatavam em uma comissão de seleção estrangeira. A imigração poderia ter ocorrido para outros países, além do Brasil, os Estados Unidos e o Canadá que eram destinos favoritos, e mesmo que não passassem pelo controle rigoroso havia outras opções como Argentina e Austrália, ou ainda, permanecerem nos campos de acolhimento para posteriormente serem incorporados na sociedade local.

Antes de adentrar nas discussões sobre os estudos de imigração e cultura que ajudam a compreender as práticas e representações desse grupo imigratório é necessário apontar o que se entende como cultura. Eagleton (2005) observa que ela é uma das palavras mais complexas da língua inglesa e se relaciona à ideia de natureza, especialmente ao termo *lavoura*. No vocabulário latino, porém pode significar: cultivar, habitar e proteger; ou ligar-se intimamente à questão de herança e invasão. Além deste conceito se apresentar de forma filosófica como liberdade, determinismo, atividade, resistência, mudança e identidade.

A cultura é polissêmica e igualmente denomina o natural e o artificial, podendo ainda ter uma dimensão construtivista, desconstrução ou autotransformação. Ela é construída com a natureza, com sua fabricação manual, regulamentação e crescimento espontâneo, por isso, também é o cumprimento de regras. A cultura pode até transformar a natureza, mas essa de alguma forma também estabelece limites. Ela pode ser relacionada ao indivíduo na liberdade e no seu determinismo, está a nossa volta e dentro de nós. É autodomínio, mas ao mesmo tempo realização. Há um ideal de história, política e teologia na palavra cultura, como uma ausência na natureza que precisa ser suprida, um ideal de compensação que representa um potencial da natureza humana, sendo percebida na sua pluralidade de definições e usos (EAGLETON, 2005).

Neste sentido, Bauman (2012) também apresenta a polissemia e ambiguidade desse conceito. Ele entende que os significados dos seus sentidos não estão definidos nas suas variadas concepções, mas nas linhas teóricas que pretendem impor uma unidade conceitual, algumas vezes inúteis. Pode se pensar a cultura como conceito hierárquico, diferencial e de uma forma genérica, no entanto, o pesquisador adverte que discuti-la apenas por uma destas formas é um

reducionismo, pois não é possível colocar a cultura em um quadrado com um ideal pré-fabricado, e sim deve ser construída juntamente com o objeto de análise.

O conceito de cultura é conflituoso se pensado na sua forma singular, agregando as palavras civilização e civilidade. Neste caso, passa a ser discutido de forma errônea pela proposição de uma cultura mais civilizada que outra. Eagleton (2005) menciona que nesses conflitos de conceitos, o primeiro de matriz alemã e o segundo francesa, podem representar a cultura como o singular em cada sociedade e a civilização com o ideal de civilidade a ser seguido por todos os indivíduos. Com essa perspectiva, a cultura tanto pode ser remetida a um grupo como passou a ser designa após o final do século XIX, como a ser relacionada aos estágios normativos passados por uma sociedade. Dentro desse mesmo propósito, em um segundo sentido, o conceito de civilização parece ser mais amigável demonstrando as boas maneiras, enquanto a civilidade envolveria o ideal de complexidade que abarca o espiritual, a mente crítica e elevada. Argumentar cultura como civilidade ou civilização é demonstrar que existe um sujeito melhor que o outro.

Outra forma de pensar a cultura é a partir da política, classificando-a como uma crença ou crítica ao capitalismo. Com essa presunção, ela passou a ser o equilíbrio da política e a exigir um desenvolvimento pelas minorias que clamam por justiça (EAGLETON, 2005). Partindo desse princípio, a cultura passa pelo processo errôneo, descrito anteriormente de que a minha cultura é melhor. Portanto, não que ela esteja ausente de uma prática política, mas a política está intrinsecamente dentro dela a partir de suas práticas.

Neste sentido, ainda se agregam ao propósito de cultura a perspectiva de Certeau (2012, p. 235):

[...] a cultura apresenta-se como o campo de uma luta multiforme entre o rígido e o flexível. Ela é o sintoma exagerado, canceroso de uma sociedade dividida entre a tecnocratização do progresso econômico e a folclorização das expressões cívicas. Manifesta uma disfunção interna: o fato de que a apropriação do poder produtivo pelos organismos privilegiados tem como corolário uma desapropriação e uma regressão política do país, isto é, o desaparecimento do poder democrático de determinar a organização e representação do trabalho que uma sociedade faz sobre si mesma.

O autor não considera a cultura como estática, ela está no entre lugar, mutável e imutável. Ao mesmo tempo em que existe, se modifica para atender as necessidades das transformações constituídas a partir de suas práticas ou

negociações. Encontra-se tanto nas práticas do Estado quanto nas cotidianas, se materializando principalmente nas segundas, que são ações de indivíduos anônimos como a família Egert, não destacados pela historiografia considerada oficial.

Diante disso, entende-se a cultura como plural, não pertencente apenas a um segmento privilegiado da sociedade nas suas formas literárias ou artísticas. Como aponta Chartier (2002, p. 59): “O mais grave na acepção habitual da palavra cultura não é tanto o fato de que recobre geralmente apenas nas produções intelectuais ou artísticas de uma elite, mas que leva a supor que o ‘cultural’ não se investe senão em um campo particular de práticas ou de produções”. A cultura está em todos os segmentos, enquanto prática, especialmente nas miudezas cotidianas, de sujeitos marginalizados como os imigrantes do segundo pós-guerra.

Essa mesma discussão de pertencimento cultural é apresentada por Certeau (2012, p. 245), focalizando o cotidiano:

[...] não seria possível estabelecer como norma da cultura a forma ‘literária’ ou ‘artística’, digamos elitista, que toma essa prática do desvio. De certo modo, um meio particular impõe a todos como a lei aquilo que é somente a sua lei. [...] mas essa morada, o traje, a bricolagem, a cozinha, as mil atividades urbanas ou rurais, entre familiares ou amigos, as formas múltiplas do trabalho profissional constituem também campos onde a criação surge por toda parte. O cotidiano está semeado de maravilhas, espuma tão fascinante, nos ritmos prolongados da língua e da história, quanto a dos escritores ou dos artistas [...].

O cotidiano também possui suas culturas, especialmente nas práticas, não há como negar que essas ações relacionam linguagens, moradias, vestimentas, formas de cozinhar, contatos interpessoais, laborais e em todos os lugares onde se encontram seres humanos nas suas mais diversas perspectivas, podendo ser classificadas nas formas que os pesquisadores acharem mais convenientes como categorias, gêneros, etnias, classes ou segmentos. Ela encontra-se intrínseca aos sujeitos até mesmo intuitivamente.

As práticas culturais problematizadas apenas nas perspectivas literária ou artística, não priorizam as marcas cotidianas que são realizadas entre familiares e amigos, os cidadãos considerados comuns que fazem a história. Analisar unicamente por esse viés é escolher a cultura singular e o lado do vencedor:

[...] A cultura no singular impõe sempre a lei de um poder. À expansão de uma força que unifica colonizando, e que nega ao

mesmo tempo seu limite e os outros, deve se opor uma resistência. Há uma relação necessária de cada produção cultural com a morte que a limite com a luta que a defende. A cultura no plural exige incessantemente uma luta (CERTEAU, 2012, p. 241-242).

Portanto, pensar a cultura e não as culturas é ainda promover a dicotomia entre colonizador e colonizado, metrópole e colônia, popular e erudito, rico e pobre; é afirmar a existência de uma dualidade social de um manda e outro obedece. Contudo, conceber a cultura na sua pluralidade é observar a experiência de uma rebeldia, que descoloniza, e dá voz a todos e todas, superando a vivência de um opressor, colocando-se a favor da resistência, mostrando que tanto nos espaços governamentais como nas sutilezas cotidianas existem formas de cultura.

As discussões de Bauman (2012), Certeau (2012) e Eagleton (2005) demonstram que a cultura pode conduzir a vários caminhos, com diversos significados e perspectivas teóricas, sendo necessário pensar sua historicidade, a quem se destina ou o segmento que a constrói. Nesse sentido, pensar a cultura nos estudos imigratórios apenas por um significado singularizado é reduzir qualquer problematização, é ser determinista e ortodoxo, guardando dogmas e crenças, o que a ciência histórica não propõe. A cultura nesse trabalho é definida como culturas e de forma provisória, que de acordo com Hall (2016, p. 17) são: “significados compartilhados” promovidos pelas práticas e representações de segmentos sociais.

Conforme Hall (2003) foi esse tipo de debate, mas de forma incipiente, que os estudos culturais tiveram início em meados de 1950 com obras de Richard Hoggart (*As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*) e Raymond Williams (*Cultura e Sociedade 1780-1950*). No entanto, o pesquisador adverte que é difícil datar precisamente o início dessa discussão, pois de alguma forma a sua noção estava presente em várias análises antecedentes. Contudo, estas leituras sistematizam as propostas, que embora marcadas pela distinção mostram uma interlocução recuperada de anos anteriores.

Em 1963, de acordo com Hall (2003), se incluiu nesta perspectiva o livro *A formação da classe operária inglesa* de Edward Palmer Thompson, que não é escrito no mesmo período que as publicações de Hoggart e Williams, mas participa intelectualmente deste movimento de ruptura e discussão inicial dos estudos culturais. Essa obra foi pensada nas tradições do marxismo inglês, história econômica e do trabalho, mas contribuiu com o campo da cultura por destacar em algumas de suas questões as perspectivas de consciência e experiência; rompendo

com uma forma de evolucionismo tecnológico, economicismo e determinismo organizacional. Com isso, esses estudos favoreceram o surgimento da cultura como abordagem de análise.

O termo História Cultural foi cunhado pela historiadora Lynn Hunt em uma publicação de 1989, que levava esse nome, no entanto, seus ensaios foram reunidos anos antes, em 1987, como resultados de um seminário realizado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos Estados Unidos. Desde esse período até os dias atuais, esse paradigma é a forma dominante de se escrever a história, sendo marcada pela fragmentação, pluralidade e interdisciplinaridade de visualizar a cultura em seus objetos, problemas e abordagens (BURKE, 2005).

Uma forma de visualizar a cultura é nos estudos migratórios. Nodari (2009) aponta que eles têm um lugar privilegiado na área das Ciências Humanas e tiveram mudanças significativas na década de 1970 com a incorporação de duas discussões de origem alemã. A primeira é uma leitura teórica de Wolfgang Köllmann e Peter Marschalck, publicada em 1973, na qual os autores apresentam que a direção da migração obedece a aspectos econômicos, sociais e culturais, removendo disparidades entre duas áreas. A inovação dos pesquisadores é perceber que as pessoas partem para o destino, depois de terem feito uma avaliação destes locais, considerando igualmente elementos culturais e não apenas econômicos e políticos. Nesta avaliação, os migrantes consideram normas e práticas culturais, sendo a imigração uma decisão consciente que independe da motivação.

Outra leitura teórica proposta por Nodari (2009) é uma coletânea, publicada em 1991, organizada por Colin G. Pooley e Lan D. Whyte. Conforme a pesquisadora, a sua relevância é que apesar de diversos apresentam questionamentos que vão além de uma posição econômica, demonstrando não apenas aspectos quantitativos, mas reconhecendo que os imigrantes possuem posições históricas e culturais. Ela observa que até aquele momento as discussões sobre migrações mencionavam alguns empecilhos que precisavam ser sanados, como se pautarem nos dados quantitativos e estatísticos, utilizando apenas um tipo de fonte e concentrando-se em um único período. A pesquisadora, pautada neles, chama atenção para a utilização de fontes históricas como cartas e diários que podem incluir informações dos motivos da imigração; elementos relevantes para as análises culturais, por isso a importância do uso deles e não apenas números.

No Brasil os estudos de imigração em uma perspectiva cultural, conforme



Seyferth (2011), iniciaram na década de 1970 e se estendem até aos dias atuais. Essas pesquisas, inicialmente privilegiavam mudanças socioculturais e comportamentais do imigrante na sociedade brasileira. A autora enfatiza que nem sempre as teorias migratórias conseguiram acompanhá-los apesar de assuntos fundamentais nas discussões sobre identidades e representações; isso só foi possível mais recentemente, a partir da redescoberta do conceito de cultura.

Neste sentido, refletindo a partir dos estudos culturais, Sayad (1998, p. 54) define o que é um imigrante: “Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. A imigração é um estado definitivo em que os internacionais e nacionais, acreditam ser provisório. “A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeitada ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem [...], estando subordinada a sua condição de imigrante” (SAYAD, 1998, p.55). A presença do imigrante é tolerada porque sua força de trabalho é vista como necessária na sociedade que o acolheu.

Isso se torna evidente na narrativa de Portelli (2016) sobre o imigrante somali Geedi Yusuf Kuule, o qual externaliza simbolicamente esse sentimento na letra de sua canção *Istaranyeribaanaha*<sup>9</sup>. A motivação para a escrita da música foi ele ser identificado durante e depois da imigração como estrangeiro, um morador estranho àquela realidade. Como inicialmente não se conhecia os códigos linguísticos italianos, acreditava-se que as palavras tinham significações negativas, mas com a aprendizagem da língua percebeu que se pautava na exclusão, na denominação do outro, e em mais uma forma de desmoralizar. A designação estrangeira foi utilizada, porque ele não fazia parte inicialmente daquele lugar, sendo considerado um hóspede, com sua permanência tolerada apenas por alguns dias e não como uma segunda pátria. Apesar disso, o signo estrangeiro não tem a mesma conotação em todos os lugares, ele afirma que na Somália os italianos não são vistos como visitantes, mas como moradores e que o vocábulo hóspede tem a mesma pronúncia de anfitrião.

---

<sup>9</sup>A letra da música de Geedi Yusuf Kuule com sua tradução: “*Istaranyeri baan ahai* (Eu sou estrangeiro)/ *Istaranyeri baan ahai* (Eu sou estrangeiro), *Italiya osbitaan u ahay* (Sou um hóspede da Itália)/*Afrikan ann ahayoo* (Sou africano) *Afrikan ann ahayoo* (Sou africano)/ *Animal armi qaataan ka irdeynaa* (Estou fugindo dos animais que andam armados)/ *Afrikana ma ahin* (Somos africanos)/ *eoropana ma ahim* (Não somos europeus)/ *Imminka intee nahau innagu?* (Onde estamos nós?)” (PORTELLI, 2016, p. 81).

Sayad (1998) aponta que o migrante na sua terra de origem sempre será lembrado pela esperança da volta. De forma antagônica, no seu destino, é mencionado como estrangeiro, sendo alheio àquela realidade e pensa-se no seu retorno da forma mais aligeirada possível, mesmo que isso jamais aconteça. O que é caracterizado como um dos paradoxos da migração: um sujeito ausente na sua origem, mas marcado pela lembrança e presente no seu destino, porém desprezado. Esse pesquisador humaniza a imigração, questionando hipoteticamente que se o retorno é realizado, o imigrante não encontraria sua localidade da mesma forma que a deixou, por isso ficaria em um entre lugar, não pertencendo mais a sua origem e muito menos ao destino.

Beneduzi (2008) corrobora com isso e ao analisar a nostalgia, apresenta que além do imigrante estar em um entre lugar, encontra-se em uma temporalidade diversa. No caso de um retorno precisaria recriar sua narrativa elaborando não apenas o lugar que deixou, mas a sua temporalidade. Na origem, o imigrante não estaria mais no seu tempo e espaço, e no destino seus descendentes nunca seriam considerados cidadãos nacionais, mas portadores dessa rejeição e necessidade subjetiva, nostálgica de narrar uma memória do vivido em um espaço que não existe mais, nem territorialmente e nem temporalmente. Com isso, o imigrante e seus descendentes são desterritorializados em duplo sentido: espaço e tempo.

Esse aspecto também é demonstrado por Bhabha (1998), ao afirmar que a modernidade e a pós-modernidade criaram e desenvolveram sujeitos marcados pelo hibridismo<sup>10</sup> em suas práticas culturais e lugares. Os imigrantes, inclusive a família Egert, são sujeitos que não se encaixam em um perfil único de cultura, necessitando serem pensados na pluralidade e circularidade, como afirma Certeau (2012). Eles são ausentes e presentes identitariamente à origem e destino, a sua fronteira é a mistura desses dois espaços e tempos. Por isso, para perceber suas práticas e representações, é necessário conhecer tanto a sua procedência, como finitude, seu contexto, local de partida e chegada.

---

<sup>10</sup> O hibridismo cultural é entendido na perspectiva de Burke (2003), cujo autor afirma a inexistência de uma junção harmônica entre duas ou mais culturas, mas a sua negociação, sendo que alguns elementos de uma se sobrepõem a outra, principalmente pelas relações de poder.

## 1.2 A II GUERRA E O PÓS-GUERRA

A migração, discutida a partir dos aspectos culturais, pode ser visualizada de duas formas. A primeira na sua origem com a saída do migrante denominada de emigração e a segunda no seu destino, a entrada no país que o acolheu, a imigração. Apesar disso, Sayad (1998) aponta que a migração são dois processos do mesmo sujeito, pois não há como analisá-la sem saber motivações, contextos e práticas culturais da origem e destino.

No caso da família Egert, é preciso dialogar com a II Guerra e seus precedentes, observando o fenômeno, tanto em solo europeu como americano. O contexto que motivou essa imigração foi marcado por uma Europa materialmente destruída pela miséria, conflitos identitários, e a emergência de governos totalitários, principalmente a partir das práticas do nazismo e stalinismo. Após sobreviver a esse infortúnio, eles ainda precisariam retornar para seus países de origem, de forma forçada ou voluntária, ou adentrarem em novos, superando as políticas restritivas de imigração.

Nesse sentido, a II Guerra Mundial (1939-1945) foi um evento que envolveu além da família Egert milhares de pessoas e tragicamente todos os países do globo. O seu início e término são questionáveis e como todo processo histórico depende de marcos temporais, e da localidade em que se estava (JUDT, 2008). A história oficial data seu início em setembro de 1939 com a primeira invasão da Polônia e finda com a rendição da Alemanha em maio de 1945, no entanto, na Tchecoslováquia iniciou-se quase um ano antes, em outubro de 1938 com a ocupação dos Sudetos. Lowe (2017) também compactua com esta dificuldade, de delimitação temporal e espacial do conflito, afirmando que o fim das batalhas pode ser atribuído à queda da União Soviética e do socialismo em 1989 (queda do Muro de Berlim), ou 1991 (com a desintegração da União Soviética), pois a Europa sobreviveu tensamente durante os anos até esses eventos; e na Polônia, terra de origem dos Egert, só findou quando tanques soviéticos saíram do país em 1989.

Nesse sentido, Pollak (1992) apresenta que ocorrem, sobretudo em datas consideradas públicas, fenômenos de transferência da memória, na qual uma determinada data pode significar mais que outra, ele cita por exemplo, que em regiões europeias embora tenha uma data oficial para demarcar o fim da I e II Guerra, seus moradores preferem guardar apenas uma delas, aludindo a ambas.

Em alguns locais, por exemplo, há uma relevância à I Guerra e não à II, por considerá-la, pela significativa quantidade de vítimas, mais traumática.

A Polônia, cenário das origens da família Egert, foi uma das nações mais devastadas durante a II Guerra Mundial, sofreu com invasões, bombardeios, práticas nazistas e campos de concentração. A destruição começou com o *Pacto Molotov-Ribbentrop* que dividiu os territórios da Polônia, Romênia e Finlândia entre União Soviética e Alemanha. Estes governos totalitários, nazista e stalinista, proporcionaram uma devastação sem precedentes neste território. Em 1º de setembro de 1939, Hitler invadiu a Polônia no oeste, e em 17 de setembro Stalin invadiu pelo leste. Em 1941 os nazistas invadiram os territórios ao oeste e em 1943 o Exército Vermelho invadiu a partir do leste. Por fim, a Polônia acabou por ser invadida diversas vezes pelos dois ditadores durante o conflito (APPLEBAUM, 2016).

Esse território foi central para o desenvolvimento do plano sistemático de assassinato étnico de judeus pelos nazistas, pois quase 40% da população polonesa era judia. Os extermínios de civis começaram em janeiro de 1942 com deportações, e nos meses seguintes se efetivaram em *Belzec*, *Sobibore* *Treblinka*. O campo de *Auschwitz*, considerado o mais letal, iniciou o genocídio em meados desse ano com ucranianos que guiavam judeus nas câmaras de gás (SHEPHARD, 2012; APPLEBAUM, 2016)<sup>11</sup>.

Outra destruição realizada durante a guerra, tanto na Polônia como em outros países europeus, foi o deslocamento pelo recrutamento voluntário e involuntário. De acordo com Shephard (2012) eles começaram em 1939 quando a Alemanha nazista percebeu a necessidade de mão de obra estrangeira para alimentar a máquina bélica. Essa percepção foi oriunda da experiência da primeira guerra (1914-1918) em que os alemães ficaram sem trabalhadores, devido ao alistamento no exército de quase todos os civis.

Os poloneses depois da invasão foram os primeiros obrigados a desenvolver essas práticas laborais a partir da efetivação de planos para fornecimento de mão de obra à Alemanha. Esses planos, inicialmente, eram voluntários, mas por causa da pouca adesão foram estendidos a todos os habitantes entre quatorze e vinte e cinco anos do sexo masculino e posteriormente feminino. Shephard (2012) aponta que

---

<sup>11</sup> Sobre a morte de civis na Polônia: um em cada seis morreram, em um total de aproximadamente 6 milhões (LOWE, 2017).

nos primeiros meses da década de 1940 a Polônia forneceu para a Alemanha aproximadamente dez trens por dia, cada um com mil trabalhadores, possivelmente em um deles estava a família Egert, que assim foi parar como mão de obra em solo alemão.

Applebaum (2016) afirma que o principal objetivo dos nazistas era transformar algumas práticas culturais polonesas em alemãs, com isso, almejavam uma força de trabalho iletrada pela facilidade do controle, eliminando o segmento instruído do país. Uma das primeiras ações foi a substituição da população polonesa pela alemã, principalmente em municípios históricos como *Gdynia*, *Łódz* e *Poznań*, como vitrine para os demais. Os ditadores necessitavam de novos trabalhadores em seu território e precisavam alocar população na Polônia, os poloneses foram levados para a Alemanha e os adeptos do nazismo ocuparam seus lugares, uma permuta populacional marcada por conflitos.

Foi neste movimento que a família Egert foi atraída para a Alemanha. Os poloneses que não sofreram o deslocamento físico foram desterritorializados culturalmente (BHABHA, 1998). Conforme Applebaum (2016), mesmo aqueles que ficaram em território polonês, perderam o direito de realizar práticas culturais como a pronúncia da língua nacional em público, frequentar estabelecimentos comerciais que possuíam o aviso *Nur für Deutsche*<sup>12</sup> e tiveram seus municípios rebatizados com nomenclaturas nazistas. De alguma forma, deles foi retirado o direito de se sentirem identitariamente poloneses, fragmentando a sua identidade nacional. Há ainda outra parcela encaminhada aos campos de concentração para morte, devido práticas laborais à exaustão. Aos poloneses foi negado o direito ao território e a alguns as suas práticas culturais, a outros à vida.

Junto à família Egert havia sujeitos de nações diversas como da Noruega, Bélgica, Holanda e França que também foram obrigadas a participar dessa prática destrutiva auxiliando inicialmente com suas minas, fábricas, fazendas e estradas de ferro destinadas a suprir a carência de produção alemã, e posteriormente o envio de trabalhadores<sup>13</sup>. Em todos os países invadidos pelos nazistas a estratégia foi a mesma: primeiro as práticas laborais eram realizadas dentro das fronteiras nacionais e a produção era fornecida à Alemanha. Em seguida, com o acirramento do conflito

---

<sup>12</sup> Em tradução livre “Apenas para alemães”.

<sup>13</sup> Entre os anos de 1942 e 1943, um número superior a 700 mil franceses, belgas e holandeses foram enviados para trabalhar na Alemanha (SHEPHARD, 2012).

seus cidadãos eram enviados diretamente para substituir postos de trabalho em solo alemão (JUDT, 2008).

Ian Buruma (2015) aponta que entre os holandeses recrutados para a Alemanha estava seu pai. Sytze Leonard Buruma continuou, mesmo com a ocupação nazista, realizando suas práticas culturais habitualmente, sem uma alteração significativa, pois os primeiros afetados foram os judeus em 1939. Tanto ele como os Egert não eram judeus, mas católicos, isso garantia certa tranquilidade. Em 1943 Leonard e alguns colegas do curso de direito foram obrigados a fazer voto de lealdade a Adolf Hitler, juramento coagido pela ameaça de deportação para campos de concentração, o ato consistia na promessa de ausência de ações judiciais contra o ditador. Ele resolveu não jurar, fugindo e passando a viver na clandestinidade.

No mesmo ano, depois de receber um chamado de seus colegas universitários da resistência, eles foram encontrados pelos nazistas em uma estação de trem na Holanda. A polícia alemã bloqueou as plataformas de embarque dos dois lados e caso os estudantes tentassem fugir responsabilizariam seus pais. Ele foi transportado para um campo de concentração, onde ficou brevemente, sendo enviado para uma fábrica de freios em Berlin. Em 1945, a partir de contatos, conseguiu abrigo em uma casa que escondia fugitivos nazistas. Na sequência, já no pós-guerra, quase foi fuzilado pelos russos, mas se salvou por um oficial aliado que acreditou na sua forma de recrutamento (BURUMA, 2015).

A Alemanha nazista necessitava de estrangeiros para desenvolver práticas laborais em solo alemão, contudo, esse argumento é contraditório. Como um país que pretendia uma homogeneização cultural poderia justificar esse fato a seus nacionais? Como explicar à população alemã a utilização de mão de obra estrangeira como do holandês Sytze Leonard Buruma e dos poloneses membros da família Egert? Como forjar uma nova identidade para que essas pessoas fossem aceitas pela necessidade eminente? Como a identidade é construída culturalmente (HALL, 2016), Shephard (2012) responde que os nazistas criaram um sistema de diferenciação entre nacionais e internacionais que permitia a presença de todos em solo alemão. Durante o regime o imigrante poderia viver na Alemanha contanto que morasse em casas separadas dos nacionais, aceitando salários baixos e insígnias

para diferenciação<sup>14</sup>. A desobediência a essas regras ou se envolver emocionalmente com um alemão poderia levar a punições, inclusive à morte.

Nessa classificação, alguns estrangeiros eram mais aceitos que outros. Como forma de regulamentar essa organização havia algumas práticas de tratamento, pagamento e alojamento de trabalhadores, todas atreladas às hierarquias nazistas.

Eles [os alemães] então elaboraram regulamentos especiais para controlar o tratamento, o pagamento e o alojamento de cada grupo, com uma hierarquia complexa de privilégio – os trabalhadores alemães no alto da pirâmide, seguidos por *Gastarbeitnehmer* de países aliados como a Itália, depois por *Westarbeiter* do norte ou oeste da Europa, prisioneiros de guerra e, por último, os poloneses [...] Mas, na prática, uma hierarquia diferente muitas vezes funcionava nos locais de trabalho e nas fazendas [...] Os poloneses, por outro lado, se adaptavam bastante bem na área rural e a maior parte dos civis do Ocidente, especialmente os belgas e franceses, eram considerados bons trabalhadores. Eram pagos relativamente bem e suas condições de vida não eram muito piores que as de um trabalhador alemão médio (SHEPHARD, 2012, p. 26-27).

Os poloneses que não eram encaminhados para os campos de concentração, como os Egert, eram os últimos na hierarquia de privilégios, pois o interesse dos nazistas por essa população era menor como esboçado por Applebaum (2016), no entanto, havia uma prática oficial, idealizada, e outra informal, a que funcionava. Nesta última, eles ficavam quase no topo da pirâmide, pois se adaptavam satisfatoriamente aos serviços na área rural, o que fazia com que os fazendeiros tivessem uma afeição maior por esse grupo que pelos próprios alemães, favorecendo suas condições de vida e melhorando suas práticas alimentares.

Neste período, as práticas desenvolvidas pelos estrangeiros na Alemanha eram realizadas além das fazendas, em fábricas de armamento, escritórios e em casas de famílias alemãs, essas últimas eram destinadas exclusivamente às mulheres do leste europeu que serviam como empregadas domésticas. A incorporação se efetivou com a justificativa de que Hitler tinha se surpreendido com o cabelo louro e as características arianas dessas moças, com isso, concluiu que elas possuíam vestígios do sangue ariano e poderiam ser recebidas nos lares (SHEPHARD, 2012).

---

<sup>14</sup> Os grupos estigmatizados eram obrigados pelo regime nazista a utilizar insígnias para sua diferenciação, dentre eles os poloneses receberam a letra P e os ucranianos a expressão *ost*, abreviação de *Ostarbeiter*, terminologia que se referia aos trabalhadores do leste europeu (SHEPHARD, 2012).

Entre os infortúnios que sofreram os Egert na Alemanha com a proximidade do fim da guerra estavam os bombardeios aliados<sup>15</sup>:

As coisas ficaram bem piores [para os estrangeiros] em novembro de 1943 quando a Força Área Real (RAF, na sigla em Inglês) iniciou sua longa campanha de bombardeio na capital alemã. Em 1944, aos Lancasters [aviões] da RAF juntaram-se os B-17 [aviões] americanos. Mas a destruição total de Berlim, e de seu povo, começou realmente nos primeiros meses de 1945, quando bombas e incêndios em grande escala eram mais ou menos constantes. Os americanos atacavam durante o dia, os britânicos durante a noite, e em abril os 'órgãos de Stalin' passaram a fustigar a cidade a partir do leste (BURUMA, 2015, p. 15 – grifos do autor).

Havia três tipos de bombardeios: britânicos, estadunidenses e soviéticos, e eles aconteciam no último ano da guerra durante o período vespertino e noturno. Em 1943, houve uma intensificação desses ataques com a incorporação de mais dois grupos, e em 1945 também ocorreram conflitos em solo com o exército vermelho, definido no trecho de Buruma como "órgãos de Stalin".

A proteção dos ataques ocorria da seguinte forma:

[...] conseguiam se espremer em abrigos antiaéreos, privilégio que não era permitido aos prisioneiros em campos de concentração. Às vezes uma trincheira cavada apressadamente era a única proteção contra os ataques e bombardeios, os quais, na lembrança de meu pai, os estudantes ao mesmo tempo saudavam e temiam. Um dos piores tormentos era a falta de sono, pois o bombardeio aéreo e de artilharia na realidade nunca se interrompia. Havia o barulho constante de sirenes, explosões, gritos e do desmoronar e estilhaçar de alvenaria e vidro. Mesmo assim, os estudantes aplaudiam os bombardeios anglo-americanos que tão facilmente poderiam matá-los, o que em alguns casos de fato aconteceu (BURUMA, 2015, p. 16).

O trabalhador assalariado na Alemanha durante a guerra tinha um misto de revolta e medo, além disso, mesmo que seu regime fosse análogo à escravidão eles tinham vantagens em relação ao trabalhador escravo do campo de concentração. Entre as vantagens estavam os benefícios de poder adentrar nos abrigos antiaéreos, mesmo que fossem lotados e tivessem por preferência os alemães. Contudo, às vezes o tempo não era suficiente para chegar nesses esconderijos e a única

---

<sup>15</sup> O grupo aliado, formado principalmente por União Soviética, Grã-Bretanha, China e Estados Unidos se opunha ao Eixo composto por Alemanha, Itália e Japão.



alternativa era uma trincheira no chão ou desenvolver suas práticas religiosas, a partir da oração.

A fragilidade dos alojamentos alemães que abrigavam os estrangeiros, principalmente depois dos ataques aéreos, favorecia fugas:

Em abril de 1945, o alojamento de trabalhadores tornou-se inabitável: telhados e paredes tinham sido varridos por vento e fogo. Através de um contato possivelmente feito por meio de uma das menos nazificadas igrejas protestantes, meu pai encontrou refúgio numa quinta suburbana. Sua senhoria, Frau Lenhard, já tinha recebido vários outros refugiados das ruínas de Berlim central [...] (BURUMA, 2015, p. 16).

Não há indícios para afirmar que os Egert estavam durante a guerra em algum alojamento ou se conseguiram evadir-se dele, mas a destruição de um dos abrigos de trabalhadores na Alemanha facilitou ao pai do Buruma (2015) fugir dos nazistas. Essa saída só foi possível por causa de uma igreja protestante que não comungava com o regime e resolveu auxiliá-lo até encontrar uma família que o acolhesse no subúrbio da capital. Muitas narrativas de internacionais, submetidos forçosamente na Alemanha, contaram com essas práticas, nem todos os alemães estavam dispostos a se submeter ao nazismo e os ajudavam tanto nas fugas, como os escondendo.

Uma das iniciativas encontrada pelos nazistas, para que a mão de obra sobrevivesse aos bombardeios e não fugisse do meio ao final da guerra, foi o deslocamento das fábricas para o subsolo, especialmente as responsáveis pela produção de armamentos que sustentavam a máquina bélica. Houve igualmente, um deslocamento dos trabalhadores dos campos de concentração para essas fábricas como uma tentativa de obtenção de servidores para o regime (SHEPHARD, 2012)<sup>16</sup>.

Apesar desses esforços, o regime nazista foi definhando, principalmente com a inserção dos Estados Unidos e aliados no conflito, até sua extinção. Os aliados imaginavam que o fim do conflito traria doenças, fome e uma grande quantidade de pessoas deslocadas, a exemplo de eventos anteriores como a primeira guerra. Com o avanço do exército aliado isso se efetivou e observou-se uma quantidade significativa de pessoas em marcha que durante o conflito tinham sido: escravos

---

<sup>16</sup> Em 1944, estima-se que dos aproximadamente 600 mil prisioneiros dos campos de concentração, 500 mil foram considerados aptos para as práticas laborais nas fábricas, devido à morte dos seus antecessores. Desse total, 140 mil foram empregados em projetos de oficinas subterrâneas, 130 mil na companhia de engenharia e 230 mil em companhias privadas (SHEPHARD, 2012).

saídos das fazendas, fábricas, minas ou estavam escondidos em florestas, troncos, pântanos, covas e abrigos subterrâneos. A maioria vestia trajes listrados imundos, ainda de quando estavam nos campos de concentração ou uniformes desbotados em farrapos de exércitos derrotados, que eram deixados pelas ruas quando encontravam roupas melhores (SHEPHARD, 2012).

Conforme a população era libertada, alguns grupos militares eram constituídos para serem encarregados dos seus cuidados. As práticas consistiam em borrifar substâncias desenvolvidas nos Estados Unidos para evitar doenças, separá-los por nacionalidades e mantê-los vivos com pacotes de ração enriquecidos com vitaminas básicas. No entanto, se verificou que o exército não conseguiria trabalhar em duas frentes, conflito e atendimento aos necessitados, com isso, constatou-se a necessidade de uma organização civil para realizar a segunda tarefa. Em 1943, para essa finalidade surgiu a UNRRA (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration*- Administração de Socorro e Reabilitação das Nações Unidas) (SHEPHARD, 2012)<sup>17</sup>.

O fim da guerra trouxe duas percepções, a primeira que muitas pessoas como a família Egert, se encontravam longe de suas residências e a segunda, que a composição étnica de alguns países estava totalmente diferente de 1938 (APPLEBAUM, 2016). As dificuldades culturais pautavam-se na identidade, no que Hall (2016) define como a constituição do sujeito; as pessoas não se reconheciam apenas de uma forma, mas de duas ou mais, principalmente por alguns eventos de deslocamentos como: alemães instalados pelos nazistas na Polônia e Tchecoslováquia, poloneses e judeus despejados e encaminhados para campos de concentração ou empregados na Alemanha, exilados que retornavam da Grã-Bretanha, França e Marrocos, entre outros.

---

<sup>17</sup> Em 9 de novembro de 1943 foi fundada a UNRRA, mesmo com o seu surgimento foram deslocados 20 mil militares para as atividades de assistência, pois a instituição não conseguiu mandar equipes suficientes para o início dos trabalhos no imediato pós-guerra. Ela nasceu com data para extinguir-se, funcionou até 1947 e não tinha como função o reassentamento de deslocados de guerra. A sua sucessora foi a OIR (*International Refugee Organisation*- Organização Internacional de Refugiados) que funcionou até 1952. Ela não possuiu o apoio da União Soviética e dos seus aliados, seus recursos eram compostos de mais da metade pelos Estados Unidos. A OIR foi substituída pelo CIME (Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias). Na década de 1950 a ONU (Organização das Nações Unidas) criou a ACNUR (*United Nations High Commissioner for Refugees* - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). Além dessas organizações funcionavam paralelamente órgãos da Igreja Católica, como a CICM (Comitê Intergovernamental Católico para as Migrações), e Luterana (ANDRADE, 2006; SHEPHARD, 2012; STEIN, 2011; SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013).

Nesse sentido, Buruma (2015), Judt (2008) e Lowe (2017) apresentam que 1945 ficou conhecido como o ano zero (*Stunde Null*), um período de recomeço, nova vida para aqueles que sobreviveram à II Guerra Mundial. De alguma forma, tudo renasceu culturalmente, espiritualmente, moralmente e economicamente. Applebaum (2016) prefere chamar de hora zero, as primeiras logo após a libertação dos aliados, no entanto, Lowe (2017) enfatiza que pensar o pós-guerra como um renascimento é uma visão eufemística da história, pois o conflito não acabou com um final único, mas com finais distintos, diferentes em cada parte da Europa.

O cenário da libertação em cada canto do continente europeu era devastador, especialmente pela destruição material e imaterial:

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, a perspectiva da Europa era de miséria e desolação total. [...] Crianças órfãs perambulam melancólicas, passando por grupos de mulheres exaustas que reviravam montes de entulho. Deportados e prisioneiros de campos de concentração, com as cabeças raspadas e vestindo pijamas listrados [...]. Até os bondes parecem traumatizados – impulsionados por corrente elétrica intermitente, aos trancos, ao longo de trilhos danificados. Tudo e todos – exceto as bem nutridas forças aliadas de ocupação – parecem surrados, desprovidos de recursos, exauridos (JUDT, 2008, p. 27).

Havia um contraste no fim da II Guerra Mundial, entre os que desenvolviam suas práticas alimentares satisfatoriamente (os aliados) e os que não estavam bem alimentados (os sobreviventes). Esses últimos, assim como a família Egert eram em maior número e de origens diversas, mas, de uma forma geral todos que inicialmente habitavam a Europa estavam cansados, esfomeados e desesperançados. A única expectativa advinha das tropas aliadas que tinham como função organizar a destruída Europa.

O patrimônio polonês, para onde os Egert poderiam retornar, também estava destruído como dos demais países europeus:

[...] Cidades arrasadas, escombros sem fim, vilarejos incendiados, ruínas carbonizadas e fumegantes onde costumavam haver casas. Emaranhados de arame farpado, os restos de campos de concentração, campos de trabalho, campos de prisioneiros de guerra; campinas desérticas, sulcadas por rastros de tanques, sem nenhum sinal de cultivo, de criações, nem de vida de qualquer tipo. Nas cidades recém-destruídas, o ar estava impregnado do cheiro de cadáveres (APPLEBAUM, 2016, p. 41).

A diferença entre o leste e o oeste europeu do pós-guerra encontrava-se nos campos de extermínio, eles estavam em sua maioria na Polônia, mas com relação à quantidade de mortos não é possível essa distinção. Alguns territórios pareciam desertos ou cobertos por cadáveres, ninguém se atrevia a sair nas ruínas carbonizadas pelos bombardeios ou batalhas.

Um conterrâneo dos Egert foi o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2014, p. 304) que descreve o cenário polonês desta forma:

Ao deixar o exército em 1945, eu me vi novamente numa Polônia arruinada pela ocupação nazista, o que se somava a um anterior legado de miséria, de desemprego em massa, de conflitos étnicos e religiosos aparentemente insolúveis e de exploração de classe brutal. Os desafios que meu país confrontava eram, pois, muito maiores do que os do resto da Europa, pois além de reconstruir fábricas e casas, semear campos abandonados e colocar a economia de pé novamente, a Polônia exigia a batalha exaustiva contra uma pobreza sedimentada e contra profundas divisões de classe; a abertura das oportunidades educativas também era tarefa urgente, já que até então elas haviam estado fechadas à grande maioria da nação [...].

Nesse cenário, mais uma vez, observa-se uma Polônia destruída, marcada pela miséria, com desemprego e conflitos étnicos e religiosos. Durante a guerra e com consequências no seu após, as desordens polonesas não foram unitárias, mas tumultos dentro de conflitos que adentraram ao campo das práticas culturais (as invasões por Hitler e Stalin, a substituição de poloneses por alemães, a proibição da pronúncia em língua nacional, os campos de concentração e a perseguição aos judeus, entre outros).

A destruição material dos municípios europeus se efetivou durante a II Guerra, não apenas por bombardeios aliados, mas com ordens expressas de Hitler ao vislumbrar a derrota. Segundo Lowe (2017) com a certeza de que os soviéticos entrariam na Polônia, ele ordenou que cidades fossem arrasadas, a intenção era não deixar nada, nenhum tipo de espaço que pudesse ser utilizado por eles. As destruições incluíam casas e patrimônios culturais como o Castelo Real da Idade Média, Catedral do século XIV, igreja jesuítica, Palácio Saxão, Hotel Europeu, Biblioteca Pública, Arquivo Nacional e alguns municipais. Na região de Poznań

(capital regional), especificamente em Slawsk<sup>18</sup> onde nasceram Ignacy, Janina e os filhos Jozef e Henryque, foi destruído o Castelo Real de Poznań<sup>19</sup>.

A destruição polonesa foi causada tanto por nazistas como soviéticos. Isso é demonstrado por Applebaum (2016), apontando que em 1939, com a sua ocupação pelo exército vermelho foram promovidas deportações de comerciantes, políticos, funcionários públicos e padres. Assim que o exército soviético adentrou em solo polonês, seus tanques destruíram uma catedral centenária em Gniezno e em Breslau, atearam fogo no centro municipal, incendiando acervos de bibliotecas universitárias, museus municipais e várias igrejas. Como afirma Pelegrini (2007, p.93), esse impacto destrutivo com o aniquilamento desses bens culturais motivou que fosse revista e alargada a noção de patrimônio, adentrando os aspectos imateriais que vão além dos “bens de cal e pedra ou às obras excepcionais da humanidade”.

Nesse sentido, Funari e Pelegrini (2009) apresentam duas ideias que vêm à nossa mente e acompanham esse trabalho quando se refere à noção de Patrimônio. A primeira está relacionada aos bens que nos foram transmitidos pelos nossos antepassados e permanecem aliados à materialidade como casas e joias, e a segunda, refere-se ao patrimônio espiritual em que esse mesmo movimento é realizado com os ensinamentos ou lições de vidas que são passadas de geração em geração. Os autores utilizam como exemplo a prática cultural de fazer *nhoque*, comida tipicamente polonesa, que não é apenas patrimônio pela receita guardada em um livro, mas a maneira que foi desenvolvida pelas mães e avós.

A II Guerra Mundial causou essas duas destruições coletivas. Conforme Shephard (2012) ela também foi imaterial à exemplo do episódio conhecido como Massacre de Katyń. Esse evento foi marcado pelo genocídio de 10 mil oficiais militares da reserva polonesa, que exerciam as funções de médicos, advogados e professores, depois de assassinados foram jogados em covas coletivas nas florestas de Katyń. Essa prática posteriormente foi negada pelo governo soviético e nazista, tanto os primeiros como os segundos não tinham preocupações específicas de

---

<sup>18</sup> O município de Poznań é um dos maiores da Polônia e conta com mais de meio milhão de habitantes.

<sup>19</sup> Buruma (2015, p. 49) menciona que na Polônia até mesmo os campos de concentração foram destruídos pelos alemães antes de regressarem para o oeste. Estima-se que a destruição na Polônia, em média por cidade, foi de 40%.

preservar o patrimônio cultural dos diferentes povos, e buscavam a aniquilação cultural para facilitar a dominação.

É neste sentido que Applebaum (2016) enfatiza que tinham locais de sepultamento por todo solo europeu e com isso era necessário andar de forma cautelosa. Egert (2015) menciona que seu pai trouxe um trauma para o Brasil devido a isso, pois tinha uma quantidade considerável de insepultos dos quais os sobreviventes deveriam desviar para transitar. Andar a pé pelas ruas do continente europeu não era uma prática fácil pelos obstáculos, corpos estavam em toda parte com cheiro desagradável pela decomposição.

Conforme Buruma (2015), mesmo com a destruição dos bens culturais, também pelas potências aliadas, elas esperavam agradecimento da população europeia. Apesar disso, esse sentimento estava distante. Por que o sentimento de felicidade estava ausente e o exército aliado não foi recebido com festividades? Isso pode ser justificado pelo fato dos europeus não se sentirem libertos, mas condenados por todos os exércitos que participaram do conflito, e com isso, não visualizavam perspectivas de futuro. Todos eram perdedores e os destroços não deixavam esquecer, sendo constantes na memória.

A família Egert como os demais deslocados de guerra sofriam do que foi denominado por Buruma (2015) e Shephard (2012) de complexo de libertação, um sentimento de derrota que não atingia apenas as vítimas dos campos de concentração, mas países inteiros que esperavam o fim da guerra e não tinham motivos reais para comemoração, demonstrando ódio e vingança para seus libertadores, resistindo a cuidados, desinfecção, registro e repatriação<sup>20</sup>.

Os aliados acolheram os deslocados de guerra em centros e campos criados para essa finalidade, formados próximos às estradas, em prédios localizados em torno das cidades. Ignacy, Janina e seus dois filhos nascidos antes da guerra, Jozef em 1936 e Henryque em 1938, foram alojados em um desses centros no norte da

---

<sup>20</sup> Applebaum (2016, p.50) aponta a dificuldade de quantificar o psicológico e emocional dos sobreviventes, pois é necessário perceber que esse movimento não surgiu de forma inovadora na Segunda Guerra Mundial, seu início foi com o primeiro confronto em que se “[...] criou uma geração de líderes fascistas, de intelectuais idealistas e de artistas expressionistas que distorceram a forma humana convertendo-a em figuras e cores inumanas, em uma tentativa de exprimir seu desnorteamento”. Apesar disso, “[...] Como a Segunda Guerra compreendeu ocupações, deportações e o deslocamento de civis em massa, além dos combates, penetrou bem mais fundo na vida cotidiana. A violência constante, diária, moldou a psique humana em inúmeros sentidos, nem todos fáceis de exprimir”. Esse conflito pode ser considerado o mais desastroso até então, não apenas pelo uso de bombas nucleares, mas pela cultura da violência em grandes proporções.

Alemanha na cidade portuária de Lübeck numa antiga caserna militar nazista. Os campos de acolhimento estavam localizados nestes espaços militares e nos campos de concentração e trabalhos forçados, sendo raros os casos que tinham sido construídos do zero (LOWE, 2017). Além disso, abrigavam no mínimo duas mil pessoas, com quartos pequenos, e os cuidados com higiene e água precisavam ser redobrados, minimizando assim o risco de epidemias. Eles possuíam quase a mesma estrutura e tinham como função alimentá-los, desinfetá-los e mantê-los em ordem, evitando conflitos culturais (SHEPHARD, 2012).

Esses espaços podem ser considerados fronteira, um lugar intermediário à espera do retorno. As fronteiras culturais são descritas por Burke (2003, p. 73): “como ‘interculturais’, não apenas locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como uma mistura acaba se transformando na criação de algo novo e diferente”. Os lugares eram marcados pela diversidade e deram origem a novas configurações e práticas culturais. As equipes responsáveis pela sua organização deveriam requisitar materiais e pertences como roupas, forros de cama e pratos na comunidade local, exclusivamente alemã e caso não fosse possível, eram orientados a improvisação de utensílios<sup>21</sup>.

Assim como o campo de acolhimento de Lübeck, que abrigou a família objeto de estudo deste trabalho, grande parte deles se concentravam na Alemanha e outra na Áustria, alguns na Itália e apenas dois na União Soviética. A Alemanha foi dividida em zonas: a estadunidense, a britânica da qual saíram os Egert, a francesa e a soviética. Nesta divisão, os campos eram quase exclusivamente administrados nas zonas estadunidense e britânica, inicialmente pelos militares, depois pela UNRRA. Eles eram divididos por nacionalidades específicas ou agrupamento misto à exemplo: os poloneses, soviéticos e húngaros.

A discussão recorrente sobre quem deveria ser protegido nos campos de acolhimento, Judt (2008) e Shephard (2012) indicam a existência de práticas de classificações, que ficavam entre vítimas e perpetradores. No entanto, elas se apresentavam de forma errônea, pois eles não podiam ser chamados de vítimas, porque muitos, como a família Egert estavam lá para trabalhar e foram de forma

---

<sup>21</sup> Como exemplo, Shephard (2012) apresenta a forma que agiu a equipe 115 na organização de alguns campos em Schwabach, proximidades de Nuremberg na Alemanha. Essa equipe aproveitou três campos de trabalho forçados que possuíam: no primeiro 1200 russos; no segundo, 400 francesas e italianas; e no terceiro, meia dúzia de francesas. A equipe trabalhou rapidamente para limpar o local e restaurar o abastecimento de água, transformando os espaços em campos de acolhimento.

voluntária à Alemanha, e classificá-los de perpetuadores era estigmatizá-los. Diante disso, os aliados tentaram classificá-los de deslocados, refugiados e colaboracionistas. Os deslocados eram aqueles que consideravam ter uma pátria para o retorno e deveriam ficar nos campos provisoriamente até a volta. Os refugiados, aqueles que por razões diversas não tinham para onde ou não podiam voltar, e deveriam ficar nos campos até serem repatriados. Já os colaboracionistas, foram os considerados cooperadores dos nazistas e não teriam acesso aos campos, se desejava sua morte ou que fossem absorvidos pela comunidade local. Contudo, essa divisão não foi uma prática fácil e todos receberam o título de deslocados de guerra ou na linguagem internacional *displaced persons*.

Nesse sentido se optou por denominar os campos que abrigavam essa população apenas de “acolhimento” e não os adjetivar, pois conforme Shephard (2012), devido aos processos frágeis de classificação existiam neles: deslocados, refugiados e colaboracionistas; e conseqüentemente as três categorias foram direcionadas a outros países e se tornaram imigrantes. Isso foi motivado principalmente, por três dificuldades no processo de seleção. A primeira, é que eles poderiam ocorrer de forma aligeirada pela quantidade insuficiente de recenseadores. A segunda se concentrava na questão da língua, com a falta ou quantidade diminuta de intérpretes. Além do que, em sua maioria, eram deslocados de guerra e pela amizade promoviam uma rede de proteção. A terceira encontrava-se na manipulação de memórias, criação ou recriação de identidades. A ausência de documentos privilegiava esta prática e eles criavam uma nova história de vida que mudava a sua etnia<sup>22</sup> e trajetória durante a guerra, favorecendo a permanência dentro do campo.

A dificuldade de classificação dos deslocados também foi demonstrada por Andrade (2006). O pesquisador ao analisar as políticas de imigração do segundo pós-guerra mostra que o processo denominado por ele de elegibilidade, era caótico, pois os campos de acolhimento não satisfaziam a necessidade da classificação, e muitas vezes o aval não era dado em um espaço, mas o deslocado conseguia ser aceito em outro. Ele menciona que as dificuldades só começaram a ser sanadas em 1946, com a criação de formulários padronizados e comitês para analisar casos

---

<sup>22</sup> Hall (2006, p. 62) define a etnia como um conjunto de características culturais que contemplam “língua, costume, tradição, sentimento de ‘lugar’- que são partilhados por um povo”. Os deslocados de guerra buscavam forjar, principalmente, esses aspectos com a intenção de pertencerem, mesmo que provisoriamente, a outro grupo cultural e sobreviverem no pós-guerra.



complexos, mas mesmo com essas práticas, cada zona de administração, ainda agia de forma diferenciada.

Segundo Shephard (2012) alguns deslocados de guerra recriavam suas identidades, queimando impressos oficiais, criando narrativas, e demarcando novas práticas culturais como ir à escola ou à igreja em espaços que não representavam sua origem, na forma de garantir segurança internacional e principalmente os do leste europeu de não serem mandados forçosamente para a União Soviética. Conforme Bhabha (1998) a identidade nunca é construída a *priori*, sempre a *posteriori* e de forma inacabada, podendo ser mudada conforme sua necessidade, sendo um processo problemático que nunca se finda totalmente, pois é assinalado por uma nova representação do sujeito no tempo e espaço, mas um tempo que sempre está disposto de outra forma que pode ser alterado, segundo um imperativo.

Os campos, inclusive o de Lübeck onde ficou a família Egert, possuíam a estrutura hierárquica de um núcleo urbano com prefeitura, onde eram desenvolvidas práticas políticas com chefe de polícia e líderes, educacionais com professores e comerciais com sapateiros, alfaiates, carpinteiros, entre outros. O prefeito inicialmente era constituído por uma autoridade militar, geralmente era afamado de agressivo para demonstrar postura firme e controle. Lowe (2017) apresenta que houve discussões acaloradas entre os aliados para resolverem se davam ou não, a administração dos campos para os próprios deslocados. Era questionado se poderiam administrá-los com os recursos internacionais. O pesquisador prefere chamar esses espaços de Cômtes, referindo-se à realeza, no sentido monárquico em que a ordem hierárquica das práticas culturais era análoga à organização real.

Além dos governantes dos campos, alguns habitantes trabalhavam na sua administração. Desde o início, a UNRRA tentou incentivar os deslocados nas práticas de gestão e isso representava, conforme a função, privilégio. Os benefícios, devido aos salários baixos, concentravam-se nas práticas de conforto. Dos quatro segmentos administrativos, os deslocados ficavam com os dois últimos, em que como benesse, o penúltimo nível conseguiria comida e alojamento diferenciado, e o último além da comida diferenciada, uma doação conhecida como amenidades que incluía: sabão, gilettes, chocolate e cigarro. Esses mantimentos podiam ser trocados por outros no mercado paralelo (SHEPHARD, 2012; LOWE, 2017).

As práticas desse mercado que regulavam as transações comerciais, principalmente nos primeiros anos do pós-guerra, produtos como: comidas de bebê,

cigarros e enlatados, entre outros, eram desviados dos exércitos aliados e revendidos, pois devido à alta inflação, o dinheiro local (na zona britânica o marco alemão) não tinha quase nenhum valor. Esses mantimentos eram obtidos de várias formas, pelas mencionadas amenidades; heranças restantes de famílias burguesas suas ou roubadas; contagem irreal do número dos deslocados, a superlotação favorecia essa prática pelos números imprecisos; a conivência dos administradores que também participavam dessas ações; e relações amorosas com um soldado aliado (APPLEBAUM, 2016; SHEPHARD, 2012).

Desenvolver essas práticas amorosas com um soldado aliado poderia sinalizar a sobrevivência, pois garantia o desvio, principalmente de carteiras de cigarros que tinham um bom preço nesse mercado não oficial. As relações no pós-guerra entre soldados, principalmente estadunidenses e as mulheres locais não eram baseadas na equidade, porque os homens possuíam dinheiro e utensílios, e as mulheres precisavam desesperadamente desses suprimentos para alimentar a si e seus parentes. Isso favorecia o aumento dos índices de Infecções sexualmente transmissíveis, explicados pela ausência de orientações médicas e higiene, além da carência humana que favorecia a busca de algum tipo de relacionamento, devido a proximidade com a morte (BURUMA, 2015).

Shephard (2012) destaca que os campos eram espaços de algumas pessoas ociosas. No relato anônimo de um deslocado, ele menciona que o personagem acordava às dez da manhã, pois acordar cedo não fazia sentido por causa do frio e entre ir ao banheiro e tomar banho já era hora do almoço. No almoço eram servidos dois pratos, o primeiro com sopa de ervilha ou cevada moída, o segundo com quatro batatas fervidas com a casca e um pouco de molho. Após o almoço, ele deitava na cama por meia hora e na sequência ia a outra casa para ouvir rádio até às seis da tarde, hora do jantar, onde serviam pão com gordura de porco ou manteiga, queijo ou linguiça e café puro. Após o jantar, ele jogava xadrez ou baralho, lia um jornal ou um livro, e ouvia o programa *Voz da América*, dormindo às vinte e três horas.

O pesquisador enfatiza que a ociosidade ocorria na minoria dos casos, mas era esse comportamento que motivava os aliados a denominarem grande parte dos deslocados de vadios ou preguiçosos. Eles desenvolviam várias práticas culturais, entre elas: cuidar de jardins e hortas, festas, danças, jogos, caminhadas, trilhas, ensinar aos mais jovens costura: remendar roupas, tecer bainhas ou luvas, entre outras. De alguma forma, isso mostra que a maioria deles, assim como os Egert,

tinham ocupações pré-definidas ou arrumavam variadas atividades durante o dia para qualificar seu tempo.

Em 1947 uma tentativa para combater a ociosidade foi a obrigatoriedade de os maiores de quatorze anos se cadastrarem para desenvolver práticas laborais, isso incluía homens e mulheres de qualquer nacionalidade, no entanto, os judeus se recusaram, pois, de alguma forma lembravam os campos de concentração em que trabalharam exaustivamente. Para tentar resolver esse problema, a UNRRA elaborou planos para estabelecer empresas familiares dessa etnia dentro dos espaços (SHEPHARD, 2012).

A educação também era prática cultural fundamental para os deslocados, com isso, entre as primeiras ações nos campos concentrava-se a montagem de hospital e escola. Essa última tinha como função recuperar os anos perdidos que milhares de crianças e adolescentes ficaram sem estudar em decorrência da II Guerra Mundial. Jozef e Henryque Egert também adentraram a esses espaços, tendo em vista que no final da guerra possuíam idade escolar (em 1945 o primeiro tinha nove anos e o segundo sete), no entanto, assim como as demais crianças, conviviam com a falta de estrutura e precários materiais didáticos. Em alguns casos, não havia nenhum tipo de recurso, e as aulas eram em formas de ditados como pronunciamento dos professores, e a repetição e memorização dos alunos (SHEPHARD, 2012).

Conforme Shephard (2012) o sistema escolar expandiu nos campos de acolhimento durante as décadas de 1940 e 1950. Apesar dos conflitos culturais com a forma do ensino, o idioma<sup>23</sup> e o que valorizar nas abordagens; foram criados cursos de ensino superior dirigidos pelos próprios deslocados e por pressões internacionais foi reservado a eles 10% das vagas nas universidades alemãs. Apesar disso, nenhum desses cursos superiores atingiu a família Egert, uma vez que os pais que podiam frequentá-los não possuíam em suas fichas alguma marcação, apenas sabiam ler e escrever (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina Egert], 1949).

Certeau (2012, p. 117): afirma “Os problemas fundamentais da universidade dizem respeito ao país inteiro [...] A universidade é um lugar onde se exercem forças

---

<sup>23</sup> A UNRRA se preocupava com um currículo extremamente nacionalista. Com relação às práticas linguísticas, os judeus acreditavam que o ensino para seu grupo étnico deveria ser em hebraico (SHEPHARD, 2012, p. 348).

políticas [...]”. A criação de um sistema escolar nos campos era uma compensação alemã para a defasagem de conteúdos que os deslocados sofreram em decorrência à irregularidade do ensino durante a guerra. A ausência de escola e universidade não foram dificuldades enfrentadas apenas por uma nação, mas por um conjunto de internacionais buscando culturalmente se estabelecer.

Lowe (2017) menciona que a escola era uma prioridade nos campos e tinha uma função específica para o deslocado, recriar o sentimento de pertencimento e normalidade. A ida à escola, durante a guerra, era uma prática irregular, pela destruição ocasionada devido ao conflito, com isso, as crianças não criavam vínculo efetivo como a necessidade de estudar. Elas possivelmente se questionavam o porquê disso, se nos próximos dias poderiam morrer vítimas de infortúnios como os bombardeios, o sentimento de ausência deveria se efetivar pelas várias mortes que foram visualizadas durante a guerra. Enquanto no período do pós-guerra, o anseio não existia, pois mesmo que houvesse uma quantidade considerável de deslocados, havia mesmo que de forma mínima, a expectativa de um retorno e a morte não era tão constante, o que garantia uma perspectiva de futuro e aumentava a frequência escolar. Ir à escola também representava uma alternativa para a ociosidade e desenvolver práticas de sociabilidade.

Os campos de acolhimento eram povoados por crianças, isso garantia efetivamente a necessidade da escola, diante das práticas de alfabetização. Algumas como Jozef e Henryque Egert, acompanhavam os pais e parentes no mesmo campo, outras em espaços exclusivos para mães e bebês. Buruma (2015) e Shephard (2012) apontam que as taxas de natalidade nos campos de acolhimento eram consideráveis, no caso dos Egert dois de seus seis filhos, Kazimierz e Boguslaw, nasceram em um campo de Lübeck na Alemanha, onde esses nascimentos eram superiores em número aos de antes do conflito<sup>24</sup>. Os pesquisadores justificam isso, como uma forma dos sobreviventes provarem ao mundo que estavam vivos, produzindo nova vida, ou ainda, a necessidade de estreitar e criar novos laços perdidos durante a guerra pelas mortes de seus familiares.

---

<sup>24</sup> Kazimierz, terceiro filho de Janina, nasceu em 12 de julho de 1945 logo após o final da guerra e Boguslaw, o quarto, em 6 de agosto de 1948, ambos nascidos num antigo centro militar transformado em um dos campos de acolhimento no município de Lübeck na Alemanha (INTERNACIONAL REFUGGE ORGANIZATION, 1949).

O uso de contraceptivos era mal visto pelos deslocados e as práticas matrimoniais ocorriam logo após os encontros. Apesar disso, os índices de mortalidade infantil eram significativos, por causa de infanticídios decorrentes de estupros, durante e depois da guerra, e gravidez indesejada. Conforme Bhabha (1998), essa prática cultural pode significar, mesmo que em quantidade mínima, uma rebeldia contra o sistema, pois algumas mães não queriam que seus filhos nascessem em locais improvisados.

As práticas culturais híbridas também foram corriqueiras nesses campos de acolhimento. Como afirma Burke (2003) elas não devem ser compreendidas como a junção de duas práticas, mas pela sobreposição de uma sobre a outra, ou ainda, uma renegociação, mesmo que desigual entre elas. Shephard (2012) menciona que as funcionárias da UNRRA responsáveis pelas mães e bebês tentavam impor a cultura do ocidente aos moradores, com isso afirmavam e obrigavam que as crianças recebessem o aleitamento materno em horários regulares, pressionavam as mães e os bebês a tomarem banhos todos os dias e usarem roupas que não estavam acostumados. Isso causava desconforto e agitação que poderia levar a fugas.

Havia ainda dentro dos campos, crianças que perderam seus pais durante o conflito ou foram separadas deles e nunca os encontraram. Um número considerável de crianças sozinhas no pós-guerra foi oriundo do programa *Lebensborn*<sup>25</sup>. De acordo com Shephard (2012) este programa iniciou em 1941 no leste europeu com o objetivo de raptá-las, desde que tivessem aparência loura e olhos azuis, as características do que ficou conhecido de germanização ou *Herrenvolk*<sup>26</sup>.

Nos anos seguintes, com sequestro em parques, escolas, orfanatos, casas e campos de concentração os nazistas criaram planos semelhantes na Tchecoslováquia, Polônia, Romênia, Iugoslávia, Países Baixos, Bélgica e França. Crianças tinham seus nomes trocados para alemães, sendo criadas em instituições conhecidas como centros *Lebensborn* (orfanatos) ou por famílias germânicas que se comprometiam em educá-las segundo o costume nazista, inclusive a partir da prática linguística local, em troca de um modesto pagamento. As sequestradas que

---

<sup>25</sup> A UNRRA que as denominava de crianças desacompanhadas estimava que em 1947 houvesse 50 mil crianças órfãs na Tchecoslováquia, 280 mil na Iugoslávia, 200 mil na Polônia, 8 milhões na Alemanha, 6,5 milhões na União Soviética e 1,3 milhão na França. A tradução do termo *Lebensborn* significa fonte da vida (SHEPHARD, 2012).

<sup>26</sup> Na tradução livre do alemão *Herrenvolk* denota raça mestre.

não apresentassem comportamentos satisfatórios ou fenótipos da raça ariana eram enviadas para hospitais para realização de experimentos médicos e conseqüentemente morriam, em nenhuma hipótese, retornavam para casa.

Nesse sentido, as crianças como todo ser humano são sujeitos culturais:

Elas [as crianças] aprendem o sistema de convenções e representação, os códigos de sua língua e cultura, o que as equipa com uma habilidade cultural e permite que elas atuem como sujeitos culturalmente competentes. Não porque esse conhecimento esteja impresso em seus genes, mas porque elas aprendem suas convenções e, então, gradualmente se tornam 'pessoas cultas' – ou seja, membros de sua cultura. As crianças, inconscientemente, internalizam os códigos que as permitem expressar certos conceitos e ideias por meio de seus sistemas de representação – escrita, fala, gestos, visualização e assim por diante –, bem como interpretar ideias que são comunicadas a elas usando os mesmos sistemas (HALL, 2016, p. 43).

As práticas culturais são aprendidas pela criança conforme a sociedade que as desenvolvem e não são constituídos a partir dos seus genes biológicos. Esse projeto nazista acreditava também neste aspecto, se observava que havia uma influência dos pais e da sua cultura, por isso uma mudança cultural, inserindo-as em outra sociedade, transformava seus códigos, práticas e representações, mas preservava suas características (fenótipos) como os olhos azuis e cabelos claros.

Uma alternativa para as mães não serem surpreendidas pelos efeitos do programa *Lebensborn*, era esconder seus filhos junto com os *partisianos* ou *partigianos*, aqueles que lutavam em seus países contra a ocupação nazista escondidos em pântanos, florestas ou cavernas (APPLEBAUM, 2016). O nascido com traços arianos durante a guerra, mesmo que não fosse de origem alemã, poderia a qualquer momento ser raptado. A proteção dada pelos *partisianos* era uma prática necessária durante o conflito para as crianças não serem sequestradas e sobreviverem junto aos seus.

Portelli (2016) menciona que o grupo dos *partisianos* foi resistência durante o período fascista italiano e por isso no segundo pós-guerra foram criadas instituições antifascistas com atividades de paz e direitos humanos. Em 2006 essas instituições constituíram a Casa da Memória e História de Roma, um programa ambicioso de valorização do patrimônio cultural italiano que desenvolveu as práticas de criação de

eventos, exposições, mostras culturais, concertos e um centro de pesquisas de história oral<sup>27</sup>.

Nesse sentido, a família Egert também pode ter sofrido com esse projeto. Kazimierz Egert (2015) comenta que seus irmãos mais velhos Jozef e Henryque só foram encontrados pela mãe no pós-guerra em um hospital em Lübeck, sendo vítimas do já citado projeto *Lebensborn*, que promovia o rapto de crianças com características arianas. O reencontro dos dois filhos efetivou-se por meio de um painel de avisos disponibilizado pela UNRRA dentro do campo de acolhimento. As crianças consideradas órfãs eram recebidas, alimentadas e na sequência as organizações buscavam vestígios identitários como cartas, fotografias ou pertences íntimos.

Determinar a origem delas e suas relações de parentesco não era uma prática fácil pelos seguintes motivos: os traumas levavam a explicações não coerentes, algumas não sabiam falar ou não queriam, e outras estavam contentes por estarem em um local seguro, recebendo comida, assim, a auto identificação não era prioridade. As crianças identificadas, como Jozef e Henryque Egert, eram encaminhadas para seus pais ou parentes, enquanto as demais ficavam nos campos atendidas por funcionários da administração, e posteriormente enviadas para orfanatos da UNRRA e adoção, seguindo a legislação alemã. Os locais que estiveram essas crianças durante a guerra eram os mais diversos, algumas em campos de concentração, outras em trabalhos forçados, sendo escravizadas por famílias alemãs, ou ainda, as denominadas *Mascotes de Gis*, meninos que se associaram aos exércitos aliados durante a guerra e posteriormente abandonados (SHEPHARD, 2012).

Os deslocados de guerra também preservavam seu patrimônio intangível nos campos, como exemplo, Shephard (2012) menciona que eles criavam corais, promoviam rodas de leitura e escreviam artigos literários, pois nos campos se encontravam cineastas, poetas, romancistas e biógrafos. O gênero literário mais lido era de biografias, especialmente suas memórias. De alguma forma, retratar a vida era enaltecer igualmente os demais, todos passavam por sofrimentos semelhantes, que poderiam não ser idênticos, mas originários do mesmo conflito.

---

<sup>27</sup> Entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009 a Casa da Memória e História de Roma desenvolveu a exposição "*Ellis Island: O portão italiano para a América*". A exposição rememorou os deslocados italianos que foram para os Estados Unidos com imagens, objetos, concertos com canções estadunidenses e italianas, e conferências de estudiosos da emigração italiana (PORTELLI, 2016).

As neuroses dentro dos campos eram frequentes, motivadas pela preocupação com os ausentes durante o conflito e no pós-guerra, a exemplo do desaparecimento dos filhos de Janina Egert. Lowe (2017, p. 32) realiza um exercício de imaginação para compreender o processo:

Talvez o único modo de aproximar da compreensão do que aconteceu seja parar de imaginar a Europa como um lugar povoado apenas pelos mortos e em vez disso pensar nela como um lugar caracterizado pela ausência. Ao fim da guerra, quase todos os vivos tinham perdido amigos ou parentes. Aldeias inteiras, e mesmo cidades inteiras, haviam sido completamente varridas, e com elas as populações.

O aniquilamento decorrente do conflito não foi apenas físico e material, mas de sonhos, sentimentos, emoções, heranças como modos de viver e práticas culturais. A perda de um parente ou amigo, não significava apenas uma falta corporal, mas um dano simbólico em que se despossuía de tudo que poderia ser agregado a partir dele como práticas e trocas culturais.

A ausência do ente querido também ocorria pela cortina de ferro<sup>28</sup>, um empecilho que desfavorecia o contato pessoal e restringia a comunicação no pós-guerra e guerra fria<sup>29</sup>. Shephard (2012) menciona que os deslocados tentavam suprir essa carência afetiva com a criação de experiências telepáticas ou proféticas recriando um mundo que gostariam de habitar com os familiares a partir de práticas religiosas. Lowe (2017) apresenta que uma forma de conforto espiritual para os deslocados eram as práticas religiosas, sendo a construção de igrejas incentivada pelos aliados, porque de alguma forma, esse conforto, trazia benefícios como autoestima, evitava práticas suicidas e vigorava as práticas manuais. Nesse sentido, era comum a realização de missas e rituais religiosos, principalmente católicos como o batizado de crianças. Entre os batizados estava, com mais de um mês, Kazimierz Egert, realizado pelo conselho pastoral na capela do campo polonês de acolhimento

---

<sup>28</sup> Segundo Applebaum (2016), o termo cortina de ferro foi utilizado por Winston Churchill pela primeira vez em 5 de março de 1946 para se referir à divisão da Europa em duas partes, uma capitalista e outra socialista.

<sup>29</sup> A denominação guerra fria refere-se um período de conflito não armado entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas (URSS) no desenrolar do segundo pós-guerra. Os países defendiam um sistema econômico (capitalismo ou socialismo) e ameaçavam um conflito nuclear, a tensão acabou em 1989 com a queda do muro de Berlim e em 1991 com a desintegração da URSS. Alguns pesquisadores como Judt (2008) afirmam que esse conflito ainda foi um prolongamento da segunda guerra.



de Lübeck em 30 de agosto de 1945 (CERTIDÃO DE BATISMO E NASCIMENTO DE KAZIMIERZ EGERT, 1945).

Outro fator que agravava as neuroses no imediato pós-guerra encontra-se na percepção que os psiquiatras e psicólogos também estavam fragilizados e não poderiam atender satisfatoriamente os deslocados, pois muitos eram das regiões afetadas pela destruição causada pelo conflito. Apesar disso, algumas práticas eram realizadas para tentar a superação deste trauma como o agrupamento dos deslocados de uma mesma nacionalidade, a família Egert ficou junto com os demais poloneses em um campo de acolhimento específico para essa etnia, pois falar a mesma língua e o compartilhamento das mesmas práticas culturais favorecia uma melhora significativa da saúde mental (SHEPHARD, 2012).

A sobrevivência no campo de acolhimento proporcionava uma luta identitária que adentrava a moralidade e os perturbava mentalmente:

Qualquer um que aderisse ao antigo código moral de antes da guerra não sobreviveria muito tempo em um campo de PDs [Pessoas deslocadas]. As mães precisavam conseguir comida e remédio no mercado negro para seus filhos subnutridos; os idosos e enfermos tinham de falsificar documentos para se tornarem elegíveis para as rações de PDs; esposas cujos os maridos tinham sido deportados para a Sibéria oito anos antes, e que certamente morreram por lá, eram obrigados a manipular os cadastros para conseguir legalizar seus novos casamentos; órfãos de guerra eram 'educados pelo mundo'. As antigas tradições, crenças e esperanças tinham desmoronado e uma 'nova moralidade – se é que podemos chamar isso de moralidade' – tomava o lugar (SHEPHARD, 2012, p. 358).

Neste sentido, algumas práticas culturais foram reinventadas ou negociadas nos campos de acolhimento. A criação de novas práticas era uma forma de sobrevivência em uma realidade nunca experimentada. Entre as novas práticas, estava a busca por alimentação no mercado paralelo, falsificação de documentos ou cadastros para conseguir legalizar casamentos que garantissem algum tipo de estabilidade emocional.

Ele ainda comenta sobre os órfãos de guerra que mesmo que tivessem centros de acolhimento, possivelmente seriam insuficientes pela grande quantidade de crianças que ficaram sem seus pais ou parentes, sendo “educados pelo mundo”. Os deslocados tinham que conviver com estas atividades, pois criar e recriar

identidades, utilizando as definições de Hall (2006; 2016), era uma forma de viver com maior conforto e sem perturbações.

A II Guerra Mundial foi uma das maiores tragédias da humanidade que não terminou em 1945 e seu pós-guerra (1945-1957) foi uma continuidade, pois envolveu todos os sobreviventes de uma forma mais evidente que o próprio conflito. Um drama não apenas pela destruição do patrimônio material, mas igualmente por famílias que ficaram esperando o retorno ou reassentamento, o que demorou a se efetivar. O pós-guerra da família Egert ficou marcado pelos campos de acolhimento, espaços que pareciam cidades, comportando vários segmentos e práticas culturais distintas, que deram origem a novas ou precisaram ser negociadas e renegociadas de acordo com as várias circunstâncias.

### 1.3 REPATRIAÇÃO E REASSENTAMENTO

A família Egert e os demais deslocados de guerra acreditavam que com a libertação dos territórios da Alemanha nazista (SHEPHARD, 2012) retornariam para suas casas, com breve passagem nos campos de acolhimento, no entanto, isso não se efetivou e ficaram, provisoriamente, em um período de espera, aproximadamente quatro anos, espera que parecia não findar. Os Egert foram reassentados no Brasil em 1949, considerado pouco tempo se comparado com os últimos deslocados de guerra em 1957. O último espaço provisório, o de Föhrenwald na Alemanha, foi fechado 12 anos após o fim da guerra.

Conforme Andrade (2006) a palavra repatriação acrescida de voluntária é usada para expressar o desejo de um indivíduo de retornar a seu país de origem. Essa foi a alternativa mais viável no pós-guerra, pois permitiu a fixação desses deslocados no destino de forma definitiva, bem como o regresso às suas raízes com familiares e amigos. Shephard (2012) menciona que as instituições internacionais, como a OIR, preferiram a repatriação ao reassentamento. E que inicialmente pensava-se no retorno e caso essa prática não fosse possível, o reassentamento, buscava-se encontrar uma nova residência, o que deveria ser realizado com prioridade para países da Europa Ocidental e posteriormente nos demais continentes, devido às disparidades culturais.

Os primeiros deslocados a serem repatriados com ajuda humanitária foram ex-escravos franceses, belgas e holandeses, por aviões que estavam vazios após o abastecimento dos campos de acolhimento. A dificuldade de repatriação não estava nestes que representavam menos da metade dos deslocamentos da Europa, mas com os do leste europeu que contemplavam poloneses, como a família Egert, além de russos, bálticos, tchecos, iugoslavos, gregos, húngaros e romenos (SHEPHARD, 2012).

O primeiro empecilho era delimitar quem identitariamente pertencia à nação soviética, pois devido à nova configuração europeia o território havia se modificado e os países não estavam no mesmo espaço. O segundo, se efetivamente deveriam retornar, pois mesmo que Josef Stalin afirmasse que primava por todos, também previa que não tinha cidadãos fora de seu país, logo a volta poderia ser marcada por genocídios. Como solução, no imediato pós-guerra, os deslocados dessa nacionalidade eram levados para centros de triagem na Alemanha Oriental e Polônia, e deveriam contar suas histórias para a polícia (*Narodniy komissariat vnutrennikh del* - Comissariado do povo para assuntos internos - NKVD), na tentativa de convencimento de onde eram e se deveriam retornar à União Soviética.

As mulheres e crianças eram consideradas vítimas pelo stalinismo e conseguiam a fixação em seus lugares de origem, sem nenhuma represália. Já os homens, eram interrogados para saber se foram voluntariamente para Alemanha, e em caso afirmativo, no retorno eram mortos ou obrigados a servir o exército soviético, bem como trabalhar em minas de carvão e hematita na Sibéria em *Gulags*. No começo, as repatriações eram realizadas em trens, posteriormente apenas os mais velhos e doentes tiveram esse tratamento, enquanto os demais deveriam voltar a pé, perseguidos pela polícia stalinista (SHEPHARD, 2012).

Andrade (2006) também apresenta a dificuldade de determinar o soviético e afirma que muitas vezes as etnias eram confundidas. Apesar disso, a maioria das repatriações forçadas era de cidadãos soviéticos e foram realizadas no período imediato pós-guerra até o ano seguinte (1946). Nesse sentido, os aliados promoveram *estratégias* para as repatriações que se materializavam em práticas. Entendem-se os conceitos de estratégica e tática na perspectiva de Certeau (1998). A primeira é compreendida como uma artimanha do poder institucional, uma regra definida que deve ser executada sem contestações. Enquanto a tática, é a arte do mais fraco, a astúcia do excluído no espaço inimigo, que é constituída pelas práticas

de segmentos marginalizados e que não obedecem a lei imposta por um governante.

Conforme Shephard (2012) e Andrade (2006), as estratégias para o envio de deslocados de guerra à União Soviética foram inúmeras. Entre elas, para os bálticos: o aumento da dosagem de rações nos dias antecedentes, a proibição de propagandas contra as repatriações e a determinação que não fossem devolvidos, sendo redirecionados aos campos de acolhimento. Os iugoslavos foram enganados com a afirmação que iriam para terras italianas. Os caucasianos foram contidos com golpes de cabo de picareta. Os cossacos receberam arremessos de baionetas e tiros de armas automáticas, entre seus grupos, para conter possíveis movimentações dentro dos trens. Já os poloneses, conterrâneos dos Egert, foram enviados sistematicamente de um campo de acolhimento para outro, até que decidissem retornar.

Em contrapartida, alguns grupos de deslocados promoveram táticas para não voltar ao seu local de origem. Entre as táticas mencionadas por Shephard (2012), estavam: a organização dos cossacos em forma de pirâmide humana para se defenderem dos soldados que disparavam; o pedido dos caucasianos para fuzilamentos ou suicídio e a falsificação de documentos de identidade. Outros grupos, ainda tentaram escapar atravessando as linhas de trem e eram mortos por tiros.

Lowe (2017) comenta que havia táticas criadas pelos deslocados para forjar novas identidades e evitar o retorno, alguns como falavam vários idiomas e compartilhavam diversos códigos culturais, com descendência em múltiplas etnias, podiam por si só escolher a que nacionalidade se identificavam. Um deslocado, por exemplo, poderia ser ao mesmo tempo lituano e alemão, o primeiro por nascimento e o segundo por moradia.

Nesse sentido, a família Egert se identificou como polonesa, apesar dos dois filhos terem nascidos na Alemanha, o que prevaleceu foi à nacionalidade de seus pais. Além do que, como afirma Ramos (2012), os poloneses não deixam sua nacionalidade por saírem de seu território. Como aponta Shephard (2012), escolher uma etnia durante o pós-guerra trazia implicações, poderiam ser hostilizados pelos vizinhos que os conheciam desde o início do conflito, pois nos cartões de identidade que os nazistas distribuía havia a distinção por cor.

Isso pode ser relacionado com que Certeau (2012, p.34) enfatiza: “O desígnio que um grupo elabora, traduz-se imediatamente por uma constelação de referências”. É perceptível que os membros da família Egert utilizaram a própria identidade, o que convinha e trazia significado para si e seu grupo. Eles se identificavam e se designavam pelos seus sentidos, referências que não necessariamente eram reconhecidas pelos demais, mas não deixavam de ser verdadeiras, mesmo que apenas simbolicamente legítimas para os que as pertenciam.

Shephard (2012) menciona que com as repatriações forçadas cerca de 70 mil pessoas foram mandadas à força para a União Soviética, pois suas identidades não eram reconhecidas pelos demais. A partir de 1945 os aliados, primeiro os estadunidenses, depois os franceses e por último os britânicos, negaram a devolução dos deslocados que antes da guerra não pertenciam ao território soviético. A partir deste ano, eles puderam escolher se queriam ou não o retorno; o maior número de deslocados foi da mesma nacionalidade que os Egert, poloneses, além de alguns ucranianos que se passaram por essa etnia pela garantia de permanecerem nos campos de acolhimento.

Neste sentido, o pesquisador apresenta as narrativas de Marianna Kisztelinska, Wera Letun e William Lubinieck que apontam a possibilidade do retorno à Polônia. De alguma forma essas alternativas indicam caminhos que poderiam ter sido realizados pela família. Marianna Kisztelinska no início da II Guerra Mundial (1939) foi trabalhar de forma voluntária na Alemanha e depois disso teve sua permissão caçada, não sendo possível a volta para casa, reduzindo-se a uma condição análoga de uma escrava, recebendo pouco e com várias horas de práticas laborais durante o dia e sem descanso nos finais de semana. Em 1944, depois de engravidar, conseguiu manter-se casada por causa da solidariedade de um fazendeiro que a empregara. Em 1946, depois do fim do conflito ela e o marido retornaram para a Polônia.

A outra narrativa é de Wera Letun e seu esposo que não queriam retornar no segundo pós-guerra, pois em 1939 seu território foi anexado à União Soviética e no retorno temiam por suas vidas, apesar disso, pensaram nele, mas não voltariam para a cidade natal e sim para Lublin, onde tiveram conhecimento que um fazendeiro precisava de mão de obra para a reconstrução de sua fazenda. No caminho, Letun contraiu tifo e ficou hospitalizada durante meses em um hospital

provisório ao se recuperar desistiram do projeto, e retornaram para um campo de acolhimento na Alemanha (SHEPHARD, 2012).

A última narrativa é de William Lubinieck e sua família que queriam retornar para a Polônia no imediato pós-guerra, no entanto, devido à destruição dos trilhos, foram obrigados a esperar em uma estação de trem. Com a expectativa e a demora de meses, e por rumores que a situação econômica no seu país de origem não estava confortável, também resolveram ficar em um campo de acolhimento alemão (SHEPHARD, 2012).

É relevante frisar que apenas a trajetória protagonizada por Marianna Kisztelinska se efetivou no retorno à Polônia, enquanto as demais foram marcadas pela permanência em campos de acolhimento, assim como os Egert. A trajetória de Letun teve a desistência no meio do caminho e a de Lubinieck antes do embarque. Tanto para os Egert como para os demais poloneses, as representações foram decisivas para que eles não retornassem, não era atrativo voltar à uma Polônia totalmente destruída, marcada por morte e miséria. Essas narrativas exemplificam algumas possibilidades no pós-guerra e como puderam os poloneses agir durante esse período, no entanto, foram apenas três de mais de um milhão que tiveram destinos similares.

Lowe (2017) afirma que a II Guerra Mundial e o pós-guerra foram marcadas por discussões identitárias em que um conflito eclodiu dentro de outro. O pesquisador acrescenta que na maioria dos eventos o objetivo não foi ganhar ou perder território, mas impor a cultura de um grupo identitário. Nesse sentido, Judt (2008) menciona que houve no pós-guerra uma homogeneização da Europa, principalmente após 1947, quando praticamente todos os deslocados conseguiram retornar, restando apenas aqueles que precisavam de reassentamento como a família Egert. Um continente que tinha sido uma tapeçaria cultural de práticas linguísticas, religiosas e comerciais, e nações sobrepostas, modificou-se passando a ser homogêneo. Os habitantes de cada nacionalidade com suas práticas híbridas passaram a viver nos seus novos países, ou se retiraram do continente europeu e as ocupações, invasões, mudanças de fronteiras e genocídios se transformaram em eventos corriqueiros.

Algumas práticas do regime nazista ainda estavam impregnadas durante o imediato pós-guerra e só foi possível uma mudança a partir de 1947 quando os povos deslocados começaram a ser vistos pelos aliados por suas práticas laborais e

não como sanguessugas. Inicialmente esses governos achavam que eles estavam apenas esperando alimentação sem desenvolverem atividades trabalhistas e por isso não queriam retornar para o país de origem. No entanto, a partir deste ano foram notados enquanto mão de obra para mineração e guardas florestais, entre outras profissões, em áreas que os nacionais não estavam dispostos a trabalhar. Os deslocados preferiam qualquer lugar do que a espera nos campos de acolhimento (SHEPHARD, 2012).

Moreira (2008) explica como foi o processo de seleção. Ele menciona que cada governo queria um tipo específico de deslocado e para isso realizava acordos com a OIR e enviava comissões especiais para a possível imigração e encaminhamento ao trabalho. A prioridade consistia, conforme Shephard (2012), no repatriamento dentro do continente, eles cobririam o vazio deixado pelos prisioneiros de guerra alemães que quase três anos depois ainda eram utilizados como escravos, e os aliados relutavam em devolvê-los para não perder a mão de obra.

Os primeiros a reconhecerem os deslocados como força de trabalho foram os ingleses. Eles questionavam qual grupo poderia ser enviado às suas práticas laborais, com isso, optaram pelos bálticos que eram considerados culturalmente mais assimiláveis. A sua crença pautava em que eram dedicados aos trabalhos e suas esposas poderiam ser empregadas em hospitais e sanatórios como serventes ou enfermeiras, atividades que os nacionais não queriam executar. As autoridades tinham dúvidas do que poderia ser feito, caso eles não correspondessem às expectativas e fossem insatisfatórios, mesmo com esses questionamentos, em 1946, o parlamento britânico aprovou o programa “Pequeno Cisne Báltico”<sup>30</sup>. Percebe-se juridicamente que o trabalho se apresentava sobre a mesma condição para as britânicas e as bálticas com a diferença marcada pela estigmatização, um grupo queria realizá-lo e o outro não. O risco de contágio por doenças poderia de alguma forma ser um dos motivos que não motivava o trabalho das nacionais nestes locais, por isso o país se abriu para a mão de obra estrangeira, sendo uma prática necessária, encarada como uma benesse aos deslocados de guerra.

Outras questões podem ser levantadas sobre as deslocadas de guerra bálticas: Por que foram chamadas de “cisnes”? Por que o projeto tinha este nome?

---

<sup>30</sup> O programa era responsável por recrutar mil trabalhadoras bálticas, letãs e estonianas, para servir hospitais e sanatórios, executando atividades sob as mesmas condições que as britânicas (SHEPHARD, 2012).

Neste caso, lembra a famosa história do “Patinho Feio”, em que o filho da pata, quando criança era estigmatizado, descreditado pelas suas características culturais, por não se parecer identitariamente com os demais, com aspectos alheios a sua espécie, mas quando cresceu e verificou-se que não era um pato, mas um cisne, possuía outro padrão de beleza. Com relação às bálticas, metaforicamente poderia utilizar-se essa história, eram mulheres que sofreram todas as mazelas da II Guerra e ao chegar à Grã-Bretanha se transformavam em cidadãs úteis para as labutas, encontrando seu caminho.

Shephard (2012) também afirma que as bálticas chegavam estigmatizadas pelas representações dos periódicos britânicos. Elas eram consideradas diversas da destruição e pobreza do conflito por estarem bem vestidas com o adorno de chapéus e casacos de pele que nem lembravam as penúrias do continente, e os jornais justificavam que algumas se utilizavam disso com a intenção de se casar com ingleses e “fazer a vida”. Isso era uma alternativa para as que diferentes de Janina Egert eram solteiras e sem filhos, ou ainda, tinham ficado viúvas durante a guerra, ganhando na Grã-Bretanha o *status* jurídico de migrantes econômicas. Para a OIM (2009) o migrante econômico é aquele que deixa sua residência para se instalar em outro país, buscando uma melhor qualidade de vida no campo econômico. No entanto, é relevante mencionar que o deslocado não necessariamente é um migrante econômico, pois busca sobreviver igualmente por fatores culturais, procurando práticas semelhantes na sociedade que o escolheu.

Outro programa britânico para o reassentamento foi o *Westward Hol*, aprovado em dezembro de 1946 e tinha por objetivo receber imigrantes para desenvolver práticas de trabalho nas indústrias de algodão, carvão e agrícola. Apesar da esperança dos deslocados em ir com suas famílias, esse programa, como os demais, aceitava apenas solteiros e sem filhos. Mesmo com essa adversidade, entre 1946 e 1951, adentraram em menor número que o esperado, poloneses, estonianos, letões, húngaros, búlgaros, tchecos, eslovacos, iugoslavos e um grupo seleto de alemães (SHEPHARD, 2012).

Depois do sucesso britânico no recebimento de deslocados, a Bélgica também assinou um acordo com a OIR em 1947. Buruma (2015), Lowe (2017) e Shephard (2012) apontam que no pós-guerra ocorreu uma carência, principalmente de homens nesse país, pois muitos tinham morrido durante as batalhas. Esse programa também tinha um empecilho para a família Egert, pois só aceitava



solteiros e sem filhos, caso Ignacy Egert optasse por ele, deveria abandonar os filhos e essa não foi sua escolha, portanto era apenas um destino imaginado. O acordo possuía uma cláusula de receber imigrantes das mais diversas nacionalidades e empregá-los nas minas de carvão, com a promessa depois de cinco anos de condições de trabalho equivalentes aos nacionais, além da cidadania. Apesar disso, o programa belga diferente do inglês, não foi bem sucedido devido às condições de trabalho que não os agradavam e não correspondiam às expectativas dos contratados, com isso, muitos realizavam queixas e pedidos a OIR de retorno à Alemanha.

O custo para sustentar os deslocados nos campos aumentou com o passar dos anos, e com isso a OIR persuadiu os demais países europeus a aceitá-los. A França e suas colônias, Tunísia, Marrocos e Guiana Francesa receberam grupos compostos por famílias, um destino que os Egert poderiam ter aceitado, diferente dos suecos que preferiam apenas os solteiros. A Turquia aceitou os muçulmanos originários da Albânia e Iugoslávia, que auferiram cidadania turca imediata, independente de sua adequação às práticas de trabalho, neste caso a família era católica e não seria bem aceita no país. Apesar da persuasão da instituição, apenas um quinto do total dos deslocados foram repatriados, e ainda havia uma quantidade significativa deles, inclusive os Egert. Diante disso, o órgão internacional assinou novos acordos com países em outros continentes como o Canadá, Estados Unidos, Austrália e Brasil (SHEPHARD, 2012).

A Austrália também necessitava de imigrantes para as práticas laborais que seus nacionais não queriam executar. O país conseguiu que a OIR realizasse o transporte dos deslocados ao preço de dez libras por cada um. Além disso, exigia que o deslocado de qualquer nacionalidade, assinasse um contrato aberto por dois anos. Esse contrato não demonstrava qual seria o seu destino ou onde trabalharia, Ignacy não quis se comprometer em uma jornada sem saber o destino. Apesar disso, entraram neste país grupos bem diversos como iugoslavos, húngaros, poloneses, ucranianos, tchecos, romenos, búlgaros, italianos e *volksdeutsche*<sup>31</sup> (SHEPHARD, 2012).

---

<sup>31</sup> Conforme Applebaum (2016) os *volksdeutsche* eram habitantes do leste europeu com origem alemã. Magalinski (1980) afirma que a expressão é uma mudança de vocábulo. Ao se referir ao povo alemão (*deutsches Volk*) para demonstrar quem eram aqueles que auxiliaram durante a guerra: alemão do povo (*volksdeutsche*, alemães ou descendentes que não necessariamente estavam em seu território), mas que haviam sido convocados pelas práticas de Hitler.

Neste sentido, percebe-se que o imigrante adentra ao mercado de trabalho estrangeiro para realizar práticas que os nacionais não querem. Como afirma Sayad (1998) é paradoxal estarem desempregados, pois isso nunca deveria ocorrer já que são direcionados aonde os nacionais não desejam ir. Eles não recebem qualquer tipo de trabalho, mas as práticas que o “mercado de trabalho para imigrantes” quer fornecer. Isso é evidente, nas comissões que selecionavam os deslocados, pois enfatizavam a ida para as minas de carvão, hospitais, ou fábricas têxteis, e no caso da Austrália, o contrato não tinha destino definido. Ele sabe que o trabalho era para imigrante, divulgado na véspera, para não ter tempo de fugir ou escolher outro. Sua estadia no novo país estava condicionada ao aceite daquela prática, caso contrário, não seria bem-vindo.

Shephard (2012) aponta que o auge da dispersão dos deslocados de guerra foi no ano de 1947, pois havia um mural de aviso em cada campo de acolhimento para a fixação dos destinos e oportunidades. Neste ano, aproximadamente cinquenta missões nacionais, inclusive a brasileira, estavam à procura de imigrantes, eles podiam escolher para onde queriam ir desde que passassem por uma triagem. Na lista de escolha, os Estados Unidos eram a primeira opção, mas nem todos passavam pelos seus critérios<sup>32</sup>. O Canadá era o segundo, por ser considerado enorme, vazio e seguro. A Inglaterra, pouco amigável e superlotada, era a terceira. Já os países da América do Sul, inclusive o Brasil, como a Austrália por suas diferenças culturais e climas diversos, se concentravam na última posição.

O pesquisador afirma que cada comissão tinha um critério diferente de seleção. O Brasil oficialmente queria trabalhadores para práticas agrícolas e industriais, Luxemburgo queria solteiros e bálticos, Holanda desejava empregados para a indústria têxtil e que não tivessem filhos, Suécia preferia enfermeiras. De forma geral, os países queriam imigrantes que fossem jovens, sem filhos, e que soubesse minimamente ler e escrever. Isso motivou a separação de várias famílias que não se adequavam aos critérios estabelecidos. Os Egert que não quiseram se fragmentar só imigraram depois do auge quando faltaram opções para as comissões.

A imigração dos Egert ocorreu em 13 de agosto de 1949, eles desembarcaram do vapor panamenho *Protea* propriedade da empresa Moore Mc

---

<sup>32</sup>Os Estados Unidos foram os primeiros em número de recebimento de imigrantes, pois em 1952 foram reassentados 380 mil, cerca de 40% de todos os cadastrados (SHEPHARD, 2012, p. 458-459).

Cormack (Navegação) no Rio de Janeiro, depois de deixarem os portos de Nápoles na Itália e de Lübeck na Alemanha com o apoio da OIR. Junto a eles vieram novecentos imigrantes, a maioria religião católica, de diversas etnias como polonesa, russa, tcheca, iugoslavos, ucraniana, e outros sem nacionalidade (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949).

Esse vapor realizou várias viagens com imigrantes entre 1949 e 1950, sendo que duas delas foram detalhadas em periódicos brasileiros. A primeira matéria mencionando-o foi publicada em 1949 pelo diário fluminense *A Manhã* (13/11/1949, p. 5) noticiando que: “Deu entrada a bordo do Protea, ontem, na Hospedaria da Ilha das Flores, mais um grupo de 61 deslocados de guerra, que procederam da Europa sob os auspícios da Organização Internacional de Refugiados”. O jornal afirma que mais um grupo de imigrantes chegou ao solo brasileiro, no entanto, não menciona suas etnias, apenas a organização responsável pelo deslocamento.

A segunda, integra o informativo paulista *Nossa Voz – Semanário Israelita Brasileiro* (28/12/1950, p. 1)<sup>33</sup> e menciona que “Muitos dos imigrantes judeus poloneses que chegaram a este porto a bordo do navio ‘Protea’ na semana passada, insistem em voltar à Polônia no mesmo navio, em consequência de um incidente com a polícia marítima, que confiscou seus haveres [...]”. Diferente da primeira, que também é após a imigração dos Egert, essa matéria afirma a etnia de imigrantes judeus poloneses, e o desejo dos destinados à Israel em regressar à Polônia pelo confisco de seus alimentos. O vapor não fazia distinções das práticas religiosas, pois anos antes transportou um grupo composto por católicos, protestantes e luteranos.

Os Egert a bordo desse vapor atracaram no porto do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1949, sendo embarcados em vaporetos rumo à hospedaria da Ilha das Flores para posteriormente serem encaminhados a outros lugares do país. Todavia, parte dos imigrantes que vinha para o Brasil almejavam atravessar ilegalmente a fronteira e adentrar a Argentina, via Paraguai, isso é evidente no relato de Guerrino e Graziela Andreani (2009). Eles acreditavam que viver em Buenos Aires era melhor que em qualquer cidade brasileira, devido sua magnitude e esperança de enriquecimento rápido, porém ao se depararem com o Brasil e conseguirem um contrato de trabalho longínquo desistiram dessa aspiração.

---

<sup>33</sup> O período *Nossa Voz* foi editado de forma bilíngue em português e árabe.

## 2. A IMIGRAÇÃO DO SEGUNDO PÓS-GUERRA NO BRASIL

### 2.1 A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA

Assim como os Egert, outros grupos de imigrantes vieram para o Brasil em diversas temporalidades. Conforme Bassanezi (1995) elas podem ser demarcadas em quatro períodos. A primeira temporalidade, subsidiada pelo governo e fazendeiros, ocorreu até 1906, e direcionou imigrantes para as fazendas de café e as colônias no sul do país. A segunda, do mesmo ano até o início da Primeira Guerra Mundial (1914). A terceira, do final desta guerra até o fim do Estado Novo (1946). E a quarta, do segundo pós-guerra até os dias atuais. Nesta última, encontramos a imigração da família Egert e de outros sujeitos vindos com financiamento de organismos internacionais, como a OIR, que reformularam a política imigratória brasileira.

Nessa perspectiva, as mensagens dos Presidentes ao Congresso Nacional<sup>34</sup> apresentavam o anseio do governo brasileiro de aproveitar as práticas culturais tanto da família Egert como aos demais imigrantes do segundo pós-guerra, principalmente na área industrial e agrícola, além de contribuir com a povoação de regiões. Estas mensagens discutem que no período era necessário o desenvolvimento de novas estratégias do Estado para estimular as correntes imigratórias, com justificativas econômicas, sociais, políticas e especialmente culturais. Apesar disso, até 1961, conforme Quadros (1961), as políticas do Brasil desestimulavam o imigrante e não permitiam sua entrada.

Corroborando com isso, Bauman (2017, p. 88) aponta as dificuldades dos governos em promover políticas imigratórias mais abrangentes, menos restritivas, não apenas no Brasil, mas em outras partes do mundo. O pesquisador afirma que em vez delas unificarem os países, aglutinando os nacionais e internacionais em um só povo, dividem-os em duas categorias. A primeira, considerada limpa, saudável e

---

<sup>34</sup> As mensagens dos Presidentes ao Congresso Nacional possuem entre 100 e 400 páginas, sendo relatórios apresentados anualmente na abertura de cada sessão, por isso refletem temas diversos que estavam em voga no ano de sua publicação e no anterior. No período, entre 1947 e 1961, o país teve seis presidentes e 12 mensagens preservadas que mencionam aspectos migratórios. Sendo elas: General Eurico Gaspar Dutra (1947, 1948, 1949, 1950); Getúlio Dornelles Vargas em seu segundo mandato (1951, 1952, 1953, 1954); João Café Filho (1955); Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956, 1957) e Jânio Quadros (1961).

vísivel, protagonizada pelo nacional e a segunda como residual, sombria, doente e invisível, habitada pelos figurantes, os imigrantes.

Nesse sentido, há pela criação simbólica, uma repulsa quando mencionam imigrantes, principalmente deslocados de guerra como os Egert. Em virtude disso, Shephard (2012) destaca que demorou quase dois anos para que os países os visualizassem como mão de obra ociosa que necessitava de recolocação no mercado de trabalho. Os governos ao constatarem sua utilidade, resolveram selecioná-los o mais breve possível, e encaminhá-los às suas terras, temendo que outras nações os escolhessem, principalmente por aptidões físicas, melhores. O Brasil igualmente participou desse movimento, conforme Oliveira (2013), até houve tentativas de recebimento de deslocados em 1946, no entanto, apesar dos esforços não conseguiram êxito, e elas começaram a partir de 1947.

Esse tipo de imigração se desenvolveu até 1961, na forma espontânea, colonização agrícola e dirigida. A primeira, era obtida a partir de uma carta de chamada de um parente, amigo ou futuro patrão que se responsabilizava pelo traslado, alimentação e hospedagem do imigrante durante a vinda e no deslocamento em solo brasileiro, o que favoreceu para que as mesmas etnias do segundo pós-guerra se fixassem nas regiões da imigração do final do século XIX. A segunda, era caracterizada pela demanda ou a criação de cooperativas que tinham como finalidade a colonização agrícola. A última, consistia em acordos governamentais, ou órgãos internacionais de reassentamento de deslocados. No entanto, a divisão não era rigorosa e os imigrantes poderiam se enquadrar em mais de uma categoria (DUTRA, 1947; SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013). Isso foi o que ocorreu com os Egert que adentraram por duas formas, a primeira a partir da carta de um gerente de serraria da região de Guarapuava e a segunda com apoio internacional da OIR.

O Brasil foi um dos pioneiros nas discussões sobre a imigração do segundo pós-guerra. Apesar de receber a família em evidência apenas em 1949, conforme Bravo (2017), se envolveu antes disso, em 1946, junto à Colômbia e Peru, e representou a América Latina no Comitê Especial de Refugiados e Deslocados de Guerra, ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, em 1947 o brasileiro Hélio Lobo foi vice-presidente da Comissão Preparatória para a Organização Internacional de Refugiados (CPOIR). No entanto, principalmente por ausência de recursos, não foi signatário da OIR, e nos anos seguintes foi ineficiente

em superar as metas estabelecidas por esse organismo, recebendo uma quantidade menor de imigrantes que a inicialmente projetada.

A comissão brasileira para a seleção de imigrantes em solo europeu iniciou suas práticas ainda em 1946 e foi extinta oficialmente em 1955 (OLIVEIRA, 1956), o país participou de conferências, antes mesmo do fim do conflito, para instituí-la (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013). Contudo, Bravo (2017) afirma que a comissão funcionou efetivamente até 1949, ano em que os Egert receberam seus registros de imigração e vieram para o país, pois com a negativa do Brasil em aderir a OIR operou de maneira ineficiente, realizando acordos pontuais. O Congresso Nacional queria que a colaboração com essa instituição fosse revertida no custeio do transporte dos imigrantes, e buscava auxiliar financeiramente com menos do mínimo exigido para um membro permanente, apesar do orçamento corresponder a mais da metade do montante anual do Itamaraty<sup>35</sup>.

A imigração dirigida, foi uma das formas que a família Egert veio ao Brasil, a mesma que imigraram a maioria dos deslocados de guerra. No entanto, ao mesmo tempo que o país os recebia, adentravam remanescentes de correntes denominadas tradicionais de acordos estabelecidos antes do conflito no regime de cotas<sup>36</sup>. Esses dois fenômenos se complementavam, com isso durante o pós-guerra era difícil separar os imigrantes acordados de antes e depois. De alguma forma, todos sofreram a destruição do seu território e desejavam sair daquele espaço.

Os Egert e os demais imigrantes do segundo pós-guerra promoveram o desenvolvimento de novas práticas institucionais. A primeira delas, em 1953, foi a unificação dos órgãos com a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) que substituiu o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), Departamento Nacional de Imigração, Divisão de Terras e Colonização do Ministério de Agricultura, e entidades isoladas estaduais e municipais. Ele foi aprovado a partir

---

<sup>35</sup> De acordo com Dutra (1950) a contribuição do Brasil para a OIR foi apenas de Cr\$ 14.000.000,00, com isso, de idealizador, passou a ser observador da instituição.

<sup>36</sup> Conforme Oliveira (2013), havia uma política restritiva, por cotas, para o recebimento de imigrantes nas constituições de 1934 e 1937 que funcionava também durante a Segunda Guerra. O país recebia por ano apenas 2% sobre o total das nacionalidades fixadas nos últimos cinquenta anos e proibia a concentração em colônias. De acordo com Bravo (2017), uma política imigratória mais receptiva surgiu com Decreto-Lei de nº 7.967 de 18 de setembro de 1946 que permitia uma cota extra, denominada de especial. Com relação às correntes tradicionais, Vargas (1951) explica que se concentravam em italianos, portugueses, alemães e sírio-libaneses. O Brasil possuía vantagem na imigração desse primeiro grupo, pois dividia os custos com a Itália a partir de um acordo de cooperação, advindo da criação de Companhias Mistas Ítalo-brasileiras e investimentos de capitais italianos.

da Lei nº. 2.163 de 5 de janeiro de 1954 com a função de controlar todas as fases do processo migratório e de colonização, e consolidar a legislação brasileira sobre a temática. Além disso, poderia firmar contratos e acordos de forma autônoma com estados, municípios, instituições públicas e privadas para execução de serviços e empréstimo de recursos, apresentando como garantia o Tesouro Nacional pela Carteira de Colonização do Banco do Brasil (VARGAS, 1953;1954; CAFÉ FILHO, 1955).

Vargas (1951) menciona que tanto durante sua campanha política quanto depois de eleito era eminente a necessidade do Brasil mudar radicalmente as leis e práticas administrativas, estreitando as políticas para o acesso de imigrantes. Apesar disso, o Presidente Quadros (1961) afirma que mesmo com a criação do INIC as políticas de imigração continuavam fragmentadas e não produziram os resultados desejados, devido às falhas na execução, continuidade e ausência de objetividade nas suas demandas. Ele enfatiza que os planos de imigração não estavam relacionados aos de colonização, industrialização e colocação de mão de obra especializada, e as prioridades deveriam ser as migrações internas e não externas como as que ocorrem com a família Egert.

Conforme Hall (2016, p. 18), “A linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamos, ideias e sentimentos são representados numa cultura. A representação pela linguagem, é portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos [...]”. Os jornais são instrumentos relevantes para os historiadores discutirem os significados de uma cultura por meio de linguagem, pois são as condensações de discursos pronunciados e imagéticos, no entanto, é necessário pensá-los como uma produção jornalística, perpassando interesses e construções simbólicas. Nesse sentido, os jornais são entendidos como uma publicação diária ou semanal em folhas separadas e menores que as revistas que além de maior quantidade de páginas, periodicidade espaçada, a capa possui adornos e diversidade de assuntos. Para isso, optou-se por uma análise com os pressupostos de Luca (2014), que propõe ao historiador observar características da materialidade (sua produção, cores, tipologia), organização das matérias (a prioridade: política, econômica, social e cultural do periódico), caracterização do grupo responsável pela publicação (as relações de poder e construções simbólicas), principais colaboradores e discutir as fontes com base na problemática escolhida, nesse caso a imigração da família Egert e o segundo pós-guerra. Além disso, ainda afirma que

nas representações jornalísticas se visualiza a circulação de fatos em determinada época, e se acompanha o pensamento e anseios em voga de um período e não outro.

Os questionamentos sobre imigrantes do segundo pós-guerra promoveram disputas entre os nacionais e motivaram discussões no periódico *Folha do Oeste*<sup>37</sup> (13/10/1957, p. 1) em uma coluna assinada pelo advogado pontagrossense Lourival Santos Lima,<sup>38</sup>

E Brasil dos imigrantes distantes [...] Imigrantes, que sempre contaram com a tradicional hospitalidade brasileira [...]. No entanto... O brasileiro caboclo, o homem da terra, êsse agricultor do sertão [...] eis que a terra lhe falta [...].

Ele afirma que por causa do desejo exagerado do governo brasileiro pela vinda dos imigrantes esqueceu-se de auxiliar os nacionais, enfatizando que o Brasil recebeu variadas etnias, mas no que se refere ao caboclo, ao nacional, esses ficaram desassistidos dos órgãos governamentais por serem considerados preguiçosos. Além disso, se considera que os nacionais adentravam as terras mais longínquas em busca de tomar posse delas e desenvolver as atividades agrícolas. Isso é destoante do discurso de Vargas (1952), onde o presidente acredita que a imigração é uma escola cultural, que o nacional aprenderia as práticas mais modernas da Europa de plantio e industrialização, e por isso sua necessidade.

Na disputa entre nacional e internacional percebe-se que a significação é relacional e criada por suas conexões com a diferença, considerando o eu e o outro. Por que existe a necessidade de um grupo se denominar nacionais? Pela chegada dos imigrantes, avaliados como ameaça. “A marcação da ‘diferença’ leva-nos,

---

<sup>37</sup> O periódico *Folha do Oeste* foi fundado por Antonio Lustosa de Oliveira, Amarílio Rezende de Oliveira e Davi Moscalesque em 28 de fevereiro de 1937. Lustosa, ou com o pseudônimo João do Planalto, foi Prefeito, Deputado Estadual e Federal, membro da Diretoria da Caixa Econômica empresário, proprietário de outros periódicos, da Rádio Difusora de Guarapuava e Gráfica Guairacá. A *Folha do Oeste* pode ser considerada o periódico mais relevante do município de Guarapuava, por sua extensão e duração de mais de quarenta anos, pela circulação atingindo vários municípios do Estado e país. Sua inovação encontra-se nos aprimoramentos técnicos, especialmente por ser o primeiro no município a publicar imagens importadas da capital do estado. Desde sua criação e extinção no início dos anos de 1980, o semanário (editado em preto e branco nas décadas de 1940, 1950 e 1960 com oito páginas e semanal) conviveu com dificuldades econômicas, políticas e técnicas (SANTOS, 2015; SILVA, 2010).

<sup>38</sup> O jornalista, poeta e promotor público Lourival Santos Lima integrou com Antonio Lustosa a comissão pró-construção da Estátua do Cacique, monumento inaugurado em 19 de abril de 1978 popularmente conhecido como “Trevo do índio”, situado na rotatória entre as avenidas Manoel Ribas e Moacir Júlio Silvestre, de Guarapuava-Pr. Na ocasião Lima lançou o livro *A epopeia Guarani* (SILVA, 2010).



simbolicamente, a cerrar fileiras, fortalecer a cultura e a estigmatizar e expulsar qualquer coisa [pessoa, ou grupo] que seja definida como impura e anormal” (HALL, 2016, p. 157). A questão da identidade, a criação de um imperativo de denominação para todos os brasileiros de nacionais, só entra na agenda quando está sendo ameaçada pela diferença que existe entre o outro, enquanto isso, é suprimida.

O governo brasileiro também incentivava cursos para treinar deslocados, ainda em solo europeu, uma alternativa para qualificar a mão de obra antes da imigração (SALLES, PAIVA, BASTOS, 2013), possivelmente Ignacy Egert foi favorecido por eles, tendo em vista que ao desembarcar no Brasil era considerado um caldeirista profissional. Os treinamentos foram promovidos com o apoio dos governos europeus e a participação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) e a Repartição Internacional do Trabalho com a colaboração de técnicos brasileiros. Os currículos contemplavam conhecimentos gerais, práticas sobre a língua portuguesa, informações sobre geografia e história, hábitos e organização administrativa nacional. Eles qualificaram mais de duzentos imigrantes que chegaram ao Brasil até 1953 (VARGAS, 1954).

Nesse sentido, Certeau (2012, p. 140) chama atenção que as práticas educativas em instituições escolares, são eficientes como as que ocorrem nestes espaços improvisados como o realizado pelo pai da família Egert. Apesar de que “A cultura neles funciona segundo os produtos à venda, segundo a profissão ou segundo o tipo de organização industrial que se deseja promover: cultura deliberadamente interessada”. No caso dos deslocados o preparo concentrava-se nas práticas industriais que o Brasil necessitava.

Outro objetivo da imigração do segundo pós-guerra era sua utilização no povoamento do território brasileiro. No entanto, só as expectativas e o encaminhamento não bastava, era necessário a assistência a partir de práticas governamentais:

Salientamos de início as necessidades de povoamento de nosso território. Não basta, porém formar populações. É indispensável fixá-las e assisti-las convenientemente nas tarefas árduas do desbravamento e das primeiras ocupações, ou da radicação em áreas antes povoadas e hoje desertas (DUTRA, 1947, p. 51-52).

Diferente da família Egert que se estabeleceu no sul do país, a prioridade governamental do povoamento era nas regiões norte e nordeste. No entanto, apesar

dos esforços em encaminhar correntes imigratórias ao Acre, Ceará e Rio Grande do Norte, elas se concentravam no lado oposto. Até 1949 imigraram para os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Rio de Janeiro; e depois disso, o governo federal forçou o recebimento nas demais regiões brasileiras, mas mesmo assim, nelas adentraram em quantidade reduzida (DUTRA, 1948;1949; 1950). Esse mesmo aspecto é corroborado por Salles, Paiva e Bastos (2013) ao afirmar que a maioria dos imigrantes fixaram-se nos estados do sul e sudeste, principalmente em São Paulo e Paraná, e uma quantidade reduzida em outros da federação. Isso se justifica pelas suas políticas focalizarem nas práticas industriais e agrícolas, interesses da imigração do segundo pós-guerra.

De acordo com Peres (1997) que analisou o discurso presente na Revista de Imigração e Colonização<sup>39</sup>, mais que a mão de obra para a indústria, agricultura e povoamento, o governo brasileiro se interessava culturalmente pelos imigrantes na sua reprodução, com a construção de uma identidade nacional próxima à europeia, em um ideal de civilidade. Os Egert se destacavam nesse padrão, eram brancos de olhos azuis. Acreditava-se que eles trariam “sangue novo”, reproduzindo-se com os nacionais. Bravo (2017) corrobora afirmando que os imigrantes deveriam tanto servir para colonizar territórios considerados vazios como compor o brasileiro branco, sadio e moralmente íntegro. Com isso, sustentando os princípios eugenistas que ainda estavam em voga no meio do século XX com a modificação do patrimônio cultural das cidades, advindos da urbanização e criação de museus etnográficos, faculdades de direito e medicina.

Por vestígios de uma cultura de branqueamento, os imigrantes poloneses eram bem vindos, enquanto os africanos eram desprezados durante o segundo pós-guerra no Brasil. Vargas (1951) aponta que era necessário o governo brasileiro aproximar-se do continente africano, demonstrando atenção especial a essa população com uma política de desenvolvimento, não em um sentido colonialista, mas para que todas as regiões pudessem avançar no padrão político europeu. Ele comenta, que se deveria estreitar as relações, no entanto, não faz nenhuma menção sobre o seu recebimento. Isso pode estar relacionado ao discurso “racializado” que, conforme Hall (2016, p. 167), está na oposição binária entre civilização pelo branco,

---

<sup>39</sup> A Revista Brasileira de Imigração e Colonização circulou entre os anos de 1945 e 1955, e era a publicação oficial do Conselho de Imigração e Colonização. Nela escreviam médicos, advogados e políticos considerados influentes do período (PERES, 1997).

e barbárie ao negro: uma divisão entre os ditos humanos e os não-humanos. Argumento presente na suposta ligação entre as etnias consideradas brancas, um poderoso desenvolvimento intelectual e de “contenção civilizada” nos aspectos emocionais, sexuais e civis; e a relação entre os negros e o instintivo, com determinações para afloramento de emoções e ausência de intelecto com “falta de requinte civilizado” nos aspectos sexuais e culturais, e a falta de desenvolvimento de instituições civis. O discurso cultural do período colocava o negro como incivilizado, pois não o constituía dentro de uma das culturas aceitas.

O governo brasileiro, principalmente a partir de imigrantes poloneses, brancos e católicos, como a família Egert, buscava forjar na sua população uma identidade europeia, considerada mais civilizada. Como toda identidade é construída culturalmente (HALL, 2016), no período, não era qualquer cultura bem vinda, mas a selecionada entre os ditos melhores europeus aptos para as práticas laborais na indústria e agricultura; brancos ou loiros de olhos azuis, para a partir do cruzamento com nacionais povoarem completamente o país de população branca (PERES, 1997). Agregava-se a isso, conforme Bravo (2017), os que não tivessem ideias consideradas subversivas, moralmente íntegros e católicos, ausência de perspectiva para formarem colônias e a passagem por exames médicos rigorosos para detectar os distúrbios neurológicos.

Era parte do perfil criado para a seleção de imigrantes europeus:

As diretrizes fundamentais a serem obedecidas são aquelas que estabelecem um razoável critério seletivo [...] de maneira a que o Brasil incorpore ao seu patrimônio humano elementos moral e fisicamente são, economicamente úteis, de preferência agricultores, técnicos e operários especializados que possam ser bem distribuídos pelo território nacional (DUTRA, 1948, p. 83).

Merece destaque na representação desejada de imigrante alguns elementos que perpassam moralidade, economicidade, especialização e espacialidade. O imigrante deveria possuir moralidade, para que o país não recebesse adeptos de ideais comunistas e nazistas, favorecendo a reprodução; ser empregado na indústria ou agricultura e não fosse resistente ao destino imposto pelo nacional.

Como forma de estigmatização, na imigração do segundo pós-guerra há a utilização do termo alienígena para significar o imigrante, utilizado em vários discursos e principalmente pelo Presidente Getúlio Vargas (1951, p. 219; 1953, p.

223) para significá-lo como o outro. Observam-se dois trechos: “Acentuo, mais uma vez, - como já o fiz em outra ocasião - que não devemos temer a concorrência do *alienígena*, mas, ao contrário, recebe-lo de braços abertos [...]” e “Lembre-se, por exemplo, que, ainda, em 1952, o Brasil não chegou a receber, pela imigração dirigida, 10.000 alienígenas [...]”. Conforme Peres (1997) os imigrantes eram denominados pejorativamente não apenas de alienígenas, considerados seres de outro espaço físico e iguados à condição de máquinas estrangeiras; mas também de bom ou mau elemento, a linguagem jurídica referindo-se a bandidos e cidadãos de bem; desejáveis ou indesejáveis, neuróticos de guerra ou psicopatas encubados, na caracterização psicológica, entre outras.

Seyferth (2011) apresenta que dentro dessas categorias havia “alguns mais alienígenas”, considerados culturalmente mais indesejáveis. A família Egert composta por membros poloneses estavam entre os mais aceitos<sup>40</sup>, já os alemães e japoneses,<sup>41</sup> por serem adversários dos aliados durante a guerra, eram ponderados como os mais rejeitados. Os últimos, ainda tinham o agravante de possuírem práticas culturais distintas dos brasileiros, o que causava mais estranheza. Nesse sentido, segundo Alvim (1998), a prática cultural do banho de emersão era a mais estranha para os nacionais. Os japoneses ao construir um *ofurô* em suas casas entravam em conexão com sua terra natal, no entanto, antes de concretizar isso, quando encontravam um rio despiam-se e mergulhavam para tomar banhos de emersão, sendo estigmatizados pelos segmentos elitistas que os denominavam selvagens.

Apesar disso, em um contexto amplo dentro da imigração brasileira, os Egert comparando-se com outros imigrantes poloneses, os tradicionais do final do século XIX e início do XX, podem ser considerados os mais rejeitados pela sua vinculação a uma guerra, pois são a personificação além da diferença. A sua diferenciação é patologizada na representação da alteridade. São avaliados pelos seus receptores

---

<sup>40</sup> O que definiu a identidade dos Egert foi a sua auto identificação, apesar de dois de seus filhos tenham nascidos dentro de um campo de acolhimento em solo alemão, ele era composto exclusivamente por poloneses. Conforme Ramos (2012) o polonês mesmo que seja forçado a abandonar o seu território não deixa de sê-lo. Isso também foi o entendido pelas autoridades brasileiras, tendo em vista que dos seis membros da família, quatro, a maioria deles, era desta nacionalidade.

<sup>41</sup> Os japoneses só começaram a ser aceitos novamente no Brasil em 1953 nas regiões que os europeus não queriam frequentar por considerá-las insalubres. Nesse ano, foi autorizada a imigração de 5 mil famílias japonesas para o Amazonas, Amapá e Maranhão e 4 mil para as demais regiões e centros urbanos, dessas 9 mil famílias, apenas 195 se fixaram definitivamente no Brasil, um total de 1264 pessoas (VARGAS, 1953; 1954).

como doentes que precisam ser selecionados cuidadosamente e minimamente curados dos traumas sofridos pelo conflito. Um paralelo pode ser apresentado ao relacioná-los à discussão de Hall (2016) sobre Sarah Baartman<sup>42</sup>. O pesquisador aponta que ela não se enquadrava na norma das mulheres europeias, principalmente, por suas nádegas protuberantes, constituída como a materialização do outro. Esses imigrantes também são denominados culturalmente de forma pejorativa por estratégias do Estado e simbolicamente não se encaixam no aspecto costumeiro de nacional, e estando fora desse modelo, igualmente não se enquadram como os outros, os imigrantes tradicionais, são construídos culturalmente como além dos outros, são os deslocados de guerra, à margem da noção de classificação e representação ordinária do imigrante. São aqueles que estão longe de seu espaço habitual por causa da guerra e por esse mesmo conflito são os rejeitados, servindo minimamente como mão de obra.

Esse processo de estigmatização e representação que os imigrantes como os Egert sofrem é denominado por Hall (2016) de estereotipagem, uma prática de produção de significados que reduz, essencializa e fixa a diferença do outro, visando a subordinação de um grupo culturalmente a outro. Esse processo funciona com a apresentação de forma simplificada e exagerada de poucas características dos estigmatizados e opera pela cultura, produção de conhecimento, imagens e representação com a função de manutenção, pela exclusão, da ordem social e simbólica. A estereotipagem se verifica pelo fato dos imigrantes serem pensados com denominações pejorativas (alienígenas ou selvagens, entre outras), características físicas (branquelo) e tipificações (polonês preguiçoso) com o intuito de inferiorizá-los perante o nacional, reduzindo-o à condição de objetos e dificultando sua permanência na nova pátria.

Bueno (1996) chama atenção para a representação pejorativa das imigrantes polonesas a partir de traços físicos nos periódicos da capital paranaense. Apesar de trabalharem como carroceiras, ou criadas de servir, ao fazer parte das ocorrências policiais ou insucessos cotidianos fugindo do modelo exemplar de mulher que a sociedade da época exigia para o “viver feminino”, eram denunciadas por notícias,

---

<sup>42</sup> Em 1810 Saartje (ou Sarah) Baartman, conhecida como a “Vênus Hotentote”, foi levada para a Inglaterra por um agricultor e um médico da região do Cabo (África do Sul) e dentro de uma jaula foi exibida como um animal selvagem em Londres e Paris. O espetáculo de sua exposição foi justificado por seu aspecto diminuto (1,37 metro de altura) e suas nádegas protuberantes, característica da anatomia hotentote, um alongamento dos lábios vaginais causado pela manipulação da genitália e considerado belo pelos hotentotes e bosquímanos (HALL, 2016).

como “bárbaras” ou “quentes” que as escandalizavam ou lhes despertavam a vulgar sensualidade, demarcando a prostituição. A prática foi realizada até a década de 1920, com a menção na maioria das vezes de “polacas de Curitiba”, para se referir à nacionalidade estrangeira. Esse processo é a criação de uma fronteira simbólica e social entre o que pode ser considerado pelo discurso dominante de normal - o nacional - e o patológico - o imigrante. Eles simbolicamente são subordinados aos vernáculos que acreditam possuir a missão de auxiliá-los, guiá-los e civilizá-los.

A estereotipagem ainda pode ser explicada por Bauman (2017) ao afirmar que essas demoninações são relacionadas ao medo do imigrante, considerado estrangeiro, enquanto estranho. O receio é construído culturalmente pelos meios de comunicação e representados por discursos políticos, pois os artefatos culturais apresentam vantagem nesta situação ao terem controle da população de forma mais efetiva. O autor explica que os nacionais podem até não gostar de um vizinho ou um colega de trabalho, mas sabem quem são, sua origem e o que pretendem, já se sabe o que esperar deles e quais as práticas culturais. “Essas pessoas com as quais estamos acostumados a coexistir em nossos bairros, nas cidades ou locais de trabalho, nós a dividimos em geral entre amigas ou inimigas, bem-vindas ou apenas toleradas”(BAUMAN, 2017, p.14). Enquanto os imigrantes não se sabe quem são, de onde veem,e o que pretendem. Isso cria, no brasileiro, uma sensação de pânico, de medo do desconhecido, do que se considera estranho, estrangeiro. O medo do que não se conhece pode ocasionar conflitos e inseguranças.

Os recursos públicos do governo brasileiro para a imigração dos Egert e demais deslocados de guerra foram alocados a partir de créditos especiais, oriundos de decretos. Eles eram utilizados para manter a comissão de seleção de imigrantes promovendo o recrutamento, transporte, alojamento e distribuição no país, no entanto, é relevante frisar que o governo brasileiro não custeava todos os gastos, que eram divididos ou assumidos, quase na totalidade, por órgãos e instituições internacionais como a OIR, estados e/ou particulares (DURTRA, 1950).

Essa gratuidade concedida pela OIR é perceptível em uma mensagem do Vargas (1952, p. 43)

Consegui ainda obter o Itamarati a elevação da cota que nos tinha sido inicialmente destinada, de cinco mil para dezoito mil imigrantes, bem como a gratuidade de transporte marítimo para aqueles emigrantes que demandam a América do Sul, desta forma obviando

a principal dificuldade sempre encontrada para a execução dos programas imigratórios em larga escala.

A maior preocupação era o traslado entre dois continentes, e o Brasil conseguiu resolver parcialmente essa dificuldade em 1951 com o aumento de cotas pela OIR, aos países do continente americano. O benefício foi alcançado durante a Conferência Mundial de Imigração de deslocados de guerra realizada em Bruxelas na Bélgica. A mesma situação já havia sido discutida na Conferência de Nápoles, mas o acordo só foi efetivado na segunda oportunidade.

As imigrações do segundo pós-guerra ao Brasil findaram 11 anos depois da vinda dos Egert, em 1960. Conforme Salles, Paiva e Bastos (2013, p. 14) os acordos mais significativos estabelecidos pelo Brasil para o recebimento de imigrantes foram:

[...] o Decreto Lei n. 7.967[...] signatário do acordo relativo às disposições provisórias sobre os refugiados e deslocados da IRO (15/09/1946); Acordo de Migração entre o Brasil e a Itália (5/07/1950); legislação para criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, 1945); Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (concluída em Genebra, em 1951, e assinada pelo Brasil, em 1952); Acordo de Migração entre o Brasil e a Espanha (1960); Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos (15/12/1950); e a constituição do CIME (19/10/1953).

O decreto lei nº. 7.967 de 18 de setembro de 1945 que flexibilizou a imigração brasileira, apontava a exclusão, em caráter temporário, das mulheres e homens que fossem casados ou viúvos de estrangeiras, os que viajassem em companhia do filho brasileiro, ou que fossem recebidos baseados em acordos internacionais pela imigração dirigida da cota inicial prevista durante o Estado Novo.

O primeiro acordo com a então criada OIR, substituta da UNRRA, foi realizado em 1946 para o recebimento de 5 mil imigrantes e no mesmo ano outro convênio foi efetivado. Nos anos seguintes novas parcerias foram discutidas e assinadas em Londres com o objetivo de recebimento de 13.556 pessoas até 1950, divididas em levas, com transporte custeado pela instituição e apoio logístico do governo brasileiro. Em um desses acordos a família Egert foi contemplada com sua vinda ao Brasil. O país precisou que o decreto tivesse aprovação do Congresso

Nacional para na sequência recebê-los por via marítima nas hospedarias, distribuindo-os com recursos públicos (DUTRA, 1949; 1950)<sup>43</sup>.

Além dos Egert outros grupos também imigraram mediante acordos com a OIR; em 1951 foi assinado convênio entre ela, o governo brasileiro e uma organização suíça:

No decurso do ano de 1951, foi iniciada a execução dos Acôrdos com a Suíça e com a Organização Internacional de Refugiados para a imigração, no primeiro caso, de quinhentas famílias suíças, caso, para o recebimento de cinco mil emigrantes selecionados pela Comissão de Seleção Brasileira na Europa (VARGAS, 1952, p. 42).

Os acordos do governo brasileiro eram realizados com várias instituições públicas e privadas. Neste caso o acordo realizado entre a instituição denominada *Caritas Suíssa* e a OIR, dois anos depois dos Egert, tinha objetivo de trazer o maior grupo de imigrantes do pós-guerra denominado suábios do Danúbio que também se estabeleceram em Guarapuava. Eles não eram suíços, mas como é apontado por Stein (2011), essa denominação pode ter sido uma forma de atenuar sua origem alemã e favorecer a imigração. Além deles, o Brasil também recebeu técnicos alemães especializados em questões industriais (DUTRA, 1948, p.82)

No ano seguinte, foi apresentado pela Delegação Brasileira em Genebra à 4ª Sessão do CIME, um Plano Nacional de Colonização que abrangia os deslocados, uma exigência da Comissão para novos acordos e constituído com o seguinte aspecto: mais da metade das famílias deveriam ser europeias, sendo divididos em dois tipos de colônias. O primeiro, consistia no interior com famílias em cada núcleo, objetivando aumentar a produção agrícola do país, e deveriam ser localizadas nas regiões norte e nordeste. O segundo, denominado Cinturão Verde, teria como objetivo o abastecimento das cidades com hortaliças, frutas e laticínios, e localização no sul do país. Almejava-se que alguns desses núcleos fossem instalados no Paraná, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo (VARGAS, 1954).

Outros acordos para recebimento de deslocados, com finalidades agrícolas e industriais como os Egert e os suábios, também foram efetivados:

Por iniciativa da Organização Social Pio XII foram concedidos vistos de entrada no País, pelo Conselho de Imigração e Colonização, a 100 menores italianos, órfãs de guerra, de 14 a 18 anos, que vieram

---

<sup>43</sup> As aprovações foram realizadas pelo Decreto Legislativo n. 42, de 7 de dezembro de 1948 (DUTRA, 1949).



se estabelecer em São Paulo, onde se dedicam, atualmente, a atividades agrícolas. A referida imigração é uma das melhores pelo ânimo que êstes jovens imigrantes se entregam [aos afazeres] do campo. Outras levas da mesma natureza se transferido para o Brasil, em um futuro próximo, sem qualquer ônus para o nosso Governo e sob os auspícios daquela Organização (VARGAS, 1952, p. 246-247).

O acordo com a Organização Social Pio XII objetivava receber órfãos de guerra menores de idade, que estavam em orfanatos italianos e possivelmente perderam seus pais durante a guerra. Como apontado por Shephard (2012), muitas crianças não os encontraram no pós-guerra, principalmente pelas mortes, ficando em instituições criadas pelos aliados ou religiosas. Alguns ficaram aos cuidados de uma organização religiosa e foram encaminhados para o Brasil, sendo destinados às atividades agrícolas. É necessário frisar que a imigração ocorreria em várias levas, subsidiadas pela congregação e sem custos para o governo brasileiro, o que demonstrava alívio, tendo em vista que para esse escopo havia a ausência de recursos.

A imigração do segundo pós-guerra que motivou a vinda dos Egert ao Brasil possui muitos fatores que influenciaram as práticas de recebimento e a sua representação. Ela geralmente se realizava de maneira dirigida, com acordos entre instituições internacionais com o governo brasileiro, mas as questões culturais não eram respeitadas ou não era verificado se seus proponentes se identificavam culturalmente com o país, eles foram contados apenas como números. A questão identitária só foi ativada para determinar qual etnia seria a mais aceita em território nacional, os menos alienígenas, os mais desejáveis, neste caso os poloneses. A principal preocupação do governo brasileiro era o recebimento de imigrantes com custo reduzido, de aparência branca e olhos azuis, como os integrantes da família, que eram considerados mais assimiláveis, disponíveis para as práticas laborais (agricultura e indústria), reprodução e povoamento.

## 2.2. A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ

Assim como os Egert outros imigrantes se estabeleceram no Paraná, desenvolvendo suas práticas culturais. Conforme Hall (2016), a cultura está presente em toda sociedade, desde o cotidiano nas suas inúmeras práticas, às maneiras de

organização e estratégias institucionais, perpassando aspectos políticos e econômicos, dentro de um país, nas suas diferentes regiões. Os estudos culturais, que adentram a temática da imigração, demonstram a sua íntima relação com elementos do domínio simbólico e com seu ordenamento, promovendo sentidos e significados para que o ser humano possa conviver, apesar dos conflitos, da forma mais harmônica possível.

Nesse sentido, o Paraná se constituiu culturalmente da família Egert, enquanto um dos vários grupos compostos de poloneses. E também, segundo Pereira (2015) e Nadalin (2017), de alemães, escandinavos, espanhóis, franceses, italianos, japoneses, portugueses, russos, ucranianos, suíços e mais recentemente de haitianos, senegaleses, sírios e venezuelanos. Eles contribuíram nas práticas laborais, no meio rural e urbano, e estão presentes em todo o estado, sendo visualizados na capital e no interior paranaense em sua arquitetura nos prédios, ruas e praças, bares e restaurantes típicos que desenvolvem as práticas híbridas de cozinhar e comer.

Os fenômenos de atração de imigrantes na tentativa de estabelecer colônias, não portuguesas no Paraná são anteriores à emancipação de São Paulo, a primeira de 1829, formou a colônia Rio Negro, hoje município de mesmo nome (divisa com Santa Catarina). Essa colônia de origem alemã contava inicialmente com 238 moradores, acrescidos de mais 100 em 1833 (PEREIRA, 2015).

Segundo Bueno (1996) em 1847 a colônia Tereza fundada pelo médico Faivre inicialmente apresentava bons resultados no interior do Estado, tanto que motivou em 1890 a criação da Colônia italiana Cecília, fundada por anarquistas em Palmeira. No litoral paranaense em 1857, foi promovida a intervenção do governo imperial para reimplantação da Colônia Dona Francisca de Santa Catarina para o Núcleo Colonial do Assunguy com o deslocamento de aproximadamente 35 pessoas. Depois desses marcos, novos núcleos coloniais foram instalados, alguns com relativo sucesso e outros com dificuldades de se manter e desenvolver suas práticas culturais.

Os primeiros poloneses estabelecidos no Paraná provinham de reimplantação da região de Joinville nos anos de 1870-72 por iniciativa de Wós Saporski. As primeiras colônias foram fundadas nos arredores da Capital durante o mandato de Adolpho Lamenha Lins como presidente da província. No entanto, durante todo o

século XX a imigração ao Paraná foi espontânea e aleatória com medidas pontuais (OLIVEIRA, 2009).

Nos anos de 1900 ocorreram mudanças significativas na legislação imigratória, isso afetou diretamente o estado na criação de colônias homogêneas. Em 1907 constituiu-se um órgão específico para controlar e orientar os fluxos imigratórios. O fato de impor que fossem compostas de várias etnias com a inserção de nacionais foi uma estratégia de controle do imigrante, dificultando práticas cotidianas que poderiam aglutiná-los em clubes, bares e igrejas; favorecendo a criação de organizações políticas e culturais paralelas às nacionais para reivindicar em um futuro próximo um novo território (PEREIRA, 2015; OLIVEIRA, 2009).

Como afirma Bhabha (1998), não há como pensar uma identidade homogênea ou práticas culturais originais da família Egert ou dos demais grupos imigrantes, a partir de uma tradição, principalmente por sua diversidade em um único espaço, no caso específico no Paraná. O reconhecimento de tradições é apenas uma forma parcial e didática de análise para as questões culturais. Neste sentido, houve vários movimentos de contestação de terras motivadas por aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais em várias regiões do Estado, envolvendo a população e motivando fixação ou exclusão de práticas e núcleos coloniais, a exemplo, a Revolta de Porecatu (1948-1951), Levante dos Posseiros do Sudoeste (1957), e disputas do início do século, como o Contestado (1912).

Neste cenário, com essas mudanças, durante as décadas de 1940, 50 e 60 o Paraná recebeu vários tipos de imigração: a família Egert e os demais deslocados de guerra, migrantes internos e reimigrantes. No caso específico dos oriundos do segundo pós-guerra, conforme Salles, Paiva e Bastos (2013) foram atraídos pelo discurso de progresso, pois o Estado foi o segundo em quantidade a recebê-los<sup>44</sup>. Enquanto São Paulo, primeiro em contagem, pretendia convidar imigrantes para o desenvolvimento de sua área industrial, ao Paraná estes lhe interessavam para as práticas laborais da agricultura e outras como extração de madeira, que se justificava por ter sofrido com a ausência de mantimentos de primeira necessidade

---

<sup>44</sup> Entraram no Brasil entre 1945 e 1960, 22.009 imigrantes e mais da metade (51%) dirigiram-se ao estado de São Paulo; 21% ao Paraná; 8,8% ao Rio Grande do Sul; 3,8% a Goiás; 3,4% à Santa Catarina; Rio de Janeiro e Distrito Federal 10, 2%; e 1,8% nos demais estados da federação (SALLES; PAIVA; BASTOS, 2013).

durante a II Guerra Mundial<sup>45</sup>. Devido o imperativo agrícola, Nadalin (2017) destaca que no segundo pós-guerra o Paraná ainda recebeu imigrantes alocados em colônias como os suábios do Danúbio em Entre Rios (Guarapuava), a reimigração de holandeses na Colônia de *Witmarsum* e os holandeses em Castrolanda<sup>46</sup>.

Para efetivar a vinda da família Egert e dos demais imigrantes, foram organizadas por seus governadores<sup>47</sup> algumas instituições, uma delas foi a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização criada a partir de autorização do Conselho Administrativo do Estado em 1947, transformada no Instituto Ambiental do Paraná (IAP)<sup>48</sup>. Essa instituição que tinha como função amparar as práticas agrícolas dos migrantes (nacionais e internacionais) com fornecimento de sementes e empréstimo de maquinários, não teve sua criação imediata, necessitando resolver entraves burocráticos como a aquisição de mobiliários (LUPION, 1948; 1951).

A partir dela foi possível a imigração de outros conterrâneos dos Egert e ucranianos<sup>49</sup>.

Assim é que aproveitamos a oportunidade e trouxemos para o Paraná quasi [quase] um milhar de imigrantes ucranianos [ucranianos] e poloneses, que o Brasil recebera em virtude de acordo internacional para a colocação de deslocados de guerra. Os elementos que trouxemos para o nosso Estado estão trabalhando conosco honestamente, a maioria em nossos campos de agricultura (LUPION, 1948, p. 54).

Em uma nota, o periódico curitibano *O dia* apresenta como foi esse processo:

Será embarcada hoje nova leva de imigrantes ucranianos e poloneses que fizeram estágio na [hospedaria] Ilha das Flores por conta do Departamento Nacional de Imigração, num total de mais ou menos 160 pessoas, sendo a primeira turma composta por 46 adultos, 16 crianças acima de 10 anos e 16 menores e a segunda de

<sup>45</sup> Fernandes (2010) aponta quem na região central do estado os moradores não conseguiam comprar trigo e outros mantimentos durante o conflito.

<sup>46</sup> A Colônia *Witmarsum*, inicialmente organizada com a utilização de práticas comunitárias de trabalho e posteriormente lotes individuais, foi instalada na região de Palmeira. Vieram a ela aproximadamente 54 famílias de Santa Catarina e do Paraguai. Já os colonos de Castrolanda foram alocados a partir da aquisição de terras pelo governo federal, estadual e uma organização denominada *Christian Emigration Centre*, em Castro, sendo formados por 64 famílias holandesas que trouxeram cabeças de gado, máquinas e equipamentos para práticas agrícolas (OLIVEIRA; SALLES; KUNHAVALIK, 2004).

<sup>47</sup> Os mandatos mais longos do período (1946-1960) foram de Bento Munhoz da Rocha Neto e Moysés Lupion.

<sup>48</sup> Em 2020 o Instituto Ambiental do Paraná com a incorporação do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia (ITCG) e do Instituto das Águas do Paraná passou a denominar-se Instituto Água e Terra, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

<sup>49</sup> Segundo Pereira (2015) os maiores contingentes de imigrantes no Paraná até 1948 eram compostos de poloneses e ucranianos.

55 adultos, 15 maiores de 10 anos e 5 menores. A maioria, 70% é de agricultores e o restante operários especializados (O DIA, 11/11/1948, p. 1).

A necessidade de imigração de famílias como dos Egert para o Paraná significava para o proprietário agrícola a garantia de mão de obra presente, os pais, e futura, os filhos. O segundo apontamento, a menção no periódico da divisão entre crianças maiores de dez anos e menores, possivelmente essas primeiras também poderiam ser empregadas em atividades laborais, mesmo que informais, como a prática de Kazimierz no cuidado de animais e em uma horta doméstica junto com sua mãe Janina Egert.

Outro ponto que pode ser levantado é que os imigrantes geralmente procuram suas etnias, como necessidade de ressignificar sua identidade e criar uma rede cultural, buscavam se estabelecer onde já se encontram ucranianos e poloneses. Neste caso, em específico, nas regiões de Prudentópolis e Irati, próximas à de Guarapuava, espaços marcados por colônias ainda no final do século XIX, destes dois povos. Conforme Woodward (2014), a busca por esses espaços pode estar ligada à construção de uma identidade a partir de uma comunidade imaginária ou um passado comum, os imigrantes criam um passado para facilitar a estadia em uma sociedade não conhecida, tentam constituir uma rede cultural para se sentir mais seguros e incorporados ao local escolhido, facilitando práticas culturais como ir à igreja, escola e conversar em sua língua materna.

A imigração paranaense que trouxe os Egert foi realizada na forma de parceria com o governo federal e proprietários de terras. “Deverão chegar a esta capital [Curitiba], brevemente, mais de 3.500 deslocados de guerra na Europa. Os ditos imigrantes completarão a cota de cinco mil que foi estabelecido por acôrdo entre o Brasil e a Organização Internacional de Refugiados, hoje oficializada” (O DIA, 19/12/1948, p.1). Como é perceptível pelo trecho, o estado cumpriu alguns acordos do governo brasileiro para o recebimento de deslocados<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Esse mesmo aspecto também é demonstrado em números pelo governador Moysés Lupion (1950, p. 116): “Em relação à imigração estrangeira [sic], recebeu o Paraná, em 1949, 2.776 deslocados de guerra, cumprindo assim a sua parte nos compromissos do Brasil com a Comissão Internacional de Refugiados, realizando obra de incontestável sentido de solidariedade humana e beneficiando-se da contribuição que tais elementos possam vir trazer para o nosso desenvolvimento, como efetivamente, tem trazido”.

Já a parceria com proprietários de terras pode ser constatada por uma matéria do jornal *Folha do Oeste* (26/08/1951, p. 2), pedindo propostas para o recebimento de imigrantes:

O conselho de Imigração e Colonização, ao divulgar essa informação, terá a máxima satisfação em receber propostas concretas e objetivas dos proprietários brasileiros que pretenderem esse excelente braço agrícola afim de transmiti-las ao seu representante na Europa. Recomendaria, para melhor coordenação dos trabalhos, que tais propostas fossem encaminhadas diretamente ao Departamento Nacional de Imigração, no Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Paraná.

A matéria menciona o desejo de deslocados de guerra em fixar-se no Brasil, preferencialmente no Paraná, e aponta que isso só será realizado caso proprietários tenham interesses em empregá-los, mediante propostas, concretas e objetivas, que arquem com os custos do transporte tanto no solo europeu como no brasileiro. Essas motivações deveriam ser efetivadas no Departamento Nacional de Imigração por intermédio de uma secretaria do Estado.

Os proprietários são representados como proativos e parceiros do governo paranaense, pois alega que sozinho não pode resolver a situação dos deslocados:

O governo, só, não pode tudo resolver. Graças a Deus, no Paraná, a iniciativa particular é surpreendente. O homem pioneiro, brasileiro de todas as origens, marcou encontro no Paraná. E não foi atraído para ficar de braços cruzados e tudo esperar do governo. Requer apenas uma boa assistência técnica. Um bom ensinamento. Ele não vai recuperar. Vai construir. É apenas preciso que conserve (ROCHA NETO, 1995, p. 67).

O *Folha do Oeste* também apresenta algumas demandas dos imigrantes aos proprietários como condição para o deslocamento:

- Como condições para imigrar os grupos familiares desejam que:
- 1º) lhes seja assegurada assistência e hospedagem nas fazendas ou locais de trabalho;
  - 2º) enquanto se adaptam ao trabalho aceitam as seguintes condições mínimas:
    - b) O direito de poderem cultivar terras de propriedade dos patrões, em culturas de sua preferencia, dispondo de áreas que lhes sejam reservados até um hectare por família;
    - c) a liberdade de criar suínos e animais domésticos para consumo próprio;
    - d) gratuidade de lenha para os misteres domésticos [...]
- (FOLHA DO OESTE, 26/08/1951, p. 2).

Essas demandas perpassam as práticas culturais dos imigrantes, sendo suas exigências o direito de plantar gêneros alimentícios de sua escolha, construindo uma horta; e a liberdade de criar animais domésticos para o consumo (galinhas e porcos). Isso pode não ter se efetivado com o grupo de imigrantes representado na matéria, mas com os da família analisada, Egert (2015) aponta que tinham uma horta doméstica e criavam animais como cabras. Alvim (1998) afirma que os imigrantes buscavam reconstruir simbolicamente seu local de origem e isso passava pela prática de comer, sendo que os membros da família tinham responsabilidades no cultivo das hortaliças e criação de animais domésticos, de acordo com sua forma física e habilidades. As crianças e as pessoas mais velhas ficavam responsáveis pela horta e a criação de animais sob a supervisão da matriarca da família.

Na matéria, a “assistência e hospedagem nas fazendas ou locais de trabalho” são quesitos para a imigração. Sayad (1998, p. 74) chama atenção que os migrantes só existem junto com a sua prática de morar e trabalhar, sendo elas indissolúveis. Portanto, trabalho e habitação estão intimamente relacionados à imigração, o imigrante só tem existência oficial quando é pensando com o empregador e uma moradia. Eles só viriam ao país caso algum fazendeiro estivesse disposto a custear as despesas e a satisfazer essas exigências. Além disso, não era qualquer habitação que se destinava ao imigrante, era a “habitação para imigrantes” ou “alojamentos-cortiços”, representados pela provisoriedade, assim como os seus moradores. Egert (2015) aponta que sua família morava em vilas operárias, nas casas cedidas por serrarias, e quando seus pais mudavam de emprego, trocavam para a casa da nova empresa.

Essa provisoriedade nas práticas de morar não é exclusividade da família Egert, mas também está presente em vários períodos da imigração brasileira. Alvim (1998) menciona que no final do século XIX aqueles que iam para as fazendas de café eram alocados em antigas senzalas ou casas construídas em séries que não permitia mudar sua fachada, e Stein (2011) aponta que alguns do segundo pós-guerra tiveram que ficar em uma escola ainda não inaugurada até que ajudassem a construir suas futuras moradas. Em comum, os dois destacam que quando os imigrantes conseguiam construir suas casas, o que era raro, os traços arquitetônicos europeus só eram incorporados na segunda ou terceira geração da família.

Para o gerenciamento da imigração no estado, além da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, foi criado o Departamento Administrativo do Oeste (DAO), posteriormente denominado de Departamento da Fronteira:

Desejamos dar destaque, também, à criação do Departamento Administrativo do Oeste, mediante a qual esperamos poder chegar a satisfação. Os justos anseios de amplo desenvolvimento que animam as populações daquela extraordinária região de nosso Estado, aproveitando as suas excepcionais possibilidades de riqueza. Na verdade, a criação do Departamento Administrativo do Oeste foi a medida culminante de uma série de atenções que vínhamos dispensando à região do extinto Território do Iguaçu (LUPION, 1948, 108-109).

O DAO tinha como objetivo o povoamento da região oeste do Paraná, próximo a Guarapuava, que até 1946 formava o Território Federal do Iguaçu. Esse departamento era responsável pelas práticas de loteamento, demarcação e criação de colônias na região que abrangia as áreas de Laranjeiras do Sul e Foz do Iguaçu. Entre as atividades, em 1949 foi desenvolvido a: “Colônia [Militar] Chagu – município de Laranjeiras do Sul - Os serviços de demarcação, medição e divisão e loteamento coloniais da 1ª gleba dessa colônia se acham em fase final. Foram executados levantamentos topográficos no total de – 224 Kms” (LUPION, 1950, p. 219).

Rocha Neto (1995, p. 64) também destaca o oeste, comparando com o norte cafeeiro ao enfatizar a qualidade das terras:

O oeste paranaense possui terras iguais às melhores do norte do Estado. Não são próprias para o café, em vista do denso frio e estão sendo procuradas, intensamente, pelas populações ítalas e teuto-gaúchas. Esta foi a melhor colonização que já penetrou o Paraná, de origem europeia recente, mas já adaptada ao Brasil, conhecendo as nossas peculiaridades e trazendo recursos em dinheiros, bem como maquinaria. Vieram do sul, trazendo já a tradição industrial e aplicando-a na zona rural.

Os Egert e os demais imigrantes do Estado podiam contar com a Divisão de Imigração, ligada à Secretaria de Agricultura, e responsável pela distribuição deles em várias regiões do Estado. A divisão ainda contava com três hospedarias: Curitiba, na qual a família permaneceu até vir para a região de Guarapuava, Litoral e Ponta Grossa, além de postos sanitários em Jacarezinho, Londrina e Ponta Grossa (LUPION, 1956).



Rocha Neto (1995), observa também, que nas décadas de 1940, 50 e 60, efetivou-se no Paraná um fenômeno de reimplantação de antigas aglomerações de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da baixada fluminense. Um desses exemplos, conforme Nadalin (2007) é um grupo composto pelos alemães do Volga, que não se adaptaram em Santa Catarina e vieram para o Paraná, motivando a instalação de núcleos colônias em distâncias de 2 a 16 quilômetros, nas regiões do litoral e campos gerais.

Ao mesmo tempo em que ocorria a imigração com a família Egert e os demais deslocados de guerra, que adentravam o Paraná, havia um surto de migração interna, uma das mais significativas do país:

E o movimento migratório interno que há tempos se processa no país, talvez o maior que a história nacional registra, está povoando intensamente as nossas melhores terras de lavoura. Os contingentes humanos que procuram ininterruptamente o norte e o noroeste do Estado, a maior faixa contínua de terras férteis no Brasil, e as correntes imigratórias, oriundas do extremo sul, procuram o sudoeste e oeste, garantem uma prosperidade sem par ao nosso Estado (ROCHA NETO, 1951, p. 6).

Ressalta-se que, tanto migrantes internos como externos eram relevantes para o Estado, principalmente para desenvolver práticas agrícolas. Assim como os Egert, vieram imigrantes das mais diversas regiões do país e das mais variadas nações. Nesse sentido, em um discurso sobre a década de 1950, o Governador Rocha Neto (1995, p. 47- 48) apresenta os personagens do Estado:

É o pescador litorâneo, simples e fatalista, que só procura sustento para os seus, sem o egoísmo de acumular, sem a ambição de vender. [...] É o peão habilíssimo no manejar o laço. Firme no aprumo deselegante de uma sela. É o mergulhador do Tibagi, buscando no seio místico das águas, os diamantes que fascinam. É o sertanejo, queimando a coivara para plantar a roça. É o colono de todos os climas e de todas as latitudes, egresso de terras cansadas de séculos, esterilizadas pelos conflitos da questão social; morigerado colono, que prospera na floração da gleba. É o ervateiro podando o erval dourado. É o pouco silencioso das carroças de quinze cavalos, ao longo das estradas. É a cadência uniforme das serrarias e dos engenhos. É o oceano verde dos cafezais e a fulguração nova das searas. São as criancinhas loiras buscando a escola, em limpas e luminosas manhãs de gelo. É a cidade moderna, tumultuária, superficial e agitada, em que se digladiam todas as ambições e se defrontam todas as mentalidades. É a máquina, o dínamo, o motor. É o operário, nobre e modesto, disciplinado dentro do horário das fábricas e dentro da harmonia social. É a nossa instrução e a nossa assistência pública – as primeiras do Brasil.

Em seu discurso, o governador Rocha Neto representa os paranaenses das várias regiões, a partir de suas práticas culturais (pescador litorâneo, mergulhador do Tibagi, sertanejo, colono, ervateiro, operário), de seus aspectos físicos e de elementos relacionados à plantação ou à ruralidade (carroças, cafezais, serrarias, engenhos, máquina, motor). Nessa segunda representação, a família Egert pode ser incluída, uma vez que seus membros estiveram relacionados com as ruralidades do Paraná, especialmente de Guarapuava, migrando nas serrarias dentro do município.

Neste mesmo trecho, novamente se percebe, simbolicamente, o perfil culturalmente desejado pelo Paraná do imigrante do segundo pós-guerra, ele vai de encontro ao do governo federal, aqueles que irão reproduzir, transformando o estado em uma nova Europa com “criancinhas loiras buscando a escola”, que procuram o conhecimento, a instrução aqui apresentada como civilidade. A procura pela civilidade a partir das práticas agrícolas e dos imigrantes europeus. Esse mesmo elemento foi observado nas Mensagens dos Presidentes ao Congresso Nacional.

O Paraná recebeu nas décadas de 1940, 1950 e 1960, tanto migrantes internos como externos e assim foi constituído pela imigração. Os Egert foram um dos grupos que vieram externamente para o Estado durante o processo do segundo pós-guerra. Os membros dessa família atendiam a um perfil que ia de encontro ao nacional, biologicamente marcado pela ascendência europeia, polonesa católica e inclinados às práticas agrícolas. Para recebê-los, o Estado amparou-se em estratégias como criação e reestruturação de instituições governamentais como a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização, a Divisão de Imigração e o Departamento Administrativo do Oeste. As autoridades governamentais promoveram as opções de colônias mistas, como as do final do século XIX e início do XX, ou a habitação em áreas próximas às urbanas, a família escolheu a última alternativa, fixando-se em um núcleo no interior do município de Guarapuava-Pr.

### 2.3 AS HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES: PRÁTICAS CULTURAIS E RESSIGNIFICAÇÕES

A família Egert, bem como os demais imigrantes, tinha como primeira acomodação as hospedarias e como se sabe, a partir de Hall (2016), os códigos culturais não possuem um sentido fixo, mas são convenções sociais, culturais e

linguísticas. O signo hospedaria pode ser considerado um eufemismo para se referir aos postos de desinfecção e encaminhamento para as práticas laborais, e seu sentido modifica-se durante os anos de existência das instituições.

Segundo Reznik e Fernandes (2014), elas surgiram no século XIX em vários países do continente americano, europeu e asiático, funcionaram aproximadamente até a segunda metade do século XX. Inicialmente, não tinham uma organização específica e apesar do subsídio público, eram geridas por particulares. Prioritariamente se estabeleceram nas áreas litorâneas dos países, perto de portos de desembarque, exceto no Brasil onde algumas foram alocadas nas proximidades de centros urbanos. Paiva e Moura (2008) acrescentam que elas não estavam apenas em nações receptoras, mas igualmente em expulsoras como Alemanha, Japão e Itália. Essas hospedarias tinham a função de aferir documentos, controle médico e sanitário, registro e encaminhamento para os portos do continente americano.

No Brasil foram criadas hospedarias em todas as regiões, do Oiapoque ao Chuí, no litoral e interior, em diferentes períodos históricos, conforme a quantidade de imigrantes. Na década de 1950, para atender a demanda dos imigrantes do segundo pós-guerra foram constituídas em caráter provisório com recursos de um crédito especial, as de Campo Limpo em São Paulo, Porto Alegre no Rio Grande do Sul, Florianópolis e Blumenau em Santa Catarina, Floresta em Minas Geras, Salvador na Bahia; no Paraná, as de Ponta Grossa, Paranaguá e Itupava<sup>51</sup> (DUTRA, 1950; LUPION, 1956).

Havia hospedarias marcadas pela grandiosidade de seus espaços como a de São Paulo. Conforme Paiva e Moura (2008), localizava-se perto do centro urbano no bairro do Brás e funcionou de 1888 até 1978, acolhendo hóspedes de várias nacionalidades e estados, perpassando vários períodos imigratórios. Seus imigrantes eram oriundos do Porto de Santos, estado de São Paulo, no entanto, uma hospedaria lá levaria à construção de outra no planalto com a finalidade de distribuição, por isso sua posição era estratégica e evitava mais uma. O município,

---

<sup>51</sup> Elas eram comandadas pela Divisão de Imigração e Colonização do Estado e acompanhavam os imigrantes que adentravam pelo porto de Paranaguá e Santos-SP. Em Itupava foi construída em uma área de 2.340 metros quadrados e capacidade para recebimento de 150 hóspedes mensais na Rua Rodrigo Otávio, mas em 1955 abrigou mais de 451. Na estrutura contava com uma sala para administração, serviço médico, refeitório e alojamentos. A sala médica era equipada com mesa para exames, armário clínico e uma escrivaninha para atendimento. Em 1955 atendeu 150 casos, sendo 12 com intervenções cirúrgicas (LUPION, 1956).

diferente da capital paulista, não possuía infraestrutura urbana como iluminação pública, transporte, comércio, indústrias e hospitais. Por isso, a construção da hospedaria foi uma disputa vencida em contraposição a um terreno localizado nos arredores da Estação da Luz. Esse último local foi considerado requintado demais para os imigrantes, o que demonstra, segundo Hall (2016), sua diferenciação, pois ali se encontrava o segmento mais abastado da capital. Neste caso, a identidade do imigrante é marcada pela sua exclusão, como outro a ele é negado o seu direito de pertencer ao mesmo espaço físico que os nacionais<sup>52</sup>.

A família Egert ficou em uma hospedaria considerada majestosa, a da Ilha das Flores, a mais extensa do país, localizada na antiga Ilha Santo Antônio, próxima a São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro; funcionou entre os anos de 1883 e 1966, abrangia toda a ilha, e foi constituída a partir de uma política governamental motivada por dois aspectos: o primeiro, estimular a vinda de mão de obra imigrante e o segundo, controlar doenças que naquele período adentrariam à corte imperial<sup>53</sup>. Para essas finalidades, organizada em duas alas, possuía aspectos de cidade, contava com aproximadamente vinte a trinta funcionários que faziam revezamento dia e noite. Inicialmente, naquele espaço funcionou uma estação de testes frutíferos com plantação de mudas importadas de árvores não acostumadas com o clima e temperatura do Brasil (AZEVEDO, 2016; PIRES, SALGUEIRO, NASCIMENTO, 2010).

Conforme Dutra (1950) e Oliveira (1956), para atender os imigrantes do segundo pós-guerra, inclusive os Egert, essa hospedaria foi reformada e ampliada, e passou a receber mais de três mil moradores anuais, atendendo-os quase totalmente, além de migrantes internos que se deslocavam em solo brasileiro. Em 1956, os governantes encabeçaram um projeto de sua transferência para dentro do continente, próximo ao centro comercial do Rio de Janeiro. Esse projeto não foi aprovado politicamente e conseqüentemente sua execução inviabilizou-se, levando ao seu enfraquecimento e extinção nos anos posteriores.

---

<sup>52</sup> A hospedaria do Brás substituiu a provisória do Bom Retiro. O bairro Brás era estratégico por se localizar no cruzamento dos trilhos de duas ferrovias: a antiga Central do Brasil que vinha do Rio de Janeiro e a São Paulo *Railway* de Santos e facilitava o embarque e desembarque de levas de imigrantes. O espaço passou a abrigar por volta de quase 2 milhões de imigrantes e 1 milhão de nacionais (REZNIK; FERNANDES, 2014; PAIVA; MOURA, 2008).

<sup>53</sup> Conforme Pires, Salgueiro e Nascimento (2010) a hospedaria da Ilha das Flores foi inaugurada em 1883, no entanto, há registros de imigrantes desde 1877.

De acordo com Hall (2016) os significados produzidos por uma cultura, sempre a observando de forma plural e circular, não estão somente em nossas mentes, mas possuem efeitos concretos e organizam as práticas influenciando na forma de agir dos sujeitos. As práticas culturais são relevantes para pensar como os grupos se estabelecem e a maneira de seus adeptos darem sentido a outros sujeitos, objetos e eventos. Nessa perspectiva, é relevante discutir as práticas culturais oriundas das táticas dos imigrantes do segundo pós-guerra e das estratégias governamentais<sup>54</sup>.

Nas narrativas orais é possível observar as práticas culturais que aconteciam nas hospedarias, pois essas fontes são extremamente ricas para análises e construções do conhecimento histórico. Por meio delas, pode-se discutir o que as impressas não apresentam, além de elementos que perpassam a memória dos entrevistados. No entanto, como toda fonte histórica, também são construções, entre tantas possíveis, devem ser relacionadas e problematizadas como tal (ALBERTI, 2004).

Apesar disso, Portelli (2016, p. 9-10) chama atenção que:

Quando falamos de história oral, entretanto, também nos referimos a algo mais específico. Mais do que uma ferramenta adicional, por vezes secundária, na panóplia do historiador, as fontes orais são utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas a memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é este o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza e forma particulares.

É nesse sentido, que se dialoga com esse pesquisador enfatizando que as fontes orais possuem elementos próprios para as discussões históricas, sendo fundamentais para a análise das práticas culturais nas hospedarias brasileiras, práticas estas realizadas também pelos Egert nesse espaço. Além de pensar nos integrantes dessa família, na problematização dessas fontes, com essas ações também é preciso observar memórias e significados partilhados pelas diversas culturas que adentraram o país.

Uma dessas narrativas orais é de Ana Toncic (2009), conhecida como Anita, que ficou hospedada na Ilha das Flores em período próximo ao da família Egert. De origem eslovena, casada, sem filhos, nascida em 29 de julho de 1924,

---

<sup>54</sup> As estratégias e táticas são problematizadas utilizando os pressupostos já mencionados de Certeau (1998).

Anita chegou ao porto do Rio de Janeiro com 28 anos e possuía receio de retornar para a União Soviética, pois conforme Shephard (2012) esse grupo cultural poderia ser morto devido à crença stalinista da ausência de moradores fora de seu território. A partir das representações positivas sobre o Brasil, ela fez uma entrevista com a comissão de seleção desse país, e após aprovada embarcou com apoio da OIR no porto de Gênova na Itália em 2 de fevereiro de 1952.

Anita narra como foi sua chegada à hospedaria Ilha das Flores:

Cento e oitenta [...] cruzeiros, cada um recebeu, disponíveis. Muitas, muitos avisos. Muitos avisos em vários idiomas. O que pode, o que não pode. Normas também da Ilha. Não deram lençóis. Deram colcha, colchão... não é? Tipo Colcha [...] Aquelas coisas que são bordadas, pesadas para bordar. Era muito pesado para lavar na lavanderia. Cada um de nós lavava a sua. [...] E muito sabão à vontade. Briga para pegar, briga [...] (TONCIC, 2009).

A imigrante menciona que recebiam quantidade significativa de sabão, isso pode estar relacionado à estigmatização que as mulheres do leste europeu receberam durante a II Guerra Mundial. Segundo Shephard (2012), elas ao serem raptadas ou aliciadas para trabalhar em casas alemãs, tinham como primeira incumbência a tomada de um banho, sendo esfregadas pelas suas patroas. A justificativa dada pelas empregadoras era que elas não sabiam nada sobre higiene e sempre se encontravam sujas.

A exposição do imigrante a diversos avisos, em vários idiomas, pode ser uma referência ao fato de precisarem participar de uma mesma cultura, partilhar dos mesmos significados, e para isso a necessidade de conseguir dominar, mesmo que parcialmente, os códigos culturais. Hall (2016, p. 23) observa que dominar esses códigos, não necessariamente significa falar a mesma língua, mas é necessário o mínimo de compreensão. Dessa forma, “nossos interlocutores precisam falar o suficiente da mesma língua para serem capazes de traduzir o que ‘o outro’ fala em algo que ‘eu’ possa entender e vice-versa”. O suficiente, no caso das hospedarias, eram esses avisos recebidos logo na entrada, que determinavam as práticas encorajadas e proibidas.

A prática de fixar avisos nas paredes também foi desenvolvida na hospedaria de São Paulo (PAIVA; MOURA, 2009). A partir disso, percebem-se as estratégias governamentais sobre o imigrante, pois os sentidos culturais criam e organizam nossas condutas e práticas, sendo responsáveis por determinar normas e convenções sociais (HALL, 2016). No regulamento, visualiza-se que o imigrante era

encarcerado simbolicamente, pois o sentido criado culturalmente sempre é uma troca desigual. A estratégia do estado era dar alimentação e hospedagem, com uma contrapartida díspar, desde que adentrasse à hospedaria e com tempo limitado, no máximo uma semana, caso estivesse em trâmites para o destino, mas essa benesse era perdida com a recusa do emprego. Além disso, conforme a ex-funcionária da hospedaria Ilha das Flores, Zuleika Brasil (*apud* PIRES, SALGUEIRO; NASCIMENTO, 2010, p. 167), a desigualdade igualmente se verificava, na entrada com o aviso: “Você era um estranho e o Brasil o acolheu, isso escrito em alemão, polonês, japonês, vários idiomas”, deixando nítido que era o outro e estava sendo ajudado pelo nacional<sup>55</sup>.

Apesar do encarceramento simbólico, ele não se efetivava de maneira física. Na hospedaria Ilha das Flores era permitido o ir e vir (dentro dela e para outros espaços), conforme o casal Guerrino e Graziela Andreani (2009)<sup>56</sup>, que chegou dois anos depois da família Egert, afirmam:

Na ilha se você quisesse, por exemplo, tinha um vaporeto que saia todo os dias as sete horas, se não me falha a memória. E ia pro Rio de Janeiro. Isso se você quisesse realmente, você poderia ir com esse... [...] Barco. Digamos assim. Você podia ir pro Rio de Janeiro. Você ia de manhã às sete horas e voltava. Se não me engano às quatro horas da tarde porque ninguém era preso lá.

O controle sanitário era tanto que o vapor e seus passageiros atracados no porto do Rio de Janeiro deveriam passar por uma inspeção do Ministério da Saúde e Trabalho, a qual verificava a existência de patologias. A visita era composta por uma comitiva de médicos, sanitaristas e funcionários da hospedaria, e caso algum passageiro apresentasse sintomas a bordo, era encaminhado para hospitais próximos para que se recuperasse, e poderia até ser devolvido ao país de origem.

---

<sup>55</sup> Segundo Paiva e Moura (2008), incluindo os procedimentos de entrada, registro e contrato, o ideal era que o imigrante permanecesse na hospedaria por dois dias, no entanto, a média concentrava-se em uma semana, e em alguns casos, meses. Na hospedaria Ilha das Flores também havia um sistema misto de permanência que permitia práticas laborais em indústrias no Rio de Janeiro. Andreani (2009) apresenta: “Como tinha aquele documento do IRO [OIR], do campo não é? De lá você pegava, passava, não tinha problema, o sujeito pegava trabalhava no Rio, depois parece que voltava. Não me lembro, agora, a hora que voltava. Ele pegava, voltava. Pegava, também aquela embarcação, pegava, vinha para a Ilha. Dormia na Ilha, jantava na Ilha e tudo, etc. E depois no dia seguinte era...”.

<sup>56</sup> Guerrino Andreani nasceu na Iugoslávia em 1943 e embarcou de Gênova em 1º de fevereiro de 1951, chegando ao porto do Rio de Janeiro no dia 15 do mesmo mês. Seu pai era formado pela Fiat italiana. Já Graziela Andreani nasceu na Itália e sua família possuía como destino a Argentina, mas depois de se hospedarem na Ilha das Flores em 30 de janeiro de 1951 souberam de rumores de conflitos naquele país e optaram pelo Brasil. Ambos embarcaram com menos de dez anos e casaram após a saída dessa instituição.

Do contrário, adentrava em outra embarcação denominada vaporeto e era levado para a ilha. Isso se efetivava tanto na ida como na volta (AZEVEDO, 2016; PIRES, SALGUEIRO, NASCIMENTO, 2010).

O transporte de imigrantes ao Brasil também foi pauta de uma Mensagem do Presidente Dutra ao Congresso Nacional (1950). Ela registra que em 1946 foram iniciadas negociações com a Marinha de Guerra Brasileira objetivando destinar o navio *Duque de Caxias* para transportar os deslocados até o Brasil. O navio possuía aspectos simbólicos uma vez que durante o conflito foi utilizado para transporte de tropas para a Itália e possuía acomodações de terceira classe para alojamento de imigrantes, e camarotes de primeira classe para os diplomatas da comissão de seleção. Isso demonstra que o sentido não é só dado a partir da linguagem (HALL, 2016), mas também por sons, gestos, expressões, roupas e acomodações. Imigrar em um navio utilizado durante o evento e em terceira classe significava uma prática de estigmatização, demonstrava-se que estavam sendo recebidos por uma benesse e deviam esse favorecimento.

O controle sanitário do imigrante na hospedaria também consistia na prática de um minucioso banho. Acreditava-se que esse banho era uma desinfecção de qualquer contaminação que ele poderia trazer (PAIVA; MOURA, 2008). Ana Toncic (2009) também menciona que o primeiro passo era o banho: “Eu não sei, eu não sei como foi aquela tarde. Sei que [...] nos empurraram nos chuveiros. Todo mundo tomou chuveiro, eu todo, sempre como se fosse acordando [...]”. A preocupação com o banho pode estar relacionada ao exemplo do primeiro pós-guerra, Shephard (2012) menciona que uma parte dos deslocados morreu nos campos e outra nas hospedarias por epidemias, devido às más condições de higiene.

Havia uma engenharia para o imigrante ser desinfetado, que envolvia a ausência de contato com os que não tinham passado pelo banho, e procedimentos com as suas roupas. O sistema na hospedaria de São Paulo consistia em trinta e um chuveiros e uma estufa, que fazia a desinfecção das vestimentas, enquanto ele tomava o banho (PAIVA; MOURA, 2008). Conforme Bauman (2017, p, 104): “O medo impulsivo gerado pela visão do [i] migrante portando inescrutáveis perigos entra em luta com o impulso moral estimulado pela visão da miséria humana”. Ele era visto como um potencial transmissor de doenças, a moralidade da época o via como desvalido, mas a necessidade de mão de obra não permitia que o país fechasse as portas.



Na hospedaria o registro do imigrante era realizado depois do banho e vacinação, nesse momento conferiam dados das listas de passageiros dos navios (PAIVA; MOURA, 2008). Os dados que constam dos Egert são: nome e sobrenome, sexo (masculino ou feminino), estado civil, nacionalidade, profissão, parentesco com o chefe da família, religião (Católica), instrução (sim), última residência, Porto de Procedência (Itália), Destino ou residência (Ilha das Flores), classe e nº da passagem (em branco), passaporte (número, data e local) (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949). O objetivo principal era confrontar e verificar algum tipo de incongruência nas informações que permitissem sua recusa e posterior envio ao encarceramento.

Outra prática comum era que os filhos menores de 18 anos ficassem registrados nos documentos da mãe como ocorre na ficha consular de Janina Egert (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina Egert], 1949). A partir disso, percebe-se que havia uma prática cultural, que se efetivava da mesma forma, independente da hospedaria, para o recebimento do imigrante no país, consistindo em dois principais procedimentos: desinfecção e registro, posteriormente eram alimentados e encaminhados para os alojamentos.

O governo adotava estratégias para racionalização de recursos nas hospedarias. Entre elas, a de restringir o tempo de permanência na instituição. Os Egert ficaram uma semana na hospedaria Ilha das Flores do Rio de Janeiro. No entanto, na hospedaria de São Paulo, este tempo era reduzido e com o passar dos anos de uma semana para cinco dias, mas esperava-se que ficassem em média dois dias ou duas horas. A oferta de imigrantes como mão de obra era uma das formas de reduzir a permanência nessas instituições. Essa prática cultural foi intensificada com a criação de um serviço de ampla divulgação de propostas de emprego para aqueles que vinham sem um destino definido pelos acordos internacionais (DUTRA, 1949; AZEVEDO, 2016).

Esse mesmo aspecto é apresentado por Andreani (2009):

E, logo, logo de saída você era organizado, era catalogado lá. [...] O registro da pessoa. E, neste registro da pessoa, via as qualidades técnicas do, podemos dizer da... da pessoa, não é? Da profissão, inclusive, o que ele podia fazer, o que deixar de fazer. E, depois, ia procurar. Realmente, vinha muita gente procurando determinados técnicos.

Esse catálogo poderia ser acessado por qualquer um que tivesse interesse em empregá-los. Os empregadores poderiam tanto deixar pedidos ou ir até lá, procurá-los. Com isso, eram promovidas visitas constantes de recrutadores em busca de técnicos especializados.

Além de um cadastro de imigrantes, Salles, Paiva e Bastos (2013) mencionam que havia um para as empresas, que colocavam suas necessidades para as hospedarias, e os imigrantes poderiam chegar com um contrato de trabalho quase efetivado, necessitando apenas de seu aval. Entre as empresas, encontravam-se as de médio e grande porte, estrangeiras e nacionais, como frigoríficos, alimentícias, tecidos, construtoras, mecânica, autopeças e fábricas de motores. As visitas e o cadastro de empresas representavam uma forma de aumentar o número de imigrantes direcionados às práticas laborais e reduzir os custos de alimentação e hospedagem para a esfera governamental, principalmente daqueles que, diferente da família Egert, não tinham vindo com destino específico, mas vieram apenas para cumprir cotas de acordo para recebimento de deslocados.

Outra prática cultural cotidiana na hospedaria Ilha das Flores foi a de dormir com o pai, ou com a mãe, dependendo da idade e do sexo. Guerrino Andreani (2009), que também passou por lá, comenta como era a distribuição de imigrantes nos alojamentos:

Até determinada idade você ficava com teu, com tua mãe [...] e depois de determinada idade você ficava com teu pai. Se você tivesse mais de quinze anos [...] você ficava com teu pai. Se tivesse com menos de quinze anos, você ficava, dormia com tua mãe, não tinha problema nenhum.

Isso demonstra que Janina e Ignacy Egert não ficaram juntos, foram separados no desembarque para os dormitórios masculinos e femininos. As crianças eram divididas por idade, menores de quinze anos permaneciam com as mães e os maiores, caso fossem homens, acompanhavam os pais. Os filhos do casal Egert ficaram com a mãe, pois no desembarque Jozef tinha 13 anos, Henryque 11, Kazimierz 4 e Boguslaw 1 ano (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina Egert], 1949).

Ana Toncic (2009) retrata o mesmo aspecto sobre a prática de dormir: “E nos selecionaram, mulheres para um galpão [...] mulheres para um lado, solte... as mulheres sem filhos e mulheres solteiras de um lado, homens pra outro”. Apesar disso, essa prática não se efetivava da mesma forma em todas as hospedarias, como exemplo Paiva e Moura (2008) mencionam que a de São Paulo possuía

quartos de madeira para casais que poderiam ser ampliados ou diminuídos conforme a demanda de moradores.

Reznik e Fernandes (2014) enfatizam que em uma hospedaria nos Estados Unidos os dormitórios também eram divididos como na Ilha das Flores, os filhos menores ficavam com as mães para serem cuidados e os maiores considerados adultos, acompanhavam o pai para serem direcionados às atividades com maior esforço físico e contribuía na organização da ilha. Conforme Lupion (1956) essa divisão também foi praticada nas hospedarias do Paraná, sendo a mesma organização quando os Egert permaneceram um dia em Curitiba.

Na prática de dormir, Toncic (2009) ainda afirma que “O chão [do alojamento] era de cimento cru. Eram duas camas. Como se diz? [...] Beliche. As jovens em cima e as velhas em baixo [...]”. As colchas, por serem mais grossas substituíam o colchão, fazendo com que a estadia do imigrante pudesse ser mais confortável. Já Paiva e Moura (2008) apontam que as camas na hospedaria de São Paulo, diferente das demais, eram construídas de ferro para facilitar a higienização.

Diferente dos Egert, que eram casados ainda em solo europeu, Toncic (2009) menciona que alguns relacionamentos começavam nas hospedarias, mesmo com a prática do beijo e os namoros proibidos. Nesse sentido, Zuleika Brasil (*apud* PIRES; SALGUEIRO, NASCIMENTO, 2010) exemplifica que sua tia caçula, filha de um funcionário da Ilha das Flores, namorou um imigrante polonês durante sua estadia nesse espaço. Eles eram adolescentes com 12 e 15 anos, e ao sair da instituição ele foi morar com sua família no Paraná, contudo, mantiveram contato por correspondência, e depois de se estabilizar financeiramente voltou para São Paulo e pediu-a em casamento e juntos tiveram uma filha.

Dutra (1949, p. 168-169) menciona que os imigrantes deveriam ter participação ativa nas hospedarias em todos os aspectos, desde as práticas de limpeza e alimentação para que fossem autossuficientes, desonerando o governo. Ele cita como exemplo, a estratégia do poder público na hospedaria onde ficaram os Egert, que consistia na participação dos hóspedes, especialmente na administração e organização. Para essa finalidade, nas práticas agrícolas, o governo instalou hortas, aviários, criação de peixes e portos e esperava-se que o consumo geral fosse atendido por essa produção. Os Egert e os demais imigrantes do segundo pós-guerra ao adentrarem nestes espaços, não apenas cuidavam de seus interesses individuais, realizando suas práticas culturais cotidianas, como a

higienização de suas roupas, mas os de interesse coletivo como prática alimentar e a limpeza. Apesar de Dutra (1949) destacar a contribuição dos imigrantes nas hospedarias, Toncic (2009) menciona que eles ainda possuíam tempo ocioso, sem afazeres, o que em alguns momentos levava ao tédio.

Outra prática cotidiana da família Egert dentro das hospedarias foi a alimentação, comentada por Toncic (2009):

Então essa coisa de, de renegar aquela comida, achei absurdo. Disse por que fazem isso? Disse: isso é um alimento, sem dúvida, isso é um alimento, e corajosamente comecei a comer. Só parei quando disseram: é bicho do pau, banana cozida que é bicho do pau. Todo, todo mundo que é bicho do pau, que bandeja toda. Eu disse não. Fui me informar do que se trata, me disseram que é banana e me lembrei que comprei uma banana a Triest, uma fortuna pra ela, uma só. [...] E aqui sobremesa, cheia delas, com canela e açúcar.

Anita afirma que a banana causou estranheza para seus colegas, e que muitos a negavam, pois não eram acostumados a comê-la, mas com ela foi diferente, devido ao fato que na sua terra natal havia comprado uma com um valor monetário elevado. Ela não consumia, possivelmente por ser um alimento caro, e que no Brasil era utilizada nas práticas alimentares em abundância, especialmente nas sobremesas com açúcar e canela. Como afirma Portelli (2016, p. 16): “em última instância, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro”. Esse tipo de proposição é uma junção entre o micro do sujeito, sua experiência; e o histórico, o contexto. A imigrante relata que a alimentação na hospedaria contemplava a banana e ao mesmo tempo revela sua predileção pessoal a partir de sua experiência, gostar da fruta que conheceu em outros tempos, mesmo que de maneira aligeirada.

Na hospedaria Ilha das Flores, além das bananas eram consumidos os seguintes alimentos: “[...] arroz branco, feijões pretos todos os dias. O macarrão era uma coisa longe [...]” (ANDREANI, 2009). Da mesma forma, que causou estranheza a eles, também pode ter causado aos Egert, tendo em vista que não eram habituais na região de origem. A negação ou aceitação alimentar também representa nos estudos culturais, pois para o imigrante isso significa adentrar a algum espaço que ainda não se sabe qual é, o que é definido por Nodari (2009) como renegociação de práticas culturais. De alguma forma, é “Viver em um novo país, ser estrangeiro, traz[er] consigo uma carga diferenciada [...], pois o obriga a pensar-se como o outro, a ter que se adaptar e readaptar” (RAMOS; LOPES, 2010, p. 172). Como afirma

Anita, ao se referir as bananas, “corajosamente comecei a comer”. No segundo se direcionaram para “arroz branco, feijões pretos todos os dias”, que não eram acostumados. O comer é negociar ou renegociar com outros e consigo mesmo para continuar sobrevivendo em um ambiente que, na maioria das vezes, é hostil.

Outra hospedaria majestosa da América Latina foi a de Buenos Aires. Lá era servido:

No café da manhã havia café com leite, mate e pão assado na padaria do Hotel. O almoço era composto, via de regra, por um bom prato de sopa, guisado de carne com batatas e tempero, puchero, massa, arroz ou outro tipo de carne guisada. À tarde as crianças recebiam um lanche e à noite era servido o jantar (RAMOS; LOPES, 2010, p. 178).

Essa hospedaria, diferente daquela em que os Egert se estabeleceram, era autossuficiente com uma padaria própria e diferenciava as práticas alimentares das crianças e dos adultos. As primeiras, em fase de crescimento, recebiam uma refeição a mais, totalizando quatro, com um lanche na parte da tarde, enquanto os segundos, três, compostas de café, almoço e janta.

A alimentação podia ser irregular, tanto para crianças como adultos. Conforme Magalinski (1980), no auge da imigração que trouxe a família Egert, devido a sua quantidade, na hospedaria da Ilha das Flores, havia grande fila para recebimento de refeições e que em alguns casos eles recebiam o café da manhã quase na hora do almoço, e essa refeição quase na hora do jantar. O que fazia com que muitos desistissem de uma delas.

Outra prática que também pode ter sido desenvolvida pelos Egert foi a religiosa, tendo em vista que eram católicos fervorosos. A prática religiosa era relevante nas hospedarias, da mesma forma que nos campos de acolhimento, pois trazia conforto para àquele que ficava à espera de dias melhores. Toncic (2009) ao visitar a capela da Ilha das Flores, afirma que: “Os santos, coitadinhos, como ouviram as minhas preces aqui. [...] Assistimos até missa”. Ela demonstra uma relação bem próxima com sua religiosidade e menciona como aconteciam os convites: “Era grupos espontâneos que atendiam o convite. Se fosse católico ia até lá. Se fosse outra coisa não ia. [...]”. Ao ser questionada se havia outros ritos além do seu naquele espaço, ela diz que “Existia. Houve vários tipos [...] Eu me interessei e quis saber como era. Nesse ponto era livre. Mesmo sendo naquele tempo”. Nesse sentido, conforme Alvim (1998), a prática religiosa é uma preocupação dos

imigrantes desde os primeiros que chegaram ao Brasil. Nas colônias, os católicos não sossegavam até conseguirem construir uma capela, e serem atendidos por um padre, e quando isso não se efetivava, improvisavam, decorando as casas com imagens de santos e crucifixos, além de recorrer aos devotos leigos para a realização dos cultos. Isso não foi diferente nas hospedarias com os Egert e os demais imigrantes do segundo pós-guerra.

Se os adultos desenvolviam várias práticas culturais nas hospedarias, isso leva ao seguinte questionamento: quais as realizadas pelas crianças? O que os filhos do casal Ignacy e Janina Egert desenvolviam?

Um aspecto que merece destaque é que na hospedaria Ilha das Flores não havia diferença entre filhos de funcionários e imigrantes, que conviviam de forma harmônica, independente da sua idade, e existia uma negociação cultural que se efetivava nos jogos e brincadeiras. Esses dois segmentos também frequentavam ambientes escolares e não tinham distinção em suas práticas educativas. Isso pode estar relacionado ao fato que na década de 1950, apenas uma professora vinha todos os dias do continente ministrar aulas na ilha, sendo realizadas de forma multisseriada com meninos e meninas dividindo a mesma sala, e todos em idade escolar eram obrigados a frequentar (PIRES; SALGUEIRO; NASCIMENTO, 2010). Da família Egert frequentavam as aulas os dois filhos maiores: Jozef e Henryque que estavam em fase escolar e assim como seus pais eram alfabetizados (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949).

Anita destaca que as crianças, especialmente as que estavam fora da idade escolar (neste caso da família Egert, Kazimierz e Boguslaw), viviam “Muito em baixo das asas das mães. Controlado demais. Até o choro era observado na mesma hora. Dona Esterlina tinha duas criancinhas e controlava tudo na mesma hora. “Por quê? Por que está chorando?”. Sempre disposta a ajudar também” (TONCIC, 2009). Havia um controle rígido e cuidado, mas mesmo assim aconteciam episódios trágicos como o afogamento de um adolescente, um ano mais velho que Jozef Egert, na praia da hospedaria: “E lá se afogou um filho, um filhinho de catorze anos. A mulher perdeu todos [...], em Tchecoslováquia, da família, só sobrou um filho, com o qual ela emigrou para o Brasil. Mal chegou na Ilha das Flores, ele, ele se afogou, se acidentou”. É evidente que como afirma Portelli (2016, p. 10 – grifo original): “Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que

existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita a campo”.

Com a entrevista de Anita não foi diferente, ela e de Guerrino e Graziela Andreani (2009) foram cocriadas por pesquisadores dentro de um projeto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e cedida para esse pesquisador pelo Museu da Imigração Ilha das Flores (MIIF). Nesse episódio, a entrevistada chora ao lembrar, suscitada pelas perguntas dos entrevistadores. Além disso, sobre essa entrevista é necessário enfatizar que devido a idade da depoente, aproximadamente oitenta e cinco anos, e a insistência dela em apontar lugares dentro e fora da hospedaria, sua realização foi fragmentada em dois dias.

Apesar de não falecer nenhum dos filhos do casal Egert dentro da hospedaria Ilha das Flores, as práticas fúnebres com morte repentina de crianças eram rotineiras. Magalinski (1980) menciona que conheceu um casal encaminhado à Goiás que ficou com receio de seu filho de apenas cinco anos de idade contrair sarampo e vir a falecer, pois quase todo dia viam enterrar uma ou duas crianças na hospedaria Ilha das Flores. Com isso, decidiram pegar o primeiro transporte que conseguiram e irem para seu destino. A viagem durou vários dias, inicialmente, de trem do Rio de Janeiro para Leopoldo de Bulhões, de lá para Goiânia em um caminhão de carga. Durante o trajeto a criança adoeceu e pelo fato da doença ser tratada apenas em Goiânia ficou com sequelas.

Os Egert também participaram das práticas esportivas na hospedaria Ilha das Flores que tiveram seu auge durante os anos de 1940 e 1950 com a constituição de um time de futebol, denominado Centro Esportivo Ilha das Flores. Esse clube envolveu todos os seus moradores e funcionários, pois nos domingos eram recebidas outras agremiações na realização de torneios e amistosos, a intenção era o desenvolvimento de uma integração entre nacionais e internacionais. Enquanto os homens realizavam as partidas, mulheres e crianças organizavam a torcida e a alimentação. No fim da tarde, ainda tinham outras práticas de lazer como piqueniques, banhos na praia e o baile do fim de noite (PIRES; SALGUEIRO, NASCIMENTO, 2010).

Outro aspecto relevante sobre a hospedaria é a beleza e a cordialidade que são representadas pelos imigrantes: “O local era lindo, tá vendo a memória da Ilha das Flores, o local era lindo, plantas, flores, pássaros, lugar pra correr e brincar, muito sol, muito calor. De tarde chovia e ficava mais fresquinho” (ANDREANI, 2009).

Isso demonstra um ambiente acolhedor, um cartão de visita: “[...] Essas flores, de repente tanta coisa, tanta coisa bonita. Pra mim era só bonito, tudo era bonito, tudo era belo, tudo era bom [...]” (TONCIC, 2009). Tanto os Andreani como a Toncic apontam que as flores e o ambiente causavam uma sensação de harmonia trazendo tranquilidade ao convívio dentro da hospedaria. Ainda assim, como afirma Portelli (2016) nessa memória há uma disputa entre duas contrariedades, a primeira tranquilizante e a segunda, perturbadora. A memória, que representava as flores trazia paz e sentimento de satisfação, mas ao mesmo tempo, originava a subjetivação do limbo, um entre lugar, a expectativa do retorno ou reassentamento que os imigrantes sentiam ainda nos campos de acolhimento e projetavam no traslado e destino.

Além de receber imigrantes do segundo pós-guerra como os Egert e migrantes internos, as hospedarias tiveram outras funções como servir de espaços de encarceramento. Isso se efetivou na hospedaria da Ilha das Flores por anos. Em 1917, quando transferida para a Marinha do Brasil, foi usada como presídio para tripulantes de navios alemães e na década de 1930 foi utilizada para prisioneiros da Revolução Constitucionalista. Além disso, durante a II Guerra Mundial serviu para aprisionar alemães, italianos e japoneses, e na década de 1960 recebeu presos do regime militar. Apesar disso, mesmo em períodos que teve prisioneiros não deixou de receber imigrantes e apenas seus espaços ociosos foram utilizados para essa finalidade. E por um curto espaço temporal, foi abrigo de moradores sem teto do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2016).

Com o passar dos anos, as hospedarias ganharam novos sentidos, novas interpretações, pois o sentido não é fixo, é instável e mutável. Ele “é constantemente elaborado e compartilhado em cada interação pessoal e social da qual fazemos parte” (HALL, 2016, p. 22). Atualmente, as hospedarias são dedicadas à preservação da memória da imigração como memoriais ou museus, transformando-se em espaços simbólicos dos diversos grupos que adentraram o país. Ramos e Lopes (2010) afirmam que são lugares onde a memória luta para não ser dissolvida e para que isso se efetive, de tempos em tempos, precisam ser novamente rerepresentadas e ressignificadas.

Como afirma Portelli (2016, p. 45): “[...] a memória não é boa nem má a memória simplesmente é: não podemos decidir se teremos ou não memória, e só conseguimos controlar parcialmente o seu conteúdo e funcionamento”. É nesse



sentido, que não se pode apenas discutir memória particular e pública, de forma individual; mas as memórias e práticas efetivadas nos lugares como as hospedarias. Além do que, conforme Candau (2011, p. 74): “todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial [...]”. Elas e suas práticas existem independentes, se fazem presentes e são modificadas conforme o tempo presente, pois a história só significa e faz sentido para responder anseios atuais.

A hospedaria Ilha das Flores, que inicialmente abrigou a família Egert, segundo Azevedo (2016), atualmente, sedia a Tropa de Reforço do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Em 2010, a partir de um convênio desta instituição com a UERJ, foi implantado o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, inaugurado em 2012 como um museu a céu aberto, onde visitantes puderam acompanhar a parte preservada das construções da hospedaria. O museu já realizou atividades com professores de Geografia e História da Rede Municipal de Ensino de Niterói-RJ, sediou o Seminário Internacional Pontes Sobre o Atlântico, o Seminário Internacional das Hospedarias de Imigrantes e participou da Semana Nacional de Museus em 2014. Em 2016 foi inaugurado o Museu da Imigração Ilha das Flores (MIIF)<sup>57</sup>.

Uma crítica que pode ser feita às hospedarias é que mesmo recebendo migrantes internos, não quiseram guardar sua memória, sendo ausente nas narrativas orais de seus acervos. A memória da migração interna ainda incomoda seus guardiões e frequentadores que preferem esquecê-la, preterindo apenas dos imigrantes do segundo pós-guerra como a família Egert. “A memória é um trabalho constante de busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade – mas aquilo que tem significado demais” (PORTELLI, 2016, p. 47). Nessa esteira: “[...] nem tudo que é memorizável é memorável e, sobretudo, porque nem tudo pode sê-lo” (CANDAU, 2011, p. 94). Essa memória busca ser silenciada, quer ser esquecida, apesar do seu significado, uma vez que ainda esse fenômeno migratório não acabou e diariamente milhares de pessoas sofrem com a seca e a fome, entre outros fatores, e buscam apoio deslocando-se aos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo.

---

<sup>57</sup> O Museu da Imigração Ilha das Flores (MIIF) conta com um acervo de mais de 34 entrevistas com imigrantes, migrantes, ex-funcionários que auxiliam a contar a história da hospedaria. As narrativas de Andreani (2009) e Toncic (2009) são oriundas desse acervo.

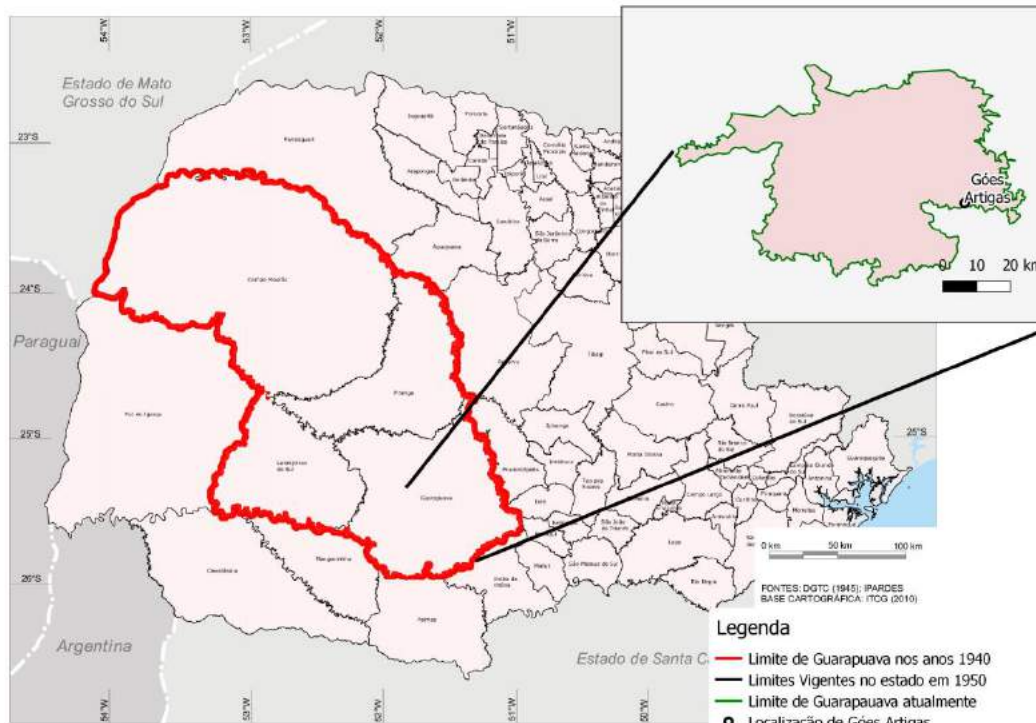
Esses acervos se transformaram em museus e demonstram a necessidade de preservar a memória da imigração e suas práticas culturais, sendo elas do segundo pós-guerra como dos Egert, ou não, interna ou externa, tanto material com seus artefatos culturais, quanto na forma imaterial com a contribuição da memória. Há uma mistura, tanto do patrimônio produzido como o incorporado a ele. Esses espaços deveriam buscar se ressignificar durante as várias temporalidades, abrigando imigrantes e sua memória, mostrando aos frequentadores os muitos períodos da imigração e diversidades.

### 3. AS “GUARAPUAVAS” DAS CULTURAS E IMIGRANTES

#### 3.1 AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE GUARAPUAVA

Como afirma Certeau (2012), não há como discutir as culturas apenas por aspectos globais sem conhecer os locais. No caso da família Egert, isso também é relevante, tendo em vista a necessidade de discutir o micro, Guarapuava, sua região de destino. Conforme Hall (2016), pertencer a uma delas é adentrar, mesmo que parcialmente, no mesmo universo conceitual e linguístico. É representar e saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens, e em como podem ser interpretadas para se referir ao mundo ou a ele servir de referência. Em Guarapuava, bem como em outros municípios paranaenses e brasileiros, esses aspectos são marcados pela dicotomia entre o velho e novo, o tangível e intangível (cultura material), e suas práticas e representações (cultura imaterial).

Figura 1- Mapa de localização do distrito Góes Artigas - destino dos Egert



Fonte: DGTC (1945), IPARDES. Base cartográfica: ITCG (2010)

Org.: DAUM, L. F. V.

O município de Guarapuava nos séculos XIX e início do XX era o maior em extensão territorial do país, abrangendo, conforme a figura 1, até 1940 áreas das regiões oeste e noroeste do Estado, e, ainda, durante a década de 1950, dez municípios o constituíam. A sua última fragmentação ocorreu em 1995, com a emancipação do distrito de Campina do Simão e ainda nos dias atuais é considerado o maior, territorialmente, do Estado. No mapa é possível localizar onde a família Egert se estabeleceu, no distrito Góes Artigas, atualmente divisa de Guarapuava com Inácio Martins<sup>58</sup>.

Conforme Mota (2012) o *Koran-bang-rê* (nomação dada pelos Kaingang aos Campos de Guarapuava) era uma região conflituosa, sofreu guerras de conquista desde o final do século XVIII com as expedições do Coronel Afonso Botelho e outras práticas oficiais que diminuíram o território indígena. De acordo com Silva (2010), Guarapuava se constituiu em 1809 com a expedição ordenada por uma Carta Régia do Príncipe Regente D. João para o povoamento da região, cumprida no ano seguinte. Em 1819 a população se formou como Freguesia Nossa Senhora de Belém dos Campos Gerais de Guarapuava, pertencendo politicamente ao Distrito de Castro, província de São Paulo. Até a emancipação do Paraná em 1853, a região de Guarapuava consistia em quase isolamento, uma vez que os pedidos de abertura de novas estradas eram negados pelas autoridades provinciais.

Essa prática se modificou em 1845 com a abertura da vereda Caminho das Missões, pelo qual encurtava o trajeto do Rio Grande do Sul à feira de Sorocaba, entreposto comercial da época. Esse caminho facilitou o tropeirismo do sul, colocando Guarapuava como uma das protagonistas no período denominado por Tembil (2007, p. 93) de “idade de ouro na história da cidade”. A pesquisadora aponta que essa época foi a que mais se inovou materialmente em toda história do município, pois o transporte de gados e mercadorias movimentou a região trazendo a construção de novos casarões, chafarizes, o novo prédio da Prefeitura Municipal, o Teatro Santo Antônio, clubes de danças, jornais<sup>59</sup>, Mercado Municipal e novas casas de comércio.

---

<sup>58</sup> Os atuais municípios de Inácio Martins, Pinhão, Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Candói, Cantagalo, Goioxim, Campina do Simão, Marquinho, Turvo, pertenciam administrativamente para Guarapuava ainda na década de 1960 (SANTOS, 2015).

<sup>59</sup> Isso favoreceu que os jornais *O Pharol* (1919) e *O Alvorada* (1920) começassem a serem produzidos com mais regularidade devido aos melhoramentos elétricos. Os dois foram fundados por Antonio Lustosa de Oliveira, o primeiro para assuntos de interesse do município e o segundo para poesias, recados amorosos e capítulos de folhetins (SILVA, 2010).

O Teatro Santo Antônio foi fundado em 1883 com a concessão de um terreno municipal<sup>60</sup>, sua principal função era encenar peças teatrais com grupos locais, um deles denominado Sociedade Dramática Amiga do Progresso. Ele foi criado em homenagem a Antônio de Sá Camargo, intitulado Visconde de Guarapuava, considerado um dos moradores mais ilustres do município. Conforme Fernandes (2010), o espaço também foi utilizado para sediar eventos secundários como reuniões cívicas, literárias, conferências e homenagens aos visitantes ilustres como Santos Dumont.

Em 1929, com a eletricidade, o teatro transformou-se em cinema, o primeiro de Guarapuava, funcionando semanalmente com filmes considerados de primeira linha da capital do Estado. Eles eram transportados de trem até Irati (aonde chegava à linha férrea) e depois, por cargueiros ou carrocinhas para o município. Os longas-metragens eram mudos, por isso, acompanhados por uma orquestra sinfônica (SILVA, 2010). De acordo com Tembil (2007), com o fim desse teatro criou-se o Cine Pimpão, logo depois extinto devido à crise econômica da década de 1940. Nos anos posteriores, de acordo com Teixeira (2000), Guarapuava contou com Cine Guará e o Jeane (este último com curta existência, devido à concorrência da televisão).

Guarapuava também foi contemplada com a prática cultural das agremiações de salão. A primeira fundada em 1904 com a denominação de Clube Guaíra, Aristocrático, pois o segmento mais abastado do município o frequentava. O Guaíra criou a primeira biblioteca de Guarapuava com aproximadamente 1600 volumes disponíveis para sócios ou não, e o Grêmio Filhas do Guaíra com a finalidade da organização de dramas, comédias, bailados, concertos e declamações nas Sabatinas de Arte Municipais. A sua tradição ainda impunha que o presidente fosse o prefeito da cidade (SILVA, 2010; TEIXEIRA, 2000).

Conforme Turra Neto (2008), imigrantes da mesma nacionalidade dos Egert, fundaram em Guarapuava no início do século XX, uma agremiação denominada Clube da Sociedade Polonesa, diferente do Guaíra que se localizava na área nobre, esse estava próximo à zona de baixo meretrício depois da Lagoa das Lágrimas (última quadra urbana do município), demonstrando a estigmatização imposta ao imigrante de estabelecê-lo fora do quadro urbano. Além disso, por conta da

---

<sup>60</sup> O Teatro Santo Antônio situava-se na Rua Capitão Frederico Virmond esquina com a Marechal Floriano Peixoto na sede do município (TEIXEIRA, 2000). Atualmente (2020), o teatro municipal funciona ao lado da Escola Municipal Antonio Lustosa de Oliveira na Rua Padre Chagas, nº 3130, Centro.

proibição ao estrangeiro imposta pelo Estado Novo na década de 1940, o clube mudou de denominação e passou a Clube Cruzeiro do Sul, ainda incorporando outras mudanças como a inclusão de etnias distintas em sua diretoria<sup>61</sup>.

Uma prática em Guarapuava, até a década de 1940, era que moradores dos segmentos mais abastados (fazendeiros) moravam no interior do município e mantinham uma casa utilizada para festas e fins de semana quando vinham para as missas na sede. A prática do receber parentes e compadres na cidade era usual, alguns não possuíam moradias e ficavam hospedados até retornar para a área rural. Com isso, todas tinham além da alcova para as donzelas, uma despensa para guardar alimentos (TEMBIL, 2007).

A prática só se modificou com o racionamento alimentar decorrente da II Guerra Mundial. Tembil (2007), a partir de narrativas orais observa que os gêneros de primeira necessidade começaram a faltar no município, o que motivou sua redução, e a receptividade pela imigração. Entre os exemplos, os moradores podiam comprar apenas dois quilos de açúcar mensais e antes de se dirigirem para os armazéns deveriam passar no prédio da prefeitura para retirar autorização. A distinção também se efetivava entre os segmentos mais abastados que poderiam comprar o açúcar refinado e os populares ficavam com o mascavo. No final desse período houve uma mudança cultural, o armazém que vendia desde armarinho até alimentos, deu lugar aos supermercados que traziam apenas gêneros alimentícios, o comércio generalista foi lentamente substituído pelo específico.

Algumas práticas culturais que perpassavam aspectos cotidianos começaram a se modificar em Guarapuava, pois nas décadas de 1940, 1950 e 1960 o município se inseriu em uma dinâmica nacional, que atingiu outras cidades brasileiras consideradas interioranas, o nacional-desenvolvimentismo. Ela se caracterizava com o desejo de modernização e progresso econômico, o que poderia desencadear um processo de remodelação da sua cultura material, em uma nova configuração social com a intenção de atrair imigrantes como os Egert. Por isso, foi neste período que houve uma crescente urbanização que favoreceu a aquisição de bens, facilitando todos os segmentos a desenvolverem novas práticas de consumo, especialmente de moradia e transporte. Entre as inovações encontram-se a criação de novos eletrodomésticos para as casas e automóveis. Esse último trouxe mudanças no

---

<sup>61</sup> Guarapuava possuiu outros clubes que promoviam jantares e bailes como o Operário, Cassino e Rio Branco.

cotidiano, principalmente na área urbana com a facilidade do deslocamento de um ponto a outro da cidade (TEMBIL, 2007).

Os moradores com suas famílias, sozinhos ou na forma de casais passeavam nos fins de semana e feriados apreciando os demais transeuntes e as construções na Rua XV de Novembro, entre as ruas Capitão Rocha e a Praça 9 de Dezembro no centro de Guarapuava. O passeio era realizado por senhoritas de um lado e rapazes do outro, que se cruzavam e trocavam olhares. De acordo com Tembil (2007) essa prática costumeira era denominada “fazer a avenida”, conhecida pelos franceses como *trottoir* e ingleses de *footing*, como esboçado pelo *Folha do Oeste* (10/08/1958, p. 8): “Estou me referindo aquilo que os ingleses e grã-finos chamam de ‘footing’, que os franceses e requintados denominam ‘trottoir’ e que nós guarapuavanos, chamávamos, simplesmente ‘fazer avenida’”. A tradução de *footing*, no inglês significa “pé”, enquanto posição, neste caso refere-se à andar a pé. Já o *trottoir*, no francês significa calçada, donde seria mais coerente a utilização de *faire le trottoir*.

A prática foi realizada não apenas neste município, mas em outros do estado:

Em Curitiba, há pouco mais de seis anos, ainda se via, ao anoitecer dos domingos, uma Rua 15, fervilhante, com o tráfego de veículos interrompido, do começo da Avenida João Pessoa até a Rua Barão do Rio Branco. [...] Em Londrina, que entre outros títulos, se ufana de ser a ‘Capital do Norte’, ainda vemos o proverbial ‘trottoir’ aos domingos. Cornélio Procópio, também uma grande cidade, mantém até agora êsse costume arraigado na população do interior, como que sendo uma tradição difícil de se largar. E outras tantas cidades por aí, têm nas suas ruas e praças, o lugar ideal para os jovens namorados sonharem e os mais afoitos fazerem suas conquistas (FOLHA DO OESTE, 10/08/1958, p. 8).

Em Guarapuava, o modo de andar foi se modificando e o “fazer a avenida” na sua forma inicial não fazia mais sentido, pois como aponta Certeau (2012), para haver efetivamente uma cultura, não basta o autor realizar a prática, é preciso que ela tenha significado para aqueles que a desenvolvem. A cultura não é recebimento, mas exercício e significado, com isso, foi necessário a resignificação dessa prática cultural. Nas décadas seguintes desenvolveu-se o “fazer a avenida de automóveis”, um novo sentido atribuído que agregava outros elementos, como o crivo da modernidade, advindo dos veículos automotores.

O “fazer a avenida” com ou sem automóvel, não devia ser prática para os segmentos marginalizados da sociedade guarapuavana como imigrantes da família Egert, ficando evidente no *Folha do Oeste* (10/08/1958, p. 8), ao afirmar que seus adeptos eram “os grã-finos” e “requintados”. Isso pode ser relacionado ao que Certeau (2012, p. 111) denomina de metaforização da língua, pois ela “adquire uma função metafórica, um segundo sentido variável”. Apesar disso, o “fazer a avenida” não necessariamente está atrelado ao andar na rua, mas no sentido que lhe foi atribuído, sendo uma metáfora para as práticas de caminhar e namorar, realizada também por imigrantes; a prática também ocorria em ambientes fechados como cinemas, teatros e até cemitérios no dia de finados. Destas práticas originaram casamentos, porque o namorado resolvia “fazer a corte” após os flertes: “Um dia destes conversando com um de meus conterrâneos [...] O meu amigo lembrou-me, que muitos casamentos surgiam dali” (FOLHA DO OESTE, 10/08/1958, p. 8). Os namoros poderiam ocorrer nas práticas cotidianas, nas conversas, no andar nas ruas, não necessariamente do centro da cidade, com os mais diversos segmentos, inclusive os imigrantes do segundo pós-guerra, considerados populares e marginalizados.

Outras práticas culturais, embora estivessem desfeitas em outras cidades, conservavam-se na região no período da imigração dos Egert. Uma delas refere-se à permanência, especialmente nos fins de semana, nas praças centrais, a socialização com a família, amigos ou namorados. Nesse sentido, a praça 9 de Dezembro, conhecida como da Catedral, ainda era palco frequente de serenatas e quermesses, práticas desenvolvidas entre as décadas de 1940 e 1960. Nesta praça, especificamente, se encontrava instalado um autofalante, como uma estação de rádio para os recados serem lidos e as canções dedicadas aos apaixonados (TEMBIL, 2007).

Com a vinda dos imigrantes, a renegociação das práticas culturais guarapuavanas trouxe ao município alguns ônus de representações pejorativas. De acordo com Silva (2010), foi nas décadas posteriores a de 1950, que ela passou a ser noticiada nos periódicos de Ponta Grossa e da capital, Curitiba, com a denominação “cidade de bandidos”, devido aos frequentes assassinatos, quase diariamente, dentro da região. Os conflitos políticos partidários e a estereotipagem<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> Conceito de Hall (2016) discutido em outro trecho do texto.



debitada ao imigrante como um selvagem, igualmente pode ter favorecido esse fenômeno, especialmente no distrito Pedro Lustosa, hoje município de Pinhão-Pr.

Em uma das representações possíveis de Guarapuava, nas décadas seguintes a 1940, ela rompe com seu passado com a busca quase obsessiva de modernidade e progresso nas renegociações de suas práticas culturais (materiais, como a construção e demolição de teatros, e imateriais como o “fazer a avenida” com ou sem automóvel). Apesar disso, ainda é possível o historiador cultural ter acesso a esse passado pelos seus vestígios, mesmo que sua reconstrução seja parcial, pois como se sabe há um apagamento pelas práticas da temporalidade. É necessário encontrar simbolicamente uma Guarapuava de outrora, que foi palco da imigração da família Egert, marcada pelas suas várias identidades e práticas culturais dos velhos e novos habitantes. Representações e práticas criadas, recriadas, inventadas, reinventadas e negociadas, sinais de um passado por onde incidem várias narrativas históricas.

### 3.2 A RECEPÇÃO DE IMIGRANTES EM GUARAPUAVA

A região de Guarapuava não recebeu apenas a família Egert, mas uma significativa quantidade de imigrantes em várias épocas. Da mesma forma que o Paraná foi marcado por uma junção de culturas, que ora convergem, ora divergem demonstrando a necessidade de pensar não apenas uma, mas várias Guarapuavas, conforme a necessidade de seus habitantes. As práticas culturais de seus moradores são negociadas e renegociadas a todo instante por conta dessa diversidade. Isso se torna uma constante disputa entre velhas e novas práticas, de um município assinalado pelas questões migratórias.

A cidade recebeu além de poloneses conterrâneos dos Egert, ucranianos, libaneses, sírios, alemães, suábios, entre outros grupos migratórios. Silva (1997) considera que essas práticas são antigas e que várias iniciativas no sistema de colônias de imigrantes foram feitas, no entanto, poucas prosperaram até meados de 1950. Entre as justificativas para o fracasso encontram-se a implantação da maioria dos núcleos em regiões de mata, utilização de técnicas inadequadas, não adaptação de imigrantes às condições naturais da região, isolamento e dificuldades de

transporte, não permitindo que se inserissem nas práticas comerciais de outras localidades.

Abreu (1986) menciona que Guarapuava até 1930 contava com quatro colônias de imigrantes: Eram elas, a colônia Senador Correia composta por 2.047 poloneses, 753 brasileiros, 43 alemães, 8 sírios, 7 suecos, 15 franceses, 9 espanhóis, 2 holandeses, 2 italianos e 1 inglês; a Apucarana, de 860 poloneses, 228 brasileiros, 132 alemães, 43 austríacos, 12 franceses, 16 holandeses e 7 portugueses; Coronel Ernesto Queiroz de 80 poloneses; e Murillo, 20 famílias de poloneses. As duas primeiras com imigrantes mistos e as últimas apenas com poloneses.

Os libaneses, sírios e turcos também se fazem presentes em Guarapuava desde 1900<sup>63</sup>. Eles construíram suas práticas comerciais nas ruas Guáira e Saldanha Marinho. Muzzolon (2013) constata que diferentemente dos europeus, sua migração foi individual, não coletiva, sendo a primeira referência do imigrante libanês no Brasil a cidade de São Paulo, ao chegarem à casa de algum parente, recebiam informações sobre outras localidades, como Ponta Grossa, Curitiba, Foz do Iguaçu e Guarapuava. A intenção desses imigrantes era se espalhar, condicionados ao desejo de novos mercados para o desenvolvimento de suas práticas culturais. Em Guarapuava também estiveram envolvidos em práticas políticas como vereadores ou dirigentes de partidos políticos.

Silva (2010, p. 110) observa que: “os jornais locais são uma fonte histórica importante para se estudar o seu cotidiano, as situações vividas, as vicissitudes e os conflitos que interferem no seu modo de vida”. É nesse sentido que em 1949, ano em que migraram os Egert, o periódico *Folha do Oeste*, na observação de conflitos entre nacionais e internacionais, menciona acusações por supostas práticas abusivas de imigrantes no comércio local:

Nas casas comerciais, cujos proprietários são estrangeiros ou de origem estrangeira, notadamente sírios, por exemplo, o contraste em preços correntes, é frisante. Cada freguês, é uma vítima da incoerência e ganancia desses comerciantes, que, numa verdadeira algaravia, citam até os jornais, para justificar a exorbitância de preços (FOLHA DO OESTE, 16/01/1949, p. 1).

---

<sup>63</sup> Muzzolon (2013) encontrou um processo crime do município de Guarapuava com um sobrenome árabe datado de 26 de maio de 1900. Conforme o autor, isso demonstra que a presença libanesa, mesmo que de passagem, existiu desde esse período. Em 1921 ele encontrou uma loja com sobrenome árabe, e em 1930 eles figuravam na lista de entregas de telegramas e também nessa década foi fundada a agremiação Síria Futebol Clube.

A citação no jornal tenta fixar uma identidade, mas como afirma Hall (2014, p. 110), ela só funciona na sua relação com o outro, o diferente, trabalhando “como pontos de identificação e apego *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto. Toda identidade tem, a sua ‘margem’, um excesso, algo a mais” (grifos do autor). Simbolicamente, o periódico deixa fora das práticas comerciais os sírios, afirmando metaforicamente que o nacional só deve comprar em uma casa comercial do “estranho” (imigrante), caso seja uma questão de sobrevivência, diferente disso, apenas na de seus conterrâneos guarapuavanos.

A história cultural, conforme Chartier (2002, p. 74), discute as lutas por representações, pois mesmo que não se insira efetivamente nas disputas econômicas e sociais, dedica-se às estratégias e táticas simbólicas que “determinam posições e relações e que constroem para cada classe, grupo ou meio, um ‘ser-percebido’ constitutivo de sua identidade”. Nesse sentido, há o enaltecimento de armazéns nacionais como forma de depreciar os imigrantes e demarcar posições sociais na sociedade Guarapuava: “O ‘Bazár Guarapuava’, [...] por um verdadeiro ato de filantropia, que, por meio de ampla restrição nos lucros, o comerciante varejista ainda teria o bastante para equilibrar-se sem recorrer ao celebrado ‘*Cambio Negro*” (FOLHA DO OESTE, 16/01/1949, p. 1). O periódico afirma que a casa comercial guarapuavana (nacional), mesmo com poucos bens para promover o “bem comum”, cobra preços justos, enquanto a casa síria (internacional) desenvolve-os com preços exorbitantes, por serem gananciosos. Os nacionais possuíam posição enaltecida, enquanto imigrantes eram excluídos desse processo, considerados sujeitos de segunda categoria na sociedade.

A representação pela estereotipagem, demonstrada por Hall (2016), também pode ser observada na matéria com relação ao negro. Ela denomina duas vezes de cambio negro a prática comercial realizada pelos sírios, a primeira na citação anterior e a segunda: “É preciso pôr um côbro a essa exorbitância de preços absurdos no ‘cambio negro’, pelas casas comerciais, notadamente das casas apontadas em principio, de sírios e estrangeiros outros” (FOLHA DO OESTE, 16/01/1949, p. 1). Tanto os negros como os sírios são classificados como ladrões a partir da denominação de câmbio negro.

Esse mesmo aspecto ainda hoje é utilizado, mesmo que implicitamente, pelos segmentos populares com as menções “Segunda-feira dia de branco”, “nem parece preto”, entre outros que às vezes involuntariamente difamam e insultam o negro. Essa prática tem a função de atribuir características de um grupo cultural a outro com intenção de deslegitimá-lo perante a sociedade que escolheu morar. O nacional insere tantos os negros como os sírios no lugar do outro, do diferente e diverso, com a atribuição de uma função de não pertencimento àquela sociedade. A provisoriedade social do imigrante, discutida por Sayad (1998), mais uma vez é evidenciada.

O periódico aponta duas medidas para solucionar esse impasse. A primeira considerada mais urgente: “O Snr. Prefeito Municipal [...] deveria sugerir á Camara de Vereadores, uma ‘lei de emergência’ [...] tendo como escopo a uniformidade de preços no comércio varejista da cidade e município [...]”. Já a segunda ponderada de forma permanente: “[...] deve S. S. o Prefeito, solicitar, a exemplo de outras prefeituras do interior do Estado, á ‘Comissão Central de preços’, da Capital, a nomeação de uma ‘Comissão Municipal de preços’, afim de fiscalizar o comercio local em suas tranzações com o publico [...]” (FOLHA DO OESTE, 16/01/1949, p. 1). Como afirma Burke (2003), não necessariamente as trocas culturais, no que pode ser chamado de hibridização, são enriquecedoras, muitas vezes são trocas desiguais que um grupo impõe sua vontade a outro. Isso ocorre com esses imigrantes e os nacionais, quando o periódico pede para que o prefeito que detém o controle do segmento dominante, tome providências, impondo leis ou as solicitando contra os dominados, neste caso, os sírios.

Além dos Egert e dos sírios, outros grupos imigratórios adentraram a região de Guarapuava, Teixeira (2000) afirma que o município, sobretudo, a partir de 1950, desenvolveu uma movimentação intensa, inicialmente decorrente das práticas madeireiras, depois com as agrícolas, originárias de uma cultura mecanizada que mudou radicalmente a visão agropastoril. As serrarias eram o impulso da região, que a família Egert estabeleceu-se em uma. Fernandes (2010) menciona que as práticas madeireiras foram intensificadas entre os anos de 1958 e 1962, motivadas pela construção da nova Capital Federal, as madeiras quase em sua totalidade eram destinadas para essa finalidade.

É nesta dinâmica de atração de imigrantes por meio das serrarias, que conforme Silva (2010), antes mesmo disso, na década de 1940, Guarapuava

recebeu um contingente populacional expressivo de madeireiros (de várias nacionalidades que buscavam enriquecimento), atraídos pela extração de madeira e começaram a rivalizar no território com os fazendeiros, que até então se consideravam protagonistas dessa sociedade. Isso demonstrava a ascensão simbólica, mesmo que parcial dos imigrantes aos espaços, como os clubes de dança e a concorrência aos cargos na política partidária regional. Apesar dessa simbologia, a prática comercial da madeira não representava ganhos efetivos (materiais) para a região, pois, conforme Abreu (1986) e Tembil (2007), o corte ocorria na região, enquanto seu beneficiamento era realizado em Ponta Grossa.

A imigração, tanto dos Egert como dos demais do segundo pós-guerra, foi motivada pela melhora da infraestrutura da região com a construção da Rodovia BR-277 e a inauguração de um terminal de estrada de ferro<sup>64</sup>. Apesar disso, algumas práticas religiosas causavam entraves, Tembil (2007) menciona que existia por parte dos segmentos populares o receio, principalmente da ferrovia. Havia um imaginário religioso, a partir das ditas profecias do monge João Maria<sup>65</sup>, que o apito do primeiro trem acordaria uma serpente com cauda na Igreja Matriz e a boca na Lagoa das Lágrimas, e ela destruiria a cidade, apenas seriam salvos os que se refugiassem nas matas.

Até a década de 1960 o município de Guarapuava possuía quatro empresas de transporte. A saber: a Estrada de Ferro da Rede Viação Paraná Santa Catarina, Expresso Princesa do Oeste, Expresso Oeste e Empresa do Oeste Ltda., e uma linha área da empresa Real, que a ligava à capital do estado (FOLHA DO OESTE, 28/02/1962, p. 8.). Segundo o semanário Folha do Oeste (02/03/1958, p. 1): “Poderemos, pois, já em julho fazermos viagens diretas a Curitiba, São Paulo ou Rio de Janeiro, tomando o avião em Guarapuava”. O seu aeroporto foi construído em

---

<sup>64</sup> Conforme Silva (2010), o governo do Paraná assinou em 1918 um acordo com a Companhia de Estrada de Ferro de São Paulo para a construção da linha férrea entre Ponta Grossa e Guarapuava, com prolongamento até Foz do Iguaçu. Em 1920 esse acordo não foi cumprido, com isso, foi assinado um novo com a Companhia Brasileira de Viação e Comércio. Já a rodovia, de acordo com Tembil (2007, p. 119), “A Estrada Estratégia [...] sofreu as melhorias reivindicadas inicialmente com a macadamização, depois em 1958 com o calçamento e, finalmente, com o asfaltamento na década seguinte, quando passou a se chamar Rodovia Federal 277”.

<sup>65</sup> O monge João Maria foi um beato peregrino que andou entre o Rio Grande do Sul e Mato Grosso nos anos finais do século XIX e início do XX. Ele instituiu como prática cultural o batismo de crianças em nascentes denominadas de “Olho d’água de São João Maria”. A crença popular afirma que como ele não foi recebido de forma satisfatória em Guarapuava, amaldiçoou-a com sua transformação em um porungal. Outros, ainda, afirmam que fez uma previsão da segunda guerra com as aves de ferro (aviões) que lançariam fogo (bombas) na população civil.

1958, no entanto, apesar da expectativa, o seu funcionamento foi interrompido nos anos de 1970, tendo em vista a baixa demanda e os custos elevados<sup>66</sup>.

Nas décadas de 1940, 50 e 60 Guarapuava recebeu além de imigrantes do segundo pós-guerra como os Egert, migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, e outras regiões do Paraná como do norte e municípios vizinhos (ABREU, 1986, FERNANDES, 2010). As práticas agrícolas incentivadas por uma política nacional de subsistência, também se fizeram presentes nas décadas seguintes (1970 e 1980) na região de Guarapuava. Isso motivou a migração de outras levas de gaúchos e catarinenses, acrescidos de descendentes de japoneses do norte do Estado e de São Paulo para a região. Eles passaram a desenvolver cultivos de soja, trigo, aveia, cevada, arroz e batata inglesa (SILVA, 1997).

Assim como qualquer imigrante, a família Egert e os demais que vieram para Guarapuava:

[...] trouxeram consigo bagagens, dentre as quais roupas e objetos. Suas malas, ou melhor, seus baús, sacos e trouxas continham pertences de diferentes valores. Alguns, dentre esses pertences tinham valor simbólico, porque estavam ligados às histórias pessoais do grupo que se deslocava (RAMOS; LOPES, 2010, p. 173).

O imigrante ao adentrar em um novo espaço traz consigo tanto uma cultura material como imaterial, seus objetos e lembranças são tanto tangíveis como intangíveis, e em alguns momentos possuem os dois aspectos ao mesmo tempo, sem uma dissociação nítida.

A imigração para a região de Guarapuava, nas décadas seguintes a de 1940 foi realizada a partir de dois processos, o primeiro de característica interna, migração dos moradores dos estados do sul do país ou cidades vizinhas, o segundo pelos internacionais. Nesse segundo processo, a família Egert imigrou para a região. A vinda deles pode ter sido motivada pelo aprimoramento da infraestrutura bem como rodovia, ferrovia e aeroporto.

---

<sup>66</sup> O Aeroporto Municipal Tancredo Thomas de Faria de Guarapuava, depois de adequações, passou a ofertar voos comerciais aos sábados a partir de 7 de dezembro de 2019, com a possibilidade de sábados e quartas depois da pandemia do coronavírus (COVID-19) no ano de 2020, pela Azul Linhas Aéreas para o Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas-SP.

### 3.3 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS SUÁBIOS DO DANÚBIO

No segundo pós-guerra, além dos Egert, se fixou na região de Guarapuava o grupo dos suábios do Danúbio<sup>67</sup>. Antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) eles viviam em localidades da Suábia, Baviera e Francônia, províncias do então Reino Alemão, os quais migraram para desenvolver práticas agrícolas em regiões do Império Austro-Húngaro. Devido ao sucesso dessas práticas, as primeiras migrações deram origem a outras, com isso foram se estabelecendo ao longo das margens do rio Danúbio. O fato de alguns serem originários da Suábia, instalando-se nas proximidades do rio Danúbio, levou a se auto identificarem como suábios do Danúbio ou *Donauschwaben*. Em 1918, com o fim do conflito, o Império Austro-Húngaro foi dividido formando a Iugoslávia, Romênia e Hungria. Apesar da fragmentação, os suábios permaneceram na Iugoslávia (ELFES, 1971; STEIN, 2011).

Gärtner (2014) chama atenção que os suábios possuem uma característica identitária diferenciada dos demais grupos imigratórios, inclusive da família Egert. Enquanto alguns são marcados pela etnia e homogeneidade, poloneses, italianos, alemães, suecos, os suábios, ao contrário, eles se destacam por uma identidade simbólica, denotada por uma localidade inexistente, recriada e generalizada aos seus adeptos, a Suábia, e um rio mencionado como complemento e pertencimento, o Danúbio.

A homogeneidade do grupo limitava-se, portanto, à sua procedência em comum; (pertenciam todos ao grupo alemão dos suábios do Danúbio) e ao seu status de refugiados e expulsos. Não provinham, porém, de uma mesma aldeia na sua terra de origem nem, ao menos de regiões vizinhas. A maioria dos colonos de Entre-Rios procede da Iugoslávia, sendo que alguns vieram da Romênia ou da atual Hungria (ELFES, 1971, p. 47).

Utilizando dos parâmetros de Hall (2016), esse grupo ao imigrar criou uma nova identidade, motivada por uma suposta homogeneidade (hipotética) para um parâmetro de quem somos e a quem pertencemos com o intuito de se diferenciar

---

<sup>67</sup> O material mais recente encontrado sobre os suábios do Danúbio foi uma reportagem exibida pelo programa "Estúdio C", da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), afiliada à Rede Globo, em 11 de janeiro de 2020. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8229349/programa/>. Acesso em 03 fev. 2020.

dos demais; como afirma o pesquisador a identidade só faz sentido quando se apresenta a diferença, a ativação de uma forma de se reconhecer frente aos demais. Apesar de serem refugiados constituíram-se em um entre lugar, não eram alemães, iugoslavos, romenos, húngaros ou austríacos, eram suábios do Danúbio, ao contrário dos Egert, que etnicamente eram poloneses e se identificavam pelo sobrenome.

Segundo Frotscher, Stein e Olinto (2014), durante a II Guerra Mundial, os suábios, dentro do território iugoslavo, apoiaram os nazistas e em 1944, após a desocupação alemã, aproximadamente dois mil e quinhentos, fugiram temendo represálias para o oeste e foram abrigados pela Áustria<sup>68</sup>. Diferente da Alemanha, que tinha a infraestrutura de campos militares, transformados em campos de acolhimento, que poderiam garantir mais conforto para os Egert, a Áustria não tinha espaços adequados, a maioria dos suábios ficou empilhada nestes espaços, alguns foram vítimas de doenças causadas pelas péssimas condições de higiene e faleceram. Diante desse infortúnio, a organização *Schweizer Europahilfe* (Ajuda Suíça à Europa) se compadeceu e viabilizou sua imigração e um percentual veio para o Brasil<sup>69</sup>.

Diferentemente, os Egert vieram para um espaço que estava pré-determinado e não foi feito nenhuma visita *in loco*; para a imigração dos suábios foi criada uma comissão internacional composta por dois padres, Josef Stefan, Georg Bormet e o engenheiro agrônomo Michael Moor<sup>70</sup> (GÄRTNER, 2014). Tanto Elfes (1971) quanto Stein (2011) mencionam que ela objetivava viabilizar a imigração, apoiando financeiramente, analisando o solo e a condição favorável para o cultivo de trigo, no entanto, se questionava onde se fixariam esses imigrantes. As tratativas começaram

---

<sup>68</sup> Os duzentos mil suábios que ficaram sofreram retaliações por parte do governo de Tito, sendo alvos de massacres, torturas, estupros, deportações e confinamentos em campos de concentração que levaram à morte por fome, frio e doenças. A Áustria foi considerada pelos aliados como primeira vítima do nazismo e não como colaboracionista, tendo em vista que abrigou no segundo pós-guerra, entre 1944 e 1950, aproximadamente 1,5 milhão de deslocados de guerra (JUDT, 2008; STEIN, 2011).

<sup>69</sup> A Ajuda Suíça à Europa dirigia outras instituições como: “a Federação Caritas Suíça, a Obra de Assistência da Igreja Evangélica Luterana da Suíça (*Hilfswerk der Evangelischen Kirchen der Schweiz*), o Auxílio Operário Suíço (*Schweizer Arbeiterhilfswerk*) e a Cruz Vermelha Suíça” (STEIN, 2011, p. 55). Atualmente ela se chama *Swissaid*, com endereço disponível em <https://www.swissaid.ch/en>. Acesso em: 4 mar. 2019. Outros grupos foram para a Austrália, Canadá e Estados Unidos (ELFES, 1971).

<sup>70</sup> O padre Georg Bormet, sacerdote da Diocese de Bomfim no Estado da Bahia atuou como tradutor e secretário da comissão. Michael Moor nasceu em 30 de maio de 1904 na Iugoslávia e faleceu em 23 de junho de 1965 na Áustria. Foi o primeiro presidente da Cooperativa Agrária de 5 maio de 1951 à 23 de outubro de 1954. Atualmente, sua memória é lembrada no nome de uma das avenidas da Colônia Vitória em Entre Rios (ELFES, 1971; GÄRTNER, 2014).



com o interesse do estado de Goiás, que por intermédio de seu representante no Conselho (Brasileiro) de Imigração e Colonização, queria povoar suas terras.

A referida comissão embarcou em 29 de dezembro de 1940 com o objetivo de verificar os espaços para a fixação dos imigrantes. Como tentativa de convencimento, o governo de Goiás ofereceu quatro áreas e elaborou um plano de aquisição de 25 mil hectares, que seriam distribuídos em sete vilas, com a previsão da vinda do primeiro grupo de aproximadamente 500 famílias (STEIN, 2011). Magalinski (1980) afirma que as terras tinham sido compradas, mas que a comissão foi informada das condições precárias que o estado estava, principalmente de estradas, e ao chegar um representante do Paraná oferecendo novas condições, o grupo optou pelo seu deslocamento a esse estado<sup>71</sup>.

O guarapuavano Lacerda Werneck,<sup>72</sup> representante do Paraná teve conhecimento da imigração pelo Almirante Ayres da Fonseca Castro, fazendeiro da Lapa, que o procurou para pedir orientações sobre práticas agrícolas e contou que a referida comissão estava hospedada no Grande Hotel, e que partiriam na manhã seguinte para o estado de Goiás. Ao comunicar do fato ao governador do estado o secretário de agricultura foi designado a realizar as negociações de convencimento da comissão para programar o denominado projeto dos deslocados de guerra para o Paraná, com isso, ofertou por meio de mapa e depois pessoalmente, terras em várias regiões como Clevelândia, Ponta Grossa e Goioxim. A primeira foi rejeitada pela distância de linha férrea, o que dificultaria o escoamento da produção, a segunda, pela pequena espessura e a acidez do solo e a terceira por área diminuta e topografia que apresentava empecilhos para mecanização e quantidade significativa de pedras e pedregulhos. Como última tentativa, o representante estadual ofertou uma área à venda, nas proximidades do distrito de Pinhão, a fazenda Sobrado, cujo proprietário era seu pai. No caminho, após a travessia da balsa do Rio Jordão, a comissão deparou-se com a localidade Entre Rios e achou o

---

<sup>71</sup> Apesar da procura o estado de Goiás recebeu “61 famílias e 15 indivíduos isolados, ao todo 250 pessoas; grupo este que constituiu, em Goiás, a ‘Colônia dos Poloneses’, embora nem todos os seus componentes pudessem ser considerados, pelo ‘jus sanguinis’, poloneses, [...]” (MAGALINSKI, 1980, p. 15). Os números de deslocados são insignificantes se comparados com outros estados como São Paulo e Paraná. A colônia de Goiás, constituída enquanto a primeira cooperativa de deslocados de guerra da América Latina (Cooperativa Agro-Pecuária de Itaberáí), funcionou de 1949 até 1959. Foi declarada extinta, pois poucos cooperados continuaram no local, devido a dificuldade como solo infértil e ausência de um novo presidente depois da demissão do primeiro.

<sup>72</sup> Lacerda Werneck, Secretário de Agricultura do governo paranaense de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), dá nome a um parque de exposições em Guarapuava.

espaço propício para a fixação dos suábios (STEIN, 2011; ELFES, 1971).

O projeto foi aprovado no estado e no congresso federal como mencionado em mensagem do Presidente Vargas (1952, p. 246):

A União Suíça de Caridade [Ajuda Suíça à Europa], organização suíça de âmbito internacional, com o objetivo de traçar um plano de imigração dirigida para o Brasil, estabeleceu no Rio de Janeiro uma delegação, e submeteu ao Conselho de Imigração e Colonização, preliminarmente, um esboço de plano de colonização, propondo, para isso a vinda de 20.000 famílias, num total de 100.000 pessoas.

Stein (2011) aponta que 500 famílias, em torno de 2.500 pessoas, imigraram para o distrito de Entre Rios em Guarapuava-Pr, dois anos após os Egert. Oposto a eles, os suábios formaram as colônias: Cachoeira, Jordãozinho, Samambaia, Socorro e Vitória, a última como sede<sup>73</sup>. Segundo Gärtner (2014), coube ao Estado o loteamento das terras; transporte dos imigrantes e seus pertences, após o desembarque na estação de Góes Artigas<sup>74</sup>; e fornecimento de sementes e mudas para as primeiras práticas de cultivo. Esse projeto representava e seguia os mesmos passos da imigração exitosa dos holandeses na colônia Castrolândia, na região dos campos gerais, por isso foi aceito culturalmente pela população local, mesmo que de forma parcial, como se observa nos jornais da época.

Enquanto a família Egert, que não foi recepcionada ou representada na imigração pela imprensa periódica, nem em pequenas notas, os suábios do Danúbio foram noticiados à exaustão, inclusive em matérias de capa, especialmente no ano de sua chegada (1951), principalmente pelo guarapuavano *Folha do Oeste*, que não apenas informou o desembarque na região de Guarapuava (na mesma estação que os Egert em Góes Artigas), mas os acompanhou neste e nos anos seguintes, registrando sua trajetória.

Em comemoração à vinda dos suábios, ele dedicou três matérias na edição de 10 de junho de 1951, duas na primeira página, uma na quarta, onde uma delas

---

<sup>73</sup> Conforme Elfes (1971) imigraram ao todo 2.448 suábios, até 1954 por volta de 32 famílias reemigraram e depois em 1958, umas 25 famílias. Até 1971 reemigraram completamente 284 famílias. As causas podem ter sido o parcelamento excessivo da compra das terras e insumos, as condições insatisfatórias para as práticas de ensino dos filhos dos imigrantes, isolamento espiritual, ausência de suporte familiar, agitação social brasileira e medo que o comunismo chegasse ao país. Além disso, entre os anos de 1951 e meados de 1971 a Colônia Entre Rios teve 1170 nascimentos, 330 mortes e 287 casamentos.

<sup>74</sup> Atualmente, Góes Artigas é um distrito do município de Inácio Martins, emancipado de Guarapuava na década de 1960. Conforme aponta Silva (2010), a estrada de ferro só passou por Guarapuava após 1954, até lá os imigrantes desembarcavam nessa estação e eram transportados por veículos ou carroças até o seu destino.

começa na primeira e termina na quarta. Luca (2014, p. 140) chama atenção que a materialidade de um periódico deve ser um de seus objetos de análise, pois ele não foi construído aleatoriamente, não é natural, envolve construções de significados: “[...] é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas”. O semanário guarapuavano procura pela quantidade de matérias dar relevância à chegada dos suábios do Danúbio para a população local e estadual, tendo em vista que circulava em quase toda parte oeste do estado, com suas oito páginas, em preto e branco.

Distinto da família Egert, que foi empregada como mão de obra barata na indústria madeireira em abundância no município de Guarapuava, os suábios com apoio governamental despontavam como solução do antigo problema da carência de alimentos no Paraná, especialmente o trigo, pois, segundo Fernandes (2010), a região e o estado sofreram com sua ausência durante a II Guerra Mundial, o que ocasionou racionamento pelo poder público. Esse grupo cultural criava expectativa para todo o Paraná e representava abundância alimentar, isso também pode ter contribuído para a representação exitosa deles pela imprensa periódica. O objetivo do governo era transformar o estado no celeiro agrícola do país, e Guarapuava se apresentava como uma das novas colaboradoras.

Uma das matérias de boas vindas aos imigrantes, intitulada: “Colonos para Guarapuava”, apresenta o quantitativo de suábios que vieram na primeira leva: “Sexta-feira ultima, chegaram 220 pêssoas, entre as quais, técnicos para o início das construções de casas de madeira, para que, dentro de um mês, os colonos já estejam alojados em suas casas” (FOLHA DO OESTE, 10/06/1951, p. 4.). Como aponta Stein (2011), esses imigrantes ficaram alojados no centro, na escola Visconde de Guarapuava, até que suas casas ficassem prontas. O alojamento de imigrantes em instituições de ensino era uma prática cultural no Brasil durante o segundo pós-guerra. Isso é corroborado por Magalinski (1980), ao afirmar que os deslocados que foram para Goiás, em Itaberaí, ficaram no Colégio Imaculado Conceição das irmãs da referida ordem. Os Egert, depois de passarem pelas hospedarias, foram diretamente para uma casa de serraria, padrão para todo empregado, não podendo escolher ou construir sua própria moradia.

Outra matéria de boas vindas aos suábios, denominada de: “Colônia em Entre Rios” aponta a resolução dos entraves burocráticos para a imigração desse grupo:

Satisfeitas ambas as partes, proprietários das terras e organizadores da empresa, que neste caso veem a ser o Governo do Estado e a Cooperativa Agrária Ltda. que se propôs ao caldeamento dos deslocados germânicos para serem localizados, - tudo agora será uma realidade (FOLHA DO OESTE, 10/06/1951, p. 1).

A terceira matéria intitulada “Essa terra tem dono!” ocupa parte da primeira página, findando na quarta página. Inicialmente publicada no periódico *Gazeta do Povo* da Capital do Estado é um pronunciamento do Deputado Estadual e proprietário do jornal Antonio Lustosa de Oliveira: “[...] publicou a ‘Gazeta do Povo’, de Curitiba, edição de 1º do corrente, o oportuno discurso do Sr. Lustosa de Oliveira, na Assembleia Legislativa, sobre a localização em Guarapuava [...] de emigrantes germânicos” (FOLHA DO OESTE, 10/06/1951, p.1-4.). O periódico aponta erroneamente o termo milhares, sendo o correto duas centenas deles.

A matéria representa com entusiasmo a chegada desses imigrantes e igualmente é marcada pelo progresso oriundo de suas práticas agrícolas:

Preferiram os fazendeiros de Entre-Rios abrir os braços e acolher os seus irmãos da velha e conturbada Europa, como um amplexo de solidariedade cristã, ensejando-lhes em terras brasileiras, o direito de paz, de liberdade e de trabalho construtivo, em benefício da prosperidade do Paraná e do Brasil (FOLHA DO OESTE, 10/06/1951, p.1-4).

Enquanto a família Egert não motivou a retirada de moradores na região, os suábios promoveram o deslocamento de fazendeiros da localidade de Entre Rios. Conforme Elfes (1971), a região de Guarapuava possuía na época 200 serrarias e indústrias de exploração da madeira do pinheiro, preferido para essa prática, além do beneficiamento de erva mate; algumas delas nos arredores desse distrito. Na matéria, Lustosa elogia mencionando como pacífica a posição tanto de fazendeiros como madeireiros, que optaram pelo diálogo em prol de benefícios econômicos e sociais de todo o Estado, advindo da prosperidade dos suábios. Apesar disso, é necessário mencionar que a noção de progresso é marcada pela relatividade, não sendo muito nítida. O progresso para um segmento pode ser o retrocesso de outro. O crescimento da cultura econômica advindas das práticas agrícolas dos suábios não representa necessariamente na região o desenvolvimento social.

Diferente do noticiado pelo jornal, Martins (1992) afirma que o conflito em Entre Rios se efetivou mesmo que não explícito, devido a localidade ser habitada

por serralheiros e fazendeiros, e ele acrescenta a presença de descendentes de escravos<sup>75</sup>. As madeiras ocupavam quase todo o município de Guarapuava e seus arredores na década de 1960, enquanto esses imigrantes traziam tecnologias e novas práticas para o plantio de trigo que era escasso no Paraná. Isso demonstra que os antigos moradores daquela região, assim como os Egert, não representavam prioridades para o governo da época e era estratégica sua retirada, caso fosse necessária para um grupo em maior quantidade ou com uma finalidade governamentalmente mais atrativa.

A desapropriação das terras de Entre Rios gerou conflitos simbólicos que determinaram posições sociais em Guarapuava demarcando quem deveria ficar com aquele espaço físico, pois como demonstrado por Hall (2006), as relações culturais são trocas desiguais e, conforme Burke (2003), mesmo que se efetive uma prática híbrida (uma união entre duas ou mais), ela igualmente seria desproporcional, porque um grupo tende a se impor culturalmente sobre o outro, diferente.

Isso é evidenciado em outro discurso do Deputado Antonio Lustosa, matéria do semanário *Folha do Oeste* (07/08/1955, p. 1):

Na sessão do dia 2 do corrente, o Deputado Lustosa de Oliveira ocupou a tribuna do Legislativo Estadual para ventilar assuntos de interesse de nossa terra. Dentre os temas debatidos, figura, a situação angustiante dos 'agregados' da Fazenda Entre Rios que há longos anos permanecem na expectativa de serem localizados na colônia estadual de Marquinho, conforme lei sancionada pelo Governo Munhoz da Rocha, em decorrência de oportuno e humanitário projeto do vigoroso representante do pessedismo guarapuavano e oéstino.

Conforme Pelegrini (2007) é relevante considerar que todo grupo social possui um embasamento cultural, e para promover essa diferenciação em sua identidade cria categorias imaginárias dinâmicas, além de um pacto de relações, que pode ser definido como uma renegociação cultural. Com relação aos suábios isso é assinalado pela suavização dos desentendimentos, pois se "Não fôra o espírito compreensivo dos dirigentes da colonização alemã, em terras guarapuavanas, àquele punhado de modestos brasileiros, estariam perambulando pelos caminhos, em busca de um lugar onde pudessem arranchar, de favor" (FOLHA DO OESTE,

---

<sup>75</sup> De acordo com Martins (1992), havia aproximadamente quarenta famílias de descendentes de escravos que ficaram desalojadas com a aquisição de terras em Entre Rios. A discussão sobre o direito de posse se estende até os dias atuais.

13/06/1954, p. 1). O acolhimento de alguns moradores do distrito possibilitou aos suábios a promoção de uma harmonia com os nacionais e favoreceu a diminuição dos atritos simbólicos. Para a família Egert essa classificação pode ser assumida pela homogeneização junto aos demais empregados de serrarias da região de Guarapuava e seu apagamento.

Os Egert não receberam nenhum tipo de ajuda ou terras, deferente dos suábios que com auxílio internacional adquiriram por meio de cooperativa. Além disso, parte das suas terras foram desapropriadas por compras e outras por permutas no norte do estado, este segundo processo moroso e desgastante para todos os envolvidos. O proprietário do jornal *Folha do Oeste*, Antonio Lustosa, tinha propriedade em Entre Rios, razão pelo interesse de representações sobre suábios em seu periódico e não dos demais do segundo pós-guerra como a família Egert, pelo intuito de aligeirar as desapropriações<sup>76</sup>. Caso não tivesse uma ligação direta com a discussão, poderia talvez nem tê-la representado, pois conforme Luca (2014), uma publicação é permeada por interesses e motivações, fazendo que uma matéria seja publicada em detrimento de outra.

Silva (2010) destaca que por discussões da esfera da cultura política, o projeto de realocamento de desapropriados, proposto por Lustosa, não foi aprovado na Assembleia Legislativa do Paraná. O político apoiou o governo na desapropriação, participando de algumas negociações e convencendo os demais fazendeiros a vender suas terras (STEIN, 2011). Com a demora da execução das propostas prometidas pelo Estado<sup>77</sup>, proferiu alguns discursos cobrando indenizações. Em 1955, o jornalista recebeu em permuta terras na hoje cidade de Douradina, no norte do estado, e com isso deixou de questionar as compensações, findando as representações no periódico (SANTOS, 2015).

A imigração dos suábios do Danúbio foi desenvolvida tendo em vista algumas representações específicas, que diferem dos Egert. Uma delas, na ausência de uma fixação controlada pelo governo como a família que ficaram junto aos nacionais, sendo homogeneizados. A afirmação que todos deveriam passar por esse processo foi mencionada em uma coletiva com o ministro do Conselho de Imigração e

---

<sup>76</sup>Na matéria do *Folha do Oeste* (13/06/1954, p. 1), a família de Antonio Lustosa é mencionada como um das desapropriadas da localidade de Entre Rios.

<sup>77</sup> Elfes (1971) aponta que as discussões sobre a aquisição de terras ocorreram livremente e com o preço estimulado pelos mesmos. Eram 22 fazendeiros ou madeireiros que o governo forneceu uma compensação em dinheiro ou com áreas devolutas no norte no estado.

## Colonização:

Como pretende o Conselho de Imigração distribuir os 'deslocados' que iremos hospedar?

[...] Em que pése a importancia de um 'sangue novo', de novos métodos de arrotear a terra, etc. é sabido, também que os núcleos estrangeiros muito numerosos, assim como poderão constituir as cidades ricas e industriosas de amanhã, poderão também se transformar em perigosos 'quistos' de difícilimo extinção (FOLHA DO OESTE, 11/08/1946, p. 1.).

Havia também o receio que os imigrantes de uma única etnia formassem colônias autônomas, designadas no *Folha do Oeste* de quistos raciais. Acreditava-se que praticando a língua materna poderiam criar leis e futuramente pedir emancipação das terras, com isso se justifica a criação de colônias mistas com nacionais e internacionais, ou ainda os introduzir em empresas junto aos nacionais como os Egert, prática que não foi usada com os suábios. A comissão que representava os suábios determinou a fixação deles e todos foram alocados de forma conjunta nos arredores de Guarapuava formando as cinco colônias. Uma das justificativas possíveis é o otimismo que trazem as matérias, na crença de seu sucesso sem precedentes, nas práticas agrícolas.

Não apenas a linguagem, mas as práticas educativas dos suábios também foram representadas no periódico *Folha do Oeste* (22/11/1953, p. 1.):

Ainda, há bem poucos meses, chamamos a atenção da Secretaria de Educação e Cultura, para a falta de professores nas quatro casas escolares construídas as expensas da Cooperativa Agrária Limitada, na prospera Colonia alemã de Entre-Rios do Oeste, que foi localizada pelo governo estadual no município de Guarapuava. Afirmamos, naquela ocasião, que apenas uma professora havia sido destacada para prestar serviços na mencionada Colonia, que está instalada há quase dois meses, nas proximidades naquela cidade [Guarapuava] e onde mais de duas centenas de loiras e robustas crianças anseiam pela oportunidade de aprender a nossa língua vernácula.

Essas práticas tinham uma função nas políticas dos governos, conforme Peres (1997), foram uma das proposições do que ficou conhecido como caldeamento de raças ou nacionalização dos imigrantes, denominações em voga no período. A escola foi uma forma de controle do imigrante do segundo pós-guerra e o estado a utilizou, tanto para os suábios como para os Egert, impondo algumas práticas culturais como a própria linguagem, fazendo com que os imigrantes

conhecessem as tradições nacionais e se integrassem culturalmente, mesmo que parcialmente. Stein (2011) afirma que a imigração representou culturalmente para os descendentes de alemães do Paraná, esses grupos comemoraram a chegada dos suábios pelo intuito de revitalização da língua.

Apesar disso, no ensino da língua houve reclamação da falta de professores nacionais em Entre Rios, menção realizada nos periódicos *Folha do Oeste* (22/11/1953, p. 1) e *O dia* (curitibano):

Em abandono as nossas afirmativas, acabamos de deparar com um bem fundamentado artigo publicado no semanário 'FOLHA DO OESTE', editado na cidade de Guarapuavano qual o articulista tece judiciosos comentários a propósito de um telegrama da Agência Meridional, que foi estampado pelo jornal 'O Dia', desta capital, cujo o texto é o seguinte: - O deputado sul-riograndense sr. Luiz Campognoli, ocupou a tribuna da Câmara, para focalizar o problema dos filhos dos colonos localizados no Paraná, formulando um apelo ao Ministro da Educação, no sentido de ser assegurada a in[st]rução aos que ora se empenham na campanha da produção. Disse o parlamentar gaúcho que, visitando recentemente o núcleo de colonização de Guarapuava, constatou a existência de cinco escolas com capacidade para atender centenas de crianças. Entretanto, apenas uma única professora ali se encontrava com a inclumbencia de ministrar o ensino. Afirmou o parlamentar gaúcho ter telefonado ao ministro Antonio Balbino encarecendo a necessidade da designação de novas professoras, já que o nosso idioma continua totalmente desconhecido no núcleo em apreço.

A matéria, que é uma representação do deputado estadual Lustosa, aponta o político federal Luiz Campognoli do Rio Grande do Sul, mencionando que não apenas a língua, pela prática educativa em idioma nacional, mas tudo em Entre Rios possui características europeias que em nada lembram o Brasil. Conforme Elfes (1971), o sistema de ensino na colônia foi constituído pelos suábios com recursos governamentais na construção de uma casa escolar em cada uma das colônias. Porém, com ausência de materiais e professoras brasileiras para ensinar em língua portuguesa, as crianças foram instruídas em alemão, o que não ia de encontro ao plano do ensino oficial e obrigatório nacional. Além disso, ele era restrito aos três primeiros anos primários, motivando o retorno de algumas famílias à Europa nas décadas seguintes à imigração, pois seus pais, conscientes da ausência de uma prática de ensino eficiente preferiam outro modelo.

Nesse sentido, Pelegrini (2007) aponta que o pesquisador deve observar que os bens culturais, no caso a língua, não necessariamente são reconhecidos por



outros grupos e esses valores podem ser alterados a partir da temporalidade, bem como o que se define como identificação pode ser alterada ou migrada. Isso pode explicar a imigração (retorno) dos suábios do Danúbio para a Alemanha e sua motivação, devido a ausência de práticas escolares. Eles possivelmente não se reconheciam mais por essa identidade e preferiram voltar para associar-se à outra confraria na Europa.

Apesar do receio, no que tange à ausência da prática educativa dos internacionais em língua portuguesa, as providências governamentais necessárias à nomeação de professores na Colônia Entre Rios, só ocorreram após 1958.

Do Deputado Lustosa de Oliveira, recebemos uma relação das novas professoras nomeadas pelo Estado para o Município de Guarapuava. São as seguintes, as novas nomeadas:  
[...] Maria Ivete Rodrigues Bretz, Normalista p/ o Grupo Escolar Tupy Pinheiro, José Hoepers, extra numerário, p/ a Colônia E. Rios; Alcy Berger Silva, extra numerário p/ o Grupo Escolar de Palmerinha [...] (FOLHA DO OESTE, 17/08/1958, p. 7.).

O título da matéria “Novas professoras nomeadas para Guarapuava” aponta a feminilização cultural docente com a profissão, no período ligado aos aspectos maternos. O controle cultural do imigrante é representado com a designação de um homem para o cargo: José Hoepers, enquanto para as demais localidades de Guarapuava são nomeadas somente mulheres. Isso pode ser relacionado à simbologia, ao ideal de força e virilidade que o homem poderia representar.

As nomeações foram efetivadas em número insuficiente para atender a localidade, sendo contratados apenas dois profissionais para as quatro escolas na Colônia Entre Rios, um na fundação e outro como a menção da matéria. Nesse sentido, tanto a construção realizada pelos próprios imigrantes, quanto a demora à segunda nomeação são significativas, pois demonstram descaso para com eles, mesmo que esses em alguns momentos fossem representados de forma temerosa pelos periódicos, e na maioria das vezes esquecidos. O segundo profissional só foi nomeado aproximadamente sete anos após a construção das instituições.

De acordo com Elfes (1971), somente em 1966 surgiu um melhoramento significativo nas práticas educativas em Entre Rios, por conta das Freiras Dominicanas, que se ofereceram para instalar uma escola central para os quartos e quintos anos primários na Colônia Vitória. Os alunos das demais colônias eram transportados para lá a partir de subsídios da República Federal da Alemanha na

aquisição de um ônibus escolar. Além disso, o governo alemão custeou professoras para o ensino de alemão, uma delas ficou por dois anos e outras duas para instalação e organização da educação infantil, dessas últimas, uma ficou permanente. A cooperativa ainda recebeu de representações diplomáticas materiais de ensino, livros e instrumentos musicais<sup>78</sup>.

As dificuldades com a linguagem também são demonstradas por Magalinski (1980), ao retratar as práticas culturais dos imigrantes instalados em Goiás, enquanto para os suábios se questionava o ensino em língua alemã, para eles os empecilhos se apresentavam em suas práticas comerciais. Ao chegarem ao estado, os imigrantes se depararam apenas com uma plantação de mandioca para alimentação e deveriam utilizá-la para realizar transações comerciais no centro do município, trocando por outros mantimentos.

Outra dificuldade foi o deslocamento, de 18 quilômetros a pé no calor ou chuva para tomar ônibus até a sede<sup>79</sup>, quando a ação era desenvolvida, não conseguiam explicar para os vendedores qual alimento queriam, pois não tinham intérpretes e seus códigos culturais não se compartilhavam, devido as onze nacionalidades que se instalaram naquela região. Conforme foram conseguindo trocar alguns bens materiais, descobrindo e renegociando alguns códigos linguísticos, suas práticas alimentares melhoraram e puderam sobreviver com alimentos básicos. Os suábios estavam em uma situação mais confortável, não necessariamente pela língua, mas pela distância da sede de Guarapuava que, mesmo sendo mais de 20 quilômetros, utilizavam meios de transporte cedidos pelas

---

<sup>78</sup>Inicialmente o trajeto dos alunos suábios do Danúbio era realizado diariamente por ônibus que os levavam ao colégio Santa Cruz, atualmente UNICENTRO. Em 1968 as Irmãs Dominicanas com recursos da Cooperativa Agrária fundaram o Ginásio Imperatriz D. Leopoldina para complementação e criação de uma escola primária com jardim de infância. A instituição além das disciplinas curriculares do sistema de ensino brasileiro incluiu algumas práticas agrícolas. Até 1970 funcionavam duas escolas financiadas pela cooperativa, o referido ginásio e uma escola central primária. Recentemente as duas instituições foram fundidas com a denominação Colégio Imperatriz Dona Leopoldina, ofertando educação infantil, ensino fundamental, médio e técnico. Disponível em: <http://www.colegioimperatriz.net.br/>. Acesso em: 3 mar. 2019. O distrito de Entre Rios ainda possui instituições públicas de ensino: o Centro Municipal de Educação Infantil Vitória, que oferta Educação Infantil; as Escolas Municipais Francisco Peixoto Lacerda Werneck e Princesa Izabel, que oferta anos iniciais do Ensino Fundamental; e o Colégio Estadual do Campo Dom Pedro I, com os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, inclusive noturno. Em 26 de agosto de 2019 sua diretora geral, defendeu a tese “Fundamentos para a implementação de um currículo bilíngue em uma comunidade de suábios do Danúbio no Paraná” pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RICHTER, 2019).

<sup>79</sup>Nos anos seguintes a Cooperativa de Itaberai adquiriu um caminhão e também foram utilizadas carroças feitas conforme as práticas culturais polonesas com quatro rodas e puxara por dois cavalos (MAGALINSKI, 1980).

instituições parceiras que auxiliaram a cooperativa com tratores. Já para os Egert o deslocamento do distrito de Góes Artigas para a sede em Guarapuava era de quase 33 quilômetros e feito às próprias custas.

Como afirma Hall (2014, p. 109), as identidades são construídas tanto nas relações de poder como nas práticas discursivas. As práticas discursivas podem ser desenvolvidas em um periódico, ou ainda, em espaços institucionais como órgãos governamentais que buscam a fixação de uma identidade para o imigrante. Apesar disso, não é qualquer identidade, é aquela que se assemelhe ao nacional. Quem tem direito de pronunciar um idioma e ensiná-lo? Por que regular as práticas educativas dos imigrantes do segundo pós-guerra? Tanto os Egert como os suábios eram relevantes para o governo e a população de nacionais. A partir dessas perguntas definem-se o aceito e o excluído em uma sociedade. Com o intuito de não incorporar o imigrante, mas mantê-lo controlado e vigiado, esses são elementos específicos, como a língua que determina quem é o outro.

Nesse sentido, quais eram os produtos desenvolvidos pelos imigrantes do segundo pós-guerra nos seus primeiros anos de fixação em Guarapuava? Quais suas práticas culturais? A Colônia Entre Rios, além da agricultura de subsistência também se dedicava à prática de criação de animais e laticínios, no entanto, mesmo que a cooperativa produzisse manteiga e queijo, a qualidade do leite não favorecia a produção, especialmente pela ausência de equipamentos e mão de obra qualificada, o que resultava em perdas e resultados ineficientes no preparo dos produtos. A cooperativa tentou estabelecer um posto comercial de laticínios em Guarapuava, apesar disso, como resultado da falta de mercado em 1959, ele foi vendido e essa forma de produção extinta, restando somente nas práticas agrícolas como o trigo, arroz e mais recentemente a soja (ELFES, 1971).

A colaboração do Paraná para as práticas agrícolas do país também é representada no periódico *Diário do Pioneiro*, publicado em Caxias do Sul no Rio Grande do Sul. A matéria aponta o navio Provence que trouxe os suábios do Danúbio ao Rio de Janeiro e enfatiza a necessidade de suprir as demandas de trigo. Os imigrantes são denominados “tricultores”, mas o destino deles não é mencionado, apenas a expressão “Estados produtores de trigo do Brasil”, e sua quantidade: “280 suábios” (DIÁRIO DO PIONEIRO, 22/12/1951, p. 5.).

Os imigrantes também são questionados em outros aspectos, como a prática de morar:

Se a Pátria na afirmação sublime do inolvidável Rui Barbosa é - 'O céu, o sol, o povo, as tradições, a com[s]ciência, o lar, o berço dos filhos e o tumulto dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade'- ali, dentro daquele ambiente de 24.200.000 m<sup>2</sup>. de terras que é o patrimônio da colônia, parece que ele não é o Brasil, parece que não é a nossa Pátria (FOLHA DO OESTE, 25/10/1953, p.1).

O Deputado Lustosa invoca o político Rui Barbosa para mencionar que as terras foram cedidas aos imigrantes, contudo, as características quase nada lembram as brasileiras. Winchuar (2014, p. 33) compactua com isso, mencionando que na atualidade, a Colônia Vitória em Entre Rios possui características europeias nos nomes de suas ruas, estabelecimentos comerciais, culturais, sociais e na presença da língua alemã, o que demonstra uma relação bem próxima com uma herança imaginária do que se tornou a Alemanha. Diferente da família Egert, que não foi representada em nenhum monumento ou nome de rua na região de Guarapuava. Apesar disso, como lembra Alvim (1998) os imigrantes só conseguem reconstruir as práticas arquitetônicas europeias a partir de seus descendentes de terceira ou quarta geração, devido a sua situação inicial de pobreza.

Isso também é corroborado por Stein (2011) ao se referir aos suábios. Ele aponta que a construção das suas primeiras casas durou por volta de um mês e os imigrantes também auxiliaram, pois, os primeiros a chegar a Entre Rios foram os técnicos especializados em edificações que além delas, instalaram estradas. Elfes (1971) acrescenta que essas casas eram simples, de madeira, cortadas pela própria serraria da cooperativa, adaptadas pelo tamanho da família, e que posteriormente foram organizadas, ampliadas e decoradas pelos seus moradores, demarcando sua identificação.

Uma das matérias apresenta comparações entre a colônia Entre Rios e as que foram criadas no final do século XIX e início do XX em Santa Catarina:

E se assim não fizermos, criar-se-ão em nosso território como outrora em Santa Catarina, verdadeiros quistos raciais. No entanto, a culpa dessas anomalias, esse crime de lesa Pátria, deve ser arrogada menos aos imigrantes que à nossa própria displiscência, à incúria criminosa dos governantes (FOLHA DO OESTE, 25/10/1953, p.1).

A matéria de 1946 demonstra os perigos de uma distribuição dos imigrantes de apenas uma etnia na forma de colônias.

Conglomerados de uma só raça, com uma só crença, com uma só língua, cultuando os meus hábitos não tardarão em ter seu 'Clube' e a sua 'Igreja', as reuniões privadas dos seus e acabarem fazendo da sua colônia um prolongamento da sua Pátria distante!

Exemplos dessa natureza não faltam dentro do nosso próprio Estado (FOLHA DO OESTE, 11/08/1946, p. 1).

Os suábios, bem como os Egert e os demais imigrantes do segundo pós-guerra não são considerados pelos nacionais, os outros, quando realizam práticas para um suposto bem comum, mas o são, quando praticam a língua, ou ainda, quando realizam práticas culturais como o morar, conversar, ensinar/aprender. O nacional, a partir de órgãos públicos como o governo estadual, tenta manter controle e fixar uma identidade mais homogênea para todos os imigrantes. A determinação de outro só surge quando há um sentimento de ameaça a alguma prática cultural.

Neste caso, as definições de internacionais e nacionais são conflituosas e contraditórias como a noção de identidade, por isso Hall (2006) prefere o conceito de identificações. O pesquisador afirma que a determinação de quem não é o outro também é forjada, uma tentativa de unidade dentro de uma diversidade composta não apenas de instituições culturais como a escola, mas de símbolos e representações diversas que buscam direcionar um discurso. A cultura nacional nada mais é que uma representação, entre tantas possíveis, uma forma de organização de práticas e concepções que se têm do eu e do outro. Uma forma de construir uma possível identificação, a partir de uma comunidade imaginada em alguns casos com a função de inferiorizar ou estigmatizar os demais.

Outro aspecto que pode ser abordado é o conceito de raça, Hall (2006) chama a atenção que esse termo não pode ser utilizado para se referir a uma unificação identitária, pois é uma categoria apenas de discurso e não biológica, usada apenas em sistemas de representação e práticas sociais em que o autor denomina de "frouxo", devido ao fato de não significarem com precisão. São apenas marcas simbólicas que pretendem diferenciar socialmente os grupos, uma diferenciação negativa. Isso fica evidente na matéria do periódico, que o utiliza de forma genérica para designar um povo imigrante que possui práticas culturais específicas.

A matéria de 20 de novembro de 1960 do *Folha do Oeste* aponta a criação do programa radiofônico "Novidades da Alemanha" na Rádio Difusora, emissora local de Guarapuava, que tinha a função de levar o idioma alemão para seus ouvintes:

A Direção da Emissora local, em colaboração com o Consulado Alemão no Estado do Paraná, vem lançar um programa especial dedicado aos alemães radicados em nosso município.

Trata-se de 'NOVIDADES DA ALEMANHA', cuja extrêia deu-se dia 12 às 13 horas pela Rádio Difusora [...]

Ao darmos esta informação convidamos todos os alemães para ouvirem essa apresentação da Difusora, bem como escreverem dando suas impressões, cujas cartas serão remetidas ao Consulado Alemão em Curitiba (FOLHA DO OESTE, 20/11/1960, p. 4).

O programa de variedades era apresentado em língua portuguesa e alemã, uma negociação entre duas práticas culturais, com o objetivo de atingir todos os descendentes e imigrantes de Guarapuava e arredores, independente de serem suábios. Apesar disso, a maioria pertencia a esse grupo cultural. É nesse sentido, que até os dias atuais, a Cooperativa Agrária Agroindustrial que representa os suábios mantém parcerias na prática da radiodifusão para divulgar suas práticas culturais<sup>80</sup>.

Em 1961 esse programa mudou de horário devido à ausência de luz no período vespertino, que inviabilizava sua audição no distrito Entre Rios:

Em colaboração com o consulado [alemão] no Estado do Paraná, nossa Emissora [Difusora de Guarapuava] tem apresentado o programa 'Novidades da Alemanha', todos os domingos às 13 horas. Entretanto, considerando a solicitação de diversos ouvintes a Emissora houve por bem mudar o horário do mesmo, passando a apresentá-lo aos domingos às 18,30, uma vez que durante o dia não existe energia elétrica na Colônia Agrária (FOLHA DO OESTE, 05/02/1961, p. 1).

A apresentação do programa em língua alemã tinha um objetivo específico bem definido, controlar a migração: conter os possíveis êxodos dos suábios nas décadas de 1950, 1960 e 1970, uma vez que esse era o grupo cultural predominante, em quantidade, na localidade e que falava alemão, mesmo com esse intuito, esses imigrantes foram para Curitiba, São Paulo ou retornaram à Alemanha. Os fatores que motivaram a saída foram às péssimas colheitas, conflitos, traumas e ressentimentos da II Guerra Mundial (ELFES, 1971).

Frotscher, Stein e Olinto (2014) afirmam que especialmente na década de

---

<sup>80</sup>Na atualidade, a Unicentro Entre Rios FM é mantida pela Fundação Pioneira de Radiodifusão Educativa do Paraná com conselho diretor da cooperativa e da UNICENTRO. Ela foi criada na década de 1980 com a denominação Universitária Entre Rios FM e passou a partir de 2015 a operar sob a nova nomenclatura. Parte de sua programação é transmitida em alemão e sua sede encontra-se em Entre Rios. Disponível em: <https://www.unicentrofm.com.br/>. Acesso em: 3 mar. 2019.

1960, algumas práticas, como a fundação do Ginásio (colégio) Imperial Dona Leopoldina e a criação do Lar da Juventude foram desenvolvidas pela Cooperativa Agrária com objetivo de criar uma memória coletiva. Memória criada por meio do compartilhamento de narrativas sobre o passado sofrido, um presente e futuro vitoriosos dos suábios e evitar deslocamentos.

A prática esportiva também foi desenvolvida pelos suábios do Danúbio. Que esportes esses imigrantes praticavam em solo brasileiro nos primeiros anos da Colônia Entre Rios? De acordo com Elfes (1971) eles desenvolviam natação, pescarias e futebol. Essa última prática esportiva continha destaque, pois tinham um clube próprio não apenas para se exercitar, mas torcer por ele.

A representação desse time no Campeonato Amador de Guarapuava foi noticiada pela primeira vez, seis anos depois da imigração dos suábios, em 1957:

Hoje à tarde no Estádio do G.R.E. Madeirit o Grêmio Esportivo do Oeste irá defender a liderança do certame, enfrentando a aguerrida equipe dos Iugoslavos de Entre Rios – Os tricolores sem dúvida alguma são os favoritos deste cotejo, mas os colonos também virão dispostos a conseguir um bom resultado. Sabemos perfeitamente que o Entre rios não possui em sua equipe valores de categoria, mas é uma equipe voluntariosa e que poderá surpreender o conjunto de Tio Capa (FOLHA DO OESTE, 08/09/1957, p.7).

O periódico *Folha do Oeste* destaca de 1957 ao início da década de 1980 a participação do time de futebol dos imigrantes no campeonato amador do município, demonstrando certa integração nas práticas esportivas entre internacionais e nacionais. A matéria menciona os suábios pela sua representação de iugoslavos e que esse jogo, em específico, seria realizado fora de casa, o que traria maior dificuldade de vitória. O time de fora não possui nomes consagrados do ramo futebolístico como os demais, muito menos favoritismo, mas mesmo assim não poderia ser desprezado pelos clubes tradicionais, pois conseguiria alcançar um resultado satisfatório na rodada, sendo uma das primeiras equipes da competição.

Em 1961 eles são representados em uma coluna do *Folha do Oeste*, denominada 7 dias nos esportes, criada especificamente para discutir as práticas esportivas da região de Guarapuava:

Completando a 1ª rodada do retorno tivemos o preleio entre Grêmio e Entre Rios. O Vice Campeão do turno embora possua um bom quadro, cuja equipe é muito superior ao quadro do Entre Rios, tanto em sentido de conjunto como valores, mas o quadro de Renato

Küster [técnico do Grêmio] não esteve em tarde favorável e chegou a sofrer um pequeno susto, quando os visitantes se atiraram a luta com coração e energia, deixando de reconhecer o franco favoritismo dos tricolores, e por vezes chegaram a ameaçar o triunfo dos gremistas (FOLHA DO OESTE, 20/08/1961, p. 9).

Não se percebe nenhum outro grupo de imigrantes da região como os Egert ou poloneses, apenas os suábios que na prática futebolística são representados como nacionais, não há nenhum destaque, muito menos rejeição se comparada às demais equipes. Nessa reportagem, o termo imigrante não é utilizado e aponta que eles perderam por 3 a 1. O susto a que se refere o trecho foi o gol marcado pelo atacante Martin do Entre Rios. Apesar disso, o Grêmio esteve com dificuldades em campo, especialmente com os “homens de meia cancha”.

Essa prática cultural também foi retratada na década de 1980 numa edição especial do *Folha do Oeste*:

Teremos logo mais a Tarde, no Estádio Lobo Solitário, a realização do Torneio-início da 1ª divisão de amadores, temporada de 1982. Assim, é que a partir das 13 horas e 30 minutos jogarão a 1ª partida Guairacá E. C X E. C entre Rios [...] (FOLHA DO OESTE, 28/02/1982, p. 5).

No ano de 1982, Guarapuava constava com duas divisões do campeonato amador. O Esporte Clube Entre Rios é um dos integrantes da primeira divisão junto com o Guairacá Esporte Clube, Guarapuava Esporte Clube, Associação Atlético Batel, Grêmio Esportivo do Oeste, e Grupo Recreativo Esportivo Maderit. O Estádio Lobo Solitário localizava-se na região central de Guarapuava, isso aponta que os suábios vinham até a sede para realizar as partidas. Apesar dos Egert não serem representados, não participarem de nenhum time, o Maderit, era uma associação esportiva de empregados de uma serraria.

Outra questão levantada pelo *Folha do Oeste* foi a cidadania brasileira do primeiro imigrante do segundo pós-guerra:

Pelo decreto de 27 de julho de 1957 [...] foi assinada pelo Presidente da República, a naturalização do cidadão, Karl Roth, antigo Tezoureiro da Cooperativa Central Agrária Ltda., residente na Colônia de Entre Rios.

[...] É este o primeiro imigrante, que requereu a cidadania brasileira agradecendo assim à nova Pátria pela acolhida bondosa (FOLHA DO OESTE, 11/08/1957, p. 10).



A cidadania brasileira na matéria é mencionada como agradecimento ao Brasil pelo acolhimento. Apesar de não ser uma representação sobre os Egert, a atribuição também é significativa para eles, pois demonstra, mesmo que parcialmente, um reconhecimento pelas práticas desenvolvidas pelos imigrantes do segundo pós-guerra em solo nacional. Poderia ser a representação da retribuição de todos eles aos cidadãos nacionais.

Nesse sentido, Certeau (2012) chama atenção para a criação de elementos imaginários por grupos étnicos, tanto na sua constituição como na sua renegociação cultural. O pesquisador afirma que eles, e isso pode ser incorporado aos suábios e à família Egert, se traduzem não pelo que são, mas pelas suas referências. Ser um cidadão brasileiro não representava materialmente um ganho, mas simbolicamente a possibilidade de ser reconhecido como igual. As referências que contraditoriamente são adotadas por outros grupos não deixam de ser reais e necessárias para que haja comunicação entre eles e os demais. Eles forjaram uma identidade unitária para seu grupo que inexistia tal como inicialmente foi apresentada, e pela necessidade criaram outras, ou dialogaram como a petição de cidadania brasileira para uma melhor aceitação na sociedade da qual escolheram participar.

Stein (2011) procura explicar que os periódicos evitavam designar os suábios como alemães, com o objetivo de impedir uma possível relação com o nazismo. Eram preferidas as denominações imigrantes europeus, apátridas, suíços, suábios e camponeses. Isso estava relacionado ao desfecho da II Guerra Mundial que não observava os alemães como deslocados de guerra. Magalinski (1980) e Shephard (2012) corroboram com essa perspectiva afirmando que as organizações internacionais, como a UNRRA e OIR, justificavam esse aspecto por marcá-los como cidadãos nativos, que não precisavam buscar novas pátrias. Apesar disso, como tática, eles criavam novas identidades, se apresentando como poloneses ou ucranianos na tentativa de imigrarem e fugirem da miséria que assolava seu país.

A rejeição ocorria com os alemães, diferente da família Egert, que era polonesa e bem aceita, considerada vítima da guerra. Nesse sentido, a pesquisadora Frotscher (2011), na análise de uma entrevista da filha de um pastor luterano aponta a rejeição cultural aos indivíduos alemães. No imediato pós-guerra, a sobrevivente Ruth Vogt, destacou que se posicionou identitariamente como sul-americana para um soldado estadunidense, apresentando uma carteirinha de vacinação com uma bandeira brasileira, uma tática para evitar retaliações. Os

identificados como alemães foram obrigados a dormir no chão, pelo fato dos soldados terem ocupado suas camas, no entanto, a entrevistada e seu filho por serem considerados latinos americanos, continuaram dormindo sem nenhum empecilho em suas acomodações. A identidade foi construída conforme a necessidade da personagem.

Sobre as práticas culturais trazidas, pelos imigrantes do segundo pós-guerra como os Egert, para o Brasil e depois incorporadas às sociedades imigratórias, Magalinski (1980) afirma que era comum os deslocados de guerra trabalharem nos campos de acolhimento para comprarem utilidades domésticas, roupas, óculos e relógios com a intenção de negociarem no destino. Tanto os Egert como os suábios trouxeram poucos bens materiais em suas bagagens, foram mais simbólicos, devido à precariedade econômica nos campos de acolhimento que se encontravam. Ramos e Lopes (2010) enfatizam que os imigrantes possuíam mais bens simbólicos e nos materiais remetiam às lembranças, questões de significados, esses artefatos foram guardados em espaços musealizados como forma de preservação da memória do seu grupo cultural.

De acordo com Hall (2016), os museus também podem ser vistos como uma linguagem representativa, principalmente pela disposição de seus objetos que proporcionam um sentido e constroem uma temática. Com essa mesma perspectiva Ramos e Lopes (2010) mencionam que eles são lugares de guardar e propagar uma memória e ao mesmo tempo são formas de representações ao público, fazendo uma representação como interpretação da sociedade a partir de exposições. Oposto aos Egert que trouxeram apenas uma caixinha de lembrança com alguns pertences, os objetos preservados pelos suábios encontram-se em um museu histórico, vinculado à fundação Cultural Suábio-Brasileira<sup>81</sup>, fundado na década de 1970, reinaugurado nos anos de 1990 e reconstruído em 2012 para a festa de sua imigração. Esse museu fixa uma identidade vitoriosa desse grupo em comparação com a esquecida família, representada em fotografia, vídeos, impressos, réplica de roupas e

---

<sup>81</sup> A fundação é composta por um teatro, a Rádio Unicentro Fm, espaços culturais, centro de jovens e o museu. Em 2016 a fundação lançou em língua alemã, a história em quadrinhos *Die Geschichte Der Donauschwaben In Brasilien* (FUNDAÇÃO CULTURAL SUÁBIA-BRASILEIRA, 2016). Ela foi distribuída em várias escolas de Guarapuava e na da cooperativa. A sua temática se pauta em uma narrativa da trajetória desse grupo cultural a partir de um enredo fantasioso com os personagens Hans e Sepp (neto e avô) que retornam ao passado e visualizam o sofrimento e as conquistas deles. O leitor ainda conta com um jogo de labirinto, sete erros e dois desenhos para colorir. Disponível em: <http://www.suabios.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2019.

acessórios dos seus primeiros moradores, doados por eles ou comprados pela cooperativa.

As representações construídas sobre os suábios do Danúbio detalham a imigração e suas práticas culturais em solo guarapuavano, demonstrando como se constituíram identitariamente e se incorporaram à sociedade que escolheram viver. Isso não significa a ausência de construção de uma identidade pela família Egert, possivelmente eles tenham se incorporado mais fortemente nessa coletividade, a prova disso é quase não serem lembrados como internacionais. Segundo Hall (2014), suas identidades são representações construídas por uma ausência, divisão que é feita pelo lugar onde se encontra o outro. Os imigrantes não foram apenas representados, mas igualmente criaram representações a partir de suas instituições como o museu ou ainda a caixinha de lembrança. A segunda mais compactada, mas não menos importante.

Enquanto até os anos de 1980, os suábios foram representados pela imprensa periódica de formas variadas, desde um programa de rádio, passando por um time de futebol, sendo bem vindos, desde que contribuíssem auxiliando o nacional com o plantio do trigo; os Egert ficaram esquecidos pela imprensa periódica na imigração e em suas práticas cotidianas, possivelmente por serem em quantidade diminuta se comparado aos mais de 2 mil habitantes da Colônia Entre Rios, mas igualmente relevantes pela salvaguarda de uma memória, de sujeitos que participaram da II Guerra Mundial, um dos conflitos mais desastrosos da humanidade e se estabeleceram na região de Guarapuava-Pr.

## 4. A FAMÍLIA EGERT

### 4.1 A II GUERRA MUNDIAL, O PÓS-GUERRA E A IMIGRAÇÃO AO BRASIL

Como mencionado anteriormente, em 1949 para Guarapuava imigraram o casal polonês Ignacy e Janina Egert, ele nascido em 26 de julho de 1910, filho de Roch e Helena Egert; ela nascida em 18 de dezembro de 1915, filha de Stanislaw e Jozefa Wanat; ambos naturais da Polônia. O casal teve dois filhos poloneses: Jozef, em 9 de outubro de 1936 e Henryque em 7 de dezembro de 1938; nascidos no campo de acolhimento de Lübeck na Alemanha, Kazimierz em 12 de julho de 1945 e Boguslaw em 6 de agosto de 1948 (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949; BRASIL, Cartões de Imigração [Janina Egert], 1949); e no Brasil tiveram Danusia nascida em 15 de outubro de 1951 e Eugênio em 9 de março de 1954<sup>82</sup>.

O que faziam esses imigrantes durante a II Guerra Mundial? De onde vinham? Ignacy e Janina, e filhos mais velhos, Jozef e Henryque, eram de Slawsk na Polônia (INTERNACIONAL REFUGGE ORGANIZATION, 1949). Slawsk na região central da Polônia, situada a 10 quilômetros oeste do município de Konin, 86 quilômetros a leste da capital da região Poznań, aproximadamente 220 de Varsóvia, capital polonesa. O casal foi atraído para desenvolver práticas laborais remuneradas na Alemanha nazista. Shephard (2012) enfatiza que uma quantidade significativa de poloneses foram voluntariamente para a Alemanha em busca de trabalho e desenvolveram as mais diversas atividades para garantir sua sobrevivência.

Nessa narrativa, devido à dificuldade de fontes, as narrativas orais em seus mais variados suportes são riquíssimas para pesquisas históricas, mas suas análises só são possíveis, de acordo com Portelli (2016), quando o historiador estabelece três focos de discussão distintos: o fato passado, neste caso as práticas culturais e representações dos imigrantes do meio do século XX; o presente, o início do século XXI em que os depoentes construíram suas narrativas; e uma relação fluída entre esses elementos. É nesse sentido, que se optou em contrapor a

---

<sup>82</sup> Nas fontes, o sobrenome da família é representado ora Egert, ora Egiert, no entanto, para se referir a eles optou-se pela denominação Egert, por essa ser a menção na maioria das documentações, como o registro de Janina emitido pela OIR (INTERNACIONAL REFUGGE ORGANIZATION, 1949), lista de passageiros do vapor *Protea* (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949) e fichas consulares (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina e Ignacy Egert], 1949).

narrativa de Kazimierz Egert (2015)<sup>83</sup> e outros documentos (periódicos, fotografias, cartas, narrativas orais, registros, entre outros) na construção desse trabalho.

Entre 1945 a 1990, Janina Egert preservou a memória da família guardando em um baú fotografias, cartas, cartões de natal e postais, e outros artefatos culturais. Não importava para onde se deslocassem, a matriarca sentia necessidade de preservar suas lembranças já constituídas como patrimônio. Como aponta Pelegrini (2007), o que se transforma em patrimônio é aquilo que é representativo de um grupo e adquire significado, esses bens materiais e imateriais tinham essa conotação para os Egert. Depois da morte de Janina, Kazimierz continuou a prática da mãe até seu falecimento em 2016.

Kazimierz representa seus pais de forma saudosista ressignificando as experiências em solo europeu:

Lá eles contavam que era difícil época de inverno. Por causa do frio demais. As casas eram bem a pique a cobertura pra não parar gelo em cima. A vida lá era mais diferente do que é aqui no Brasil. [...]. Então a vida era boa lá, até. Só na época da guerra, o falecido pai falava que era difícil porque ele trabalhou na guerra. E daí ele... passava por cima de defunto, gente morto, assim, era demais, demais, demais. Então ele ficou com aquela aflição depois que veio pro Brasil, né? (EGERT, 2015).

Esse trecho pode ser percebido a partir da memória dividida proposta por Portelli (2016), o pesquisador enfatiza que é difícil um narrador colocar duas imagens opostas em uma mesma narrativa, uma sempre prevalece em detrimento à outra e para isso é necessária uma separação entre uma mais dramática, com a criação de uma consciência dupla em quem a narra. Neste caso, é possível observar que Kazimierz demarca duas memórias, ao referir-se a seus pais, a primeira do antes da guerra quando a vida era considerada boa, apesar da dificuldade do frio e das casas a pique com cobertura alta (ele fez o gesto com a mão na gravação em vídeo), e da vivência ruim com a chegada da guerra. A segunda propõe o conflito representado pela catástrofe das pessoas falecidas. O narrador reafirma a sua fala, por um viés trágico, enfatizando-a com a expressão “né”, uma forma contraída para não é, geralmente usava para confirmar o que foi dito anteriormente.

---

<sup>83</sup> A entrevista com Kazimierz Egert foi realizada de forma semiestruturada, áudio e vídeo, em 7 de julho de 2015 na sua residência em Goioxim, região central do Paraná, seis meses antes de seu óbito. Ele faleceu com 70 anos em 20 de janeiro de 2016. Ela foi organizada de maneira temática, em que o pesquisador suscitou questionamentos a partir de temas específicos levantados anteriormente. O depoente ao narrar apontou fotografias da “caixinha de lembrança”.

No pós-guerra a família Egert com receio de retornar à Polônia, controlada pela URSS e pela destruição do território, devido à ausência de uma política de repatriação decidiu ficar em um dos campos de acolhimento para deslocados de guerra na região portuária de Lübeck no norte da Alemanha, até que pudesse imigrar. Eles não foram prisioneiros em campos de concentração e tinham interesse no repatriamento, no entanto, é possível confirmar que durante a guerra estiveram separados, enquanto Janina trabalhava em casas de famílias alemãs, Ignacy ficou a serviço do exército nazista (EGERT, 2015).

Outra família que imigrou para o Brasil, especialmente ao Paraná, foi a Lisicki. Danuta Lisicki de Abreu (2007)<sup>84</sup> sem parentesco com os Egert, mas, polonesa como eles, desembarcou com seus familiares em 1948, um ano antes dos Egert, e se estabeleceu na região de Curitiba. Nesse trabalho sua discussão é pertinente tendo em vista que desenvolveu práticas similares, além de compartilhar o mesmo contexto que a família pesquisada. Com isso, ela pode exemplificar a colaboração de civis nas práticas de guerra do exército nazista:

Ficamos no campo de extermínio durante dois anos. [...] E aí minha mãe [Janina Lisicki]<sup>85</sup> sempre pedia, queria que fosse feito um levantamento [de sua etnia] e foi feito depois de algum tempo, foi feito um levantamento dessa consanguinidade e chegou-se a conclusão que ela era de descendência prussiana-alemã. Então, isso foi bem a verdade o que nos salvaguardou do extermínio, da morte imediata. [...] E neste interim, quer dizer minha mãe, eu e meu irmão [Tadeusz Lisicki] saímos, fomos libertos, mas meu pai [Adolfo Lisicki] foi obrigado a assumir a nacionalidade alemã como era de costume naquela época e teve que ir pro front. Foi para a guerra (ABREU, 2007).

Assim como o pai de Danuta, possivelmente Ignacy foi obrigado a colaborar com o regime nazista na tentativa de salvar seus familiares do extermínio ou de práticas de trabalho forçado.

Da mesma forma, as mulheres especialmente as polonesas foram obrigadas a colaborar com os nazistas:

---

<sup>84</sup> Danuta Lisicki de Abreu nasceu em 13 de agosto de 1937 em Vilnius na Polônia, atual capital da Lituânia, desembarcou em 5 de janeiro de 1948 na hospedaria Ilha das Flores com destino à Colônia São José dos Pinhais na região de Curitiba, no Paraná. Sua entrevista foi realizada em 2017 pelo jornalista Edson Zucchi no Bosque do Papa em Curitiba para o Programa Persona da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, ela é coordenadora do Bosque do Papa e do Museu da Imigração Polonesa (ABREU, 2007).

<sup>85</sup> A mãe de Danuta assim como a matriarca dos Egert se chamava Janina.

Minha mãe [Janina Lisicki] por diversas vezes foi requisitada para fazer valas pros mortos, sabe, pro exército. As mulheres foram obrigadas, porque a maioria dos homens tinha ido já pra guerra. Então, as mulheres eram obrigadas à fazer essas valas, a lavar as roupas e fazer outros trabalhos pros exércitos porque ali naquela parte da fronteira justamente onde o exército sediava. Quer dizer, ali eles ficavam certos períodos e iam adiante, adiante. E ali, não muito distante, tinha uma fábrica de munição, sabe (ABREU, 2007).

Na ausência dos familiares do sexo masculino, as mulheres eram obrigadas a construir valas coletivas para sepultamentos do exército alemão. Além disso, por várias vezes, eram requisitadas para lavar uniformes nazistas, cozinhar, entre outras atividades, durante o período que os militares estavam na região. Janina, matriarca dos Egert, possivelmente como a mãe de Danuta desenvolveu essas práticas até o fim do conflito com o intuito de salvar seus familiares.

Nesse sentido que Ramos e Lopes (2010) constatam que não existe uma distinção nítida entre a bagagem simbólica e a concreta, o trazido e o adquirido estão juntos. Não há como dividir lembranças tidas ou criadas pelos imigrantes, originárias da linguagem, histórias, contos, representações da terra natal e seus bens materiais como jornais e fotografias. A representação também está nas experiências e artefatos culturais, principalmente nas fotografias, pois como aponta Hall (2016) elas fazem parte de um sistema representacional. É a partir delas, nas suas técnicas, que representamos sujeitos, eventos ou cenas que foram preservadas para a posterioridade. Com os Egert não foi diferente, as imagens são carregadas desses bens imateriais e práticas culturais.

No entanto, como apontam Pesavento (2008) e Mauad (1996), esse bem cultural deve ser pensado não como um passado fiel e verdadeiro, tal como ocorreu, mas como uma construção, representação, uma escolha entre tantas possíveis, a partir da visão de mundo do fotógrafo e seus personagens, os fotografados. O ato de fotografar é uma prática cultural que envolve tanto o profissional que realiza a fotografia quanto o seu suporte, tecnologia e recepção da imagem, inclui tanto o humano como o não humano, sujeitos e aparatos técnicos, são combinações deles.

As fotografias nas quais os Egert são personagens, foram analisadas metodologicamente com os pressupostos de Pesavento (2008). A pesquisadora propõe que historiadores culturais devam discutir o processo de produção em dois momentos, o primeiro na fase efetiva de sua construção buscando desenvolver os elementos do que, como e porquê da sua realização; o segundo pautando-se na

intertextualidade ou interimagibilidade em que o pesquisador deverá relacioná-la com outras imagens ou fontes para compreender seus significados e sentidos. Assim como as narrativas dos entrevistados (memórias), elas são produções datadas, dialogando com a sociedade que as produziu, mesmo que pretenda representar todo um evento, são seleções, realizadas tanto pelo profissional, como por seus participantes, além de ser apenas um fragmento de temporalidade convencional e materializado pelo sistema representacional e que não deve ser analisado de forma isolada das demais fontes da narrativa histórica.

Figura 2 – Fotografia de Janina, Jozef e Henryque no campo de acolhimento de Lübeck (Alemanha) – (1945)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A figura 2 representa Janina e seus dois filhos mais velhos, Jozef e Henryque, nascidos no campo de acolhimento de Lübeck no norte da Alemanha. Conforme Silva (2008) uma fotografia carrega inúmeros significados, neste caso é perceptível que ela estava realizando a prática de uma colheita, merece destaque para o cabelo dos irmãos, possivelmente devido ao contágio de piolhos seus pais primavam pelo corte. Além disso, pela sua expressão Jozef está com frio, tendo em vista a posição de suas mãos, mesmo utilizando uma meia de lã que cobre sua perna até o calção.

Os outros dois filhos, Kazimierz e Boguslaw, nasceram nos anos de 1945 a 1948 em um campo de acolhimento na cidade medieval de Lübeck, no norte da Alemanha e foram registrados como alemães. Baruma (2015) enfatiza que o aumento do índice de natalidade nos campos de acolhimento pode estar relacionado à ausência dos parentes mortos durante a guerra, à expectativa de retorno dos deslocados, ou ainda, à necessidade de perpetuar seus familiares, pois igualmente havia o receio da morte durante o pós-guerra.



Os Egert foram selecionados pela Comissão Brasileira de deslocados de guerra, embarcando do Porto de Lübeck para o de Nápoles, e deste a bordo do vapor panamenho *Protea* imigraram para o Brasil. “Daí primeiro escapou as famílias, e os homens, já digo o pai, e mais outro que vieram de lá, ficaram na guerra. Depois nós viemos ao Rio de Janeiro esperar ele, e daí eles vieram, e daí foi o encontro no Rio de Janeiro” (EGERT, 2015). Os dados presentes tanto na lista de passageiros do vapor (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949) como nas fichas consulares (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina e Ignacy Egert], 1949), afirmam que todos os familiares desembarcaram no porto do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1949.

Isso demonstra, conforme Pollak (1989), que a memória foi reconstruída, diante da necessidade da confrontação com outros documentos para uma veracidade. Duas hipóteses podem ser levantadas sobre a disparidade do documento com a narrativa de Kazimierz. A primeira, como seus irmãos, Jozef e Henryque, foram encontrados pela mãe em um hospital e o pai, Ignacy, estava em combate, provavelmente um dos encontros pode ter ocorrido no porto de Lübeck na Alemanha. A segunda, como Kazimierz Egert (2015) afirma em um trecho da entrevista, que “Do Rio de Janeiro ficamos esperando o meu pai, né. E daí foi se juntado e viemos até Curitiba [...]”, pode se referir ao solo brasileiro, na hospedaria Ilha das Flores no Rio de Janeiro, uma vez que os filhos menores de 15 anos (todos os do casal) eram separados dos pais e permaneciam com as mães, sendo seu encontro possível apenas de forma esporádica ou no destino.

Apesar disso, a narrativa de Kazimierz Egert (2015) corrobora com a lista de passageiros, mesmo não apontando que vieram 900 pessoas (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949), menciona que imigrou um contingente considerável: “Veio bastante gente, veio muita gente, até esses que eram padrinhos de casamento da minha irmã [Danusia], da falecida minha irmã, vieram juntos na migração, na mesma migração. Veio uma porção de gente de lá” (EGERT, 2015). Ao apresentar que a relação entre todos eram próximas, destaca que vieram até os futuros padrinhos de casamento de Danusia, sua irmã nascida no Brasil.

Ele menciona a trajetória da família até o município de Guarapuava que:

A mãe contava, o pai que de navio. Foi gastado, não sei, não me lembro de bem: trinta e poucos dias, e noite. Ou quarenta e poucos dias e noite. Direto, o navio viajando. De navio. Até no Rio de Janeiro [...] Do Rio de Janeiro [...] viemos até Curitiba, ficamos, acho que um dia em Curitiba. Daí que viemos aqui pra Góes Artigas, aqui no

Guará [Rio das Pedras]. E daí o falecido pai, começou a trabalhar [...] (EGERT, 2015).

Kazimierz comenta com imprecisão o período de viagem no vapor *Protea* na travessia para o Brasil, por ser criança possivelmente não tinha uma noção apurada de temporalidade, mas os dados das fichas consultares, expedidas em 15 de julho de 1949, apontam a chegada em 13 de agosto de 1949 (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina e Ignacy Egert], 1949) e que levaram menos de um mês para chegar ao Rio de Janeiro. No entanto, não é possível precisar quanto tempo levaram até Guarapuava, apenas que depois de ficarem quase uma semana na hospedaria Ilha das Flores passaram um dia na hospedaria de Curitiba, na capital do estado.

Os Egert embarcaram na estação de trem de Curitiba para Góes Artigas, dali rumaram para uma serraria numa localidade próxima de Rio das Pedras, donde só saíram em 1953 para a localidade de Invernadinha na Serraria dos irmãos Carolo, a qual tinha interesse em empregar o menor Jozef Egert, e para tanto Ignacy se viu obrigado a abrir um processo de autorização judicial.

Diz, Ignasio [Ignacy] Egiert, polonês, casado, residente no lugar denominado Invernadinha, distrito desta cidade, abaixo assinado que tendo seu filho menor José Egiert, com dezesseis (16) anos de idade, necessidade de trabalhar e como conseguiu colocação no estabelecimento INDUSTRIA DE MADEIRAS CAROLO LIMITADA, sito em Invernadinha desta Comarca, vem com o devido respeito requerer a V. Excia. Se digne conceder ao referido seu filho, por alvará, a necessidade autorização (PROCESSO N° 953.3.2013 de 22.05.53 p. 07 Cx.: 60 Doc. 1.896- grifo do original).

Ambos, pai e filho mais velho, começaram a trabalhar nesta serraria da Invernadinha, hoje pertencente ao distrito Guairacá, município de Guarapuava-Pr. Conforme Luz (1980, p.182), tudo girava em torno das madeiras no município, no entanto, essa serraria possui um diferencial das demais: “caso da firma Irmãos Carollo Ltda que, instalada como madeireira se diversificava ao estabelecer-se também como indústria de fundição de bronze”. Os Egert, com essa mudança iniciam uma migração dentro da região, aliás, neste ponto diferem, enquanto grupo, dos suábios do Danúbio que permanecem até os dias atuais na colônia Entre Rios, e não realizaram esse processo por terem sido fixados em terras adquiridas com ajuda dos governantes.

A imigração dos Lisicki foi semelhante aos Egert:

É... meus pais [Janina e Adolfo Lisicki], não podiam voltar mais pra Polônia naquela época, porque a Polônia já estava dominada pelo comunismo e como meu pai fez parte do exército dos aliados seria outro problema novamente voltar para o cativo e provavelmente pro extermínio. Então havia essa probabilidade de onde ir. Então fizemos diversas petições, mas uma delas recaiu sobre o Brasil porque naquela época de fato dentro da profissão do meu pai [técnico em laticínios] tinha meios de conseguir trabalho. Aqui principalmente em território paranaense, especialmente em Curitiba, entre os poloneses. E assim foi, houve um contrato, houve um acerto e nós viemos pela Cruz Vermelha (ABREU, 2007).

Algumas consonâncias são observadas na narrativa de Egert (2015) e Abreu (2007) sobre seus pais. A primeira é que ambos tinham expectativa com relação ao Brasil, especialmente o Paraná, como um espaço para desenvolver suas práticas laborais de maneira satisfatória com contratos firmados antes do desembarque. Os Egert foram direcionados para a serraria gerenciada pelo polonês Leoncio Sadowski (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina e Ignacy Egert], 1949), na localidade Rio das Pedras em Guarapuava e os Lisicki em uma fábrica de laticínios na região da Colônia Afonso Pena, em São José dos Pinhais, próximo à Curitiba. Além disso, como consonância, os patriarcas eram técnicos especializados, o que ia ao encontro à representação governamental brasileira do considerado “bom imigrante”, Ignacy Egert especializado em caldeira <sup>86</sup> e Adolfo Lisicki em laticínios, uma mão de obra qualificada que seria utilizada da forma mais conveniente para o nacional.

Outro consenso refere-se ao apoio internacional para a imigração desses grupos de poloneses. Enquanto os Egert receberam auxílio da OIR, embarcados na Itália, como mencionado no registro de Janina Egert na instituição (INTERNACIONAL REFUGGE ORGANIZATION, 1949), os Lisicki receberam recursos da Cruz Vermelha, embarcados pela Escócia, como explicitado por Danuta Lisicki Abreu (2007).

O empecilho para ambos estava na prática linguística, pois tinham dificuldades em se comunicar no idioma nacional:

E daí foi difícil aqui no Brasil por causa da língua portuguesa. Eles não sabiam falar, daí até aprender. E daí quando eu comecei a entrar na escola, também foi difícil, isso pra mim. E na casa a mãe [Janina

---

<sup>86</sup> Kazimierz Egert (2015) explica o que faz um calderista: “O Falecido meu pai, era, ele trabalhava de calderista. Fazia fogo na caldeira para, naquela época, tocava, não era a luz que nem hoje que é tudo a luz. Aquela época era tocado tudo com caldeira, máquina. Essas caldeiras que dizem, locomotiva tocava a serraria, ele era calderista”.

Egert] não queria que nós falássemos em português, daí. Só na língua dela, em alemão ou polaco (EGERT, 2015).

Nesse sentido, Portelli (2016) chama atenção que a história oral além de perceber a privacidade cotidiana apresenta a necessidade de discutir as práticas culturais do espaço público, e como elas se relacionam com o privado. É evidente na narrativa de Egert (2015), que há uma renegociação de uma prática cultural e ele precisava conviver com essa dualidade e sobressair-se satisfatoriamente nestes dois espaços, tendo em vista que o ensino no Brasil objetivava nacionalizar o imigrante realizado em língua vernácula, na escola devia se expressar em língua portuguesa, e na instituição familiar eram aceitas as línguas maternas, polonês e alemão. Na sua casa existia uma negociação de duas línguas europeias, a mãe aceitava o polonês originário de seus pais e irmãos, e o alemão, aprendidos durante a guerra. Isso poderia fazer com que se sentissem mais próximos do solo europeu.

A cultura relaciona-se à memória e identidade não apenas pela criação de novos e outros sentidos (CANDAU, 2011; HALL, 2006), conforme sua etnia, ou espaços onde se encontram, mas pela própria constituição, entre uma das tantas possíveis. A unicidade dos Egert com outros grupos do pós-guerra, suábios do Danúbio ou Lisicki, efetiva-se não por compartilhar signos locais, regionais e nacionais, mas por estarem no mesmo contexto com identidades diversas. Uma família com múltiplas identidades, que pode se reconhecer como melhor lhe convém, e onde estão. Este reconhecimento identitário é conforme a necessidade e utiliza o que for útil para sobrevivência ou fugir da estigmatização de ser estrangeiro.

#### 4.2. AS PRÁTICAS CULTURAIS E REPRESENTAÇÕES DESSES IMIGRANTES

Como afirma Ramos e Lopes (2010), os imigrantes trazem não somente bagagens, mas práticas e significações culturais que os constitui identitariamente. Além dos bens materiais, elementos simbólicos que estavam relacionados tanto a aspectos individuais como coletivos e constitui uma de suas tantas identidades. Os Egert trouxeram para o Brasil suas práticas culturais e representações (deles e sobre eles), constituindo-se como deslocados do segundo pós-guerra.

Entre as práticas dos Egert encontram-se as alimentares que levam a construção de uma horta próxima à casa e a criação de animais:

Ela [Janina Egert] cuidava dos filhos, fazia horta. Tinha cabrita de leite. Cabrita, não vaca. Cabrita. Ela lidava, com isso aqui [...] E a mãe era, o dela era lavar roupa, limpar a casa, fazer comida, cuidar da horta, cabrito. Eu que ajudava as vezes, né. Porque os outros irmão mais velhos trabalhavam, já também. Trabalhavam na firma também. E eu era o mais novo [...]. Daí eu que ajudava ela a lidar com os cabritos. Eu já gostava de lidar com os bichinhos (EGERT, 2015).

Kazimierz afirma que essas práticas eram responsabilidade dele e sua mãe, devido ao fato de ser um dos filhos mais novos e os outros trabalharem na serraria, no entanto, ainda era exclusividade de Janina lavar roupa, limpar a casa e fazer comida. Na sua fala ainda não há a representação dos filhos que nasceram no Brasil: Danusia e Eugênio. A predileção de Janina, repassada ao filho, por cabras pode ser explicada a partir de sua terra natal. Na região polonesa de Poznań, onde criam cabras, uma lenda conta que um cozinheiro precisava fazer jantar para o governador, mas na ausência de carne de veado resolveu utilizar cabras, no entanto, elas fugiram e começaram a brigar na frente do edifício oficial. O governador ao ver a cena perdoou o cozinheiro e as cabras, e determinou que em cima do relógio fossem construídas esculturas representando-as, essas esculturas ao meio dia encenam uma luta, com doze cabeçadas estilo relógio cuco, isso transformou-se em patrimônio cultural, os turistas todos os dias, em fila, esperam o evento.

Como afirma Portelli (2016), a história oral tem a função de conectar as questões cotidianas locais, com questões globais e permitir que os sujeitos se reconheçam, enquanto a narrativa local aponta as minúcias, ela precisa ser ligada com a geral para que se possa visualizar seus sentidos. Alvim (1998) demonstra a existência, no final do século XIX e início do XX, de hortas que ficavam sob a responsabilidade dos mais velhos e crianças, com supervisão da matriarca. Neste caso, como não havia moradores mais velhos, pois os pais de Janina e Ignacy ficaram na Polônia, essa prática foi renegociada e diante disso a incumbência do cultivo de alimentos recaiu sobre os filhos mais novos e a esposa.

Danuta Lisicki de Abreu (2007), menciona que não apenas os imigrantes que se estabeleceram de forma individual no Paraná tinham apreço pelas práticas

agrícolas, mas também aqueles que se estabeleceram em colônias, principalmente na região de Curitiba: “[...] as colônias formam muito hortigranjeiro, a parte agrícola. Então, no plantio das sementes ou, por exemplo, nesses objetos que eram todos feitos por eles, eles mantiveram isso, muito”. Essa era uma prática cultural dos imigrantes não apenas da família Egert, pois além de Abreu (2007), Rodrigues (2019, p. 132) também apresenta esse fato ao referir-se a Colônia Marcelino em uma de suas narrativas: “[...] Anita Pachekoska atenta para passagens de sua infância e adolescência e como a distribuição das tarefas e afazeres eram realizadas na sua família, na qual as mulheres ficavam incumbidas de cuidar da horta e da casa”. Para o imigrante, a plantação representava uma complementação alimentar e economia, pois não precisava comprar na venda, e estava investido de um simbolismo reconectar-se com a alimentação da terra de origem.

As práticas laborais para a agricultura eram significativas tanto para empregadores quanto para imigrantes, como demonstrado numa matéria do periódico *Folha do Oeste*<sup>87</sup>. A imigração de famílias, como os Egert, era mais vantajosa que de solteiros, pois representava mão de obra presente e futura, o empregador possuía o pai para iniciar as atividades e os filhos para o desenvolvimento futuro. Além disso, quando incorporavam seus filhos nas empresas representava uma renda extra para a família; Ignacy solicitou ao Juiz de Direito da 1ª Comarca de Guarapuava, que seus filhos<sup>88</sup> fossem incorporados como menores aprendizes para ganharem metade de um salário mínimo.

Kazimierz Egert (2015), nascido em 30 de julho de 1945, narrou como foi o processo: “a firma mandou o pai vir no Fórum em Guarapuava pra assinar a autorização pra mim trabalhar e fazer a carteira de trabalho de menor, quando eu tenho, tinha”. Ele auxiliou nas práticas alimentares da família cuidando da horta com sua mãe de 1949 a 1960, durante quase onze anos, ao completar quatorze anos foi autorizado a trabalhar em uma firma conduzindo uma laminadora.

Algumas práticas foram trazidas pelos Egert para o Brasil enquanto outras precisaram ser renegociadas, não apenas como a autorização de trabalho de Kazimierz e Jozef, mas também as que adentram às práticas do morar. A primeira morada da família Egert foi na vila operária da serraria, onde foram empregados.

---

<sup>87</sup> Refere-se à matéria Agricultores italianos que desejam imigrar para o Brasil (FOLHA DO OESTE, 26/08/1951, p. 2).

<sup>88</sup> A autorização para trabalho como menor aprendiz foi realizado para Jozef em 1953 e Kazimierz em 1960 (PROCESSO N° 953.3.2013 de 22.05.53 p. 7 Cx.: 60 Doc. 1.896; AUTORIZAÇÃO..., 1960).

“Era uma casa, casa de firma né. Assim, casa de firma. Não é casa particular. Casa da firma mesmo, mesmo era ali e em todas as firmas que o pai trabalhava era casa de firma, mesmo, parava” (EGERT, 2015). Ele ao afirmar várias vezes que a casa era de firma, demonstra simbolicamente que eram estigmatizados, enquanto imigrantes, apesar disso a especialização profissional de seu pai garantia à família o direito de conseguir uma casa nas vilas operárias onde trabalhava, dando certo status aos mesmos.

Abreu (2007) menciona que os imigrantes poloneses também trouxeram outras práticas culturais relacionadas à madeira, como construção de carroças e a parte de marcenaria utilizada nas casas. As imbuías pela durabilidade foram as madeiras mais utilizadas nas casas de imigrantes, tanto os Egert, como Lisicki e suábios, tiveram suas primeiras casas construídas com esse material.

Sobre o primeiro emprego remunerado Kazimierz comenta:

[...] comecei a trabalhar na firma do Claudino lá, 13 ou 14 anos [...]. Que eu entrei trabalhar na firma com meio salário, porque eu era de menor, né. Daí o dono da firma me chamou no escritório. Disse, Cajo [Kazimierz] nós imos mudar seu salário. Você vai ganhar um salário. Você faz o serviço dos grandes. Você vai ganhar o salário. Como é que você faz o serviço dos grandes, ganhando meio salário. Daí, passei a ganhar o salário, daí. Daí, eu dava todo o dinheiro pro meu pai com a mãe. Quando saia festa, lá tudo, rapaz, assim. Eles me davam meu dinheirinho pra mim tomar um refrigerante na festa, tudo, com os amigos. E daí, eu; o pai veio na cidade comprou uma bicicleta zerinho pra mim e mandou equipar de ponta a ponta a bicicleta (EGERT, 2015).

Foi no seu primeiro trabalho na serraria de Francisco Claudino que Kazimierz ganhou o apelido Cajo, devido à dificuldade dos nacionais pronunciarem seu nome de forma correta, apelido este com o qual Kazimierz foi empregado e também conhecido em outras serrarias e mecânicas. Durante a década de 1990, Kazimierz possuiu sua própria oficina no Bairro Batel, próximo a delegacia de Polícia, e no início dos anos 2000 vendeu uma casa de sua propriedade no bairro Vila Carli, em Guarapuava-Pr, mudando-se para o Goioxim-Pr, na localidade Alto dos Milagres, à margem da rodovia PR-364 (Rodovia Luiz Douglas Araújo), ali abriu a oficina “Mecânica do Cajo”, endereço onde sua esposa Maria Inês Egert, um de seus filhos e netos moram até hoje.

Com o passar dos anos identidades são reconstruídas para a família Egert, constituindo apelidos ou aportuguesando a pronúncia: Ignacy representado como

Inácio ou Ignasio, Kazimierz como Cassimiro ou Cajo, Janina como Janira, Joana ou Janaína, Jozef como José, Henryque como Henryk ou Henrique. Com respeito à escrita e pronúncia dos nomes, Henryque por ocasião de seu casamento é o único que abre um processo para ratificação dos nomes (PROCESSO Nº: 961.5.2344 de 26.09.961 p. 11 Caixa: 96 Doc.: 255/61). Pereira (2008, p. 147) também menciona o mesmo fato com os imigrantes analisados por ela: “[...] nomes foram rapidamente aportuguesados: Pietro virou Pedro; Giovanni passou a ser João; e o seu filho Giuseppe era José, mas também Beppe. [...] [Isso] revela e reafirma o quanto os imigrantes transitavam entre dois mundos”, construindo novas identidades.

A mudança do nome para facilitar a pronúncia foi uma prática no Brasil, independente da etnia desses sujeitos e do período que imigraram. Demonstra não apenas que os imigrantes estavam em dois lugares, mas em um entre lugar, eram ao mesmo tempo pertencentes e não da nação que escolheram. Hall (2016) enfatiza que todo signo precisa de interpretação, pois carrega um sentido. Mesmo que o imigrante consiga adentrar a sociedade será representado como um estranho, principalmente em um espaço de poder para que os demais o enfatizem de forma explícita como não pertencente àquela sociedade.

Kazimierz Egert enfatiza que um momento de prosperidade financeira durante sua vida foi o período que se tornou empresário, proprietário de uma oficina mecânica nas proximidades do Grêmio Esportivo do Oeste, em Guarapuava, na Rua Barão do Rio Branco no Bairro Batel.

Eu tinha oficina mecânica, ali atrás da delegacia. Eu trabalhava na Dimasa, na Medusa e daí a turma da Sanepar [Companhia de Saneamento do Paraná] que eu fazia serviço [...] nestas máquinas retro escavadeira [...]. Daí a turma mesmo, um cara me disse: Cajo [Kazimierz] você que faz o serviço destas máquinas. Nossa! Monte uma oficina pra você. Você faz tudo na firma. Daí que eu vim e aluguei um barracão atrás da delegacia ali. Daí aluguei o barracão ali e comecei tocar a oficina ali. Eu tinha sete latoeiro, conta de mentiroso. Sete [risos] latoeiro, eu e mais três mecânicos, fora eu, três mecânicos. Só que ali eu fazia serviço de máquina agrícola, caminhão, carro, o que viesse, a gente fazia. Até avião se chegasse a gente arriscava tentar de fazer [risos]. Então, e eu tinha sete latoeiro. Direito, direito, nosso serviço era direito. [...] Só que aquela época a vida era muito mais fácil porque chegava um pra fazer o carro. [...]. Chegava um carro lá pra fazer a lataria, pintura, tudo; o cara fazia o orçamento latoeiro. Tinha o Laerte que era o meu chefe da lataria. Ele fazia o orçamento e já o cara dava, deixava o carro e já pagava a metade já de entrada. É tudo a vida a gente carregava dinheiro, toda a vida; porque a vida era boa aquela época. E daí do



terminar o carro, o cara vinha buscar o carro e já pagava o resto, tudo. Não tinha. Então. E daí era assim a vida da gente (EGERT, 2015).

Kazimierz lembra com nostalgia, em meio a sorrisos, que demonstram aquele período como uma fase satisfatória em sua vida. Os risos referindo-se ao fato do narrador mencionar que arrumava quase tudo em sua oficina mecânica “até avião”, isso enfatiza felicidade suscitada pela memória do evento, o mesmo aspecto é corroborado com as menções: “boa época” e “a gente carregava dinheiro”, “toda a vida”. O dinheiro é significado como um ideal de prosperidade do imigrante e representado na narrativa como sinônimo de felicidade e bem estar.

Ele ainda comenta no trecho o porquê construiu uma oficina mecânica especializada em lateria, demarcando ser motivado por conhecidos que o enalteciam pelo comprometimento na execução de suas práticas. O seu primeiro emprego foi junto com seu pai em uma serraria, depois desenvolveu atividades na abertura de ruas com trator de esteira, tanto em Guarapuava como nos municípios vizinhos. Após isso, pelo reconhecimento de conhecidos resolveu ser microempresário e empregava três mecânicos e sete latoeiros.

Na sua fala destaca o funcionamento da prática comercial em seu estabelecimento, era necessário que o cliente depois de realizar o orçamento pagasse a metade de entrada e o restante quando retirava o carro. Isso era uma garantia promovida em vários espaços comerciais, principalmente no advento dos cheques e cartões de crédito, para que o serviço fosse realizado e abonasse parte da compra do material necessário para a sua execução.

Outro evento relevante na memória de Kazimierz Egert foi seu casamento em 1963:

O pai com a mãe eram vivos. Tudo a família era viva ainda, aquela época. [...] E a mãe me atropelou da casa quando eu comecei a namorar. Eu já era rapaizinho. Comecei a namorar a mãe me atropelou da casa por causa desse irmão [Henryque] que começou fazer fofoca. Eu saí. [...] E daí eu fui parar na pensão. E a pensão tinha essa que é a minha esposa hoje. Ela trabalhava com a mãe dela na pensão, lá. Eu fui trabalhar, trabalhar na firma na mesma coisa. [...] lá nos Matinhos. E parava na pensão deles. Aí foi tempo, foi, foi, foi tempo. E foi, foi. Eu garrei pensar, com dezoito anos, garrei pensar [...] E daí foi indo, daí garrei pensar: sabe que eu vou casar. Peguei e roubei a mulher. Roubei a mulher. E daí a firma já me arrumou casa. Daí já fui. Daí quando ela completou, eu completei idade. Daí o pai com a mãe, o pai ainda arriscava assinar o

consentimento de casamento e a mãe não. Porque a mãe ficou com raiva de mim, né. Daí esperei, completei a idade. Completei a idade, daí. Viemos lá nas lavrinhas. Lá que tinha o cartório, tudo. Daí fomos e casamos lá (EGERT, 2015).

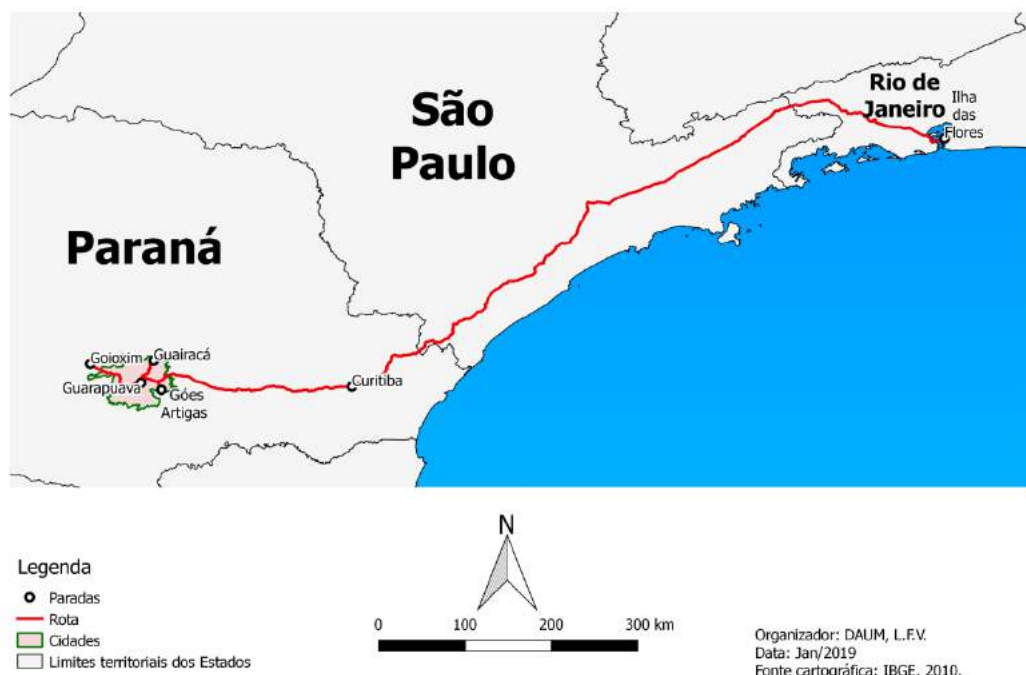
A trajetória para o casamento começou após sua saída de casa, devido à “fofoca”, segredo de Kazimierz, do irmão Henryque, que contou a sua mãe sobre seu namoro com uma brasileira. Isso demonstra que não era bem aceito culturalmente o casamento entre imigrantes e nacionais, não apenas pelos que se consideravam nativos, mas também pelos internacionais, que não queriam o que é denominado por Burke (2008) de hibridização, o encontro entre duas culturas distintas.

Após o episódio, ele foi morar na pensão, onde também morava sua futura esposa, filha da proprietária, e resolveu com dezoito anos casar, com a maioria não precisou autorização de seus pais, pois temia que sua mãe não desse consentimento, tendo em vista a disputa cultural. O casamento de Kazimierz Egert com Maria Inês teve significado pessoal e coletivo, pois todos seus familiares estavam vivos, e foram personagens (vilões ou mocinhos), mesmo que distantes. Apesar disso, ele não pode ser entendido como prática cultural, pois não foi realizado da mesma forma que seus antepassados, efetivou-se apenas no cartório, na localidade de lavrinhas, alguns quilômetros da Invernadinha, no distrito Guairacá.

Ele e a esposa não casaram na igreja, conforme previa a prática cultural polonesa católica, o rapto consensual da noiva, descrito em sua narrativa, garantiu o casamento. Isso também o beneficiou com uma casa na empresa que trabalhava, trazendo mais conforto que morar na pensão. Kazimierz viveu com sua esposa até o fim de seus dias e dessa união nasceram quatro filhos, três mulheres e um homem. Apesar de se reconhecer identitariamente como brasileiro, ele só efetuou sua naturalização com o requerimento de uma carteira de identidade nacional, em 18 de abril de 1979, como publicado em Diário Oficial da União (DOU) (BRASIL, 1979).

A trajetória de Kazimierz Egert em solo brasileiro está representada na figura 3.

Figura 3 – Mapa da trajetória de Kazimierz Egert no Brasil (1949-2016)



**Fonte:** IBGE (2010)

**Org.:** DAUM, L. F. V.

A provisoriedade e a expectativa do retorno descrita por Sayad (1998) é perceptível na trajetória de Kazimierz Egert em solo brasileiro, como é demonstrada na figura 3. Durante sua vida, depois de estabelecido na região de Guarapuava deslocou-se aproximadamente 107 quilômetros, no ponto mais extremo dela, o município de Goioxim. O diagnóstico de sua doença<sup>89</sup> o fez retornar simbolicamente para a origem brasileira, como pela distância não conseguiria retornar ou a hospedaria Ilha das Flores ou para a localidade Góes Artigas e muito menos à Polônia, onde perdeu os vínculos, voltou para a localidade de Invernadinha, casa de sua sogra Ocalina Garcia dos Santos<sup>90</sup>, mãe de sua esposa Maria Inês, no distrito Guairacá (76 quilômetros do Goioxim e 35 do Guairacá) e foi nesse espaço que permaneceu seu último mês de vida, sendo amparado por seus familiares. Kazimierz Egert faleceu, com 70 anos, em 20 de Janeiro de 2016.

<sup>89</sup> Kazimierz Egert foi diagnosticado com um câncer de estômago próximo ao natal de 2015, aproximadamente um mês antes de seu falecimento.

<sup>90</sup> Ocalina Garcia dos Santos, sogra de Kazimierz Egert, faleceu dois anos e alguns meses depois dele, com 86 anos, em 7 de setembro de 2018, seu velório foi na residência ao lado da que ele passou seus últimos dias. O sepultamento dela foi realizado na mesma localidade no Cemitério Comunitário de Saltinho em Guarapuava.

Entre as fotografias desse grupo cultural algumas representam a matriarca da família Egert, como a figura 4.

Figura 4 - Fotografia de Janina Egert (1949)



Fonte: Acervo de Kazimierz Egert

A imagem, em preto e branco, foi anexada em um documento da OIR (em inglês IRO), isso se verifica pelo carimbo com numeração, sigla da instituição e marca de grampo, devido seu fundo branco, na tentativa de ser uma foto considerada oficial no formato 3x4<sup>91</sup>, outras versões foram utilizadas para a identificação de Janina no registro da organização (INTERNACIONAL REFUGEE ORGANIZATION, 1949), sem o carimbo; e a ficha do consulado (BRASIL, Cartões de Imigração [Janina e Ignacy Egert], 1949)<sup>92</sup>.

Como afirma Pesavento (2008) as imagens possuem intenção de comunicação, sendo uma prática cultural humana e intencional, e são carregadas de inúmeros significados, alguns percebidos além da sua primeira observação. Na figura 4, Janina aparenta certa tranquilidade pelo sorriso tímido, pois os anos de turbulência da guerra haviam passado e ela estava quase no seu novo país, providenciando a documentação para acessá-lo.

<sup>91</sup> A fotografia que possui 3 centímetros de largura por 4 de altura ainda hoje é uma exigência para documentação oficial, apesar da Carteira Nacional de Habilitação e o Registro de Identidade possuírem formato digital realizado diretamente no órgão responsável pela emissão.

<sup>92</sup> Leal (2017) menciona que as fichas consulares são profícuas para os estudos migratórios em um viés cultural, pois apresentam elementos sobre nascimento, vapor e local de destino dos seus personagens. Tanto Ignacy como Janina Egert possuem essas fontes, sendo que seu acesso foi possível a partir da digitalização realizada pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias na forma *online* pelo site *Family Search* a partir das originais obtidas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Elas foram criadas por meio de um decreto do Presidente Getúlio Vargas para documentar a entrada de imigrantes que deveriam ser preenchidas e carimbadas em duas vias e a sua ausência era punida com detenção e supressão de passaporte.

Quanto às características visuais dessa fotografia, é relevante mencionar que a mesma roupa aparece em outras imagens, possivelmente devido à carência de tecidos, Janina não possuía muitas vestimentas, decorrente das destruições e misérias proporcionadas pela guerra. A roupa usada nas fotografias oficiais deveria ser a melhor em estado de conservação.

Como afirma Mauad (1996), as fotografias têm a função de impressionar, comover e incomodar o leitor, principalmente pelo aspecto sedutor, pois no cotidiano nos deparamos rapidamente com elas. Ao consumi-las como prática cultural diária, são necessárias para a comunicação de acontecimentos considerados relevantes pela sociedade que as produziram. Nas marcas, no verso da fotografia, não há como visualizar a tradução linguística dos seus elementos escritos a lápis, apenas é possível visualizar o signo Egiert, escrito à caneta, o mesmo encontrado em várias imagens guardadas por Kazimierz e representa uma das identificações da família. Além disso, são visíveis os números 26 e 2, que podem inferir o dia 26 do mês de fevereiro, também representados em outras fotografias do pós-guerra, que têm Janina como protagonista e pode ser sua identificação junto ao campo de acolhimento de Lübeck na Alemanha.

Outras indagações podem ser inferidas sobre a matriarca da família, sendo elas: quais as representações de Janina? Quais seus aspectos biológicos? Conforme registro da OIR é de mediana estatura, com 1 metro e 57 centímetros de altura com aparência de magra com 56 quilos, olhos azuis e cabelos loiros claros. Neste documento, também é mencionado o nariz como sendo de aparência normal e rosto oval, aspectos relativos na caracterização de uma pessoa. Além disso, há menções que não possuía características especiais que a distinguiu das demais imigrantes polonesas (INTERNACIONAL REFUGGE ORGANIZATION, 1949). Suas características podem ser visualizadas na figura 5, durante a década de 1950 na localidade de Invernadinha no distrito Guairacá em Guarapuava-Pr.

Na figura 5 há a representação de Janina Egert, com seu filho Kazimierz, em solo guarapuavano:

Figura 5 - Fotografia de Janina e Kazimierz Egert na localidade de Invernadinha (1955-1960)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A figura 5 representa, em preto e branco, mãe e filho, Janina com uma bolsa, possivelmente em um dia que fazia compras na sede do município de Guarapuava. A prática era realizada com Kazimierz antes do seu primeiro emprego, geralmente uma vez por mês. Ao redor deles, algumas árvores, características do distrito do Guairacá, marcado pela ruralidade. No seu verso não há nenhuma marcação. Janina Egert faleceu aos 75 anos em 6 de Janeiro de 1990, seu filho ao ser questionado sobre sua morte afirma que:

A mãe morou com nós até a morte dela. Eu que fiz o funerário dela também, tudo. Ela ficou doente. [...] Daí ela ficou doente, levei ela no hospital, ela ficou internada. Daí faleceu com uma semana e pouco, ela faleceu. Daí eu que fiz o funerário dela, tudo. Daí veio esse irmão mais velho que eu, o Henryque. Veio lá, fui, mandei avisar. Veio lá, mas nem mostrei a cara pra ele. Ele nada. Que depois a gente fica, né, nervoso e não adianta a situação daquela vendo a mãe morta ali, né (EGERT, 2015).

Kazimierz não revela a causa da morte de sua mãe, apenas explicita que foi responsável pelo seu cuidado no hospital e nas práticas fúnebres como o velório. No entanto, a partir da certidão de óbito dela é informada que a causa foi: “Diabetes mellites complicada” (GUARAPUAVA-PR, 1990), que segundo outros familiares essa doença a acometia há vários anos. Além do mais, Kazimierz teve alguns conflitos cotidianos com seus irmãos na ocasião, como enfatiza na frase “Veio lá, mas nem

mostrei a cara para ele”. Ele menciona que não tinha uma relação amistosa com familiares, especialmente o irmão Henryque.

Na figura 6 a representação é de seu pai Ignacy Egert:

Figura 6 - Fotografia de Ignacy Egert (1949)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A fotografia de Ignacy Egert parece ter sido retirada de uma documentação como a de Janina, tendo em vista que há na representação o carimbo da OIR como do número 902. O público consumidor dessas fotografias são os agentes destas instituições e de comissões de seleção internacionais com intenção de utilizá-las para registro dos imigrantes.

A imagem revelada em preto e branco possui um fundo de madeira, diferente da fotografia de Janina com fundo branco. No verso, igualmente a primeira, possui vários códigos linguísticos de difícil leitura, há o sobrenome seguido do nome e símbolos numéricos 163. A imagem parece recortada pela quantidade significativa de moldura<sup>93</sup> branca à esquerda, diferente da direita. O personagem encontra-se de paletó com gravata, sendo também a fotografia utilizada na ficha consular (BRASIL, Cartões de Imigração [Ignacy Egert], 1949).

Nesse sentido, da mesma forma que se indagou quem foi Janina, isso se estende a Ignacy: quem foi ele? Quais suas práticas e representações? Nas palavras de seu filho:

<sup>93</sup> Conforme Silva (2008) a moldura é o limite físico de representação visual de uma fotografia e pode ser confundida com os limites do suporte, não ser visível ou se destacar por uma margem branca no entorno da imagem. Nas fotografias dos Egert ela está visível com um enquadramento branco.

Até o falecido o pai trabalhou tempo, ali, na firma. Daí ensinou um outro, o dono da firma fez ele ensinar outro calderista. Daí ele ensinou. Daí ele transferiu aqui para Invernadinha [localidade do Distrito Guairacá], aqui saindo pro Salto São Francisco [...]. Foi daí que viemos ali. E daí dali que a firma, daí foi muito tempo ali. Eu era, já rapazinho. Daí a firma veio do Claudinho, lá do Matinhos [Outra Localidade do Guairacá], atrás do pai, pra ir lá tocar uma caldeira lá. Daí, é, o pai era profissional em caldeira. Daí ele foi tocar a caldeira lá. Cozinhava tora pra lenha e tocava a serraria também. Tinha três caldeiras lá na firma, lá do Claudino. Lá, onde eu comecei trabalhar, com uma idade, lá também (EGERT, 2015).

Ao ser questionado sobre a relação que tinha com seu pai, Kazimierz apresenta sua trajetória, descrevendo-a a partir de seu espaço público, onde desenvolvia suas práticas culturais, especialmente a partir das laborais. É perceptível o que alerta Pollak (1992), a memória é seletiva e um fenômeno construído. Kazimierz detalhou os locais que seu pai deslocou-se e o que fez em cada um deles, demarcando localidades como Invernadinha, Matinhos próximo ao Salto São Francisco<sup>94</sup>, espaços interioranos de Guarapuava. Mesmo referindo-se ao pai como falecido, ele faleceu em 15 de dezembro de 1974, aos 64 anos, de “Infarto do Miocárdio” (GUARAPUAVA-PR, 1974), sua presença é refeita na memória, enquanto lembrança do seu ofício, calderista, e que ele ensinava essa prática para os demais. Isso se relaciona com a representação governamental (VARGAS, 1951), que enfatiza a necessidade do imigrante enquanto portador de práticas europeias mais avançadas, na área de tecnologia, com sua presença tolerada pelo nacional.

Portelli (2016) menciona que tanto os atores como os pesquisadores tomam nota e devem adicionar às discussões, os gestos na construção de uma narrativa oral, ele afirma, a partir destas observações, as marcas que podem ser interpretadas, pautadas na linguagem corporal e comportamento. Tendo em vista que a narrativa de Egert (2015) foi gravada em vídeo, ao significar seu pai como profissional, ele acena com a cabeça em um sinal positivo, enfatizando que era um ótimo profissional, requisitado e disputado para desenvolver suas práticas laborais em várias empresas, um ofício com demanda constante e poucos especialistas.

Egert (2015) menciona duas vezes que seu pai incorporava a representação de que o imigrante deveria auxiliar o nacional nas práticas laborais. Na primeira: “Quando eu comecei a trabalhar em firma [ele dizia:] capriche bem pro teu patrão ir

---

<sup>94</sup> O Salto São Francisco com uma das maiores quedas d'água do sul do país hoje representa a tríplice fronteira entre os municípios paranaenses Guarapuava, Turvo e Prudentópolis.



bem que teu patrão tá bem você também tá bem. Toda a vida ele falava essas coisas”. E na segunda: “Só que eu, como o falecido pai me dizia: Meu fi[lh]o quando você começar a trabalhar em firma trabalhe bem pro teu patrão ir bem. Que teu patrão tá bem. Você também tá bem. Então, tudo a vida, eu trabalhava pro patrão ir bem, né”. Essa representação estava em voga tanto no período que imigraram como nos anos seguintes, como foi perceptível nas matérias do periódico *Folha do Oeste*<sup>95</sup>.

Em solo europeu, ainda no imediato pós-guerra, Ignacy e Janina Egert tiraram algumas fotografias como a seguinte:

Figura 7 - Fotografia de Janina e Ignacy Egert no campo de acolhimento de Lübeck (Alemanha) (1945)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A fotografia (Figura 7) representa o casal no campo de acolhimento de Lübeck no norte da Alemanha, onde nasceram Kazimierz e Boguslaw, dois de seus filhos. Neste fragmento possuem um pouco mais de trinta anos, tendo em vista que Janina veio com 34 anos para o Brasil e Ignacy com 39. Eles estão com roupas para frio, Janina de casaco e Ignacy com roupa social. Shephard (2012) cita que entre os motivos para o apressamento nas políticas do envio de deslocados para os novos países encontrava-se o rigoroso inverno europeu.

<sup>95</sup> Nas matérias “Assim, sim; mas, assim, também não!”. (FOLHA DO OESTE, 11/08/1946, p. 1) e Agricultores Italianos que desejam imigrar para o Brasil (FOLHA DO OESTE, 26/08/1951, p. 2) o imigrante foi representado como aquele que deveria auxiliar os nacionais nas práticas agrícolas e para facilitar esse processo seu local de fixação precisaria ser escolhido pelos nativos.

Ao observar a figura 7, é visível as representações da guerra, pois na parte inferior do canto esquerdo do observador a parede possui um novo reboco, disfarçando o que poderiam ter sido tiros, tendo em vista que Lübeck foi um dos locais bombardeados. Shephard (2012) corrobora com esta informação, ao destacar que os campos de acolhimento, durante a guerra, tinham sido espaços onde se realizavam práticas militares ou campos de concentração.

Egert (2015), ao ser indagado como era a convivência entre seus pais afirma que:

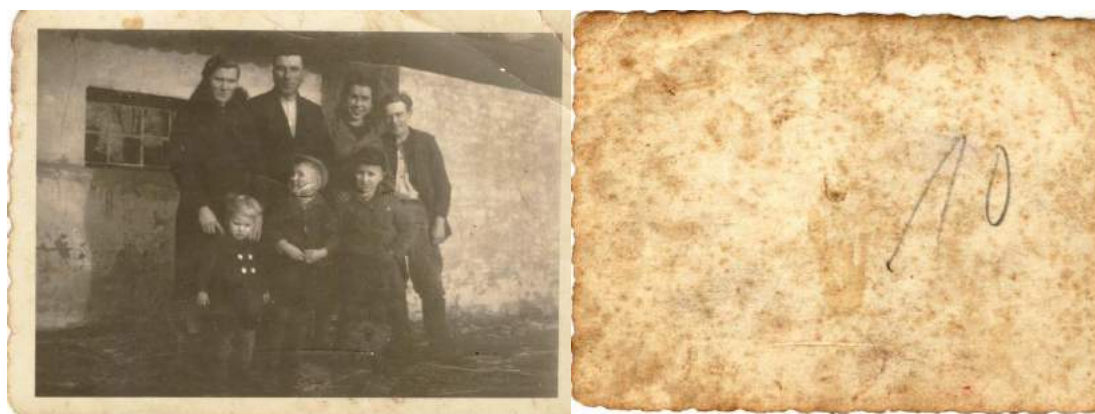
Não tinha briga, não tinha nada. Não tinha nada, nada, nada de briga. Ela dava um exemplo pra nós. Não tinha Briga, briga, assim. Como a gente vê hoje. Às vezes casal brigando, discutindo. Eles nunca, eles eram muito, assim, concordado, um dizia tal coisa, o outro concordava. Outro dizia tal coisa, concordava. Era tudo concordado. Olha, eu nunca vi até hoje uma, pessoa assim, né? Como era meu pai com minha mãe.

A representação do casal proposta por Kazimierz menciona os pais como um exemplo de harmonia para os filhos, isso é enfatizado pelos vários “não” narrados por ele. Conforme o filho, eles conseguiam desenvolver sempre a contento suas práticas em conjunto, diferente dos demais casais conhecidos por ele que realizavam brigas cotidianas.

De acordo com Pesavento (2008, p. 101), uma imagem dialoga com outras, ou as produz, pois estão no museu imaginário que o ser humano, como expectador, possui e carrega consigo durante experiências no decorrer da vida. O procedimento funciona da seguinte forma: “classificamos o que vemos e lhes conferimos sentidos; correlacionamos aquilo que é visto, e que está presente, com o plano das imagens ausentes, mas lembradas e evocadas pelo pensamento”. Esse mecanismo cultural observa as semelhanças e estabelece as conexões necessárias para o compartilhamento de significados. Diante disso, foi constatado que o cenário da figura 7 é utilizado para mais duas fotografias (Figura 8 e 9) que possuem esse grupo cultural como personagens.

Observam-se essas imagens, inicialmente pela figura 8:

Figura 8- Fotografia de parte da família Egert e os Sadowski no campo de acolhimento de Lübeck (1945)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A figura 8 apresenta o casal Janina e Ignacy, seus dois filhos mais velhos (Jozef e Henryque) e os amigos Marie e Viktor Sadowski, e a filha Irone. No verso há apenas uma numeração como as demais. Pesavento (2008, p. 112) afirma que: “Para trabalhar com imagens [...] o historiador da cultura precisa educar o olho: não basta ver imagens; é preciso olhar, isto é, perceber o que se vê, contextualizando e interpretando o visto, desvendando os seus significados. Ou seja, lendo as imagens...” O casal, Marie e Viktor Sadowski, posteriormente apadrinham o casamento de Danusia, filha de Ignacy e Janina Egert, nascida no Brasil. Isso é evidenciado por Kazimierz Egert (2015): “Veio bastante gente, veio muita gente, até esses que eram padrinhos de casamento da minha irmã, da falecida minha irmã, vieram juntos na migração, na mesma migração”. Esse casal possuía um distanciado parentesco com o gerente da serraria que Janina e Ignacy foram desenvolver suas práticas laborais, depois de adentrar em solo nacional (RELAÇÃO DE PASSAGEIROS, 1949) como afirma a ficha consular “Vai trabalhar p/ Leoncio Sadowski - Rio das Pedras – Munic. Guarapuava. Paraná” (BRASIL, Cartões de Imigração [Ignacy Egert], 1949). Assim, mesmo em um ambiente marcado por miséria e sofrimento, havia socialização, os casais constituíram amizade duradora, fortalecendo laços pela relação de compadrio, uma relação que pode ter auxiliado no embarque ao Brasil.

Outro aspecto levantado por Pesavento (2008), é que imagens guardam, além da totalidade, as minúcias, os detalhes. Sobre as minúcias percebe-se na figura 8, que uma criança (Irone) ficou incomodada ou amedrontada ao tirar a foto, e

que não era uma prática que estava acostumada a realizar, por isso olhava para baixo. Os olhos do menino (Henryque) estão direcionados para uma extremidade, então se pode inferir que algo ou alguma ação estava chamando mais atenção dele do que o fotógrafo; já a última criança (Jozef) olhava fixamente para o profissional em questão. O fotógrafo pedia para as crianças olharem para frente, ou algum agente da OIR que direcionava a imagem? Silva (2008) e Mauad (1996) afirmam que na época, devido à demora em tirar fotografias, era comum entregar um brinquedo para a criança distrair-se ou serem chamadas para que mantivessem a postura, tendo em vista que essas intervenções eram ocasionais, pois o controle dos meios técnicos encontrava-se em posse dos segmentos privilegiados, devido seu custo elevado. As fotografias nos campos de acolhimento eram organizadas pela UNRRA e posteriormente a OIR.

A imagem é representada esteticamente na forma horizontal, pois como explica Silva (2008), fotografias tiradas com uma ou duas pessoas eram dispostas verticalmente (um dos exemplos é a figura 7), enquanto as que previam mais personagens (figura 8), concentravam as famílias de imigrantes, possuíam uma centralidade e disposição contrária.

A segunda fotografia, tendo o campo de acolhimento em Lübeck como cenário, é protagonizada por Jozef, Henryque e Kazimierz, três filhos mais velhos dos Egert:

Figura 9- Fotografia de Jozef, Henryque e Kazimierz Egert no campo de acolhimento de Lübeck (1945)



Fonte: Acervo de Kazimierz Egert

A fotografia (figura 9) apresenta a mesma parede no campo de acolhimento de Lübeck que a anterior. Constata-se pela idade de Boguslaw em 1949 (1 ano), que os meninos fotografados são: Jozef, Henryque e Kazimierz, o primeiro e o último olham para o fotógrafo, enquanto o do meio aparenta um semblante de satisfação. É relevante mencionar que Kazimierz utiliza o mesmo casaco ou similar ao que Irone usou na imagem anterior, devido os botões e seus cortes possuírem similitude. Isso demonstra uma prática cultural dos campos de acolhimento, reutilizar as roupas de uma criança para a outra, como forma de economia. Enquanto Jozef e Henryque utilizam as mesmas vestes, casacos da anterior, exceto pelo segundo, que não utiliza uma boina. No verso da fotografia há a numeração 2 e 03, possivelmente representativa do dia 2 de março.

Mauad (1996) é assertiva ao demonstrar que se deve levar em conta na análise da representação fotográfica uma série de práticas envolvendo aspectos históricos e culturais, elementos de escolhas possíveis dentro daquele universo de outras aceitáveis. É necessário colocá-las em consonância com as produzidas no mesmo período para observar o porquê de se realizar tal opção com significação similar. Há a imagem que apresenta Henryque no campo de acolhimento de Lübeck:

Figura 10- Fotografia de Henryque Egert (1945-1949)



Fonte: Acervo de Kazimierz Egert

A fotografia de Henryque não apresenta o mesmo cenário das demais, apesar do fundo em cor homogênea, sua disposição em série é verificada por um carimbo que demonstra a origem alemã. É uma das que se destaca pela marcação do campo

de acolhimento de Lübeck, local que os Egert ficaram até imigrarem para o Brasil. Além disso, é uma imagem em 3 x 4 que representa o menino com aproximadamente 11 anos.

Nesse sentido, Pesavento (2008) menciona que as fotografias são portadoras de um sentido imaginário, marcado por uma historicidade de produção e consumo que atravessa uma época. É a partir dessa marca, que é perceptivo o local de produção, havia um estúdio fotográfico alemão que possuía contrato com a OIR para desenvolver essas representações do passado. Algumas vezes, os equipamentos deviam ser levados para realizar as imagens dentro dos campos, em outras até um estúdio fotográfico para a realização das mesmas. Tendo em vista que os campos possuíam aspectos de cidade, como destacado por Shephard (2012), o estúdio também poderia ser instalado, mesmo que de forma provisória, dentro dele.

Henryque, em 21 de Janeiro de 1961, aos 23 anos casou-se em regime universal de bens com a polonesa Rosaria Paczkowski, nascida em Guarapuava, dois anos mais nova que ele, filha de Leonardo e Apolinária Paczkowski (PROCESSO Nº: 961.5.2344 de 26.09.961 p. 11 Caixa: 96 Doc.: 255/61). Seria uma forma de preservar a identidade polonesa, casando entre os seus? Uma forma de conservar entre seus iguais as mesmas práticas culturais.

Kazimierz Egert (2015) comenta que Henryque:

[...] Esse já não era tão ruim. Só que ele, ele morreu. Nós não se dávamos com ele aqui. Quando eu morei em Guarapuava, eu já era casado, por causa de um bujão de gás. Eu posso fazer isso, né? Empruntei para ele que ele tinha um caminhão e queria reformar o caminhão, a lataria do caminhão que é. A minha família tudo era metido, sabe. Meio, meio mecânico, meio latoeiro, o que fosse. Ele tinha noção, de juízo bão. E daí ele queria reformar o caminhão. Daí ele foi lá e disse Cajo você têm dois bujão de gás que a mulher comprou um fogão com bujão e eu comprei um bujão de reserva de gás. E daí aquela época, a mulher trabalhava, né. Daí emprestei o bujão de gás pra ele. Porque eu vendi um fogão a gás e fiquei com um bujão e fiquemos com o bujão de reserva. Daí emprestei o bujão pra ele, daí compremos, a mulher foi comprou outro fogão, aí sem gás, sem bujão. Daí eu vim na casa dele pra pegar o bujão, ele me negou o bujão[...] E daí, nós não se dava com ele [...]. O Henryque já morreu tudo, Deus que dê o lugar que ele merece.

Kazimierz refere-se à Henryque como “Esse já não era tão ruim”, isso representa que as relações entre ele e os demais irmãos eram mais conflituosas. Ele lamenta a morte do irmão “Só que ele, ele morreu” e “O Henryque já morreu tudo,

Deus que dê o lugar que ele merece”. Henryque faleceu em 20 de junho de 2019, com 86 anos, no entanto, por causa dos ressentimentos ocasionados pela disputa de um botijão de gás para Kazimierz, ele já estava morto para o irmão em 2015. Entende-se o ressentimento na perspectiva de Ansart<sup>96</sup> (2004, p.14) como: “os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois são exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento”. Na narrativa sobre o irmão, esses sentimentos se fazem presente, mas ele não promete uma vingança, apenas apresenta uma mágoa que ele acredita que alguma divindade o vingará. Isso demonstra que suas práticas religiosas estão presentes, pelo fato de Kazimierz citar essa entidade espiritual, apesar dele não se considerar religioso, frequentava os ritos católicos como o batismo de seus quatro filhos. As representações divinas estão presentes em várias passagens das suas narrativas, bem como da família Egert como católica fervorosa.

Outro trecho que merece destaque é ele pedir permissão para o entrevistador para mencionar as práticas conflituosas: “Eu posso fazer isso, né?”. De alguma forma, referir-se ao seu irmão causava desconforto e o intimidava. Ele tinha receio que seu diálogo fosse ouvido por algum descendente da família e causasse rejeição. Mesmo com vontade de silenciar esses episódios, possivelmente não consegue, sente necessidade de confessar, no entanto, não comenta tudo o que gostaria, de alguma forma, há os não ditos, como demarcados por Pollak (1989).

A próxima imagem representa os irmãos Jozef e Kazimierz:

---

<sup>96</sup> Recentemente pela Editora da UFPR foi traduzida a obra “A Gestão das Paixões Políticas” de Pierre Ansart (2019) que também apresenta o sentimento na história, no entanto seu foco principal é demonstrar como isso se efetiva no Estado.



Figura 11 – Fotografia de Jozef e Kazimierz Egert (1949)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A fotografia que representa os irmãos Jozef e Kazimierz possui árvores e arbustos em volta, e no verso o número 13, são as mesmas marcações que o verso da fotografia de Henryque, no entanto, o formato e disposição são outros. Enquanto o primeiro na figura 10 se apresenta de forma circular, nesta imagem ele está em forma de linha. Como é perceptível que há uma diferença de altura considerável entre ambos, essa foto com marcação alemã, possivelmente foi tirada nos anos finais de permanência no campo de acolhimento de Lübeck na Alemanha, enquanto as anteriores aos iniciais.

O nome de Jozef foi dado em homenagem a sua avó Jozefa Wanat (mãe de Janina). Sobre ele Kazimierz Egert (2015) afirma que:

[...] pra mim era muito brabo [bravo], pra mim. Cada passa ele. Eu nunca apanhei da mãe e do pai. Apanhava dele. Apanhava dele. Ali na Invernadinha [Distrito Guairacá], eu tinha aquela época, acho que oito anos, me lembro. Ele que me surrou. Ele me surrava. Daí eu não parava na casa, daí a mãe ia lidar na roça que daí ela ganhou um pedaço de terra lá pra fazer lavoura. E ela vinha ali fazer lavoura eu vinha junto com ela na horta lá, na lavoura, cuidar. Porque o irmão mais velho era ruim pra mim, ruim mesmo. Lá na Invernadinha uma vez ele me surrou que olha, que quero te contar.

As relações entre Kazimierz e esse irmão são conflituosas, uma vez que há uma queixa por lesões físicas e, para isso, ele demarca um episódio que ocorreu na Invernadinha, localidade rural do município de Guarapuava. Além disso, afirma que



a surra era constante e que preferia ir com sua mãe cuidar de hortas e lavouras que ficar sob os cuidados dele, isso demonstra que a lavoura não era tão próxima da casa. Apesar de mencionar esse evento, o personagem sente dificuldade de apresentar os detalhes, a sua narração é concisa se comparada com as demais, pode ser um esquecimento voluntário, devido aos traumas que isso lhe causou, no entanto, como alerta Ansart (2004), há uma diversidade de ressentimentos, esse pode ser um desses menos observáveis, pois é perceptível que a relação com Jozef é uma das mais próximas, tanto que com a morte do irmão mais novo, Eugênio, ele é o responsável pela comunicação à Kazimierz.

A fotografia seguinte foi tirada em solo guarapuavano, na localidade de Invernadinha durante a década de 1960, onde a família habitou depois de sair do Rio das Pedras em 1953.

Figura 12- Fotografia de Kazimierz, Danusia e Eugênio (1960-1964)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

Na imagem observam-se da esquerda para a direita Kazimierz, Danusia e Eugênio, os três filhos do casal Ignacy e Janina Egert. Os dois mais novos nascidos em solo brasileiro e o mais velho, um dos dois nascidos no campo de acolhimento de Lübeck, na Alemanha. Na imagem, esteticamente, ainda são perceptíveis uma parte branca (margem), uma casa ao fundo e uma cerca para a prática de cuidar de hortaliças e animais. Os três olham fixamente para o fotógrafo, criando uma pose padronizada com as mãos para baixo, apesar das diferentes vestes.

Pesavento (2008) enfatiza que o historiador da cultura não possui como função buscar nas imagens o que aconteceu, mas uma percepção sobre a realidade que viveram seus personagens. Com isso, a fotografia se torna uma marca, prova,

vestígio do que poderia ter acontecido em determinada época em que foi produzida. Neste caso, a prova nada mais é que um indício. Diante disso, quais os outros rastros que ela apresenta sobre os irmãos? Nas inferências observa-se Eugênio, o da direita para a esquerda, popularmente conhecido por Gênio, o único trajando roupa tipicamente alemã, marcada pelo uso de uma calça curta com suspensório. Quem é ele? Quais foram suas práticas culturais?

A narrativa de Kazimierz apresenta informações sobre seu irmão:

O Gênio é outro. [...]. Daí espalhava calcário nas lavouras com caminhão, trabalhava tempo. Daí o Élcio [patrão dele] disse: Gênio eu vou comprar uma carreta pra você. Daí o Gênio disse: Eu não quero, esse caminhão que eu trabalho já tá bão. Não, vou comprar pra você, você é muito trabalhador. Que o piá, era trabalhador mesmo assim. E daí compro a carreta e daí naqueles rolo. Acho que não fazia um mês que ele tava com a carreta, puxando calcário pro Candói ali. Ele e um outro caminhão truck. [...]. E daí [se emociona] a última viagem um dia ele tava lá, tava indo com o calcário um amigo dele ali no Trevo Três Pinheiros ali. Antes de fazer o trevo tava o caminhão, quebrado. Mas aquele acho que era descarte. E tava um amigo, era amigo dele o motorista, não vou citar o nome, sabe, e tava mais dois, um irmão do motorista e mais um outro cara [...] Daí meu irmão parou, pois era amigo dele, parou. O que que houve? Ele disse: meu caminhão cortou o óleo, você tem um alicate e uma chave tal e tal pra mim sangrar os bicos do caminhão. Meu irmão disse: tenho sim, tá aqui. Empréstou pra ele e disse: eu tô indo descarregar, se vocês por um acaso arrumar antes o caminhão deixem a ferramenta ali no posto Três Pinheiros ali, deixe ali as chaves pra mim. Tá bão. Meu irmão pegou a carreta atorou descarregar. Chegou lá descarregou o caminhão, o outro do truck também estava descarregando (EGERT, 2015).

Na memória de Kazimierz, Eugênio não é lembrado pelo seu nascimento em 9 de março de 1954, mas pela trágica morte em 11 de agosto de 1993. Durante a narrativa de seu falecimento, ele tem a voz embargada, quase não pronunciada. Isso demonstra como o estimava e quem sabe Eugênio tenha sido o mais próximo de seus irmãos, mesmo com nascimento em nações diversas, um brasileiro e o outro alemão, isso simbolicamente não os separava, continuavam a ser irmãos e poloneses.

Além do que se observa que a memória contrai o tempo com a mais traumática durando mais tempo: “cuja percepção [...] é extremamente variável em função da densidade dos acontecimentos [...] Fica então debilitado em nossas lembranças um tempo que teve uma longa duração” (CANDAU, 2011, p. 88).

Kazimierz dedica um tempo considerável de sua narrativa ao referir-se a esse irmão, contando diversos detalhes do assassinato. Ele tinha a necessidade de narrar:

E daí tinha um colchete pra fechar, abrir e fechar, né. Daí o outro motorista saiu na frente dele e daí meu irmão estava lá lavando as mão, por causa da roupa suja de calcário e tudo. Daí meu irmão disse: deixe o colchete aberto que eu passo e fecho, daí. Tudo bem. O outro atorou na frente e ele lá atrás. Chegou ali no posto Três Pinheiros [Candói] não teve resposta. Os caboco já pegaram ele com a carreta, os dois. Pegaram ele e já atoraram lá pro lado do Paraguai. Daí ali, no Rio Tapera, perto de Laranjeira tava o tipo [corpo] dele. Ele no peral do Rio Tapera. Ali, que eu não conheço bem, direito ali, mas tava o corpo dele lá embaixo no rio. Na veria do rio, morto com os braços amarrados para trás com a cinta e levaram a carreta para o Paraguai (EGERT, 2015).

Inicialmente, a prática desenvolvida por Eugênio foi espalhar adubo nas lavouras com seu caminhão, mas por ser considerado um exímio trabalhador foi promovido a transportar Calcário de Guarapuava para o Candói<sup>97</sup>. Essa atividade não durou muito tempo, certo dia ao chegar próximo à localidade de Três Pinheiros foi abordado por bandidos e sequestrado para ficarem com sua carreta. Ao reconhecer um dos assaltantes foi executado, seu corpo foi encontrado por funcionários da rodovia em 12 de agosto de 1993, no rio Tapera, divisa entre os atuais municípios Virmond e Laranjeiras do Sul, na região centro oeste do Paraná, quase 50 quilômetros à frente do crime.

Nesta mesma narrativa, Egert (2015) aponta como foi o sepultamento:

Me lembro até hoje. Daí esse irmão mais velho [Jozef][...] Falou o compadre Jozef [seu irmão], veio e disse: Compadre Cajo o senhor arruma o túmulo lá pra nós sepultá o Gênio, no túmulo do pai com a mãe lá digo. Eu disse: pode vocês fazerem o que quiserem lá no túmulo. Emprestei pra ele até o documento do cemitério, tudo, pra eles fazerem uma gaveta, tudo, onde foi sepultado. Até hoje tem a foto dele lá no túmulo. No túmulo, junto com o pai e a mãe. [...] Foi sepultado, tá lá também no mesmo lugar. E tudo bem.

A partir das expressões: “Me lembro até hoje”, e “Até hoje tem a foto dele lá no túmulo”, Kazimierz demonstra que a morte de seu irmão com 39 anos, foi um evento inesperado e traumatizante, que ficou de alguma forma cristalizado em sua memória. Candau (2011) aponta que há dois tipos de memória e essas se fazem presente no relato dele sobre seu irmão, a ensolarada do irmão trabalhador que

<sup>97</sup> Candói é distante quase 60 quilômetros de Guarapuava.

merecia crescer profissionalmente no início da sua primeira narrativa se contrapõe com a memória sombria, que essa última relata ao destacar como organizou o jazido.

Pollak (1992, p. 2) chama atenção que algumas pessoas mesmo não presenciando fatos, os narram como se tivessem vivido, pois no seu imaginário tiveram relevância que “é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” por estarem nele imersos, desenvolvendo uma memória por tabela. Isso pode ter ocorrido com Kazimierz Egert (2015) ao narrar detalhes do assassinato de Eugênio, desenvolveu uma memória por tabela, mesmo ausente do episódio construiu-a a partir do periódico *O jornal* e do Programa jornalístico *O Combate* da Rádio Difusora de Guarapuava e arquivou, conforme Pesavento (2008), em seu museu imaginário.

A publicação guarapuavana *O jornal* apresentou três matérias sobre Eugênio Egert. A primeira sob o título de “não identificado” menciona que foi encontrado um corpo na região:

Outro registro de morte em pessoa não identificado foi divulgado pelo plantão da política. Trata-se de um homem, magro, alto, cabelos longos trajando calça jeans e camiseta branca. A vítima apresentava fratura exposta na cintura e foi encontrada nas proximidades [...] na BR-277 (O JORNAL, 13/08/1993, p. 11).

O periódico editado colorido e com mais de dez páginas, em 1993 dedicou uma coluna de meia folha para noticiar eventos policiais. O jornal destinava um espaço considerável para assuntos trágicos em todas suas edições, diferente do *Esquema do Oeste*, que também circulava no período. Além disso, não fazia distinção entre anônimos e ilustres do município de Guarapuava, isso justifica o interesse por Eugênio. Nesse trecho temos as características físicas dele: magro, alto, cabelos longos, usando trajes casuais como jeans e camiseta. Junto à coluna há ainda uma matéria informando a prisão de uma quadrilha, que roubava caminhões na região e posteriormente confessou o assassinato de Eugênio Egert. Os roubos aconteciam para que a mercadoria depois de escondida por alguns dias em Foz do Iguaçu-Pr fosse revendida no Paraguai junto com o caminhão/carreta.

A segunda e terceira matéria do periódico *O jornal* sobre o crime reportam que o corpo encontrado se trata de Eugênio, apesar disso se equivocam ao mencionar o sobrenome:

Desde o 11 passado o motorista Eugênio Eugerti encontrava-se desaparecido. Ele conduzia um caminhão Volvo e após várias buscas foi encontrado morto na noite da quarta-feira, 19, nas proximidades do Rio Tapera, 12 km [quilômetros] antes de Laranjeiras do Sul. Ele foi assassinado com um tiro na cabeça (O JORNAL, 21/08/1993, p. 3).

O tenente –coronel [...] acredita que os quatro estão envolvidos também nos outros dois assaltos, inclusive naquele em que o caminhoneiro Eugênio Gethner foi assassinado, já que [...] estava com uma pistola Bereta 635, a mesma usada no crime (O JORNAL, 28/08/1993, p. 3).

A morte de Eugênio também foi noticiada no programa Combate da Rádio Difusora<sup>98</sup>

Dias, passaram dias e o pessoal não desistiu. Os amigos, a família e a polícia até que um dia, lamentavelmente, o pessoal que estava fazendo um trabalho na Br 277 acabaram encontrando um corpo. Os amigos do seu Eugênio Egert transtornados e há identificação: era aquele homem, aquele trabalhador, era aquele pai de família que estava desaparecido alguns dias e tinha acabado de ser encontrado sem vida, jogado em um abismo às margens da [Br] 277 [...] Eu estive presente, acompanhando o trabalho do grupo especial [...] e a partir de agora nós vamos reproduzir na íntegra o trabalho de gravação que foi feito ontem com esses elementos. Eles vão contar pra gente como foi que eles armaram essa trama para pegar o seu Eugênio e como foi que ‘pintou’ aí o ‘cala boca, tinha que matar realmente o Eugênio porque ele descobriu alguma coisa, ele sabia de alguma coisa [...] (COMBATE, 1993).

O apresentador notícia como foi a morte do Eugênio Egert, apresentando uma entrevista gravada na Cadeia Pública de Laranjeiras do Sul-Pr que relatava detalhes do episódio com os assassinos e um funcionário público, que acompanhou a prisão.

Outro episódio preservado por Kazimierz, que virou uma marca do passado foi o casamento de Danusia, sua única irmã, cuja razão para a salvaguarda da memória pode ter sido a morte prematura. Como afirma Pesavento (2008) e pode-se utilizar para a fotografia do matrimônio, as imagens do passado são rastros de homens e mulheres de outras temporalidades, que quiseram ser lembradas no

---

<sup>98</sup> Conforme Chagas (2016) o programa *Combate* com quatro horas é o jornalístico com maior tempo de duração entre os exibidos em rádios guarapuavanas. Ele possui o mesmo formato de sua estreia na década de 1980 quando incorporou o slogan “A cidade contra a violência”, com foco na segurança pública abordando assuntos de boletins e entrevistas com os setores policiais (civil, militar e rodoviária). Sua produção é quase totalmente realizada por um único jornalista e o profissional da técnica. Atualmente é exibido de segunda a sexta das 8h às 12h na Rádio Difusora Fm. Não foi possível precisar a data de exibição da edição mencionada, tendo em vista que sua preservação foi realizada por Kazimierz em uma fita cassete na caixinha de lembrança junto com os demais artefatos culturais da família Egert.

presente e que de alguma forma se manifestaram para uma época diferente da sua. Tirar uma fotografia ou sua preservação pode ser entendida como prática cultural, com isso, são momentos que viraram vestígios para história.

A festa de casamento de Danusia é representada na figura 13:

Figura 13 - Fotografia de Danusia e seu esposo (1970-1973)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

Danusia era chamada no meio familiar de Danuta, Cunka ou Danka<sup>99</sup>. A fotografia foi tirada na festa do seu casamento em 1976, em sua futura moradia com assoalho de madeira, uma vez que morou com seus pais até que se efetivasse essa prática cultural. Na fotografia há um distanciamento de Danusia e seu marido, tendo em vista a discreta aproximação entre eles e suas expressões faciais. Isso pode ser explicado, conforme Silva (2008), pela submissão imposta às mulheres que no período eram orientadas por seus familiares a não sorrir, pois o sorriso poderia descontentar o marido que acharia que a mulher estaria se “oferecendo” para o fotógrafo, apenas no caso de filha solteira poderia “sorrir” se permitido fosse.

No verso desta fotografia há a escrita em linguagem polonesa: “E aqui Cunka [Danusia] e marido no casamento” (tradução livre). Como Janina preservou as fotografias, uma de suas alternativas para guardar a memória, driblando o esquecimento, foi escrever pequenas frases em polonês sobre os eventos. Isso pode ser relacionado ao que Pesavento (2008) denomina de necessidade de criar

<sup>99</sup> Janina e Kazimierz referem à Danusia nas fotografias como Cunka e na narrativa oral (EGERT, 2015) como Danka.

um mundo paralelo de sinais que só os seus podem partilhar os significados, pois a imagem também é uma representação de uma realidade que se coloca no lugar de artefatos, pessoas e acontecimentos, assim, Janina representava aqueles que eram queridos e os mortos precocemente.

Figura 14 – Fotografia de Danusia Egert (1966)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A figura 14, com fundo branco representa Danusia aos 16 anos, a fotografia demonstra vaidade devido aos brincos, mas é contida mostrando apenas o pescoço. Com a imagem Janina Egert tinha o objetivo de salvaguardar a memória de Danusia e poderia ser enviada aos sobrinhos na Polônia, pois no verso há a marcação: “Danusia, sua tia” (tradução livre). Candau (2011) aponta a necessidade de a escrita auxiliar a memória, reformando o sentimento de incorporação a um grupo e uma cultura. Isso que Janina fazia com Danusia, mostrando sua pertença e digna de ser lembrada pela etnia polonesa, mesmo tendo nascida em solo brasileiro.

Kazimierz Egert (2015) narra Danusia como:

[...] uma coitada, também [como Eugênio]. Nossa Senhora, eu queria tão bem ela. Eu queria tão bem. Essa, Nossa Senhora, nunca incomodava. E daí, logo que ela casou. Eu fui até no casamento, deles tudo. Mas não, num, sim. Daí soube, quando aconteceu que ela morreu. Aí nunca, nunca. E depois daquilo, uma vez só que vi o marido dela. Daí, [eu] vi o sobrinho, também uma vez. Ela tinha já o piação. E nunca mais assim, mas ela não incomodava. Até pra prova, cada vez que eu vou, época de visitar lá o cemitério. Eu vou lá ao túmulo dela, lá queimar umas velas pra ela. Então, não tenho remorso dela, assim dele.

Neste trecho, talvez pela morte precoce, ele refere-se a irmã como “coitada”, uma sofredora que ele “queria tão bem” e que ela não incomodava, assim como Eugênio não promovia disputas com ele, diferente dos demais irmãos. Mencionando aspectos religiosos, como por duas vezes refere-se à Nossa Senhora, ele conta que esteve em seu casamento, soube da sua morte prematura em 26 de agosto de 1978, com 28 anos, e que depois do velório não teve mais contato com o viúvo Francisco e o filho, que homenageava seu outro irmão Henryque, no entanto, afirmou que fazia visitas periódicas em seu jazido no Cemitério Municipal de Guarapuava<sup>100</sup>.

Portelli (2016) chama atenção para a necessidade do pesquisador tomar nota das expressões faciais do narrador, elas são perceptíveis nos eventos narrados por Kazimierz referindo-se aos dois irmãos mais novos, Danusia e Eugênio, nascidos no Brasil. Diferente dos trechos relacionados aos irmãos: Jozef, Henryque e Boguslaw, esses são marcados por sentimentalismo, voz embargada e olhos marejados a todo instante, possivelmente por recriar memórias das mortes trágicas que demonstram ausência repentina.

Eugênio foi assassinado, no episódio o roubo de seu caminhão; na certidão de óbito do mesmo consta a causa da morte como “traumatismo crânio encefálico por projétil de arma de fogo” (GUARAPUAVA-PR, 1993). Enquanto Danusia de acordo com o óbito faleceu de “Coma hepático, Cirrose, Alcoolismo crônico” (GUARAPUAVA-PR, 1978), Kazimierz em nenhum momento fez referência à causa da morte dela, nem mesmo do alcoolismo, que consta no obituário, sobre isso, apenas informações vagas de familiares que comentam um suposto suicídio. Fato relevante é mencionar que até pouco tempo os suicídios raramente eram noticiados em periódicos e a maioria não era registrada nos óbitos, uma vez que conforme March (2017) ele poderia acarretar a família do falecido um estigma doloroso, sendo necessário negá-lo como fizeram os Egert, ou justificá-lo para responder a sociedade e racionalizar essas mortes, transformando-as em aceitável.

Isso demonstra que a ausência é significada na representação, Hall (2016) afirma que a imagem pode ser entendida como representativa do que foi sendo

---

<sup>100</sup> No Cemitério Municipal Central de Guarapuava estão sepultados por ordem de falecimento: Ignacy, Danusia, Janina, Eugênio e seu filho, e Kazimierz. Danusia está em jazido separado, enquanto os demais estão juntos.



lembrada de forma póstuma nos objetos como fotografias ou esculturas por carregarem em suas formas algum tipo de semelhança na representação de artefatos, pessoas ou eventos. Neste caso, as fotografias de Danusia e Eugênio significavam de forma ímpar para Kazimierz e possuem essa função, pois representam os falecidos. Para ele, a necessidade de esquecimento do falecimento dela, uma vez que tinha os seus pais como exemplo de força e luta, sendo que ela não passou todos os infortúnios que ele passou no segundo pós-guerra. Ele se envergonhava da sua suposta fraqueza e preferia lembrar-se dela em um momento festivo, o casamento. Enquanto de Eugênio, se recordava da sua morte, apesar de trágica, era um momento de bravura, no exercício da profissão.

Em outra fotografia do casamento de Danusia (Figura 15) pode ser confirmada a relação de compadrio entre Marie e Viktor Sadowski, e Ignacy e Janina.

Figura 15 – Fotografia de Danusia, esposo e familiares na festa de seu casamento (1970-1973)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

Na fotografia do casamento de Francisco Moraes e Danusia Egert aparecem seus pais, Janina e Ignacy Egert, e à esquerda o casal Marie e Viktor Sadowski. Tanto os pais dela como os Sadowski estão representados com idade avançada, pois a fotografia data de início da década de 1970. No verso da fotografia (figura 15) há a ainda a marcação em polonês, realizada por Janina à caneta e com letras cursivas, demonstrando a prática de compadrio: “Cunka [apelido de Danuta] seu esposo, sua mãe e seu pai e seus padrinhos” (tradução livre). Os imigrantes que viabilizaram a vinda dos Egert também foram padrinhos de Danuta em seu

casamento. Essa escrita era uma prática de Janina em algumas fotografias, porque ela aponta as nuances da vida cotidiana da família na intenção de salvaguardar sua memória.

Apesar disso, “As imagens também suportam um outro tipo de tensão, aquela existente entre o todo que se revela na composição da cena e na delimitação do campo da imagem [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 107). Com isso, é possível visualizar apenas uma parte da imagem. Sua limitação encontra-se em mostrar que no canto inferior direito da mesa há um copo e duas garrafas, mas não é possível identificar seu conteúdo e os demais utensílios e alimentos utilizados na festividade, pela ausência da captura do fotógrafo também é desconhecido. Não se pode afirmar que houve abundância ou carência de alimentação no festejo.

Como afirma Pesavento (2008), é o olhar do fotógrafo que cria o objeto na fotografia, é por meio dele que se focalizam os quadros, a posição que ela é desenvolvida. Os sujeitos podem ter alguma interferência, mas quem a realiza é o profissional, é ato de criação que a faz ser também uma narrativa da mesma forma que uma produção escrita. Ela serve e suscita para seu expectador emoções e reflexões, e realiza um processo mental em seus familiares pela necessidade da memória recriar o presente, mesmo com sua ausência. O tempo presente daquela que se foi há muito tempo é recriado no imaginário com cores, conteúdos, sons e cheiros; e como menciona Silva (2008), a fotografia circula entre as gerações e a sociedade produzindo novos sentidos e criando vínculos que perpassem a vida humana com a criação de um laço comum com os antecedentes e sucessores. Os Egert recriaram, nas suas gerações, uma memória de Danusia lembrando-a como frágil, “coitada” e constantemente presente, na ausência por falecimento e de um Eugênio valente, corajoso.

Pelegri (2007, p. 91) acrescenta que não apenas os objetos constituem memórias, mas suas representações imagéticas e simbólicas, como uma prática de casamento em uma fotografia, que por sentimentos e vivências mantém vínculos com os lugares de pertencimento, neste caso até mesmo espaços imaginários. De alguma forma há uma articulação entre objetos, sons e aromas, que transformam a memória e materializam a cultura de um grupo “desencadeando tensões entre as reminiscências e o esquecimento”, no caso dos Egert isso se evidencia com a necessidade de preservação desse tipo de bem cultural.

Boguslaw, outro filho de Ignacy e Janina, nascido no campo de acolhimento

de Lübeck, imigrou com um ano de idade. Ele não foi representado nas fotografias dos Egert preservadas por Kazimierz, a explicação pode estar em sua narrativa:

O Bogus [Boguslaw] também, nós se dava bem até um ponto.[...] ele fazia entrega de pão com a Kombi. Pegava das panificadoras e entregava nos mercados e daí ele chegou. [...] Que daí quando a mãe me atropelou da casa, ele pegou a bicicleta e não deixou eu pegar a bicicleta, bem novinha a bicicleta. Tinha antena, farol, sinaleiro, tinha tudo, equipadinha a bicicleta. De carregar gente na garupa, no bagageiro. Era com estofamento a bicicleta. Aí ele disse: Quem mandou pegar as coisas aí. Eu disse: a mãe. Não tô levando por conta. A mãe que mandou eu pegar. Daí ele disse: Você não vai levar. Digo, opa. Vou levar sim. Ela mandou, a última viagem. Que eu já tinha dado três viagens com a Kombi. [...] Eu tava a favor. Eu tava fazendo as coisas que a mãe pediu, né. Daí disse: Já vou te dar um exemplo. Daí quando fui pular nele, a mulher dele pulou na frente. Não deixou. [...] Digo, não. Levei o que tinha na Kombi só carregado. [...] a mãe ficou braba [brava] comigo, porque não carreguei, era dela. Ela ainda disse, a tua bicicleta, você podia ter pegado. Porque é tua, tava lá. Tava lá a bicicleta mesmo. Até eu falei pra mulher dele. A mulher deve estava na casa, quando eu estava carregando. Na última viagem que ele chegou das entrega de pão. Daí eu disse, ó minha bicicleta aí (EGERT, 2015).

Boguslaw conhecido pelos íntimos por Bogus, poderia ter sido representado como o irmão menos amado; àquele que Kazimierz tinha um grau maior de ressentimento, não diminuindo durante sua existência, pois como afirma Ansart (2004), os ressentimentos podem ser definidos por três níveis de intensidade: o comum e do qual todos teríamos; o segundo, construído e ligado a uma situação de rivalidade; e o último o delirante que pode levar a morte. Ele possivelmente estava neste segundo nível, de confronto, com seus irmãos, especialmente o dessa narrativa. Como ele afirma “nós se dava bem até um ponto” e a explicação de sua ausência nas fotografias encontra-se em pegar sem consentimento uma bicicleta, evento esse que marcou de forma ímpar o entrevistado, ao mencionar oito vezes em sua narrativa.

Diferente de Henrique, com o qual as discussões foram por não devolver o botijão de gás, perdoado com a notícia de sua morte, com Boguslaw a mágoa foi por um artefato cultural, uma bicicleta, a qual despertava um sentimento de pertença e construía uma de suas identidades, a de imigrante aventureiro, e mesmo com seu falecimento não foi possível o esquecimento. Ele afirma que ao buscar a mudança de sua mãe, foi proibido por seu irmão de levar a bicicleta, comprada por seu pai durante sua adolescência, um presente por contribuir com as despesas familiares,

esse episódio foi derradeiro para a separação dos irmãos e a inimizade. Nesse sentido, há uma necessidade de lembrar e esquecer (CANDAU, 2011). As discussões dele com os irmãos são marcadas por práticas cotidianas que lembram filmes *hollywoodianos*<sup>101</sup>.

#### 4.3 AS MENSAGENS DA CULTURA POLONESA

Conforme afirma Sayad (1998) todo grupo dispõe de conjunto de instrumentos para comunicar-se com familiares que foram para territórios distantes. Entre esses, as cartas que mesmo com a demora em serem recebidas, levam um sentimento de pertencimento tanto para aqueles que foram como para os que ficaram. Diferente das narrativas orais que são marcadas pelo público, como enfatiza Malatian (2011, p. 197) “[...] expressão a vida privada segundo regras de boas maneiras e apresentam uma imagem de si controladoras da espontaneidade e da revelação da intimidade”. As missivas promovem um encontro de intimidade do emissor com o receptor. Janina Egert manteve correspondência com os sobrinhos residentes em Poznań, região de sua terra natal na Polônia. Na caixinha de lembrança, guardada por Kazimierz, havia apenas duas cartas datadas de 1963 e 1983, envelopes<sup>102</sup> e alguns cartões comemorativos que relatam o contexto polonês apresentando indícios sobre a situação desses imigrantes em solo brasileiro.

Como aponta Chartier (2002), não há como pensar uma produção textual sem o seu suporte, pois há uma dependência da forma que ele chega para seu leitor. As cartas para Janina são produções de sua cultura marcadas pela brevidade, produzidas em linguagem polonesa<sup>103</sup> que destacam práticas cotidianas, e respondem questionamentos de cartas anteriores, que não foram preservadas. Elas foram produzidas e encaminhadas em dois momentos, uma na década de 1960, período presente na memória ainda ou próximo de um pós-guerra, e outra vinte anos

---

<sup>101</sup> Os filhos de Ignacy e Janina Egert são falecidos e seus descendentes encontram-se espalhados pelo Paraná e Santa Catarina.

<sup>102</sup> É relevante mencionar que foram preservados os envelopes das cartas, dois deles, das analisadas, e outro datado de 10 de setembro de 1957, o qual não foi encontrado seu conteúdo. As duas cartas a que se teve acesso possuíam no envelope o endereçamento ao esposo de Janina, Ignacy, no entanto seu conteúdo se referia de forma íntima a tia Janina.

<sup>103</sup> A tradução das cartas foi realizada pela Professora Doutora Barbara Maria Rzycki e estão disponíveis em apêndice.

depois, na década de 1980, com cenário próximo ao falecimento da matriarca Janina Egert, ocorrido em 1990.

Malatian (2011) sugere que o pesquisador atente para sua materialidade, as cartas foram produzidas em papéis considerados comuns e com tinta de cor azul. A primeira, de autoria de Franciszek Juszcak, enviada em 1963 para Janina Egert com duas páginas, a segunda, de Gienia Juszcak, em 1983 com quatro laudas. Ambas escritas pelos sobrinhos de Janina, filhos de seu irmão, conforme trecho da carta de 1963: “Faço saber para a tia que eu [Franciszek] tenho duas irmãs Gienia e Halina. Gienia tem 11 anos e Halina 5. Gienia está no quarto ano e eu já no último ano e terminarei sete anos de estudos” (JUSZCZAK, 1963, p. 1- tradução livre). Ainda, neste trecho, Halina a outra irmã é mencionada.

Janina recebeu uma fotografia de Halina, representada na figura 16:

Figura 16- Fotografia da Primeira Comunhão de Halina (1970-1980)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

O cartão não possui data, a imagem é de uma menina entre 8 e 10 anos vestindo uma túnica branca, com um laço e uma coroa de ervas no cabelo, segurando uma vela. Ao seu lado, uma representação de Nossa Senhora, com designação honorífica de Perpétuo Socorro, amparada em um pedestal. No verso a dedicatória em polonês: “Para comemorar a primeira comunhão, a família Egier tem sua lembrança” (JUSZCZAK, 1970-1980, p. 1- tradução livre). Na foto, a demonstração da relevância das práticas religiosas pelos poloneses e a necessidade de compartilhar esses significados com os demais membros do grupo

cultural, pois de acordo com Malatian (2011), a correspondência é uma tática para manter a união dos familiares, e a imagem, conforme Silva (2008), elo com a imigração enquanto identidade, que mesmo os familiares distantes territorialmente precisam das práticas de legitimação, conduta, valores éticos e estéticos, e para isso os Egert registram momentos como a primeira eucaristia de Halina.

A carta de Gienia apresenta os familiares que ficaram na Polônia:

E agora vou escrever algumas frases sobre meus pais. Continuam morando na mesma aldeia como antes. Estão cada vez mais velhos e têm dificuldades em se virar com todas as dificuldades da vida, embora não queiram deixar sua aldeia. Mamãe tem esclerose, isto é, está esquecida e não enxerga bem. Papai é mais velho, mas é mais ágil, embora minta cada vez mais quando se sente mal. Na nossa aldeia é muito bonito, pena que a tia não pode ver! Eu trabalho no hospital, sou enfermeira, moro em uma cidade grande. Após o trabalho na instituição trabalho em casa e assim o tempo voa (JUSZCZAK, 1983 p. 3-4- tradução livre).

Conforme mencionado por Franciszek e Gienia, seus pais possuíam idade avançada na década de 1980, com dificuldades de deslocamento e visão, no entanto não é possível precisar a idade dos mesmos. Por outro lado, pela descrição do sobrinho de Janina Egert, Gienia em 1983 tinha 31 anos, Halina 25 e Franciszek, o filho mais velho, possuía 38 anos.

Sayad (1998) chama atenção que a carta tem uma especificidade própria dentro da prática discursiva, mais do que as demais fontes históricas, especialmente por serem escritas. Ela difere na linguagem pronunciada pelo seu caráter privado, direcionada exclusivamente para uma pessoa e pode demonstrar significados simbólicos que apenas o interlocutor e o emissor querem revelar, assim, são como um diário que é confessional e diverge da narrativa oral que possui aspecto público e diz respeito a todos.

Malatian (2011) afirma que as cartas são uma escrita de si, na qual o indivíduo assume uma posição refletiva sobre suas práticas e as que movimentam o mundo. Portelli (2016) corrobora com isso, mencionando que há uma diferenciação não apenas nas demarcações individuais, mas nas representações coletivas nas formas masculinas e femininas. As masculinas preocupam-se mais com a esfera pública, destacando inquietações predominantes da cultura política e econômica. Na carta de 1963 isso se apresenta pela necessidade de Franciszek pedir permissão para desenvolver práticas agrícolas nas terras de Janina Egert:

E da tia sobrou uma máquina, armário e mesa e estão conosco, além disso não tem nada e cuidamos de tudo. E se a tia quer que eu tenha uma terra então que mande uma permissão. Porque deste jeito [do jeito que está] o tio não quer me dar. O tio tem terra própria e vai trabalhar também na da tia (JUSZCZAK, 1963, p. 1-2 - tradução livre).

Enquanto o discurso feminino se preocupa efetivamente com as práticas cotidianas e incorpora outros sujeitos na sua narração, como na carta de Gienia: “Na nossa aldeia é muito bonito, pena que a tia não pode ver tudo! Eu trabalho no hospital, sou enfermeira, moro em uma cidade grande. Após o trabalho na instituição, trabalho em casa e assim o tempo voa” (JUSZCZAK, 1983, p. 3 - tradução livre). Ela afirma que além de trabalhar fora de casa como enfermeira, da mesma forma que outras mulheres na sua região, também se dedica às práticas culturais cotidianas como limpar e cozinhar, negociando entre os espaços: público e privado.

Outra marcação que representa a incorporação coletiva da carta encontra-se na assinatura, Gienia a rubrica junto com o esposo e endereça a toda a família Egert como exposto no seguinte trecho “Envio para a tia e toda a sua família carinhosas lembranças e beijos - Gienia e marido” (JUSZCZAK, 1983, p. 4- tradução livre). Isso demonstra a necessidade de incorporar o grupo de imigrantes que foram para o Brasil e não apenas sua tia, mesmo que os assuntos em quase sua totalidade façam menções somente a ela.

Gienia ainda incorpora outros sujeitos perguntando sobre a linguagem pronunciada no Brasil “Estou curiosa em que língua vocês falam – inglês?” (JUSZCZAK, 1983, p. 1- tradução livre). Ela pergunta não de forma unitária, utiliza o pronome “vocês” e não “você”, com isso, não se refere apenas a Janina, mas aos filhos e marido. Da mesma forma que ela indaga, responde retoricamente de forma errônea, o inglês, possivelmente na carta de retorno, Janina desfez esse equívoco. Como demonstra Hall (2016), a linguagem também possui significados, especialmente pela representação no segundo pós-guerra, quando os Estados Unidos eram um país dominante culturalmente, com isso, Gienia pode ter assumido isso e criado essa predeterminação sobre o idioma. Os elementos de incorporação de todos os imigrantes por Gienia estão nas páginas da sua carta, o que favorece para que ela possua uma extensão maior que a de Franciszek, há uma preocupação

mais efetiva na personagem feminina que a masculina, em detalhar suas práticas culturais para aqueles que foram para outro país.

As práticas alimentares também são detalhadas nas cartas, como na produção cultural de 1963: “A tia escreveu que as laranjas e as bananas onde a tia mora são muito baratas. E aqui têm laranjas, mas não estamos em condição de comprar. E as bananas, nós nunca as visualizamos” (JUSZCZAK, 1963, p. 2 - tradução livre). O sobrinho afirma que em uma carta anterior ela mencionou que comprou laranjas e bananas, as laranjas no continente Europeu eram um alimento raro, tendo em vista os rigorosos invernos e a situação de destruição causada na Polônia durante a guerra, já as bananas, afirma que não as conhece.

Esse mesmo aspecto de estranheza com relação a esses alimentos foi mencionado por Ana Toncic (2009), Guerrino e Graziela Andreani (2009) que permaneceram por um período na hospedaria Ilha das Flores no Rio de Janeiro. A primeira conhecia a banana, mas não a consumia devido o valor elevado na sua terra de origem, e os demais nunca tinham visto antes de vir ao Brasil, o que dificultava incorporá-la nas suas práticas alimentares, precisando renegociar essa prática. O mesmo estranhamento pode ter ocorrido com os Egert na primeira vez que a viram em solo brasileiro.

Na carta de 1983 Gienia discute a prática alimentar a partir do seguinte questionamento: “Quanto custa aí um quilo de café?” (JUSZCZAK, 1983, p. 4 – tradução livre). Simbolicamente perguntar sobre café remete aos traumas e sentimentos da II Guerra Mundial, a prática não apenas demonstrava a compra desse alimento, mas o poder aquisitivo que possuía o grupo. Conforme Buruma (2015), o primeiro alimento que faltou durante o conflito, em quase todas as regiões europeias, foi o café. Tomá-lo nos anos de combate e seguintes foi realizar uma prática cultural rara e quem conseguisse comprá-lo, no mercado paralelo, para seu consumo era considerado abonado. Para medir a riqueza de algum segmento era uma prática costumeira perguntar se poderia comprá-lo, questionando seu preço, com isso, Gienia indaga se os Egert poderiam adquiri-lo, e espera como resposta sim, e que a família estaria em melhor situação financeira que eles.

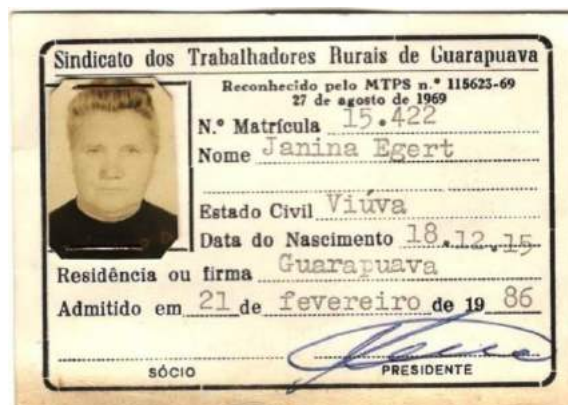
Gienia apresenta marcas das práticas comerciais, acrescentando a perspectiva de identificação com um artefato cultural: “[...], se aí conhecem nossa moeda e se é possível comprar algo com ela” (JUSZCZAK, 1983, p. 3-4 – tradução livre). De alguma forma lembra-se da moeda comercial vigente na Polônia é tentar



fazer uma ponte entre os emigrantes e os familiares, pois demonstra, se a resposta for positiva reconhecer códigos culturais da origem no destino, é uma forma de reconectar os laços.

Algumas conexões identitárias estão fragmentadas, mesmo que em alguns trechos. A sobrinha intuitivamente demonstra conhecer sua tia e desenvolve projeções sobre suas práticas, como na frase: "O que a tia faz agora durante a aposentadoria, talvez tenha um jardim?" (JUSZCZAK, 1983, p. 4 – tradução livre). Levando em consideração que Janina só se aposenta em 26 de fevereiro de 1986, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarapuava (figura17), como trabalhadora rural, o que pode ter movido a sobrinha deduzir que ela já estava aposentada pode ter sido a idade de aposentadoria na Polônia, diferente das leis brasileiras as quais Janina estava sujeita.

Figura 17- Carteira de Janina do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarapuava (1986)



Fonte: Acervo de Kazimierz Egert

Outros elementos corroboram para que ela não conheça a tia, ou não se identifica mais de forma satisfatória: "Talvez a tia possa escrever quantos filhos têm e se todos moram na mesma cidade, o que todos fazem e mais sobre si e sobre todos eles" (JUSZCZAK, 1983, p. 4 – tradução livre). As cartas de Franciszek e Giena são escritas não apenas com descrições e respostas, mas principalmente com questionamentos e suposições.

Sayad (1998) menciona que as mensagens que os familiares de imigrantes mandavam também poderiam pedir dinheiro ou resolver alguma situação financeira.

No caso dos Egert, é manifesto a partir de Juszczak (1963), que a matriarca da família deixou bens materiais e situações pendentes na partida ao Brasil, pois não retornou para a Polônia no pós-guerra. Nesta narrativa, percebe-se que não apenas o irmão de Janina vivia na Polônia, mas outros parentes como sua mãe Jozefa Wanat. Alguns nomes de familiares não são revelados na carta e há um conflito pela administração desses bens, pois o irmão quer desenvolver práticas agrícolas tanto em sua terra como nas dela, não cedendo para seu filho Franciszek, sobrinho de Janina, como este deseja tanto, que em carta pede autorização.

Pode-se a partir das práticas comerciais, desenvolver um paralelo com a narrativa de Danuta Lisicki de Abreu (2007). Ela afirma que sua mãe, Janina Lisicki, foi obrigada a se desfazer de todos os bens materiais para buscar um novo lar: “Ela entregou de sua livre espontânea vontade a casa, tudo que tinha dentro dela e saímos com uma roupa, com uma muda [de roupa] só”. Diferente dos Egert, que deixaram pertences, os familiares dela venderam tudo para que de forma clandestina pudessem ir para a Escócia, a procura de seu pai, Adolfo Lisicki, e de lá imigrarem ao Brasil.

O sentimento de provisoriedade na carta de Gienia, conforme Sayad (1998) é uma característica específica dos imigrantes, a esperança do retorno que não se efetiva: “Já escrevi anteriormente, embora não tenha recebido resposta da tia. O que a tia pode dizer sobre a proposta de vir nos visitar na Polônia – talvez a possa escrever” (JUSZCZAK, 1983, p.3 - tradução livre). É perceptível que haja insistência por parte da familiar que ficou, pela volta, mesmo que para um passeio de alguns dias, ela menciona que esse pedido já foi realizado em outras ocasiões, nas cartas anteriores.

Como aponta Malatian (2011), na prática cultural de escrever aos familiares, existem duas dimensões, a dizível (questões cotidianas) e a indizível (assuntos considerados delicados). Janina Egert encontra-se nessa segunda categoria, ela não apresenta uma resposta, pela ausência de precisar ou saber que nem ela ou seus filhos voltarão, nem para visitas, então se recusa mencionar. Existe um silêncio necessário diante da impossibilidade do retorno por parte dela, e não um esquecimento em responder à sobrinha. Ela não quer comentar o assunto, possivelmente porque isso lhe causa angústia por não atender. Ela não retorna porque não quer, mas por ser para ela uma prática impossível, especialmente pela

questão financeira, tanto que seu sepultamento em 1990 se realiza no Brasil, sem nunca mais pisar em solo polonês.

As práticas religiosas imigrantes, bem como de toda família Egert estão enfatizadas no início de uma das cartas:

Nas primeiras palavras de minha carta que Jesus Cristo seja louvado, esperamos que vocês nos respondam, por todo o sempre, Amém. Faço chegar a vocês que estamos com saúde e esta mesma saúde desejamos a vocês dada por Jesus Cristo e Nossa Senhora (JUSZCZAK, 1963, p. 1- tradução livre).

A cultura católica dos membros desse grupo social se expressa na carta de 1963, pelos personagens cristãos: Jesus Cristo e Nossa Senhora, pela afirmação: Amém, e por Kazimierz Egert (2015) em sua entrevista. Além do que, junto foi enviado um cartão natalino mencionando uma representação religiosa.

Figura 18 - Cartão de Natal recebido pelos Egert (1963)



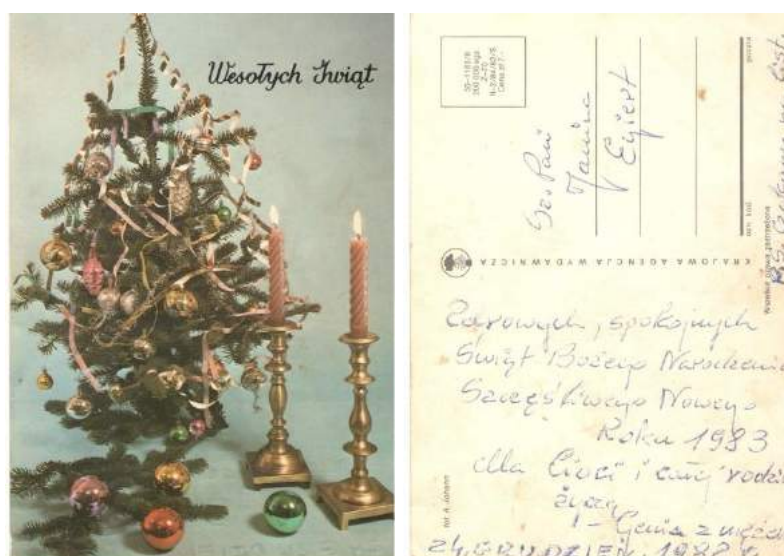
Fonte: Acervo de Kazimierz Egert

Um Natal com saúde e Ano Novo também desejamos a você querida irmã e cunhado com seus filhos e dividimos com vocês a hóstia. Desejamos Ano Novo. Dia 15 de XII de 1963 (JUSZCZAK, 1963- tradução livre).

A prática de enviar cartões entre poloneses ausentes pode ser entendida como uma característica cultural, uma vez que demonstravam quantidade significativa dessas ações.

Dividir uma hóstia era uma prática cultural polonesa fundamentada na religiosidade cristã e representava fertilidade, pois na véspera de natal os poloneses, católicos fervorosos, se uniam ao papa repartindo-a na representação do corpo de Jesus Cristo e após isso, começavam os festejos e as práticas alimentares da ceia de natal. Como Janina Egert e esposo Ignacy, seu irmão demonstra o mesmo gesto a partir de um cartão, gesto que não pode ser realizado de forma física pela ausência dos imigrantes, mas de maneira simbólica, por uma representação na linguagem, demonstrando que mesmo ausentes todos estavam presentes e unidos entre os seus.

Figura 19 - Cartão de Natal recebido pelos Egert (1982)



Fonte: Acervo de Kazimierz Egert

No fator mobilização, proposto por Pesavento (2008), esses cartões instigam discutir a prática cultural do natal, independente onde se encontram os poloneses. Há um sentimento de pertencimento que está expresso no cartão de 1982 (figura 19), felicitações das festas de fim de ano, que Gienia realizou para toda a família brasileira: “Saudáveis, calmas festas de Natal e Feliz Ano Novo de 1983 para a tia e toda a família, desejam Gienia e esposo em 24 de dezembro de 1982” (JUSZCZAK, 1982- tradução livre). Essa mobilização também pode ser observada no mesmo cartão a partir do desejo de Feliz Natal escrito em polonês: *Wesołych świąt*, e a simbologia de renascimento com as velas, árvore da festividade, pinheiro colorido com vários adereços. O elemento evocativo, pelo fato de fazer recordar essas experiências e sentimentalismo, são demonstrados especialmente nos finais de ano.

Elementos que auxiliam a realizar a leitura da imagem, principalmente da prática cultural religiosa.

Outra forma de conceber imagens pode ser pelas representações explicadas por Pesavento (2008), ela argumenta que o historiador cultural deve atentar para a sedução, mobilização e evocação das fotografias. Nas figuras 18 e 19, esses elementos são observados, no primeiro elemento, o sedutor, é demarcado pelos aspectos que remetem à religiosidade nos seus adornos.

As práticas religiosas também são representadas em uma fotografia (Figura 20) encaminhada para Janina Egert.

Figura 20 - Fotografia de Genowefa Juszcak (1970-1980)



**Fonte:** Acervo de Kazimierz Egert

A fotografia não possui data, possivelmente tenha sido escrito entre 1970 e 1980, comunica sobre a primeira comunhão de uma das afilhadas de Janina: “Como lembrança para a família da tia, envio minha foto” (JUSZCZAK, 1970-1980- tradução livre). Há também uma representação coletiva, a lembrança não é apenas para a tia, mas para a família Egert. Como afirma Pesavento (2008), a imagem se constrói junto com o expectador, com as inferências que ele realiza, sendo a recepção também criadora de sentidos e significados. Neste caso, pode ser questionado: quem é ela? Por que está vestida dessa forma? Onde está?

A imagem é de Genowefa Juszcak, moradora da Polônia, prima de Gienia, Franciszek e Halina, representando sua primeira comunhão pelo artefato cultural e

religioso, o genuflexório<sup>104</sup>. Ela estava em uma igreja, na mesma região que frequentavam os demais parentes de Janina Egert. Representada com uma túnica, vestimenta cultural para práticas católicas como primeira comunhão e crisma. As práticas religiosas tinham extrema relevância para os poloneses e foram representadas nas fotografias, cartões postais e cartas trocadas entre familiares brasileiros e poloneses.

É significativo destacar que mesmo com a II Guerra Mundial e a imigração ao Brasil, os Egert, especialmente a matriarca, Janina Egert, não perdeu contato com seus familiares, escrever e receber cartas era uma forma de estarem mais próximos, desenvolvendo suas práticas culturais, pois, apesar dos anos, fica evidente que havia uma troca de missivas, mesmo que algumas não tenham sido preservadas como se evidencia no seguinte trecho: “Recebemos a carta da tia, pela qual agradecemos muito” (JUSZCZAK, 1983, p. 1 – tradução livre).

As cartas de 1963 e 1983, a fotografia, cartões de natal de 1963 e 1982, e postais demonstram vinte anos de correspondência, a existência de uma rede identitária de significação entre os imigrantes e seus familiares até o falecimento de Janina em 1990. Na rede não predomina uma cultura econômica ou política, mas práticas e representações cotidianas, e envolvia todos que compartilhavam desses laços. Isso promoveu um sentimento de conformidade e alívio para suprir a ausência, tanto na terra de origem como de destino, e possibilitou a criação e renegociação das práticas culturais, em seu sentido mais amplo, da própria cultura.

Nesse sentido, também se questiona o porquê de Kazimierz ser o responsável por essa guarda da memória, a partir dessas cartas e fotografias. Conforme Pereira (2008), a função de guarda de uma memória nos imigrantes e descendentes geralmente era atrelada ao feminino, principalmente pela construção cultural que a mulher deveria estar no espaço privado e das miudezas cotidianas, enquanto o homem no espaço público e da escrita.

Inicialmente esse mesmo aspecto é percebido na família Egert, primeiramente Janina tem a preservação da lembrança do grupo, no entanto, depois de sua morte isso é passa há um de seus filhos, Kazimierz. É questionável o porquê da ruptura cultural. A resposta pode estar no falecimento prematuro da única filha,

---

<sup>104</sup> O genuflexório é um objeto religioso, geralmente feito em madeira e às vezes acolchoado, destinado para o fiel se ajoelhar com o objetivo de descansar os braços e realizar inclinação para a oração.

Danusia. Da mesma forma que Vincenzo, Maurizio Micheli e Ferruccio Silvestri personagens de Pereira (2008), que assumiram a conservação da caixinha de lembranças depois da morte das mães e irmãs, ele igualmente torna-se o responsável. No seu caso também foram os laços familiares que se estreitaram com a morte há mais de vinte anos de seu pai, o patriarca Ignacy, e da irmã, dois anos antes, e a saúde frágil de Janina, que ao inspirar cuidados fez com que ela morasse anos com o filho.

Nesse sentido, Candau (2011) pode indicar pistas para a necessidade desta preservação de memória. Ele afirma que ao mesmo tempo em que ela inscreve-se na forma de uma identidade coletiva, neste caso familiar, ao preservar a memória de seus familiares, possui como principal aspecto salvaguardar a si mesmo, protegendo-a para que não caia no esquecimento.

Em síntese, foram utilizadas para analisar como os Egert desenvolveram suas práticas culturais e salvaguardaram sua memória, cartas, cartões e fotografias, preservadas por Kazimierz Egert, um dos filhos que nasceu e imigrou do campo de acolhimento de Lübeck, na Alemanha para o Brasil. As elaborações visuais como as mentais, desenvolvidas pela memória transformada em texto interagem e criam significados, discussões possíveis, ressignificadas e transformadas em representações do passado.

## Considerações

Como aponta Hall (2016), não há possibilidade de se criar um sentido final para uma prática cultural e representação, pois elas estão em constante mudança e isso não é necessário para a sociedade onde se inserem. Apesar disso, há o imperativo de findar esse trabalho com sentidos finais na forma de considerações parciais, com a certeza de que são provisórios, precisando ser novamente criados e narrados, conforme novas pesquisas sobre grupos familiares de imigrantes do segundo pós-guerra.

Os debates sobre cultura e imigração são extremamente relevantes para se pensar a sociedade e como se deu historicamente a sua constituição. É necessário discutir a cultura enquanto centralidade, enfatizando que não é apenas dos segmentos privilegiados da sociedade, mas de todos, uma vez que ainda impera vestígios de intolerância como xenofobia e preconceito contra aqueles que vieram e vêm de outros lugares/espacos/territórios. Nesta perspectiva, não há como definir uma única identidade para os imigrantes do século XX, mas várias, dentro das culturas plurais e circulares.

Nesse contexto, o grupo de imigrantes a que esta narrativa histórica se concentrou foi a família Egert, composta de Ignacy, Janina, Jozef, Henryque e Kazimierz, Danusia e Eugênio, os dois últimos nascidos no Brasil. Durante a II Guerra, os poloneses foram deslocados para o território alemão por práticas nazistas e, posteriormente, ficaram em um campo de acolhimento localizado em Lübeck até 1949. Neste ano imigraram ao Brasil depois de passarem por uma seleção pela comissão brasileira e com apoio de uma organização internacional (OIR), embarcaram no porto Lübeck para o de Nápoles, na Itália e deste para o Rio de Janeiro, permanecendo na hospedaria Ilha das Flores. Após alguns dias rumaram para Curitiba onde embarcaram num trem para a estação do distrito Góes Artigas em Guarapuava no Paraná. Esse município considerado interiorano, mas que na época era um dos maiores em extensão do país, com número significativo de serrarias, o que favoreceu a imigração deles; além de campos propícios para desenvolver agricultura.

Dentro das hospedarias, os Egert e os demais imigrantes do segundo pós-guerra, desenvolveram várias práticas culturais, a começar pelo cadastro. O



cadastro de imigrantes era feito de diversas maneiras, passavam pela desinfecção e finalmente a alimentação. Conforme Paiva e Moura (2008), o banho consistia na primeira prática, logo que o imigrante saía do barco, deveria tomar banho e evitar contato com os demais, para descontaminar-se, enquanto sua roupa passava por autoclave. O imigrante do segundo pós-guerra foi representado como um sujeito “alienígena”, que precisava de limpeza e cuidado do nacional.

As práticas alimentares demonstram que foi necessário dentro e fora das hospedarias negociação e renegociação do próprio imigrante. Inicialmente o consumo de banana, entre outros alimentos, causou estranhamento superado quando anteriormente, se ouvia falar dela. Isso foi demonstrado na carta onde Gienia menciona que nunca tinha ouvido sobre ela, o que leva a considerar-se que Janina Egert tenha descrito a fruta em missivas anteriores.

As práticas religiosas significavam um sentimento de conforto, eram estimuladas pelas organizações internacionais, sendo centrais para a família Egert. Percebe-se nas cartas, cartões postais e na narrativa de Egert (2015), que as questões divinas são mencionadas em diversos trechos. Além do costume polonês de dividir a hóstia, forma de comungar com todos os cristãos do mundo, as práticas religiosas têm como função de aliviar e suprir a ausência para o imigrante, desde o período vivenciado nos campos de acolhimento até a permanência na nova pátria.

Enquanto os suábios do Danúbio, maior grupo de imigrantes do segundo pós-guerra, imigraram em 1951, para o Paraná, por escolha de uma comissão, os Egert como única opção, imigraram a partir da carta de chamada para uma localidade de Guarapuava. O que difere os Egert dos suábios são características como: a ausência de representações em periódicos do período da imigração e esquecidos pela história em um período com poucas produções sobre a imigração no Brasil.

Pensar na família Egert também é discutir sujeitos desterritorializados, não apenas uma vez, mas várias: da Polônia para a Alemanha, da Alemanha para o Brasil. Além de que podem ser discutidos a partir de uma migração dentro de outras. Diferente de outros grupos imigratórios, os Egert não pararam em uma única localidade: da Ilha das Flores para Curitiba, desta para o distrito Góes Artigas, de Góes Artigas para o do Guairacá, deste para a sede, Guarapuava, e posteriormente, ainda se deu a separação de seus membros na região, como a ida de Kazimierz ao Goioxim. Trajetória marcada pela coragem, em um espaço desconhecido, pela resistência que implicou a sobreviver sem relações de parentesco, migrando

diversas vezes, pela tragicidade advinda da morte inesperada dos filhos nascidos no Brasil e por ressentimentos familiares (Kazimierz, por exemplo, sentia mágoas de seus irmãos).

Com relação às imagens, especificamente as fotografias, como confirma Pesavento (2008), mesmo aparentando serem realistas sempre são construções, uma criação da realidade, uma interpretação e representação entre tantas possíveis como as demais fontes históricas, tanto para quem produziu como para quem analisa. A imagem traduz o vivido, quem a construiu e os meios tecnológicos de uma época. Nos Egert são evidenciados aspectos dos campos de acolhimento, da trajetória de vida desses familiares e das práticas cotidianas como o casamento, representando apenas fragmento de um evento, uma visão parcial dos personagens representados.

Os Egert modificaram o espaço que escolheram habitar, negociaram e renegociaram suas práticas culturais, auxiliando de modo geral na construção identitária de Guarapuava e do Brasil, pois eles atuaram diretamente no beneficiamento de madeiras e nas práticas de lavoura. As práticas culturais deles foram representadas a partir de conflitos simbólicos desenvolvidos pelos personagens, que demonstram aspectos cotidianos como as práticas religiosas, por exemplo, no casamento de Danusia e Kazimierz; práticas laborais, o emprego de todos na serraria, posteriormente a separação da família. Por fim, a prática fúnebre expressa nas celebrações do falecimento deles.

Discutir esses imigrantes foi significativo, uma vez que demonstrou a necessidade e a importância de se salvaguardar uma memória (da imigração) e de um grupo específico marginalizado pela historiografia oficial. É preciso considerar as políticas de esquecimento demonstradas pelo discurso oficial que busca homogeneizar o imigrante, igualando-os, não valorizando e, muito menos, reconhecendo as especificidades do segundo pós-guerra. Por que as narrativas sobre imigrantes desse período são ocultadas na história paranaense e brasileira? Por que eles dificilmente são lembrados? Provavelmente não é possível uma resposta contundente, e nem é essa nossa função, mas nos direciona a outro questionamento: Como incorporá-los? Nesse sentido, que a partir das diferentes práticas culturais e representações da família Egert incluímos todos os imigrantes do segundo pós-guerra, marcados pela diferença de uma das maiores catástrofes da humanidade.

Nas práticas culturais e representações dos Egert em Guarapuava e dos imigrantes do segundo pós-guerra, ainda se poderá atribuir novas significações ou renegociações, tendo em vista que a história é problematizada a partir de fontes. Os Egert, enquanto imigrantes estabelecidos nesta região, puderam se organizar e se inserir, mesmo que, parcialmente, na sociedade que escolheram para viver, possibilitando o surgimento de novas fontes, desta forma contribuíram e ainda contribuirão com novas pesquisas sobre outros grupos de imigrantes e seus descendentes por meio dos estudos culturais.

Para finalizar, retorna-se a memória, na sua construção coletiva, mesmo que narrada por Kazimierz Egert, ela sofreu influências de seus íntimos. O herdeiro da caixinha de lembrança da família Egert, faleceu em 2016 e seus familiares atenderam seu último pedido, ser sepultado no mesmo cemitério que seus pais, Janina e Ignacy, e irmãos, Eugênio e Danusia, no Cemitério Municipal Central de Guarapuava. Por esse pedido, verifica-se que eles eram admirados por ele, e dignos de preservação de sua memória. Kazimierz cumpriu sua função, ele queria seguir os passos de sua mãe preservando as lembranças da família Egert e involuntariamente salvaguardando a sua, para que algum dia pudesse ser reconstruída, enquanto narrativa histórica.

## REFERÊNCIAS

### Arquivos

*Acervo Particular (Kazimierz Egert)*

AUTORIZAÇÃO para o trabalho de Kazimierz Egert. Guarapuava, 1960. Pedido realizado ao Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Comarca.

BRASIL. DOU. Diário Oficial da União. Imprensa Oficial: Brasília: 1979.

COMBATE. Programa de Radiodifusão. 1 cassete sonoro (41min). 1993 (gravado por Kazimierz Egert)

Fotografias. Acervo do Arquivo Kazimierz Egert. Localizado sob a posse da família (acervo privado familiar).

GEBURTS UND TAUFURKUNDE VON KAZIMIERZ EGERT. Luebeck, den 30 VIII. 1945.

INTERNACIONAL REFUGGE ORGANIZATION, 1949. *Certificate of identiti for the purpose of immigration to Brazil*. Iro (BZ) Form 56. Serial nº.904/BRA/176.

JUSZCZAK, Franciszek. [Carta] 11 jan.1963, Poznán [para] EGERT, Ignacy, Guarapuava. 2f.

JUSZCZAK, Franciszek. [Cartão de Natal] 15 dez. 1963, Poznán [para] EGERT, Ignacy, Guarapuava. 1f.

JUSZCZAK, Genowefa. [Cartão Postal] 1970-1980, Poznán [para] EGERT, Janina, Guarapuava. 1f.

JUSZCZAK, Halina. [Cartão Postal] 1970-1980, Poznán [para] EGERT, Janina, Guarapuava. 1f.

JUSZCZAK, Giena. [Cartão de Natal] 24 dez. 1982, Poznán [para] EGERT, Ignacy, Guarapuava. 1f.

JUSZCZAK, Gienia. [Carta] 9 abr. 1983, Poznán [para] EGERT, Ignacy, Guarapuava. 4f.

O JORNAL. Não Identificado.13/08/1993, p. 11

### *Arquivo Nacional*

RELAÇÃO de passageiros do *Vapor Protea*. Rio de Janeiro, 13/08/1949.BR RJANRIO OL.0.RPV, PRJ.36295

*Arquivo Público do Paraná*

LUPION, Moysés. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da sessão Legislativa de 1948.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1948. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano\\_1948\\_MFN\\_941.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1948_MFN_941.pdf). Acesso em: 22 dez. 2018.

LUPION, Moysés. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da Sessão Legislativa ordinária de 1950.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1950. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano\\_1950\\_MFN\\_942.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1950_MFN_942.pdf). Acesso em: 22 dez. 2018.

LUPION, Moysés. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1956.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1956. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano\\_1956\\_MFN\\_945.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1956_MFN_945.pdf). Acesso em: 22 dez. 2018.

ROCHA NETO, Bento. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da Abertura da 1ª Sessão Ordinária da 2ª Legislatura.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1951. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano\\_1951\\_MFN\\_944.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Ano_1951_MFN_944.pdf). Acesso em: 22 dez. 2018.

*Biblioteca da Presidência*

CAFÉ FILHO, João. **Mensagem ao Congresso Nacional,** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1955. Disponível em: [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-cafe-filho-1955/@\\_@download/file/Mensagem%20%20ao%20Congresso%20Nacional%20Caf%C3%A9%20Filho%20-%201955.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-cafe-filho-1955/@_@download/file/Mensagem%20%20ao%20Congresso%20Nacional%20Caf%C3%A9%20Filho%20-%201955.pdf). Acesso em: 29 maio 2018.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1947.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-gaspar-dutra-1947>. Acesso em: 29 maio 2018.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1948.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-gaspar-dutra-1948>. Acesso em: 29 maio 2018.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1949.** Rio de Janeiro: Imprensa

Oficial, 1949. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-gaspar-dutra-1949>. Acesso em: 29 maio 2018.

DUTRA, Eurico Gaspar. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1950**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1950. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-gaspar-dutra-1950> . Acesso em: 29 maio 2018.

QUADROS, Jânio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília: Imprensa Oficial, 1961. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-janio-quadros-1961/@@download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20J%C3%A2nio%20Quadros%20-%201961.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1956. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-jk-1956-parte-2/@@download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20JK%20-%201956%20-%20parte%202.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1957. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-jk-1957/@@download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20JK%20-%201957.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1951. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1951/@@download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20-%201951.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1952. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1952/@@download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20-%201952.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1953. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1953/@@download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20-%201953.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

1953/@ @download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20-%201953.pdf. Acesso em:29 maio 2018.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1954. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1952/@ @download/file/Mensagem%20ao%20Congresso%20Nacional%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20-%201954.pdf>. Acesso em:29 maio 2018.

*Biblioteca Nacional Digital (BNDigital)*

**A MANHÃ**. Chega à Ilha das Flores mais um grupo de deslocados de guerra, 13/11/1949, p. 5.

**O DIA**. Nova leva de imigrantes para o Paraná. 11/11/1948, p. 1

**O DIA**. Mais imigrantes para o Brasil. 19/12/1948, p.1

**NOSSA VOZ** - Semanário Israelita. Querem regressar a Polônia. 28/12/1950, p. 1.

*Documentos cartoriais*

GUARAPUAVA –PR. Cartório Santos Lima- Registro Civil 1º Ofício. **Certidão de óbito de Inacio Egert**. Registro em: 15 dez. 1974.

GUARAPUAVA –PR. Cartório Santos Lima- Registro Civil 1º Ofício. **Certidão de óbito de Danuta Egert de Moraes**. Registro em: 27ago. 1978.

GUARAPUAVA –PR. Serviço Distrital de Carro Quebrado. **Certidão de óbito de Janina Egert**. Registro em: 06 jan. 1990.

GUARAPUAVA –PR. Serviço Distrital de Carro Quebrado. **Certidão de óbito de Eugenio Egert**. Registro em: 1Gago. 1993.

*Centro de Documentação e Memória de Guarapuava (CEDOC-G-UNICENTRO)*

**FOLHA DO OESTE**. “ASSIM, sim; mas, assim, também não!” 11/08/1946, p. 1.

**FOLHA DO OESTE**. Urgente medida- Comercio Varejista – Sinónimo de Incoerência. 16/01/1949, p. 1.

**FOLHA DO OESTE**. Colonia em Entre Rios. 10/06/1951, p. 1

**FOLHA DO OESTE**. Colonos para Guarapuava.10/06/1951, p. 4.

**FOLHA DO OESTE**. ESSA terra tem dono. 10/06/1951, p.1-4.

**FOLHA DO OESTE.** Agricultores italianos que desejam imigrar para o Brasil. 26/08/1951, p. 2.

**FOLHA DO OESTE.** Quesito social. 25/10/1953, p. 1

**FOLHA DO OESTE.** Pelo ensino na Colonia Entre Rios. 22/11/1953, p. 1.

**FOLHA DO OESTE.** Defendendo os interesses de Guarapuava. 13/06/1954, p. 1.

**FOLHA DO OESTE.** Interêsses de Guarapuava. 07/08/1955, p. 1.

**FOLHA DO OESTE.** O primeiro imigrante de Entre-Rios que consegue a cidadania brasileira. 11/08/1957, p. 10.

**FOLHA DO OESTE.** O Entre Rios extreia hoje frente o Grêmio. 08/09/1957, p.7.

**FOLHA DO OESTE.** Um imigrante sem cônsul! 13/10/1957, p. 1.

**FOLHA DO OESTE.** Para breve a escala de aviões comerciais em Guarapuava. 02/03/1958, p. 1.

**FOLHA DO OESTE.** Novas professôras nomeadas para Guarapuava. 17/08/1958, p. 7.

**FOLHA DO OESTE.** Difusora lançou programa especial na língua alemã. 20/11/1960, p. 4.

**FOLHA DO OESTE.** Novo horário para o programa 'novidades da Alemanha'. 05/02/1961, p. 1.

**FOLHA DO OESTE.** Gremio 3x Entre Rios I. 20/08/1961, p. 9.

**FOLHA DO OESTE.** Meios de Comunicação. 28/02/1962, p. 8.

**FOLHA DO OESTE.** Hoje tem torneio. 28/02/1982, p. 5. (Edição comemorativa de 45 anos).

**FOLHA DO OESTE.** "Fazer Avenida". 10/08/1958, p. 8.

**O JORNAL.** Ladrões atacam motorista, 21/08/1993, p. 3

**O JORNAL.** PM desmantela quadrilha de ladrões, 28/08/1993, p. 3.

PROCESSO N° 953.3.2013 de 22.05.53 p. 07 Cx.: 60 Doc. 1.896. Pedido realizado ao Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Guarapuava para autorização de trabalho para Jozef Egiert.

PROCESSO N°: 961.5.2344 de 1961 Pág.: 11 Cx: 96 Doc.: 255/61. Pedido realizado ao Exmo. Snr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Guarapuava por Henrique Egert de Retificação de Assento de Casamento.



*Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul*

**DIÁRIO DO PIONEIRO.** As ervas daninhas dos trigais. 22/12/1951, p. 5. Disponível em: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=33852&p=4&Miatura=false&Texto=false>. Acesso em: 5 fev. 2019.

### *Entrevistas*

ABREU, Danuta Lisicki de. **Danuta Lisicki de Abreu:** depoimento [2007]. Entrevistador: Edson Zucchi. Curitiba: Memorial de Imigração Polonesa. 2007. 31 min. Vídeo. Entrevista concedida ao programa Persona da TV UFPR. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/34284>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ANDREANI; Guerrino; ANDREANI, Graziela. **Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.** 15/06/2009. Acervo CMIIF/UERJ.

EGERT, Kazimierz. **Entrevista concedida por Kazimierz Egert a Rodrigo dos Santos.** 07/07/2015. Goioxim-Pr. 61 min. Acervo Particular.

TONCIC, Ana. **Entrevista concedida por Ana Tonicic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.** 19/03/2009. Acervo CMIIF/UERJ.

### *Family Search*

"Brasil, Cartões de Imigração (Ignacy Egert), 1900-1965," index and images, FamilySearch (<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1942-22443-8442-17?cc=1932363> : accessed 23 Aug 2014), Brasil, Cartões de Imigração, 1900-1965 Brasil, Cartões de Imigração, 1900-1965 >Group 8 > 004916825 >image 34 of 203; citing Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

"Brasil, Cartões de Imigração (Janina Egert), 1900-1965," databasewithimages, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-X9B9-HB3?cc=1932363&wc=QSXV-BZQ%3A1019547801%2C1019603201> : 19 March 2019), Group 1 > 004541702 >image 34 of 205; Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (NationalArchives, Rio de Janeiro).

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra:** modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil** -3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDRADE, José Henryque Fischel de. **A política de proteção a refugiados da organização das Nações Unidas**: sua gênese no período pós-guerra (1946-1952). 2006. 327f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UNB), Brasília.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.

ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

APPLEBAUM, Anne. **Cortina de ferro**: o esfacelamento do Leste Europeu (1944-1956). São Paulo: Três Estrelas, 2016.

AZEVEDO, Natália de Lima. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: Um Lugar, Muitas Histórias. **Interagir**: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 21, p. 113-123, jan./jun. 2016 113. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/23575/17800>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BASSANEZI, M. Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário R. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos “deslocados de guerra”: 1947 a 1951. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 31, n. 1, jan./jul. 2014, p. 151-167. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v31n1/09.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Cultura como conceito. In: BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 83-154.

BAUMAN, Zygmunt. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista com Zygmunt Bauman. Entrevista concedida a Maria Lúcia Pallares-Burke. **Tempo Social**, v. 16, n. 1, jul. 2014, p. 301–325. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702004000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100015). Acesso em: 19 fev. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BENEDUZI, Luis Fernando. Nostalgia do tempo em um tempo de nostalgia. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia M. Weber Santos; ROSSINI, Miriam

de Souza (orgs). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural.** Porto Alegre: Asterisco, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOSCHILIA, Roseli. Sidónio Muralha: memórias autobiográficas de um “homem arrastado”. **Naveg@mérica** - Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2013, n. 11. Disponível em: <https://revistas.um.es/navegamerica/article/view/183671/152851>. Acesso em 14 abr. 2020.

BRAVO, André Zuzarte. Entre a hospitalidade e a exclusão: o recebimento de refugiados europeus pelo Brasil no pós-guerra. In: **Anais** do 6º Encontro da ABRI- Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição, Belo Horizonte. abr. 2017. p. 1-16.

BUENO, Wilma de Lara. **Curitiba, uma cidade bem-amanhecida: Vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.** 1996. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURUMA, Ian. **Ano Zero: Uma história de 1945.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CANDAU, Joel. **Memoria e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas: Papius, 2012.

CHAGAS, Luãn José Vaz. **Jornalismo e esfera pública: a cobertura eleitoral de 2014 pelas emissoras de radiodifusão em Guarapuava.** 2016. 145f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo)- Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes.** Porto Alegre: Ed da Universidade/UFRGS, 2002.

EAGLETON, Terry. Versões de Cultura. In: EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura.** São Paulo: UESP, 2005, p. 9-50.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná.** Curitiba: [s. n.], 1971.

FERNANDES, Marcos Aurélio Machado. **Poder & Comércio: a Associação comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970)**. Curitiba: Editora CRV, 2010.

FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor; OLINTO, Beatriz Anselmo. Memória, ressentimento e politização do trauma: narrativas da II Guerra Mundial (Suábios do Danúbio de Entre Rios, Guarapuava - PR). **Tempo**, Niterói, v. 20, p. 01-26, 2014.

FROTSCHER, Méri. Língua, memória e identidade. Considerações metodológicas sobre histórias de vida de migrantes bilíngues. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FUNDAÇÃO CULTURAL SUÁBIA-BRASILEIRA. **Die Geschichte der Donauschwaben in Brasilien**. Guarapuava: FCSB, 2016.

GÄRTNER, Monique. **Alguns elementos para a construção de uma História Ambiental do processo de “europeização” da paisagem do Distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná**. 2014. 86f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2016.

LEAL, Bruno. As fichas consulares de estrangeiros no site *FamilySearch*. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 31-53.

LOWE, Keith. **Continente Selvagem: o caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 111-153.

LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava (1915-1974)**. 1980. 343f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

MAGALINSKI, Jan. **Deslocados de guerra em Goiás**: imigrantes poloneses em Itaberaí. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 195-249.

MARCH, Kety Carla de. “Hoje eu resolvi deixar o mundo”: narrativas de suicídio em Guarapuava-PR, nos anos 1950. **CLIO**: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 35, n. 1, p. 76-101, Jan-Jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24532/19821> . Acesso em 23 fev. 2020.

MARTINS, Sebastião Meira. **Pioneiros do Vale do Entre Rios (1818-1951)**. Guarapuava: Edição do autor, 1992.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 26-46, 1996. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-4.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf) . Acesso em 13 abr. 2019.

MOREIRA, Odair da Cruz Paiva. Migrações Internacionais Pós Segunda Guerra Mundial: A Influência dos EUA no Controle e gestão dos Deslocamentos Populacionais nas Décadas De 1940 A 1960. In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP. 2008. São Paulo. **Anais...** Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Odair%20da%20Cruz%20paiva.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MOTA, Lúcio Tadeu. Os Territórios Kaingang entre os rios goio-covê (Iguaçu) e goioaind (Uruguai) no Paraná e Santa Catarina no século XIX. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). **Etnohistória, história indígena e educação**: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

MUZZOLON, Anderson. A Territorialização Libanesa em Guarapuava Pr. **R. Ra'e Ga**, Curitiba, v.29, p.7-35, dez/2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/28907/21467> . Acesso em: 18 jan. 2019.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migração. Curitiba: SAMP, 2017.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Ione. Imigrantes e Refugiados para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2013, Natal. **Anais...** Natal: ANPUH/BRASIL, 2013. p. 1-16. Disponível em:

[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371328609\\_ARQUIVO\\_Refugia\\_doseimigrantes-Anpuh-2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371328609_ARQUIVO_Refugia_doseimigrantes-Anpuh-2013.pdf). Acesso em: 05 abr. 2018.

OLIVEIRA, Marcio. Os poloneses do Paraná (Brasil) e a questão da nacionalização dos imigrantes. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. **Anais...** ANPUH, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192\\_f6e47e605f57df24d1af54047ea2aa8b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_f6e47e605f57df24d1af54047ea2aa8b.pdf). Acesso em: 02 jan. 2020.

OLIVEIRA, Ricardo C. de; SALLES, Jeferson de O; KUNHAVALIK, José Pedro. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. **Direito internacional da migração: Glossário sobre migração**. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya. **Hospedaria de Imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PAIVA, Odair da Cruz. Museus e memória da imigração: embates entre o passado e o presente. In: PAIVA, Odair da Cruz; LEAL, Elizabete (org.). **Patrimônio e História**. Londrina: Unifil, 2014, p. 157-168.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Patrimônio e Memória**, v. 3, n.1, p. 87-100, 2007. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/33/459>. Acesso em: 27 fev. 2018.8

PEREIRA, Márcio José. Os imigrantes de origem alemã no Paraná: debate sobre a presença teuta no Estado. In: PRIORI, Angelo; BERTONHA, João Fábio (orgs). **Imigração e colonização: conflitos pela terra no Paraná e São Paulo entre os séculos XIX e XX**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2015, p. 115-156.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memória de mulheres**. 2008. 279f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008\\_PEREIRA\\_Syrlea\\_Marques-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_PEREIRA_Syrlea_Marques-S.pdf). Acesso em: 27 dez. 2019.

PERES, Elena Pájaro. “Proverbial Hospitalidade”? A Revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). **Acervo**, v. 10, n. 2, p. 55-70, jul./dez 1997. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/254/254>. Acesso em: 10 jul. 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de

Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural.** Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 99-122.

PIRES, Juliana E. Olimpio de Abreu; SALGUEIRO, Tatiane da Silva; NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. Histórias vividas na Ilha das Flores (1936-1955): uma entrevista com a ex-funcionária e ex-moradora Zuleika da Silva Brasil. **História Oral**, v. 13, n. 2, p. 157-172, jul.-dez. 2010. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=144&path%5B%5D=145>. Acesso em: 02 mar. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 19 nov. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 19 nov. 2018.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla; LOPES, Maíne Barbosa. Lugares de memória da imigração na América Latina: as hospedarias dos imigrantes de São Paulo e Buenos Aires. **Maracanan**, Rio de Janeiro, nº 6, p. 171-182, jan./dez. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/12934>. Acesso em: 11 jun. 2018.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Experiências de colonização eslava no Centro-Sul do Paraná (Prudentópolis 1895- 1995).** 2012. 219f. Tese (Doutorado em História). Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Franca. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103106/ramos\\_of\\_dr\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103106/ramos_of_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 08 jan. 2020.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **Revista de História**, São Paulo, v. 33, n.1, p. 234-253, jan/jun., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2018.

RICHTER, Josiane. **Fundamentos para a implantação de um currículo bilíngue em uma comunidade de suábios do Danúbio no Paraná.** 2019. 189f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202458/001107829.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 fev. 2019.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaios.** Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

RODRIGUES, João Paulo Pacheco. **Memórias, Identidades e Saberes na Festa do Trigo da Colônia Marcelino/Paraná (1967 – 2016)**. 2019. 207f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá. Disponível em: [http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/5606/1/Joao%20Paulo%20Pacheco%20Rodrigues\\_2019.pdf](http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/5606/1/Joao%20Paulo%20Pacheco%20Rodrigues_2019.pdf) . Acesso em: 08 jan. 2020.

SALLES, Maria R. Rolfsen, PAIVA, Odair; BASTOS, Sênia. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias In: SALLES, Maria do Rosário Rolfsen *et. al* (org.). **Imigrantes Internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Universidade Estadual de Campinas, Faculdade Anhembi Morumbi, Universidade Federal de São Paulo, 2013.

SANTOS, Rodrigo dos. **Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste – Guarapuava, Paraná (1946-1960)**. 2015. 113f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Irati. Disponível em: [http://www2.unicentro.br/ppgh/files/2015/07/Disserta\\_o\\_de\\_Rodrigo\\_dos\\_Santos\\_562a8c0985c01.pdf](http://www2.unicentro.br/ppgh/files/2015/07/Disserta_o_de_Rodrigo_dos_Santos_562a8c0985c01.pdf). Acesso em: 28 fev. 2018.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHÖRNER, Ancelmo. **Paranaenses em movimento: trajetórias e travessias migratórias**. Guarapuava: Unicentro, 2009.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 47-62, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>. Acesso em 16 mar. 2018.

SHEPHARD, Ben. **A longa estrada para casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SILVA, Denise Teresinha da. **Fotografias que revelam imagens da imigração: pertencimento e gênero como faces identitárias**. 2008. 202 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISSINOS), São Leopoldo.

SILVA, Joseli Maria. Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava-PR. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.1, n. 2, p. 9-42, verão 1997. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/rhr/article/view/2024/1507>. Acesso em: 18 jan. 2019.

SILVA, Walderez Pohl da. **De Lustosa a João do Planalto: a arte da política na cidade de Guarapuava (1930-1970)**. Guarapuava: UNICENTRO, 2010.

STEIN, Marcos Nestor. **O oitavo dia: produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios - PR (segunda metade do século XX)**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Terceiro Planalto**. Guarapuava: do autor, 2000.



TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava...** recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade.** 2008. 533f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

WINCHUAR, Marcio José de Lima. **O funcionamento da rua na divisão material do espaço urbano.** 117f. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras)- Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2014.

## APÊNDICE A – Carta de Franciszek Juszcak de 11 de janeiro de 1963

<p style="text-align: right;">Sławków, 11.1.1963</p> <p>Wielka Matko</p> <p>W pierwszym słowach mojego listu chciał bym pochwalić Jęzus Chrystusa za spochwalony zię że nam odpowiesz na wielki wstów Amen. Dżnosie wem że jesteśmy zdrowi i tego samego zdrowia nam życzymy od Pana Jęzusa i Matki Bżkiej. List piszemy do Ciebie pod ukródkę to nie mieliśmy adresu tylko powialiśmy i mamy: Dżnosie cwi że mam 2 siostry Gienia i Halinkę. Gienia ma lat 11 a Halinka 5. Gienia chodzi do IV klasy ja chodzę już ostatni rok i ukonczę siedem klas. Tatuz pracuje w Poznaniu i cwoia piszeta że eo zię wrócił to ma babcia mi dać. Eżpo cwoi wrócił zię tylko maszyna rafa i stół i to my mamy, a poradym nie nie ma uszytko pomamoweli. Eż jak cwoia</p>	<p>Sławk* dia 11 jan 1963</p> <p>Querida Tia</p> <p>Nas primeiras palavras de minha carta Que Jesus Cristo seja louvado, esperamos que vocês nos respondam, por todo o sempre Amém. Faço chegar a vocês que estamos com saúde e esta mesma saúde desejamos a vocês dada por Jesus Cristo e Nossa Senhora.</p> <p>Estamos escrevendo a carta para a Tia 'em segredo' porque não tínhamos o endereço e pegamos ('roubamos') e temos: Faço saber para a Tia que tenho duas irmãs Gienia e Halika. Gienia tem 11 anos e Halika tem 5. Gienia está no IV ano e eu já no último ano e terminarei sete anos de estudos. O papai trabalha em Poznań. E a tia escreveu que o que sobrou, a vó tem que me dar. E da tia sobrou uma máquina, armário e mesa e estão conosco, além disso não tem nada e cuidamos de tudo. E se a tia</p>
<p>chee rebym miała. uemig to nuch przyjele upowarnienie. Bo tak to mi wojei nie chee dać. Hoja ma uemig zapisać i to po cwoi ter opisać.</p> <p>U nas dopier wozna uszytko po zaxawane cwoia piszeta że pomamoweli i banany to zię u cwoi za nie. Eż u nas zię pomamoweli ale nie jesteśmy w stanie kupić. Eż bananow to wcale na cwoi nie widzieliśmy. Eż mam eo do pisania tylko że pare. Eż</p> <p>I poradziłam wos pner kwiat rózę rebysie zię jak najdluzszy. Chęch cwoia rebysie list na latusia.</p> <p>Proszę o prośbki odpis. Eż jak cwoia odpis nam list to cwoi myślimy zię rebysie ja siebie i Halinkę.</p>	<p>quer que eu tenha uma terra então que mande uma permissão. Porque deste jeito ('do jeito que está') o tio não quer me dar. O tio tem terra própria e vai trabalhar também na da tia. Aqui é primavera, tudo está plantado. A tia escreveu que as laranjas e as bananas na tia ('onde a tia mora') são muito baratas. E aqui tem laranjas, mas não estamos em condição de comprar. E as bananas, nunca vimos. Não tenho o que escrever só estas poucas palavras. E saúdo vocês através de uma flor de rosa para que vivam pelo maior tempo possível.</p> <p>Que a tia enderece a carta para o pai. Peço uma resposta rápida. E se a tia nos responder a carta vamos mandar as fotografias para a tia eu mesma e Halika</p>

## APÊNDICE B – Carta de Gienia Juszczak de 9 de abril de 1983

<p style="text-align: right;">Poznań dn. 9.04.83.</p> <p style="text-align: center;">Droga Ciowa!</p> <p>list od Ciow strajmaliszy,      ea który budes dylkujony,      myslatan, ze Ciow już we      napisze. Nie wiem czy Ciow      przeczyta ten czy może przeczyta      moje pismo, ponieważ każdy      ma swój pisze.</p> <p>Ciekawi mnie, jakim ty      rozumieasz językiem - czy angielskim      Co Ciow robi teraz na emigracji,      czy może Ciow ma ogródka?</p>	<p><i>Página 1</i></p> <p>Poznań, 9.04.83      Querida Tia!      Recebemos a carta da Tia, pela qual      agradecemos muito. Pensei que a Tia não      ia escrever mais. Não sei se a Tia vai ler      esta carta, se pode ler a minha letra,      porque cada um escreve de modo      diferente.      Estou curiosa em que língua vocês falam –      inglês?      O que a Tia faz agora durante a      aposentadoria, talvez a Tia tenha um      jardim?</p>
<p>Pisatan już poprzednio, lece      we strajmaliszy od Ciow odpowiesz,      co Ciow może powiedzieć      na propozycję przyjazdu w odwiedzenie      do nas do Polśki - może Ciow      napisze.</p> <p>U nas rozpoczyna się wiosna,      najładniejsza pora roku,      robi się coraz ciepły, oby trwała      już najdłużej.</p> <p>A teraz napiszę kilka słów      o Rodzinie moich.</p> <p>Młodszy mój wsi tal      już dawno.</p> <p>By już wice stawi i stabi sobie      radę ze wszystkimi trudnościami      życiowymi, lecz nie chce opuścić      swojej wsi.</p>	<p><i>Página 2</i></p> <p>Já escrevi anteriormente, embora não      tenha recebido resposta da Tia. O que a      Tia pode dizer sobre a proposta de vir nos      visitar na Polônia – talvez a Tia possa      escrever.</p> <p>Aqui começou a primavera, a época mais      bonita do ano, está esquentando cada vez      mais, que dure o maior tempo possível.      E agora vou escrever algumas frases      sobre meus Pais.</p> <p>Continuam morando na mesma aldeia      como antes.</p> <p>Estão cada vez mais velhos e têm      dificuldades em se virar com todas as      dificuldades da vida, embora não queiram      deixar sua aldeia.</p>



Mamusia ma sklerozę ten. zanika  
pamięć i słabo widzi.  
Tataś starszy, ale jest bardzo  
sprawny, choć coraz częściej  
bywa ekwanimy jeśli zła się czuje.  
Bawdas Taidim jest na naszej wsi,  
szkoda, że bowa nie może tego  
wszystkiego zobaczyć!

Ja pracuję w szpitalu, jestem  
pielęgniarką, mieszam w dzień w mieszkaniu  
to pracy w szkole, praca  
w domu i tak też lew.

Mosci bowa napisze ile bowa  
ma dzieci, czy wszyscy mieszkają  
w tym samym mieszkaniu?

Co wszyscy robią i widzą o sobie  
i o nich wszystkim.

dist od Was i bowa bardzo długo,  
bo ci wszyscy czas, w końcu jest  
kiedyś dzień mojej list.

### Página 3

Mamãe tem esclerose, isto é, está esquecida e não enxerga bem.

Papai é mais velho, mas é mais ágil, embora minta cada vez mais quando se sente mal.

Na nossa aldeia é muito bonito, pena que a Tia não pode ver!

Eu trabalho no hospital, sou enfermeira, moro em uma cidade grande. Após o trabalho na instituição trabalho em casa e assim o tempo voa.

Talvez a Tia possa escrever quantos filhos tem e se todos moram na mesma cidade, o que todos fazem e mais sobre si e sobre todos eles.

A carta de vocês demora muito para chegar, até um mês. Estou curiosa o quanto vai demorar a minha.

Enviaram ilha bowa i wsiy rodziny  
serdeczne pozdrowienia  
i ucaowania  
- Genia z mężem

P.S.  
Czekam na drugi list.

Niektórzy są zapytani o święta  
i wycieczki wszystkim wylądować.  
Czytajcie sobie wszystkim zdrowie

Albo jeszcze dwa pytania,  
czy są zwane u Was nasze  
pierniczki, czy można je u  
was kupić!

Ile kosztuje u Was 1 kilogram  
kawy?

### Página 4

Envio para a Tia e toda a sua família carinhosas lembranças e beijos

Genia e marido

PS:

Espero uma carta bem longa.

Agradecemos pelas felicitações natalinas e também desejamos tudo do melhor.

Desejamos saúde a todos vocês.

Tenho ainda duas perguntas, se aí conhecem nossa moeda e se é possível comprar algo com ela.

Quanto custa aí um quilo de café?